

★

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EM 1958.

★

JORGE TIBIRIÇÁ
e sua época

☆

2.º VOLUME

— O F E N D A —

CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS EDUCACIONAIS

M. C.

I. N. E. P.

Série 5.^a ★ BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA ★ Vol. 304a
B R A S I L I A N A

RODRIGO SOARES JÚNIOR

Jorge Tibiriçá

e sua época

2.^o VOLUME

edição ilustrada

981

B82:3

ser. 5^a

n. 304a

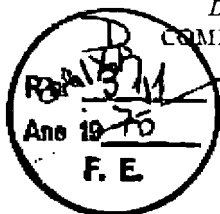
ex 2

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Dirctos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO



BEIDER



3/6

Exemplar N.º

1958

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

ÍNDICE

CAPÍTULO IX

	PÁG.
Apoio de S. Paulo ao marechal Floriano — Agitações no Rio Grande do Sul e a revolta federalista — A revolta da Armada	307

CAPÍTULO X

Jorge Tibiriçá partidário da legalidade florianista — Chefe de família e lavrador — A fazenda de Ressaca e a Mojiana	337
--	-----

CAPÍTULO XI

O govêrno Prudente de Moraes e as finanças — O govêrno de Campos Sales em S. Paulo — Os Protocolos Italianos — Govêrnos Fernando Prestes, Rodrigues Alves e Bernardino de Campos e a defesa cafeeira — A lavoura e a superprodução	376
--	-----

CAPÍTULO XII

Jorge Tibiriçá na presidência de S. Paulo — A plataforma do govêrno e organização do secretariado — Resenha do quadriênio Campos Sales e a obra do ministro Joaquim Murtinho — Personalidade do presidente Jorge Tibiriçá — Normas e princípios de ação do homem público	414
--	-----

CAPÍTULO XIII

Jorge Tibiriçá e o govêrno federal — O caso da Sorocabana — Os colaboradores do Presidente — Reforma	
--	--

eleitoral e liberdade do voto — Reorganização da magistratura e instituição da polícia de carreira — A supremacia cafeeira; da monocultura à policultura — A obra de Carlos Botelho e a reforma agro-pastoril — Albuquerque Lins e a gestão financeira — Reforma da Fôrça Pública e Missão Militar Francesa	461
---	-----

CAPÍTULO XIV

A crise cafeeira — Resenha do govêrno Rodrigues Alves — A valorização do café; preparação das fôrças políticas em 1905 — O Convênio de Taubaté — O govêrno federal hostiliza a valorização — Oposição contra a valorização no Brasil e no estrangeiro — Os debates no Congresso sôbre o Convênio de Taubaté — A Caixa de Conversão — Pronunciamento de S. Paulo e a oração do deputado Altino Arantes — A execução técnica da valorização do café e a intervenção oficial no mercado	508
--	-----

CAPÍTULO XV

Efeitos da valorização e sucessão de Rodrigues Alves na República — O presidente Tibiriçá e os deveres do protocolo — A Paulicéia e as agitações sociais entre 1906 e 1908 — Tibiriçá recusa ser reeleito; candidatura de Campos Sales e vitória de Albuquerque Lins — Tibiriçá senador e membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista — A sociedade paulista oferece um mimo a Jorge Tibiriçá — Os governos paulistas de 1908 a 1928 — Os governos da Republica de 1909 a 1928 — Tibiriçá presidente do Tribunal de Contas — O fim de um grande brasileiro	565
--	-----

CAPÍTULO IX

Ao recordarmos a ação notável do primeiro govêrno Bernardino de Campos em São Paulo, govêrno no qual Jorge Tibiriçá ocupou cêrca de três anos a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, prestando serviços de monta nos setores do abastecimento de água, saneamento e imigração, vimos como o Estado ganhara realmente um impulso extraordinário mercê da autonomia conferida pelas instituições republicanas. Reparados os efeitos do golpe de Estado de Deodoro, restabelecida a legalidade com Floriano, São Paulo, superiormente dirigido por um advogado rodeado de técnicos de valor e animados do mais puro ideal republicano, estruturava com entusiasmo a organização do ensino nos três graus, primário, médio e superior, e estimulava tôdas as fontes de produção com método e dinamismo. Era, de fato, um pujante motor a ativar o progresso nacional em todos os ramos e a demonstrar que o novo regime, instaurado em 1889, malgrado os erros cometidos na esfera monetária com os bancos de emissão, trilhava os rumos conducentes ao revigoreamento material e intelectual do país.

Pairava, porém, a sombra da política e dos rancores que ela gera assim que entram em choque os personalismos. Com a queda de Deodoro, magoaram-se os deodoristas e com a subida de Floriano em lugar de surgir somente um espírito de legalismo, criou-se o

ambiente tensíssimo em que lavravam ocultamente chamas subversivas, prestes a deflagrar em revolta.

As forças armadas, tão ciosas da paternidade da República, principiavam a infringir todos os princípios de disciplina e a alimentar francamente e espírito de caudilhismo. Seguiam pessoas em vez de obedecer ao Estado. As facções e grupos, por outro lado, faziam praça de professor a mais pura doutrina republicana, mas cada qual interpretava essa doutrina ao talante de paixões políticas e todos se imputavam mutuamente as culpas de violar a Constituição.

A onda de descontentamento provocada pela intenção de Floriano permanecer no poder e pelas derrubadas dos governadores levou treze generais e almirantes a lançar um manifesto em que lembravam ao chefe de Estado a necessidade de proceder sem demora à eleição de Presidente da República, porque “a continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro na mais completa anarquia”.

Os signatários pensavam que um documento tão sensacional, subscrito por 13 altas patentes do Exército e da Armada, ia resolver de vez a questão e decidir Floriano a ceder sem tardança ao ultimato.

Era mal conhecer o camarada a quem se dirigiam. Floriano, em resposta imediata, por meio de outro manifesto, resposta na qual transparece um certo descaso irônico pelos seus colegas de armas, que pretendiam arvorar-se em intérpretes supremos da constituição, declarou que todos êles revelavam “inconveniente espírito de indisciplina e procuravam implantar a anarquia no momento crítico da reorganização da pátria e da consolidação das instituições republicanas”. Convencido

de que era necessário fazer sentir que a "ordem é uma realidade", o Marechal reformou os protestadores e como no dia seguinte se realizassem demonstrações violentas em frente à casa de Deodoro, o governo decretou o estado de sítio e aproveitou as circunstâncias para prender alguns civis e militares e deportar outros para o alto Amazonas.

Os anos de 1893 e 1894 marcam a fase mais dramática da República, pela duração da luta, a veemência das increpações respectivas entre os contendores e, infelizmente, em contrário à apregoada sentimentalidade brasileira, a ferocidade com que se trataram os antagonistas na prática de vinditas que nivelaram alguns de seus autores aos piores caudilhos e sicários latino-americanos.

O Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina foram sede de combates encarniçados. Na capital federal e em Niterói, em consequência da rebelião da Armada, travaram-se choques violentos. São Paulo foi poupado de tais morticínios e serviu de pára-choque. Conteve a invasão federalista e limitou-se a remeter tropas às fronteiras do sul e ao litoral. Pelo seu poderio econômico aguentou as finanças da União e pôde continuar a produzir e prosperar, sem embargo da ronda dos navios rebeldes nas costas do Estado e da pressão exercida nas divisas com o Paraná.

Apoio de São Paulo ao Marechal Floriano

São Paulo, como vimos, ficou entre dois fogos. O governo Bernardino de Campos, integrado por republicanos de lei, identificou os seus destinos com os de Flo-

riano, pois o que o Estado mais temia era voltar a ser privado de sua autonomia, o melhor incentivo a um progresso verdadeiramente assombroso.

Jorge Tibiriçá foi nesse período legalista intransigente e florianista incondicional, como quase todos os republicanos históricos. O golpe de Estado de Deodoro lhe parecera um retrocesso às velhas maquinações monárquicas e uma tentativa para reinstaurar a sorrelfa práticas asfixiantes e centralistas. Florianiano, com o contragolpe, repusera os Estados nos direitos constitucionais, embora as derrubadas de presidentes eleitos causassem muitos ressentimentos e dessem azo a que o vice-presidente fosse indigitado também como intervencionista nas esferas estaduais. Mas entre os republicanos prevalecia a doutrina enunciada por Campos Sales, ao declarar que o que se fazia não era uma política de intervenções, mas, ao contrário, reagir contra uma política que tentara suprimir a autonomia e a soberania dos Estados. “Uma situação violenta — afirmava — reclama situação igualmente violenta”.

Na defesa da legalidade florianista, São Paulo comprou armamentos, facilitou os transportes e equipamento das forças federais e estaduais e constituiu vários batalhões patrióticos, como os convocados em 1894 por iniciativa de Campos Sales, Alfredo Ellis, Domingos de Moraes, Júlio de Mesquita, Vitorino Carmilo, Almeida Nogueira e Alves Guimarães Júnior.

Quando os navios revoltosos tentaram transpor a barra de Santos, as tropas acampadas no litoral resistiram bravamente às investidas dos atacantes. Bernardino descera à cidade litorânea e visitara as trincheiras e outras obras de defesa montadas nas praias e em diversos pontos da costa. Avisado para não se expor numa

hora em que choviam balas em redor do local que percorria, respondeu a um oficial que lhe pedia para abai-xar-se: “São Paulo não se abaixa”.

A pronta improvisação de elementos defensivos e o cuidado e zêlo com que o Estado se resguardou das tentativas empreendidas contra as fronteiras do sul e contra diversos trechos do litoral ameaçados e bombar-deados pelos navios rebeldes, muito contribuíram para fortalecer a resistência de Floriano. Sem a tenacidade e os recursos de São Paulo podiam ter-se operado de-fecções e os federalistas teriam varado as fronteiras ao menor sinal de fraqueza ou de tergiversação. Durante uns dias, enquanto era sitiado o reduto da Lapa, no Pa-raná, alguns círculos sociais de São Paulo chegaram a temer o avanço dos revoltosos. Êstes passaram a recuar precipitadamente depois da derrota da marinha no Rio e São Paulo viu-se a salvo de uma invasão. Fin-davam os dias de apreensões durante as quais a São Paulo Railway hasteara a bandeira inglêsa.

A tomada do govêrno por Floriano como vice-pre-sidente, acolhida favoravelmente, pela maioria da opi-nião pública, dado o caráter de restauração constitu-cional que assumira, principiou a causar fundos descontentamentos tão logo se levantou a questão da permanência do Marechal no poder para concluir o prazo do mandato, em vez de proceder a novas eleições.

Em assunto de ordem constitucional, assim que en-tra em jôgo a interpretação da letra ou do espírito dos textos, surgem as divergências e os grandes debates de hermenêutica. O juridicismo nacional dá largas à sa-bedoria e à perícia na escolha de citações e nas provas de uma oratória alimentada por todos os mananciais possíveis de erudição.

A matéria se achava regulada na Constituição de 1891 nos artigos 41 e 42 e no art.º 1.º das Disposições transitórias.

Floriano, cuidadosamente sondado a respeito por alguns de seus auxiliares, manifestou-se tácita ou declaradamente em prol da terminação do mandato.

Além disso, como o vice-presidente, ao terminar a sessão do Congresso, recebera amplos poderes para defender a ordem, utilizou-se da autorização para prender vários parlamentares comprometidos numa tentativa de revolta na fortaleza de Santa Cruz e em outras arruaças.

Na sessão de 1.º de junho de 1892, no senado, discutiu-se o espinhoso assunto relacionado com a vaga da presidência, para saber se se deviam processar novas eleições ou se ao vice-presidente cabia preencher o resto do período presidencial. Expondo o ponto de vista de São Paulo favorável a Floriano, entendia Campos Sales que a interpretação doutrinária era dada pelo poder que applicava a lei e que o executivo já se havia pronunciado. Opinava que só no caso de vagarem os dois cargos, de presidente e vice-presidente, é que se deveria mandar proceder a novas eleições.

A 15 de junho de 1892, ao se tratar do projeto para regulamentar o estado de sítio e circunscrever os poderes do executivo, tornou Campos Sales a afirmar que no sistema republicano o Legislativo não gozava de nenhuma preeminência e não estava encarregado, como na monarquia, de fiscalizar o Executivo, pois este também recebia diretamente o seu mandato do elemento popular.

Na defesa desse presidencialismo radical, queria Campos Sales investir o chefe do governo de amplos poderes para declarar o estado de sítio, que não se devia

confundir com a lei marcial e era medida de caráter preventivo para garantir a ordem e a liberdade.

Os abusos se corrigiam pela responsabilidade da autoridade que se excedesse. Quanto às imunidades dos membros do Congresso, não constituíam exceção nem privilégio na hipótese de sedição e conspiração. A sua teoria era que “no estado de sítio sacrifica-se, é certo, uma soma de garantias individuais, mas salvam-se as da comunhão nacional”.

Mais tarde, ao agravar-se a situação, Campos Sales ponderou que a lei regulamentando o estado de sítio afetava diretamente as garantias da liberdade individual e devia ser estudada e elaborada com mais calma. Essa atitude moderada, em face de gente exaltada que reclamava lei marcial e tribunais de exceção, levou o ilustre apóstolo da propaganda a empreender uma viagem à Europa para não romper com Floriano e quebrar a frente única dos velhos republicanos.

No senado, violentamente agitado pela detenção de quatro de seus membros, Campos Sales declarou que o requerimento da casa a respeito daquele ato do Executivo devia ser estudado por uma comissão e não debatido de surpresa, pois a constituição mandava motivar os atos do Executivo, isto é, dar as razões e não exhibir provas. Estranhava tanto zêlo da parte dos senadores na defesa dos seus colegas, quando não demonstravam o mesmo calor para apurar as prisões comuns.

Abordou a seguir a questão das imunidades parlamentares no estado de sítio em que ficavam, pela nossa lei orgânica, suspensas tôdas as garantias constitucionais, inclusive todos os direitos políticos, sem exceção, dado que o Legislativo no regime republicano, em que todos os poderes dentro de sua esfera de ação e com-

petência gozavam da mesma soberania e independência, deixara de ser o representante mais imediato da soberania.

A tese, um tanto radical, exprimia o ponto de vista de quem prestara apoio absoluto e incondicional ao governo de Floriano.

O senado, contudo, não se mostrou convencido e apoiou o requerimento de urgência em que pedia ao Executivo as provas e razões que tinha para fundamentar o estado de sítio.

Adversário intransigente das praxes parlamentares da monarquia, Campos Sales reputou aquela atitude um estratagem da oposição e disse que deviam então chamar o governo à responsabilidade, mas que não tentassem derrubá-lo, pois já não existiam moções de desconfiança e o Executivo tinha competência para declarar o estado de sítio.

A oposição enfurecida na imprensa e nos círculos políticos encorajou o trabalho de sapa dos trançadores de revolução. E a obra de provocação surtiu efeito. Em julho de 1893 estourou a famosa aventura do almirante Wandenkolk, prenúncio de perturbações já infiltradas na marinha. O ilustre marinheiro, ex-ministro do Governo Provisório e republicano da gema, dissentiu dos propósitos continuístas de Floriano e apoderou-se de uma flotilha no pôrto do Rio Grande, onde entrou a bordo de um vapor mercante, *O Júpiter* armado e carregado de munições destinadas aos revoltosos do sul.

Era uma façanha inédita. Ao encontro do vapor acoimado de pirata seguiu logo o cruzador "República", que aprisionou o *Júpiter* em águas de Santa Catarina e trouxe para o Rio o almirante Wandenkolk, diversos oficiais de marinha e numerosos tripulantes, todos en-

carcerados por ordem do govêrno na fortaleza de Santa Cruz. Denunciados à execração pública pelos republicanos florianistas que queriam mandar os “corsários” a conselho de guerra, foram os réus defendidos por Rui Barbosa, que tratou logo de requerer *habeas-corpuz* em nome dos direitos constitucionais. Essa nova tomada de posição de Rui, coligou contra êle os governistas fanáticos, para quem o eminente advogado e jurista não passava de um agressor contumaz das instituições, sempre à espreita de oportunidades para pesquisar nas suas estantes os argumentos próprios a traduzir a obra anarquizante dos “berradores da opposição”. Os órgãos officiais e os publicistas ortodoxos crivaram Rui de apodos e zombaram de seu estilo lamuriento e do que chamavam suas pastorais. Em polêmica travada com seu colega baiano, Aristides Lôbo o qualificou como oppositor inquieto e agitado e “enguia de sofismas”.

A questão dos *habeas-corpuz* em favor dos prisioneiros do *Júpiter* suscitou acerba contenda nas colunas da imprensa. Segundo os elementos florianistas os prisioneiros, implicados em delitos militares, estavam sujeitos à jurisdição militar e não podiam recorrer ao *habeas-corpuz*, cuja concessão pelo Supremo Tribunal seria criminosa por invadir uma attribuição que não lhe pertencia.

Quando a nossa côrte máxima aceitou a petição, entenderam alguns críticos que o deferimento era monstruoso e que o Tribunal passara por cima do Código da Armada e da jurisprudência.

Tal acrimônia nos comentários jornalísticos ia de par com a intemperança de linguagem com que se dis-

cutiam tôdas as questões. “Causa horror” — frisava Aristides Lôbo — “verificar até onde baixa o nível moral da política que muitos estão fazendo”.

A iracúndia dos republicanos governistas aumentara bastante com a notícia de que em Santa Catarina o govêrno do Tenente Machado, positivista e católico, aderira à rebelião rio-grandense. Expandia-se o movimento e crescia o temor de que êle tomasse um rumo de restauração monárquica, tema constantemente explorado para atizar os zelos da massa e preservar a chama sagrada do republicanismo.

Na realidade, a luta no sul não parecia constituir perigo de molde a abalar o regime. As informações veiculadas na imprensa, sobretudo na da Capital, nada indicavam que permitisse ultrapassar o âmbito de um choque de facções locais, por mais veementes que fôsem. A opinião não se alarmava com as peripécias de uma revolta de fronteira, revolta longínqua, cujos feitos, muito imprecisamente narrados, se interpretavam ao sabor das simpatias, dos jornais. Não se divisava ainda perigo vital para o país e para as instituições, o que mudará com o levante da Marinha, que virá tocar o país no seu centro político e psicológico.

Reinou quase sempre muito desconhecimento acêrca das operações militares no sul, que pareciam desenvolver-se ao acaso, sem plano nem método, segundo os movimentos dispersos das colunas invasoras. Diziam que certos contingentes federalistas tinham arvorado bandeiras monárquicas, mas era tão sòmente um ardil para alertar a opinião.

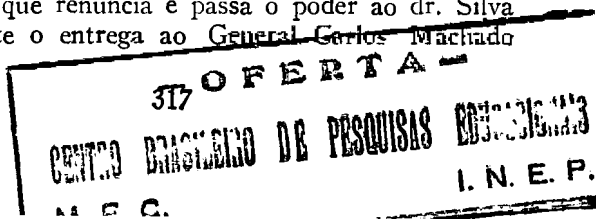
*A agitação no Rio Grande do Sul, da
proclamação da República à revolta
federalista*

A série de acontecimentos sucedidos no sul do país necessita de ser brevemente lembrada para se verificar quanto foram árduas as primeiras lutas republicanas, e como é indispensável um alto grau de tolerância mútua e educação cívica para não desvirtuar a democracia e entregá-la ao jugo das facções tirânicas.

No Rio Grande do Sul, por motivos do temperamento do povo e devido à posição fronteiriça, as lutas assumiram uma feição que as aproxima dos choques dos caudilhos platinos. Características exteriores da luta, porque os choques psicológicos e políticos foram de essência inteiramente brasileira. Os dois pólos ideológicos dêsse conflito encontram-se no positivismo dos castilhistas e no parlamentarismo dos gasparistas. Os nomes dos adversários não exprimiram simples hostilidade de grupos disputantes do poder pelo poder, mas de forças agrupadas para defender princípios aos quais se achavam apegados por fortes convicções.

Sem embargo, as dissidências se revelaram de extrema agudeza e por vêzes de forma a provocar penosa confusão e um verdadeiro estado de desordem e anarquia.

Proclamada a República e logo deposto Silveira Martins, presidente da província, assumiu o govêrno o Marechal Visconde de Pelotas. Mas, Júlio de Castilhos toma a direção dos negócios públicos e indica o General J. Frota, que renuncia e passa o poder ao dr. Silva Tavares. Este o entrega ao General Carlos Machado



Bettencourt, que por sua vez, a 24 de maio de 1890, transfere o govêrno ao General Cândido Costa e depois ao dr. Fernando Abott.

A 14 de julho de 1890, decretada a Constituição estadual, na qual se incluíram tôdas as idéias rejeitadas na da União, Júlio de Castilhos é eleito pela Assembléia Constituinte presidente por unanimidade.

Quando Deodoro desfechou o golpe de Estado a 3 de novembro de 1891, Júlio de Castilhos, embora contrário a êsse ato, prontificou-se a manter a ordem e teve de abandonar o poder a 12 do mesmo mês.

Começou então um período de confusão deplorável, em que o govêrno passou pelas seguintes mãos: General Mena Barreto; Junta governativa composta dos srs. Assis Brasil, Barros Cassal e Rocha Osório; General Barreto Leite; Barros Cassal; novamente General Barreto Leite e Visconde de Pelotas.

Ao mesmo tempo que um movimento reivindicador congregava vários próceres castilhistas na Argentina, os federalistas reuniam-se em Bagé, sob a presidência do General José Nunes da Silva Tavares, e aclamavam seu chefe Silveira Martins e candidato à presidência Joca Tavares.

Nessa fase é que se desenhou francamente a separação ideológica entre os dois grupos principais dessa luta. Os castilhistas teimavam irredutivelmente em manter a constituição comtista, enquanto os federalistas anunciaram que a substituiriam por uma constituição republicana modelada segundo os princípios do govêrno parlamentar e com a não reelegibilidade do presidente para o período imediato, precaução para evitar a perpetuidade positivista no poder. Pregavam igualmente os federalistas o estabelecimento do parlamentarismo na União,

idéia que até hoje é propugnada com grande coerência pela corrente gaúcha representada por Raul Pilla.

A 17 de junho de 1892, estoura o golpe de Castilhos que, inconformado com a renúncia a que fôra coagido depois do golpe de Estado de Deodoro, retoma o govêrno pela fôrça e o transfere logo depois ao vice-presidente, dr. Vitorino Monteiro. O Visconde de Pelotas, apeado do poder, transmitiu o govêrno a Joca Tavares em Bagé, o que determinou uma dualidade de govêrnos.

A 21 de junho, passaram-se gravíssimas ocorrências em Pôrto Alegre. Um certo Tenente Xaxá Pereira sublevou os soldados do quartel de Polícia e conduziu o ataque contra o palácio do govêrno onde se instalou Júlio de Castilhos que, após falar da janela do edifício, resignou o cargo nas mãos do vice, dr. Vitorino Monteiro, ficando Xaxá na chefia de polícia.

O General Isidoro, o Coronel Aparício e Pinheiro Machado marchavam contra Bagé. Mas Barros Cassal, a bordo da corveta *Marajó* e de acôrdo com o Comandante Lara, bombardeou Pôrto Alegre e alvejou o palácio, mandando intimar o General Vasques a restabelecer Pelotas sob pena de ser traidor à República. O General Vasques respondeu a balas de artilharia, enquanto suas fôrças eram atingidas por granadas no arsenal de guerra e no quartel-general.

A situação se apresentava sumamente confusa e difícil de resolver. Júlio de Castilhos precipitara a revolução por não reconhecer legítimo o movimento que o desalojara de palácio e reivindicar a legalidade constitucional de seu cargo.

Aristides Lôbo, que não tolerava os federalistas por considerá-los monarquistas encapotados, referiu-se, no

entanto, à “descomunal ambição de Castilhos” e comentou: “Os nossos homens não sabem ter abnegação inteira”.

Aí estão, rapidamente sumariados, os antecedentes dos sucessos que vão transformar-se numa sangrenta guerra civil. Abalos que se propagarão por todo o Brasil e voltarão, muitos anos depois, a provocar novas lutas, fundadas nas mesmas causas que determinaram os primeiros embates entre positivistas e federalistas.

A 25 de janeiro de 1893, realizadas as eleições, deram a vitória a Júlio de Castilhos, que tomou posse do governo perante a Assembléia presidida pelo dr. Protásio Alves.

Desta feita, porém, não se conformaram os gasparistas, que empunharam armas para resolver a pendência, uma vez que não aceitavam a imposição das teorias comtistas, que julgavam incompatíveis com o espírito da Constituição de 1891.

Os revolucionários invadiram as fronteiras do Rio Grande sob o comando do General Silva Tavares e, a 5 de fevereiro, Gumercindo Saraiva mobilizou as suas colunas. O manifesto dos federalistas, a 15 de março, dava as razões do embate.

Nessa emergência, Floriano decidiu intervir e ordenou às forças federais que auxiliassem o governo de Júlio de Castilhos. Estava acesa a guerra civil, que só terminaria completamente com a anistia decretada pelo governo Prudente de Moraes.

Até o mês de abril de 1893, os combatentes do General Silva Tavares, legalista, limitavam-se a encontros de

guerrilhas sôbre as quais, no Brasil e no Rio da Prata, faziam circular notícias imaginárias, com o fito de promover jogos de bôlsa ou baixas de câmbio. O bolsismo explorador da rua do Ouvidor servia-se de muitos rumores para espalhar telegramas de sensação. E a luta se prolongava porque o govêrno, ao invés de organizar um corpo de exército para dar um golpe definitivo nos rebeldes, contentava-se em mandar pequenos magotes de tropas que se juntavam às milícias locais e participavam de simples correrias nas coxilhas.

Floriano, do Itamarati, acompanhava tôdas as peripécias da campanha sulista e vigiava a opposição e os adversários mais particularmente designados pela polícia governista. O seu feitio silencioso e concentrado, âgravado pela doença; a reserva que mantinha em tórno de todos os seus projetos, mesmo em frente dos mais chegados colaboradores, contribuíram a fazer do personagem, um tanto velado e distante, ora um ídolo, transfigurado aos olhos da massa pela sua aura de honestidade intangível, ora um simples usurpador, devorado de ambições, ensimesmado e sorna e ávido de exercer a ditadura sob o disfarce de republicanismo ortodoxo. Muitos inimigos não esqueciam o papel algo dúbio do marechal, por ocasião dos acontecimentos de 15 de novembro. Rui Barbosa, cujo liberalismo dissonava vivamente num meio em que tanta gente reclamava o emprêgo de processos violentos e autoritários, falou nas suas *Cartas da Inglaterra* de um “gênero de ambição inerte e retraída” que, despertada, desenvolve inesperadamente “a distensibilidade, a flexibilidade e a tenacidade das sêrpen-tes constrictoras”. Tais juízos dependeram muito dos sentimentos discordantes da época, mas na história pas-

sou a prevalecer o que cultuou Floriano como o salvador da legalidade e o Marechal de Ferro.

É indubitável que, em certo momento, diante da onda crescente da revolta, grande parte dos republicanos, notadamente os de São Paulo, formou incondicionalmente ao lado de Floriano e até sugeriu a organização de um partido único, o Partido da Defesa Nacional. Essa idéia repercutiu nos ambientes da mocidade universitária e ajudou a convocar os corpos da guarda nacional e os batalhões patrióticos, apoio que emprestou ao govêrno maior fôrça moral que pròpriamente fôrça militar.

Em 1895, ao discutir-se a anistia aos revoltosos, foi levantada a idéia de intervir no Rio Grande por causa da constituição positivista decretada por Júlio de Castilhos. Campos Sales opôs-se terminantemente a semelhante projeto.

Partidário da soberania dos Estados, entendia que na constituição do Rio Grande do Sul se achava perfeitamente representado o princípio fundamental da forma republicana federativa. As funções legislativas, a seu ver, estavam caracterizadas pela votação dos impostos e das leis de meios em geral, o que constitui e configura o sistema representativo.

Nada descobria, portanto, naquela constituição, que ofendesse a forma republicana federativa e autorizasse uma intervenção federal, que seria criminosa.

Tal doutrina, mesmo partida de um espírito elevado como de Campos Sales, nos parece errada, pois a constituição castilhista consagrou na verdade uma ditadura presidencial em flagrante antagonismo com o espírito democrático do Estatuto de 1891.

A revolta da Armada

Os acontecimentos no sul, conjugados com o mal-estar na política geral, as dificuldades financeiras e a inquietação propagada em alguns círculos do Exército e da Armada propiciaram o ambiente para nova revolta. Esta já se anunciava quase às claras, com o séquito de boatos e ameaças habituais a êsses movimentos no Brasil, onde, no dizer de Campos Sales, as conspirações acabam por se elaborar publicamente e com data marcada para a eclosão oficial.

A 6 de setembro de 1893, explodiu, portanto, a revolta da esquadra sob a chefia do Almirante Custódio José de Melo que, até 30 de abril, dia de sua substituição pelo contra-almirante Firmino Rodrigues Chaves, ocupava a pasta da Marinha no govêrno de Floriano.

Custódio de Melo havia demissionado por não concordar com a continuação do marechal no govêrno e agora, responsável pela esquadra insurreta, cuidava de explicar e justificar aos seus concidadãos os motivos da rebelião. Novamente êle se abroquelava na lei e declarava o propósito de restaurar o regime constitucional contra a autoçracia. No manifesto, em que se apresentava como submisso defensor da Constituição, escrevia: "O Chefe do Executivo perjurou, iludiu a Nação, armou brasileiros contra brasileiros, abrindo com mão sacrílega as arcas do Erário Público a uma política de subôrno e corrupção".

Acompanhamos, por conseguinte, a sequênciac dos manifestos. Desde o golpe de Estado de Deodoro, êles se sucedem com o fito de demonstrar o respeito à lei por parte dos que vibram os golpes e os contragolpes.

Deodoro fôra derrubado por Floriano e por Custódio de Melo por infringir a constituição. Treze generais haviam tentado forçar a desistência de Floriano em nome da lei violada. Com os mesmos argumentos Floriano reformara êsses militares como facciosos e indisciplinados. Agora, Custódio, companheiro de Floriano no restabelecimento da lei transgredida por Deodoro, vinha intimar o marechal a abandonar o poder e o acusava de perjuro e corruptor.

Pagava com juro a República a facilidade excessiva de sua instalação e ameaçava entrar no regime sul-americano dos pronunciamentos.

Houve, porém, no caso, êrro de cálculo da parte de Custódio. Com um só tiro de canhão Deodoro, doente e não inclinado a uma luta civil, passara o govêrno ao vice-presidente. Mas êste, ainda que enfêrmo também, conservava energias bastantes para repelir o ultimato da Marinha e congregar para a luta, em nome da República, muitas fôrças militares e civis dispostas a cerrar fileiras em tôrno do marechal, certas com isso de amparar a legalidade e salvar o regime.

Sublevada a esquadra na baía do Rio de Janeiro com os canhões voltados para a cidade que era o principal arsenal do Brasil, completava-se o quadro da guerra civil, tanto mais que em todos os Estados se incubavam focos de agitação tendentes a apoiar os marinheiros do Rio e os guerrilheiros dos pampas.

Nessa altura e em face das inúmeras divisões existentes por todo o país, São Paulo foi o maior baluarte da legalidade florianista, primeiro pela firmeza do govêrno Bernardino de Campos e dos velhos republicanos, depois em razão de sua posição geográfica e da prosperidade econômica graças à qual a União pôde sustentar as suas melhores fontes de arrecadação.

O pronunciamento da Armada contra Floriano, além do apoio moral que vinha emprestar à rebelião federalista, colocava praticamente todo o nosso poderio naval do lado adverso ao govêrno. Os nossos maiores couraçados, o *Aquidabã* e o *Riachuelo*, e mais uns pequenos cruzadores e monitores, embora não contassem com tripulações muito adestradas e estivessem com parte das máquinas e da artilharia um tanto danificada, podiam, se empregados num plano bem coordenado com as tropas terrestres, dar muito trabalho ao govêrno e talvez alcançar a vitória.

Mas a revolta naval, apesar do valor dos chefes e da coragem da maruja, não se orientou consoante uma diretriz política e estratégica devidamente combinada com a situação geral do país. Houve hesitações, desperdícios de energia e de bravura em muitas operações parciais. Dessa ausência de método e de uma linha de ação bem assentada resultou logo o declínio no prestígio militar e político da revolta.

A princípio, as notícias transmitidas ao estrangeiro eram favoráveis a Custódio de Melo e deixavam a entender que o movimento revolucionário sairia vencedor. Em várias chancelarias européias esboçou-se um movimento para reconhecer o direito de beligerância aos rebeldes. Em Paris, o ministro do Brasil, dr. Gabriel de Almeida Piza, protestou com tanta firmeza junto ao ministro das Relações Exteriores e ao Presidente Félix Faure, que êste declarou: "Mr. de Piza est un homme terrible!".

Pouco a pouco, devido às flutuações e aos erros do comando, a revolta foi perdendo todos os seus trunfos iniciais em benefício de Floriano e se gastando gradual-

mente numa luta cheia de lances de bravura, mas sem vantagens de ordem militar.

A 14 de setembro, nos dias em que o concurso da esquadra parecia realentar o federalismo, Gumercindo Saraiva lançava uma proclamação em que dizia: “As armas todos aquêles para quem a virtude não é um mito, a liberdade uma ilusão, a justiça uma mentira, o lar um santuário”. Depois expendia queixas contra o governo federal e “contra o carrasco da nossa pátria e o seu laçoi que governa êste Estado”. Asseverava ainda que D. Pedrito, Lavras, Caçapava, Encruzilhada haviam sido entregues pelo Exército.

O manifesto, assinado pelo General-Chefe do 1.º Corpo do Exército Libertador, no acampamento de Irapuá, concluía: “Nossa província não tem donatário, varram o que nos humilha, desonra e empobrece”.

A falta de coordenação entre os guerrilheiros sulistas e a Marinha prejudicou, como vimos, o andamento e o êxito das operações, ao passo que Floriano, arrimado no estado de sítio, punha a esquadra rebelde fora da lei com o decreto n.º 1560 de 10 de outubro de 1893, que rezava:

“Considerando que a bandeira nacional simboliza e exprime a personalidade da União, a perpetuidade da Pátria e sua soberania internacional,

Decreta: art.º I — Para todo e qualquer feito de direito privado, público e internacional, são declarados destituídos de suas imunidades, privilégios e prerrogativas, e bem assim privados da proteção da bandeira nacional, os navios de guerra, os navios de comércio armados e as fortalezas dos revoltosos que auxiliam a revolta”.

Firmavam o decreto: Firmo Chaves, Marinha; Fernando Lôbo, Justiça e Negócios do Interior; Carlos

Augusto de Carvalho, Relações Exteriores; Felipe Pereira, Indústria, Viação e Obras Públicas; Felisberto Freire, Fazenda.

As notícias iniciais da revolta causaram estupefação e extraordinária indignação aos republicanos sinceros. Muitos dêsses, sob o efeito da desordem generalizada, sentiram-se exasperados e propensos a descobrir debaixo dêsses motins a mão oculta de restauradores monárquicos, talvez estipendiados ou ajudados por agentes de potências estrangeiras. Bem cultivado, êsse espectro restaurador serviu para alimentar, quando não entusiasmos, pelo menos, ódios e rancores muito úteis para entreter a luta fratricida.

Aristides Lôbo, a quem várias vêzes recorremos para auscultar as reações de um republicano de inexcedível patriotismo e sinceridade, pela primeira vez perdeu a calma nos seus comentários jornalísticos, ordinariamente tão comedidos e ilustrados pela fina sagacidade de psicólogo e profundo conhecedor da índole política do Brasil. As suas crônicas sôbre êsses acontecimentos espelham o desgosto do republicano, temente de ver naufragar a obra de 15 de novembro e o país afundar no caos e na esterilidade das lutas sem ideal nem objetivo cívico.

A impressão dêsses navios revoltados e, de quando em quando, despejando os canhões sôbre alguns pontos da cidade, arranca-lhe esta expressão de cólera: "Jamais o mundo presenciou espetáculo tão indigno e tão hediondo".

Por certo a troca de balaços entre as fortalezas legalistas e os navios rebeldes perturbava a vida comercial e industrial da cidade e constituía perigo constante para os transeuntes, a todo instante ameaçados de cair fulminados por uma bala perdida ou pela explosão de

um obus. Os jornais do Rio, mormente o "País", cujo noticiário sôbre os episódios de rua é muito minucioso, dão conta dos acidentes produzidos por êsses tiroteios praticados a esmo, sem alvo prôpriamente militar e dos quais diâriamente procediam vítimas inocentes. Meses seguidos, lêem-se invariavelmente êsses breves relatos de sinistros provocados por balas e granadas extraviadas nas ruas, nas residências populares, perfurando paredes, atravessando muros de quartos e de quintais e vindo colhêr dentro de casa ou na via pública transeuntes a caminho de seu serviço, mulheres em labuta doméstica ou crianças a brincar nos jardins ou nos passeios. Nesse duelo ingrato de artilharia e de descargas de fuzis, os mais atingidos eram quase sempre pessoas do povo, apanhadas de surpresa por estilhaços e projéteis que despedaçavam têlhas ou móveis e se insinuavam em tôdas as espécies de casas, visitantes indesejáveis que, além dos sustos e estrondos, ocasionavam contínuo desassossêgo e sofrimentos físicos muitas vêzes fatais.

Aliás, êsse sistema de atirar à toa, sem noção de responsabilidade, vamos vê-lo muitos anos mais tarde em São Paulo, no correr da revolução de 1924, onde se consumiram inútilmente milhões de tiros de fuzil, sem falar nos canhoneios desperdiçados sôbre uma cidade aberta e cujos bairros mais populosos foram varridos à metralha com uma inconsciência pasmosa.

O mais triste nos episódios de 1893 é que a cegueira partidária levou os jornais governistas a reclamar a intervenção alienígena contra a esquadra rebelde e a preconizar o desfôrço dos navios de guerra estrangeiros para a reparação de supostos brios ofendidos pelas belonaves brasileiras!

Ao passô que essa atitude era censurada por órgãos da imprensa estrangeira editados no Brasil, que aconselhavam os brasileiros a resolver as suas pendências entre si, sem interferências estranhas, os periódicos governistas, tomados de fúria, solicitavam em altos brados as represálias dos canhões estrangeiros para castigar a esquadra de Custódio de Melo.

Como nas primeiras semanas dêsse combate entre terra e mar os vasos de guerra estrangeiros surtos na Guanabara se mantinham estritamente neutros, de acôrdo com os preceitos internacionais, um brasileiro eminente, de grandes responsabilidades na propaganda e na República, até então sereno e superior às mesquinhas paixões da política, não se conteve e irritado pela neutralidade dos diplomatas estrangeiros chegou a lançar de público estas palavras:

“Seria bom que caíssem balas nas legações dêsses países. . .”

A ira partidária levava um homem puro e de nobres sentimentos altruístas a desejar para a sua pátria um gravíssimo incidente, a fim de ver estrangeiros transformados em agentes de punição de militares patrícios contrários às suas teorias ou tendências políticas.

Sob a alegação que o Rio era uma cidade aberta e não podia servir de objetivo aos bombardeios, mas no fundo unicamente por motivos de pressão internacional e para resguardar apenas interêsses materiais de negociantes estrangeiros, os comandos dos navios de guerra europeus e norte-americanos, de acôrdo com os ministros das respectivas nações, constituíram um verdadeiro comitê de contrôle da luta e delimitaram a área da batalha, sob pena de intervirem pela fôrça contra a esquadra rebelde. Os jornais legalistas jubilaram com tal decisão,

que restringiu consideravelmente a capacidade de ação da esquadra revoltosa e permitiu ao govêrno artilhar as principais posições táticas da baía, para destruir o adversário sem perigo de uma resposta à altura do ataque.

Nessa intervenção internacional, provocada pelos próprios brasileiros, só os alemães se mostraram completamente neutros e recusaram partilhar de gestos que reputavam atentatórios da soberania de um país que devia dirimir suas contendas internas sem os empecilhos e as intromissões da ameaça exterior. Os mais violentos foram os americanos. Ainda não estava bem firmada nessa época a política da boa vizinhança, de sorte que o almirante Benham, além de exigir brutalmente que os navios revoltosos não tocassem em nenhum depósito de carvão e deixassem até passar os armamentos destinados ao govêrno, declarou sem rebuços que em caso de desobediência os trataria como piratas e corsários e os meteria a fundo.

Os almirantes brasileiros responderam altivamente e reivindicaram os direitos naturais a uma revolução e as condições de justiça e reciprocidade que cumpria aos estrangeiros manter na questão. Mas a fôrça sobrepuja o direito... dos fracos.

Joaquim Nabuco, num trabalho sôbre a intervenção estrangeira na revolta, narra miudamente êsses fatos e os comenta sem dúvida com os reflexos sentimentais do antigo monarquista, magoado pelos novos donos do poder. No entanto, os fatos que cita e os documentos que insere e que abrangem tôdas as notas trocadas entre os comandos navais e os diplomatas, provam à farta a importância que tal intervenção assumiu e quanto facilitou a defesa e depois a vitória do govêrno.

Nas primeiras semanas da sublevação, as evoluções da esquadra e os combates com as fortalezas legais e as baterias costeiras de certa forma constituíram para a população uma fonte de espetáculos atraentes. Os leitores dos jornais começavam a familiarizar-se com os termos técnicos referentes às operações e com as marcas e particularidades dos engenhos bélicos.

Nos cafés e nas calçadas da rua do Ouvidor apreciavam em chusma os entendidos em canhões Krupp, Canet, em metralhadoras, torpedos e explosivos. E enquanto discutiam, o ribombo dos morteiros e das peças dos couraçados entreteinha os prognósticos dos estrategistas amadores.

Um viajante alemão que assistiu a êsses acontecimentos e publicou sôbre o Brasil um livro bem documentado e imparcial, descreve essa atmosfera: “Nos primeiros meses da revolução a baía do Rio tinha muita semelhança com a cena de um teatro, de que a praia formou a platéia, as casas dos cais os camarotes, e os altos da cidade as galerias, de onde muitos espectadores olhavam com telescópios mediante a quantia de 40 réis, tendo diante dos olhos o espetáculo interessante de uma batalha naval, na sua realidade — sem, aliás, correrem muito perigo, porque o mar engolia quase-tôdas as balas”.

E ao mesmo tempo — aduziremos — engolia importâncias consideráveis, que desfalcavam o tesouro anemiado do país e obrigavam o govêrno de Floriano a pesadas despesas para conter o ímpeto da guerra civil.

Ao cabo de alguns meses, porém, êsses tiroteios e canhoneios se tornaram monótonos para a assistência e os atores da tragicomédia.

A adesão de Saldanha da Gama à revolta, saindo do estranho estado de neutralidade que mantivera, ajuntou

um ato de surpresa e emoção à rotina banal desses combates. O ilustre almirante, a quem o citado autor alemão se refere como “fidalgo de raça”, voltou contra o governo os canhões da Ilha das Cobras e acrescentou à esquadra rebelde o cruzador *Tamandaré* e mais alguns vapores auxiliares. Aquêlê cruzador, construído nos estaleiros da ilha, mas de deficientes qualidades náuticas, saiu de sua toca com uma lerdeza de tartaruga, mal desenvolvendo a velocidade de seis milhas, e foi postar-se ao lado do “Aquidabã” para fazer fogo contra Santa Cruz.

O *Aquidabã*, o *República* e o *Javari* eram os vasos de guerra de melhor porte, apesar de nem tôda a sua artilharia funcionar e de parte das máquinas se encontrar avariada. Os outros navios não possuíam valor combativo, de modo que a precariedade do material e as incertezas e vacilações do comando, mal articulado com o movimento federalista do sul, foram gastando o entusiasmo inicial da revolta e transformando o espírito de ação numa enervante “tensão de vigília”. Fracassadas as tentativas para tomar pé no Estado do Rio e convertido em sangue malôgro o ensaio de captura da ponte da Armação em Niterói, a esquadra insurgente, exausta e reduzida a tripulações enfêrmas e sem recursos sanitários, viu-se forçada, para não cair nas mãos de uma legalidade sequiosa de vingança, a recorrer ao asilo da corveta portuguesa *Mindelo*, comandada pelo digno Capitão Augusto de Castilho. Sem a hospitalidade concedida pelo ilustre oficial português centenas de brasileiros teriam sido trucidados para satisfazer a sanha de vencedores, instigados por foliculários histéricos.

Os restos desses contingentes da maruja revoltados desembarcaram em Montevidéu e foram juntar-se aos últimos núcleos federalistas.

E como consequência de um gesto de humanidade e fidalguia do Capitão Castilho, o govêrno brasileiro rompeu as relações com Portugal, entregando os passaportes ao ministro luso no Brasil, Conde de Parati, ato que consternou verdadeiramente a nação portugueza.

O final da revolta foi lúgubre. No Rio, abandonadas a esquadra e as fortalezas e marcada a data de entrada de uns vasos de guerra adquiridos no estrangeiro e comandados pelo Almirante Jerônimo Gonçalves, as baterias acumuladas sôbre os morros e em vários redutos da cidade abriram infernal bombardeio de peças de todos os calibres sôbre as carcaças vazias das belonaves e sôbre os fortes reduzidos a ruínas. Imenso e espetacular fogo de artifício, clareado pelos holofotes cujos feixes espancavam armações sepulcrais e pedras desmanteladas. Triste prazer do vencedor, que se completou com o sadismo de inúmeras vinditas, execuções e assassinios que enodoam essas páginas da nossa história. As únicas vítimas vingadas foram as estrangeiras, para as quais o país teve que pagar vultosas indenizações. As nacionais foram trucidadas sem reparação e sem justiça.

No sul, após muitos encontros entre as colunas florianistas e castilhistas de um lado, e federalistas do outro, a vitória sorriu às fôrças legais, salientando-se entre os principais chefes vencedores os nomes de Pinheiro Machado, General Hipólito Ribeiro, General Ribeiro Lopes e Fernando Abott. A luta entre a gente brava e cavalleiresca dos pampas também foi marcada por tristíssimos feitos e chacinas dignas de ilustrar o fanatismo de Solano de Lopes e de Manuel Rosas.

A batalha de Ianduí marcou a clarinada da vitória, mas os vencidos caíram também com glória e heroísmo.

Gumercindo morreu em combate a 10 de agosto de 1894 e Saldanha da Gama, o "fidalgo de raça", pereceu como um cruzado e o cadáver foi profanado por inimigos sedentos de ódio.

A nobreza histórica do Brasil, frase empregada por um jornalista francês a propósito do remate das nossas lutas cívicas, apagou êsses rancores. A Nação glorificou em Floriano o Marechal de Ferro, cuja estátua se ergue numa das principais vias públicas do Rio. E o nome de Saldanha da Gama é honrado como um dos mais belos perfis morais da nossa Marinha.

Neste ponto imitamos, sem o querer, a Inglaterra, que conserva com o mesmo respeito em Londres, a poucos passos uma da outra, as estátuas de Cromwell e de Carlos I, do grande caudilho revolucionário e do rei por êle mandado ao cadafalso.

Era mister, ao tratarmos dêsse período da nossa vida republicana, durante o qual São Paulo permaneceu firme ao lado de Floriano, recordar, nem que fôsse pela rama, eventos cujas consequências se fizeram sentir, após muitos anos de aparente esquecimento, na marcha dos destinos nacionais.

Depois da morte de Júlio de Castilhos, o pontífice do positivismo, a governança do Rio Grande do Sul ficou mais de vinte anos, numa perpetuidade antidemocrática, nas mãos seguramente honestas, mas muito secretárias de Borges de Medeiros. Foi necessário um novo levante no sul para o grande Estado fronteiriço usufruir as regalias da constituição de 1891. No levante libertador de 1923, reapareceram num verdadeiro *Debout les*

morts! os nomes gloriosos da revolução federalista: Zeca Neto, Azambuja, Barros Cassal, Assis Brasil, Portinho, Maciel e tantos outros. Dominada a revolução de 1924 em São Paulo, novamente no sul se reagruparam núcleos civis a auxiliar a parte do Exército que continuava a revolução encetada pelo General Isidoro Dias Lopes em São Paulo. Foi nessa altura que surgiu o Capitão Luís Carlos Prestes a iniciar a marcha da célebre Coluna pelo Brasil inteiro.

Os gaúchos brasileiros, como os carlistas na Espanha, permaneceram fiéis às doutrinas e às crenças cívicas pelas quais os pais haviam combatido. Se na doutrinação democrática brilharam o talento de Batista Pereira e a oratória de Luzardo e de Artur Caetano, as armas dos guerrilheiros tornaram a reeditar as façanhas dos ancestrais.

Como efeito dessas lutas nasceram a pacificação dos partidos, a subida de Getúlio Vargas e o lançamento de um nome rio-grandense à presidência da República, como candidato da Aliança Liberal. Na revolução subsequente, que marcou a segunda República, os aliados gaúchos se desavieram e uma parte aderiu ao constitucionalismo de São Paulo. Restabelecido, porém, o regime constitucional, foi êste derrubado e substituído por um sistema autoritário muito imbuído de princípios castilhistas, encaixados na Carta do Estado Novo.

Na atualidade, é do sul que partem os apelos mais tenazes e fundamentados em prol do sistema parlamentarista. E é interessante assinalar que duas constituições, a de 1934, salada mista de tendências democráticas e corporativistas, e a última, de 1946, consignam, na obri-

gação dos ministros comparecerem às câmaras, processos característicos do regime parlamentar. As prédicas de Gaspar da Silveira Martins ecoam, portanto, e com grande ressonância, na vida política do Brasil.

Eis as razões por que, neste capítulo, nos sentimos obrigados a consagrar algumas páginas à revolução de 1893-4.

Nos anos seguintes, da posse de Prudente de Moraes até a presidência de Rodrigues Alves, a República federativa se consolidará, mas no subconsciente da Nação continuarão a abrigar-se idéias e tendências que os eventos futuros vão trazer à tona e que influirão profundamente na evolução da sociedade brasileira.

CAPÍTULO X

NA recapitulação sumária dos acontecimentos relativos à revolta de 1893-4, tivemos a ocasião de frisar a inteira adesão de Jorge Tibiriçá à causa florianista, esposada pela quase totalidade dos republicanos de São Paulo, por lhes parecer indubitavelmente a causa da ordem e da salvação da República.

Jorge Tibiriçá, espírito calmo e refletido, desgostara-se muito com os excessos a que foram conduzidos partidários e adversários de Floriano. Queria naturalmente que o governo constituído pelo Marechal em defesa do regime e que visara ao restabelecimento do poder legislativo dissolvido por Deodoro, abafasse a revolta por um princípio de ordem, sem, todavia, cair na exaltação a que se viram arrastados muitos elementos, não tanto por amor à República quanto em defesa da atitude pessoal que haviam tomado. Para Tibiriçá, a luta separava os republicanos fiéis à legalidade dos republicanos extraviados e levados sem razão para o campo insurrecional, modo de agir contrário ao espírito democrático e que encaminharia o país para os processos do caudilhismo latino-americano. Os velhos republicanos históricos aspiravam a um regime forte, de autoridade bem assentada, pois sempre alegavam a instabilidade dos gabinetes da monarquia. Em face da revolta do sul e do levante da marinha sentiram-se profundamente abalados e por isso optaram pela intransigência de Floriano, cer-

tos de assim evitar para o futuro a repetição de qualquer aventura revolucionária para resolver uma crise política.

Como homem de ordem e cioso da conservação e da estabilidade da República, Jorge Tibiriçá prestou inteiro apoio à ação de Bernardino de Campos em prol de Floriano, embora visse com tristeza muitos aspectos da luta fratricida e lamentasse o espírito simplesmente faccioso e personalista de muitos grupos, mais propensos a defender um chefe momentâneo do que um ideal.

O perigo do florianismo consistia justamente em combater os adversários da ordem republicana com certo exagêro sectario que se tornaria igualmente nocivo às instituições. Muitos florianistas, criando uma espécie de fidelidade fanática ao vice-presidente, pensavam erigi-lo ditador, sob a capa de salvar a República. Quer dizer, fomentavam um caudilhismo tão detestável quanto aquêl que pretendiam combater. Tibiriçá, sincero e firme adepto do Marechal, repelia tôda sorte de apologias e de faccionismos em tôrno de um homem. Totalmente avêso ao recurso à violência de que se tinha valido Deodoro ao dar o golpe de Estado, entendia que a resistência férrea de Floriano era um remédio necessário para defender a Constituição de 1891 e impedir a desagregação do regime. Julgava imprescindível vencer os revoltosos, porque reputava a estabilidade do poder legal o único meio de restaurar o crédito do Brasil no estrangeiro e evitar o desprestígio da República. Uma revolução, nas condições em que havia deflagrado a que ensanguentara o país, lhe parecia um desastre para o crédito e para o trabalho nacional. Desperdiçavam-se importantes elementos da fortuna pública, perturbava-se o comércio, rodava o câmbio para taxas cada vez mais vis e estimu-

lava-se a especulação em vez de organizar de forma moralizadora as atividades produtivas.

Muitos erros cometeu Floriano, mas uma virtude essencial lhe garantiu o respeito dos bons republicanos. Era êle fundamentalmente honesto e incapaz de permitir que à sombra do govêrno se tramassem negócios escusos. No decurso de longos meses de luta não pôde evidentemente proibir jogatinas perniciosas de bôlsa e de câmbio nem evitar que muitos fornecedores de mantimentos e munições carregassem nos preços, dada a urgência de certas encomendas para atender à defesa da legalidade. Eram abusos inevitáveis que o govêrno se viu coagido a sofrer devido às contingências internacionais e aos azares da luta interna. Na esfera do poder federal, porém, não consta que se hajam praticado traficâncias ou atos condenáveis de advocacia administrativa. Uma revolução custa muito caro e a de 1893-4 sañgrou abundantemente o erário nacional. Sangria proveniente das exigências para sustentar a luta, pagar os soldos das tropas e comprar armamentos no estrangeiro. Não se apontam, entretanto, nas despesas do Tesouro, fatos que desabonem a conduta dos auxiliares do govêrno e permitam lançar sôbre os homens públicos da época a pecha de venais ou corrompidos. Floriano contou com a adesão de muitos espíritos impulsivos que sonhavam em ditadura. Êsses, na hora da vitória mostraram-se impiedosos e cheios de rancores. Pregavam vinditas implacáveis e cometeram crimes nefandos. Não foram, porém, tais exaltados os maiores esteios da legalidade. Os adeptos mais eficientes de Floriano e da lei foram os cidadãos que, como Jorge Tibiriçá, cerraram fileiras em tôrno do vice-presidente, certos de amparar um militar de ânimo forte e sobretudo de uma probidade inatacável. Essa

limpeza de procedimento e a vontade férrea de Floriano é que fundiram o bloco de defesa republicano empenhado em derrotar a revolta, para marcar com semelhante exemplo a solidez das novas instituições e a impossibilidade de criar no Brasil o clima do caudilhismo e dos pronunciamentos.

Ao traçarmos esta biografia de Jorge Tibiriçá, temos insistido sobre os acontecimentos ocorridos durante a sua vida, por se tratar de uma figura de político, cuja carreira culminará no cargo máximo do Estado e num período de grandes dificuldades para a vida paulista.

Vimos como o ilustre rebento de uma família de tradições agrárias e de grandes serviços prestados à preparação da República e ao regime instaurado em 1889, desempenhou as funções de segundo governador de São Paulo e serviu com notável eficiência o governo Bernardino de Campos, como titular da pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O administrador mostrou-se nesses postos de responsabilidade perfeitamente à altura do propagandista republicano. Dedicou-se ao Estado com honradez, patriotismo e espírito público, sacrificando até interesses pessoais para corresponder às imposições de um momento histórico vital para São Paulo e as instituições.

Por motivos de família e por injunções diversas, além da inclinação espontânea para a vida pública, Jorge Tibiriçá foi arrastado para a política e sem dúvida se empoçou por seus lances. A política, de fato possui uma força de atração que atua poderosamente sobre os que se deixam prender nas suas malhas. É uma sereia que encanta e também impele os incautos a muitas desilusões e naufrágios.

Desambicioso de prestígio e posições e de uma índole inteiramente avêssa a orgulhos e exhibições, Tibiriçá,

dado o seu idealismo republicano, não queria desertar do pôsto que lhe coubera na defesa do regime, embora parentes e amigos várias vêzes o aconselhassem a desistir de atividades que lhe traziam mais dissabores e prejuízos que satisfações.

A êsse avisos se opunham os de amigos e correligionários, conhecedores da sua fibra e probidade, a insistirem para que êle continuasse na política. O certo é que no meio das lutas, intrigas e choques da vida pública e no labirinto dos interêsses e colisões que ela provoca, sentiu-se êle coagido a prosseguir na lide, prêso na engrenagem em que se agitam tantos sentimentos descontraídos, mas na qual êle só permaneceu para cumprir um dever cívico.

Jorge Tibiriçá, chefe de família

Deixemos, entretanto, agora de lado o político para observar o marido, o pai, o fazendeiro dentro de sua casa, fora das atitudes às vêzes obrigatòriamente convencionais do homem público.

Casado com uma senhora da velha linhagem paulista, como vimos, e sua prima-irmã, Jorge foi o melhor dos esposos. Tinha realmente o senso de família e entre os seus descobria os horizontes da desejada felicidade.

A sua espôsa, moça fidalga que privara na Côrte e varias vêzes estivera em contacto com a família imperial que por duas vêzes se hospedou na casa do seu pai quando em visita à província de São Paulo, sustentava a linha de nobreza e alta distinção da família. Prezava as instituições monárquicas e, por educação e formação espiritual, venerava a religião dos pais, católica apos-

tólica romana. Piedosa e sinceramente praticante, cultuava a fé com tôda a devoção.

Educada e formada, como já dissemos, no Colégio N. S. do Patrocínio, de Itu, possuidora de sólida cultura e de ânimo enérgico, compreendia admiravelmente o marido, do qual era a confidente em todos os assuntos de natureza política. Discordando das opiniões republicanas de Jorge, ouvia-lhe as narrativas de tudo quanto ocorria nas lides da propaganda e mais tarde nas questões relativas aos choques partidários ou aos problemas mais debatidos na administração do Estado. Conselheira avisada e de segura percepção, em muitos casos advertiu o marido contra os embaraços, tropeços e deslealdades que tantas vêzes perturbam a ação e ensombram a carreira do homem público, Jorge confessava-se realmente feliz em companhia da espôsa e dos filhos. Fiel aos princípios materialistas que recebera do pai, respeitava o catolicismo intransigente da consorte, filha do Conde Parnaíba e absolutamente identificada com os sentimentos monárquicos do progenitor.

Essas antinômias de caráter filosófico jamais alteraram a perfeita harmonia do casal e a amizade que unia a família por cima de tôdas as concepções políticas. Jorge, fundamentalmente republicano e ateu, foi o melhor marido que se pode imaginar, sempre respeitador dos pontos de vista de d. Ana e de suas convicções de senhora fervorosamente apegada à religião dos pais e ao regime imperial.

Esse lar, cuja altitude moral já se aquilata por tais amostras de tolerância recíproca foi seguidamente enriquecido pelo nascimento de vários filhos, que são os seguintes: — Leonor, João Tibiriçá Neto, Anita, Georgina. Após essa filha, nasceram quatro meninos, de nome

Jorge, dos quais três faleceram, sobrevivendo Jorge Tibiriçá Filho. Os últimos filhos foram Antônio e Paulo.

Diremos mais tarde algo dessa descendência, entre a qual encontramos pessoas, de relêvo social, que mantiveram e ainda mantêm, nos cargos e atividades a que se consagraram, o renome de um ilustre tronco paulista.

Jorge Tibiriçá, que prezava o lar acima de tudo, sofreu grandemente com o falecimento em tenra idade dos três mencionados meninos de nome Jorge. Êsses golpes o feriram dolorosamente, sobretudo um dêles, dada as circunstâncias particulares em que se deu a perda da criança.

Nos últimos dias do seu govêrno em São Paulo, que assumira como sabemos por decreto do chefe do Govêrno Provisório da República, Marechal Deodoro, no meio das atribulações da política e dos incidentes que ameaçavam o regime recém-proclamado, adoeceu o menino e coincidiu piorar muito o seu estado justamente no dia em que era lavrado o arbitrário decreto de exoneração de Jorge Tibiriçá.

O gesto impulsivo de Deodoro magoou muito Jorge e êsse aborrecimento se acumulou à aflição do pai diante do pequenino enfêrmo, mormente quando teve de deixar rapidamente o palácio onde residia e procurar às pressas uma habitação para mudar-se, o que obteve graças à casa emprestada por um amigo. No correr dessa mudança, mal se havia instalado a família na moradia provisória, faleceu o menino. O que mais acentuou o sofrimento de Jorge, nesse transe, foi saber que um padre, irritado com o governante que havia retomado para o Estado a Igreja do Colégio, exclamou do púlpito que a morte da criança era um castigo divino para o pai, apontado como ateu e inimigo da religião.

Homem profundamente amoroso e sensível, punziu-o amargamente essa objurgatória iníqua, tanto mais que, apesar de seu confessado ateísmo, Jorge era tolerante e respeitador das crenças alheias, como o comprova eloquentemente o fato de haver esposado uma senhora católica, de fé e de prática e com a qual nunca discutiu acêrca dessas questões de fôro íntimo.

Pai extremoso, Jorge Tibiriçá era o companheiro mais velho dos filhos pequenos, com os quais brincava com extraordinária paciência. Esse feitio amorável lhe proviera da mãe, senhora cuja lembrança lhe dava sempre margem às mais comoventes evocações.

Na atmosfera da fazenda, em Ressaca, vivendo com os seus num ambiente muito parecido com o de Itaici, revivia êle com os filhos de certa forma os dias tão felizes transcorridos na fazenda paterna, quando recebia da mãe as primeiras lições de francês e contava sempre com o carinho protetor e a doçura angelical da senhora Pauline Eberlé. A morte dramática da progenitora produzia um grande vácuo no coração de Jorge, de sorte que essas saudades e a súbita interrupção que aquela perda causara na sua vida sentimental o fizeram naturalmente transferir para os filhos as afeições represadas. Era êle todo indulgência e brandura para os pequenos. Pecaria talvez por excesso de bondade, não fôra a intervenção da espôsa, que representava no lar, por necessidades de educação e disciplina familiar, o espírito de vigilância e severidade, severidade que não era senão uma forma de amor maternal destinada a corrigir os exageros de ternura do pai. Jorge, por mais que se sentisse impellido a relevar tôdas as faltas e a tolerar tôdas as alegrias do mundo infantil, acabava por aprovar a firmeza de d. Ana, porque sentia que ela vinha temperar com regras inflexí-

veis de educação e de rigidez moral as fraquezas do amor paterno.

Pensamos haver dado, nas linhas acima, uma idéia muito exata, embora pàlidamente esboçada, da vida íntima de Tibiriçá. No lar, expandia êle a riqueza afetiva que não aparecia senão a pouquíssimos amigos, pois os que tratavam com êle de questões políticas ou de negócios comuns apreciavam a perfeita educação e finura do seu convívio e sentiam-se diante de uma pessoa franca, de uma naturalidade incompatível com fingimentos ou exteriorizações estudadas, mas de uma reserva que, sem afastar ninguém nem opor barreiras aos tímidos, o cercava de defesas que vedavam quaisquer demonstrações de familiaridade.

Vistos os lineamentos morais do cidadão e chefe de família, vejamos agora o lavrador.

Jorge Tibiriçá, lavrador

Em primeiro lugar, Jorge Tibiriçá, pôsto que descendente de uma família que interveio com larga influência nos destinos da província de São Paulo e ligado pelo casamento a outro tronco de grande projeção na vida pública bandeirante, exerceu a política em virtude de sua índole idealista e de seu espírito republicano. Jamais, porém, viveu à sombra da política ou dela se utilizou para a menor vantagem pessoal. Ao contrário, êle pertenceu a uma escola de homens, ainda impregnados de tendências antigas, para os quais a política só exigiu sacrifícios de tôda a espécie, inclusive os de ordem pecuniária, pois em outros tempos e até certa altura do período republicano o comum era a maioria dos po-

líticos sofrerem prejuízos no seu patrimônio particular e não ganharem proventos à custa dos cargos que ocupavam.

De modo que Jorge Tibiriçá foi, antes de tudo, um lavrador, segundo o exemplo paterno e de acôrdo com outros casos da numerosa família a que se filiavam os Tibiriçás, a família Almeida Prado, núcleo de enérgicos pioneiros que nos meados do século passado saíram de Itu rumo aos sertões de São Paulo e desbravaram principalmente a zona de Jaú.

Cabe acrescentar que foi um lavrador abastado devido à herança recebida do pai e que, em 1888, constou de diversas fazendas de um valor venal de centenas de contos, quando o câmbio estava a 27 e no Brasil ainda circulava ouro.

Ao regressar da Europa, em 1879, formado em ciências químicas e doutor em filosofia pela Universidade de Zurique, além de engenheiro-agrônomo diplomado pela famosa escola de Hohenheim, Jorge, depois do seu casamento, entregou-se à exploração da fazenda de Resaca, já que a de Itaiçi, onde o pai montara anos antes o importante engenho do qual já falamos em outro capítulo, ficara sob a administração de gestores indicados pela família.

Os Queirós Teles constituíam outra família de lavradores de prol e serviram a São Paulo como representantes do povo na Assembléia local e à testa do govêrno da província, da qual o Conde Parnaíba foi um dos presidentes mais dinâmicos, atendendo a que imprimiu à questão imigratória rumos modernos e inteiramente acordes com os altos problemas da economia bandeirante.

No exercício da profissão de lavrador e fazendeiro, Jorge Tibiriçá atravessou um dos trechos mais interessantes e agitados da nossa história. Com efeito, chegando ainda da Europa nos dias em que a imigração apenas se esboçava, atuou na fase que se podia considerar a fase escravocrática da nossa formação social e econômica. Durante a infância, quando residia na fazenda de Itaici, dependente do município de Itu e mais tarde de Indaia-tuba, conheceu ele o serviço dos escravos no engenho paterno.

Em 1879, quando praticamente administrador e dono da fazenda de Ressaca, na zona da Mojiana, a maioria dos trabalhadores ainda se compunha de escravos. O homem formado, pai de família e fazendeiro importante, não pôde dispensar o recurso ao braço servil, embora fôsse dos mais entusiastas em preconizar as vantagens da imigração, a fim de substituir gradativamente o braço do cativo pelo serviço de homens livres. Filosófica e moralmente, Jorge era abolicionista e não agasalhava outros sentimentos, a não ser os de um verdadeiro humanitarismo. Não aderiu, entretanto, ao movimento abolicionista, como se operava então por todo o Brasil e que partia sobretudo das cidades e dos centros intelectuais, mais atento ao lado romântico do caso que à consideração das nossas realidades sociais. Jorge queria que se eliminasse o flagelo da escravatura, mas de uma forma planejada, de maneira a se proceder previamente à educação dos cativos e à sua transformação em trabalhadores livres, sem promover uma subversão econômica cujas consequências não se lhe auguravam favoráveis nem para o Brasil nem para os emancipados.

No domínio da bondade, difícil seria encontrar quem excedesse Jorge Tibiriçá, bondade efetiva, fundada no

culto da solidariedade humana, no reconhecimento dos valores individuais sem preconceitos de raça, côr e religião. Republicano e democrata, só exteriorizou, contudo, o seu espírito abolicionista sob a forma de idéias tendentes a preparar paulatinamente homens livres, capazes de se incorporarem à comunidade nacional após um estágio de adaptação à liberdade e não através de um violento impacto na economia brasileira. Receava êle a abolição brusca e sob a forma de vindita ou de explosão de sentimentalismo, visto que a destruição das nossas elites por meio de um choque econômico, a par da eliminação de muitos senhores incapazes, viria ferir gravemente as fôrças produtivas do país. Era esta uma das razões por que alvitrava uma política racional de imigração e povoamento, dando-se sempre preferência aos camponeses europeus e aos homens que procurassem a terra.

Êle e o sogro, Conde Parnaíba, pensavam da mesma forma a respeito do delicado problema e o discutiam com tôda a franqueza, perfeitamente identificados quanto aos métodos para fomentar a vinda de imigrantes, pôsto que divergentes acêrca do regime futuro do Brasil.

A fazenda de Ressaca e a Mojiana

Ao falecer o pai ficara êle dono de várias fazendas, entre as quais Itaici, Tranqueiras e Ressaca, as duas primeiras no município de Itu e a última na Mojiana.

Itaici, conforme relatamos em páginas anteriores, tinha sido explorada principalmente para a cultura do açúcar e o funcionamento de dois engenhos, considerados por volta de 1860 como os melhores da província e que proporcionaram grandes lucros.

Aconteceu, entretanto, com o açúcar o mesmo que com o chá, os vinhedos, o trigo e o algodão. Depois de empreendidas com entusiasmo essas culturas, originadas do esforço exclusivo de lavradores brasileiros, caíram em decadência e tudo cedeu ante a marcha irresistível do café. Só a rubiácea é que se implantou como riqueza permanente e capaz de suportar tôdas as pragas naturais e arcar com as baixas periódicas de preços. Ante a mobilidade e a instabilidade da nossa economia agrícola, a família Tibiriçá acabou por se dedicar ao café, a mais sólida e duradoura das culturas nacionais, sem embargo de haver sofrido também os efeitos da crise de braços, do desgaste das terras e do deslocamento das zonas produtoras.

Um gênero tão importante na formação da riqueza provincial, como o açúcar, chegou a desaparecer quase completamente da produção paulista e só veio a provocar novo surtô de interêsse quando da fundação dos engenhos centrais, em 1875, devido ao estímulo emprestado pelo govêrno imperial a uma cultura ameaçada de ruína e com a qual se constituíra nos tempos coloniais a opulência da economia nortista.

Itaici esboçou uns retornos de prosperidade por ocasião da abertura da Ituana, cujos trilhos passavam ao pé da fazenda. Em 1873 as locomotivas silvavam nas próprias terras do latifúndio familiar. Mas a zona outrora sede de grandes emprêsas agrícolas e em que se fundaram sólidas fortunas ituanas, não tardou em perder o valor, dada a melhor qualidade das terras novas na Paulista e na Mojiana, para onde se deslocaram muitos lavradores de velhos troncos bandeirantes. A própria via férrea na qual se haviam depositado muitas esperanças mostrou logo pelas dificuldades financeiras que

a assoberbaram o reflexo de decadência ou pelo menos do estacionamento econômico da região, ao passo que na direção de Campinas e dali em diante, no caminho de Moji Mirim, Ribeirão Preto, Casa Branca, as novas lavouras iniciaram um período de florescimento que se prolongou até os nossos dias.

A Ituana, como se vê nos relatórios de alguns presidentes da província, mereceu frequentes críticas e referências pouco lisonjeiras à imperfeição do seu tráfego. Um dos administradores provinciais aludiu a ela em termos que se aplicaram muito tempo à Central do Brasil, pois fala em várias deficiências técnicas e administrativas e menciona dormentes apodrecidos, excesso de velocidade, falta de maquinistas hábeis. Conjunto de falhas que lhe traziam mau renome e justificavam o ônus integral que a estrada representava para o governo, visto que não produzia renda, apesar da importância de prolongamento até Capivari, Piracicaba e Tietê e da participação na linha de vapores fluviais criada para complemento da via férrea.

A Paulista, ao contrário, fundada sob tão bons auspícios, prosseguiu na sua rota de progresso e levou os trilhos além de Rio Claro, indo ao encontro das lavouras que se estendiam na direção de Santana de Parnaíba e passando por São Carlos e Araraquara.

Uma prova, entre outras, de que se tratava de uma entidade sólidamente constituída e próspera, foi patenteada pela restituição que a estrada fez ao Estado de juros garantidos para alguns ramais.

Essas circunstâncias levaram os Tibiriçás a centralizar as suas atividades principalmente em Ressaca, outra propriedade magnífica de mais de mil e cem alqueires, situada no tronco-mestre da linha Mojiana, a noroeste de Amparo e a meio caminho aproximadamente entre

Campinas e Moji Mirim. Depois de 1870, tóda essa zona, ao lado da Paulista, formou o campo de expansão do café e para ela confluíram centenas de famílias que foram encontrar-se, como já dissemos, com pioneiros que desciam de Minas.

Da família Almeida Prado, muitos membros seguiram em demanda de Jaú, em pleno sertão, antes do lançamento da estrada de ferro paulista que, em 1879, ano da chegada de Jorge Tibiriçá da Europa, alcançava como terminais Rio Claro e Piraçununga. E' certo que já nessa época muitos fazendeiros se adiantaram para as bandas de Casa Branca, São Simão e Ribeirão Preto, mas em grande parte tratava-se de desbravadores. O incremento cafeeiro se operava ainda nas vizinhanças dos principais ramais ferroviários.

Ao falar da fazenda de Ressaca não é possível omitir algumas considerações a respeito da Companhia Mojiense de Estradas de Ferro. Essa ferrovia, nascida de um movimento espontâneo de importantes lavradores foi, como a Paulista, fruto de iniciativa privada e da contribuição de capitais brasileiros.

Um dos principais, talvez o principal ideador e incorporador da Estrada, foi o dr. Antônio de Queirós Teles, futuro Conde de Parnaíba e tio e sogro de Jorge Tibiriçá. Queirós Teles, primeiro presidente, grande acionista e animador incansável da Companhia, dirigiu-a durante vários anos com suma dedicação e competência, imprimindo-lhe diretrizes sempre condicentes com o progresso financeiro da empresa e da região por ela servida.

Desde o início, no dizer dos contemporâneos, surgiu como empreendimento bem planejado e administrado, com o capital de 3 mil contos, juros de 7% e privilégio por 90 anos.

Companhia gerida com todo o critério e debaixo de uma supervisão técnica confiada a engenheiros de reconhecida capacidade, assinalou até 1913 uma curva ascensional de prosperidade. A não ser em breves períodos, como nos meses agitados da revolta de 1893-4, pagou sempre em dia dividendos mais que razoáveis e aumentou gradativamente o seu capital, de modo a ajustá-lo ao crescimento da linha, cuja capacidade de expansão foi tolhida pela política egoística da São Paulo Railway.

A Mojiana, em dado momento, pelas alturas de 1892, tentou levar os trilhos até Santos, plano que foi contrariado e prejudicado pela inglesa, ora com dificuldades de entrega de material, ora pela pressão política exercida em Londres com o fito de dificultar empréstimos às companhias nacionais.

Jorge Tibiriçá ocupou o cargo de diretor da Mojiana de 1888 a 1890 e estudou, durante a sua gestão, a possibilidade da fusão com a Companhia Paulista. A idéia não vingou, com grave dano para a política ferroviária brasileira, que ficou na dependência do capital estrangeiro.

Como administrador de uma entidade tão entrosada com o desenvolvimento da agricultura paulista, Tibiriçá inteirou-se dos múltiplos aspectos concernentes à questão dos transportes e ganhou conhecimentos que lhe permitiram ajuizar com segurança da situação das estradas de ferro em relação às necessidades do público e dos produtores. O cafeicultor analisou de perto e de dentro os segredos financeiros das ferrovias e pôde avaliar até que ponto se justificavam as pretensões de outras companhias, com referência ao custo dos transportes, aos salários, às tarifas cobradas para passageiros e mercadorias. Anos depois, na presidência do Estado, Tibiri-

çã exigirá das estradas de fêro prestações de contas e limitará as exigências formuladas para elevar os preços dos fretes, notadamente do café. O primeiro magistrado de São Paulo pôde coibir abusos e defender a lavoura, porque estava a par de muitos segrêdos de política e de escrita das emprêsas de serviços públicos.

Acompanhemos agora a ação de Jorge à testa de suas importantes propriedades agrícolas.

Na Fazenda Ressaca, onde Jorge Tibiriçã residiu vários anos a fio e onde alguns de seus filhos nasceram e foram criados, encontrou êle um ambiente extremamente parecido com o de sua infância em Itaici. O filho do senhor de engenho ficou, por sua vez, grande senhor rural.

A Casa Grande de Ressaca, menos solene e impressionante que o solar de Itaici, era um vasto prédio de taipa, de um só andar térreo, sòlidamente construído pelos escravos. Extensa varanda corria ao longo da fachada. Prédio simples, de janelas amplamente rasgadas, com a entrada principal flanqueada por dois coqueiros, estampava o velho tipo de morada das fazendas paulistas.

No mobiliário, na disposição interior, tudo lembrava a fazenda paterna. Salões grandes e de grossos madeiramentos, mesas e cadeiras maciças e ausência de ornatos supérfluos. Nos artefatos caseiros e nos objetos de uso doméstico, a mesma série de peças antigas, que faziam parte obrigatòriamente das mansões tradicionais. No salão, o relógio de carrilhão, geralmente de importação inglêsa ou francesa; roupas de camas de linho de procedência estrangeira e louça fina com jogos de copos de cristal.

Na cozinha, os grandês tachos e caldeirões, os potes com água e a talha, com o côco para as empregadas beberem.

A paisagem humana, durante muitos anos, até que apareceram os primeiros colonos contratados, comportava naturalmente o pessoal ligado à administração, os camaradas, carroceiros e serventes livres de várias categorias. Para o grosso do trabalho no cafèzal e para várias tarefas domésticas, o inevitável núcleo de escravos que até a abolição formavam o principal elemento de mão-de-obra rural. Verdade que não se pode apagar da história e que é escusado querer cancelar do nosso passado.

De manhã os escravos, despertados pelo toque do sino que lhes anunciava a alvorada, erguiam-se das esteiras ou catres em que passavam a noite, na atmosfera de uma cela que tresandava a bafio e impregnada pela exalação dos corpos.

Faziam ouvir vagos queixumes ou se entregavam logo à algazarra própria de sua raça. Mas tinham que atender imediatamente aos chamados imperiosos dos feitores que corriam ao longo da senzala, abrindo as trameças das portas e tangendo para fora dos cubículos os pobres sêres estremunhados.

Após uma rápida ablução, juntavam-se todos no centro do pátio, onde se alinhavam sob a vigilância dos guardas, homens e mulheres separados, todos pés descalços, vestidos com roupas de baetas e às vêzes enleados em trapos ou cobertores nos dias de frio. Aí recebiam uma leve refeição composta de uma caneca de café e bolos de fubá, calorias necessárias ao motor humano até a hora do almoço.

Devidamente contados e colocados em fila, iniciavam a marcha a dois de fundo. Conduzidos em turmas pelos feitores, que davam as vozes de comando, passavam em revista diante do senhor, murmurando obrigatoriamente "Louvado seja N. S. Jesus Cristo", palavras de que se ouvia apenas o resmunear: "Vosso Crisso".

Assim se manobrava o instrumento humano de trabalho quando levado para a roça ou para o eito, como então diziam.

Pelo que toca ao valor dessa estranha propriedade, colhemos as seguintes preciosas informações no relatório do Banco de Crédito Real publicado na imprensa em Março de 1885:

"A avaliação das propriedades, base capital de garantia dos empréstimos, continua a merecer a mais solícita atenção da administração do banco.

.....

"Quanto ao elemento servil, embora seja êle infelizmente ainda no país e especialmente nesta província, uma das condições garantidoras da prosperidade da agricultura, as circunstâncias novas em que colocaram a melhor intuição dos deveres de humanidade e de verdadeiro patriotismo, não passaram despercebidas da administração do banco, que desde logo anteviu que constituía êle um fator de valor transitório, diàriamente depreciado, e que não devia chegar ao têrmo dos contratos efetuados.

Nos primeiros empréstimos os escravos eram considerados antes como penhor de que o mutuário dispunha de meios para fazer a terra frutificar, do que como real garantia, pelo que se lhes deu um valor pequeno em relação ao que tinham no mercado, muitas vêzes ainda quase nulo, pelo excesso das avaliações sôbre o das quantias

emprestadas além da margem legal. Há muito, porém, que mesmo êste insignificante valor deixou de ser computado como garantia para os nossos contratos. Tem-se continuado a receber os escravos nas hipotecas últimamente feitas, porém o seu valor não tem sido computado no crédito concedido ao mutuário.”

Fazendeiro, Jorge não o foi apenas como explorador da terra, da qual se tiram cafèzais e pastos, para fins exclusivamente lucrativos. Amava realmente o solo e herdara do pai êsse prazer de gozar a terra, de observá-la com enternecimento, de respirar as suas fragrâncias com delícia. Na visita diária que fazia aos cafèzais, principalmente nas épocas das floradas e das colheitas, êle acariciava os galhos dos arbustos, apalpava as cerejas e as fôlhas, fruía plenamente a sensação física de tocar as plantas e haurir os aromas que elas desprendem.

O agrônomo e o senhor rural faziam boa liga. Olhava com satisfação os cafèzais bem carregados, promissores de uma safra abundante, cujos réditos calculava mentalmente. Mas experimentava a emoção do artista, ao verificar o impecável alinhamento dos talhões, a basta vestidura dos cafeeiros vergando ao pêso dos frutos. Era uma vitória da ciência agrícola. O filho do naturalista João Tibiriçá regozijava-se com o bom trato dispensado aos seus domínios. O café que saía de Ressaca atestava nas amostras levadas aos comissários o capricho do dono para obter um artigo de qualidade.

O engenheiro agrônomo, diplomado por umas das mais afamadas escolas do Velho Mundo e de mais a mais filho do naturalista e cientista João Tibiriçá, não poderia dirigir uma grande fazenda como simples lavrador de conhecimentos empíricos.

Tão pouco poderia fazer de suas propriedades um campo experimental, dado que necessitava viver dos rendimentos da terra. O rigor científico não dispensava de recorrer à experiência dos velhos lavradores nacionais, cujas culturas haviam alcançado alto nível de organização e qualidade. Tratava-se de aperfeiçoar os processos em uso e melhorar muitos aspectos do preparo do café e do amanho das terras.

Êsse objetivo foi constantemente apregoado e seguido por Jorge Tibiriçá, a quem não escapavam tôdas as observações relacionadas com o estudo das terras e das suas propriedades físicas e químicas, bem como os dados concernentes aos fenômenos climatéricos. Os próprios trabalhos e artigos do pai a êsse respeito inseriam lições sempre lidas e anotadas pelo filho.

Observador consciencioso, das condições do nosso meio rural e prezando o alto valor da cultura cafeeira, cuidou êle de caprichar na escolha de sementes e mudas, por meio de viveiros preparados com as variedades mais selecionadas.

Recomendava sempre aos seus colegas lavradores que zelassem pela qualidade do produto, pois essas despesas se compensariam pelas diferenças de preços e a boa reputação do artigo saído das fazendas paulistas. Mostrava que o critério da quantidade, sem velar pela boa apresentação do gênero, era política errada, de efeitos prejudiciais em face da competição que se antevia para os cafés de outras procedências.

No que respeita ao cuidado para o trato das terras, mostrou-se propagandista insistente dos métodos hoje apregoados como novidade para restaurar as chamadas terras cansadas. Fazia questão de manter na fazenda

algumas centenas de cabeças de gado, principalmente para a obtenção de adubo natural.

Nesse particular mostrou-se de um rigor intransigente e não cessava de clamar contra a incúria dos agricultores alheios a tais pormenores e que só queriam cafèzais em terras novas, carregadas do húmus deixado pelas matas derrubadas e as queimadas.

Da educação e da cultura européia guardou bem vivo êsse respeito e amor à gleba, digna de todos os carinhos e que retribui generosamente na proporção do que recebe, mas castiga os que se contentam em explorar-lhe a seiva. O camponês na Europa sucede aos pais e avós no mesmo naco de chão e não dispõe de reservas como nos países novos. Emprega, portanto, todos os meios para sustentar a fertilidade de pequenas áreas, cuja produção não decai devido aos cuidados consagrados a esterçar os campos e nêles operar a rotação das culturas, intercalada de repousos periódicos. Tais pontos de vista, na aparência corriqueiros e banais, eram partilhados por poucos agricultores brasileiros, geralmente confiantes na possibilidade de se estenderem em zonas virgens cada vez mais afastadas.

Amigo da natureza e das árvores e convicto da necessidade de preservar uma parte do nosso patrimônio florestal, Jorge timbrava em conservar amplos trechos de mata primária e mesmo as capoeiras sobreviventes às devastações anteriores. Referia-se muitas vèzes ao papel de defesa que as matas desempenham e condenava severamente o costume de deitar abaixo arvoredos absolutamente necessários ao equilíbrio biológico das culturas.

Ressaca ostentava, por isso, belas árvores centenárias que ninguém se atrevia a profanar.

Sem nos estendermos em pormenores acêrca dos fatos de natureza política ocorridos entre 1879 e 1895 e que registramos em capítulos anteriores, procuraremos descobrir, através da vida do lavrador Jorge Tibiriçá, as reações e os efeitos que êsses acontecimentos determinaram no patrimônio dos fazendeiros paulistas.

O café era gênero bem cotado nos mercados internacionais e o seu consumo se elevava gradualmente na Europa e nos Estados Unidos.

A quota anual por habitante dos países compradores aumentava com segurança e os preços não acusavam excessiva flutuação até às vésperas da República. Cabe notar que vendíamos a países de moeda estável e sob o regime do padrão-ouro e que as oscilações de preços em geral se verificavam em mil-réis, em correspondência com as variações do câmbio. Na monarquia, comissários e fazendeiros pensavam mais nos preços em moeda estrangeira, porquanto o ouro circulava no país e não se anteviam ainda as baixas consideráveis do nosso dinheiro que vão desorganizar a escala dos valores e lançar o país no tumulto da inflação. Essa hipótese ocorrerá com o emissionismo da República e o excessivo acréscimo do meio circulante consecutivo à política do Govêrno Provisório e aos decretos de Rui Barbosa.

Sem dúvida antes da República registraram-se algumas crises, ou antes, algumas baixas no café, mas as maiores perturbações provieram mais de dificuldades internas e da falta de segurança no próprio mercado exportador que de uma depreciação do gênero nas praças internacionais. O sistema de produção brasileiro, habituado a altos preços, não estava habilitado a suportar quedas bruscas, isso em virtude da falta de braços, da qualidade deficiente do trabalho escravo e do desequilíbrio determinado pela decadência das velhas plantações.

A entrada de imigrantes animou os fazendeiros dispostos a encetar novas plantações, mas não melhorou a posição das zonas velhas sustentadas graças ao braço servil. Pelas estatísticas publicadas em 1887, graças ao levantamento mandado efetuar pelo presidente João Alfredo e realizado por uma comissão de competentes profissionais, torna-se patente o prejuízo que iria repentinamente ferir centros produtores já considerados como antigos e de fraco rendimento. A província contava perto de 150 mil escravos, de valor computado em 73.557 contos (não esqueçamos que o câmbio estava a 26 d.)

Municípios como Taubaté, Lorena e Itu contavam respectivamente com 2.020, 1667 e 931 escravos, únicos trabalhadores disponíveis, uma vez que os imigrantes europeus, mesmo recebendo bons salários, preferiam plantações novas, de cafèzais viçosos e além dos salários esperavam os lucros provenientes das pequenas culturas em terras cedidas pelos fazendeiros. Tais facilidades representavam um supérfluo característico das regiões de farta produção. O imigrante não era pioneiro nem queria vegetar em fazendas empobrecidas. Não era um elemento restaurador do que principiava a decair. Êle procurava o máximo de possibilidades imediatas e experimentava passageiramente as propriedades onde lhe ofereciam, sem riscos, as melhores condições de trabalho e de ganho. Nesse período inicial da entrada de colonos, poucos eram os que se fixavam numa região. Percorriam em geral várias fazendas antes de se empregarem com certa estabilidade.

Jorge Tibiriçá, em Ressaca, recebeu diversas famílias de imigrantes do norte da Itália, trabalhadores muito ativos e morigerados e propensos a se tornarem agricultores no país que os acolhia. Essa fase intermédia en-

tre o sistema escravocrático e o trabalho livre deu ensejo a muitas experiências e observações para o estudo da questão imigratória. Os primeiros colonos contratados na zona da Mojiana aclimaram-se com relativa facilidade e mantiveram as mais cordiais relações com os patrões, a quem serviram em certas emergências até com dedicação. Mostraram-se extremamente satisfeitos com os contratos de trabalho e não tardaram a fazer economias que de início remetiam para a pátria. No comêço, quando recebiam o pagamento em ouro, mostravam-se alegriíssimos e entusiasmados e faziam tilintár nos chapéus e nas mãos as pilhas de libras esterlinas. Sentiam-se bem remunerados e acrescentavam ao produto dos salários os benefícios obtidos com a venda de verduras, milho e feijão.

Tibiriçá trocou frequentes vêzes idéias com o sogro a propósito do incremento da imigração. O Conde de Parnaíba enfrentou o assunto com decisão e sob o seu govêrno entraram mais de 30 mil imigrantes em São Paulo, cifra bastante significativa e que ajudou a amparar as dificuldades surgidas em 1888 com a abolição. Antônio de Queirós Teles não aceitava o ponto de vista dos que sugeriam a formação imediata da pequena propriedade agrícola. Entendia que o processo exclusivo dos núcleos coloniais e da divisão da propriedade não viria resolver convenientemente o problema das lavouras paulistas carecidas de braços. Adotar a política do fracionamento da terra não melhoraria, a seu ver, nem a quantidade nem a qualidade da produção, pois o café exigia uma certa concentração para alcançar maior eficiência econômica. No seu parecer, o trabalhador estrangeiro, primeiramente encaminhado para as fazendas, tomaria contacto logo com um ambiente em que encon-

traria emprêgo seguro e condições mais favoráveis de adaptação. Familiarizado após certo tempo com o clima e o meio social, apareceriam as oportunidades para escolher o seu rumo e progredir sem prejudicar as grandes lavouras pela falta de braços. A fazenda com todos os recursos que possuía, com o aparelhamento e organização em que se fundava, representava o mais forte esteio da economia nacional e uma poderosa forma construtora de riqueza e garantidora da estabilidade social.

Jorge Tibiriçá partilhava êsse modo de apreciar a matéria e insistia em que devíamos promover uma intensa corrente imigratória de camponeses italianos, devidamente selecionados, a fim de realizar no mais curto prazo de tempo possível um plano de suprimento de braços à agricultura paulista. E por braços não encarava somente um auxílio periódico de gente apressadamente contratada para mourejar nas fazendas, amealhar algumas economias e depois mudar de localidade e de ocupação. A imigração a êsmo, permitindo entrar torrentes de estrangeiros de tôdas as camadas e de qualquer procedência lhe parecia errada e imprudente. Nesse sentimento concordava plenamente com as seguintes observações do Conde de Parnaíba: “Pagar-se indistintamente e não raro sem critério a todos aquêles que vêm procurar fortuna, sem o objetivo do trabalho manual, é, além de introduzir elementos cosmopolitas e perigosos de desordem na nossa sociedade, fazer despesas avultadas e inúteis com indivíduos que muitas vezes vêm apenas fazer jus ao auxílio do Tesouro e sem intenção de estabilidade saem para outras províncias e para as Repúblicas do Rio da Prata”.

Com referência à imigração italiana, Tibiriçá apoiava sem restrições as idéias e iniciativas de Martinho da

Silva Prado, seu companheiro de propaganda republicana. Reputava êle positivamente ótima a participação itálica no nosso povoamento. Aos que objetavam os perigos de uma imigração em massa e de uma única origem racial ou nacional, replicava ser apenas necessário evitar as aglomerações de alienígenas em quistos isolados da população brasileira. Essa eventualidade não se daria com o plano de incorporar primeiramente camponeses europeus à nossa vida agrícola. Afirmava ainda que o elemento italiano, por mais que as suas reações sentimentais causassem apreensões em certos espíritos desprevenidos, apresentava com a gente brasileira afinidades que com o tempo iriam vencer tôdas as prevenções e firmar as bases de um sólido entrelaçamento de sangue.

Acreditava piamente que num prazo relativamente rápido seria êle totalmente absorvido na população nacional.

A sabedoria dessa política recebeu irrecusável confirmação quando passou a intensificar-se de modo francamente demagógico a campanha abolicionista e se fizeram sentir os efeitos da *ação direta* para apressar a liberação final dos pretos. Saindo do terreno dos discursos e da simples doutrinação jornalística, o abolicionismo, sobretudo sob a ação de Antônio Bento, passou a constituir em São Paulo uma verdadeira e tenaz campanha de hostilidade aos detentores de escravos, hostilidade coadjuvada por muitos comerciantes da praça de Santos e muitos elementos de tôdas as classes empolgados pelo idealismo da causa. Exorbitando dos limites da propaganda verbal e transformado em ação para organizar a fuga de cativos e infundir nas fazendas o espírito de rebelião,

tornava-se o abolicionismo revolucionário e infrator da constituição, desde que cada evasão de um cativo representava sério dano pecuniário aos senhores.

Essa atuação violenta determinou por parte de fortes núcleos escravocratas igual movimento de resistência, de sorte que a corrente contagiosa da liberdade e da subversão se infiltrou entre os escravos e daí resultou, nos derradeiros anos de vigência da escravatura, uma série de episódios mais trágicos do que românticos. Fugas em massa assustaram várias localidades do interior, para onde o govêrno remeteu contingentes da Força Pública. Esta milícia, de pequenos efetivos, teve que se desdobrar em esforços para atender a contínuas requisições e muitas autoridades policiais, carentes de energia, foram substituídas por delegados militares incumbidos de manter a ordem a todo o custo. O Conde de Parnaíba, quando presidente da província, viu-se obrigado a intervir em diversos casos de extrema gravidade e não hesitou em tomar medidas preventivas, o que lhe valeu violentos ataques e a pecha de ser escravocrata ferrenho, injustiça que bem se evidenciou na administração de um governante ao qual São Paulo deve, como vimos, a execução de um programa imigratório racionalmente planeado e de patrióticos objetivos.

Rodrigues Alves, na presidência da província, em 1888, também expressou o receio de que se registrassem perigosos excessos e desvios por parte dos que saíam do cativeiro, o que requeria do poder público tãda a vigilância.

As manifestações de revolta, se impressionavam o govêrno e exasperavam os proprietários de escravos, en-

tusiasmavam os abolicionistas, como se vê na seguinte quadra do escritor Valentim de Magalhães:

*“Sempre esta nódoa negra
Esta miséria imensa
A macular o alvor
Do nosso pavilhão!
Quanto mais do progresso
A luz intensa se adianta
Mais nos tarda
O sol da redenção!”*

O sol da redenção levantou-se a 13 de Maio e a Lei Áurea foi recebida por todo o Brasil, com a exceção dos prejudicados diretamente, por delirantes manifestações de júbilo, luminárias, festejos e a saída em massa dos libertos, absolutamente refratários a trabalhar como salarizados nas fazendas a que pertenciam.

Essa privação repentina de mais de 150 mil trabalhadores dos dois sexos e os terríveis efeitos que causou nas velhas fazendas, criou em São Paulo um receio exagerado de falta de braços. Embora São Paulo não sofresse tão duramente como as províncias de Minas e Rio de Janeiro, fixou-se na lavoura e perdurou por longos anos o medo de faltarem braços, medo muito exagerado e que tomou em várias circunstâncias o caráter de uma verdadeira obsessão. Essa verdadeira fobia induziu muitas vezes o govêrno a cair no excesso oposto e a praticar uma política imigratória que nos encheu de muitos elementos inajustáveis e impróprios e até nocivos ao meio brasileiro.

Como lavrador e responsável por uma importante fazenda, Jorge Tibiriçá acompanhou de perto todos êsses fatos, pelos quais era afetado diretamente. Os homens daquela geração assistiram em poucos anos a profundas

transformações na contextura social do Brasil e na fisionomia da nossa paisagem humana e psicológica.

Um velho Brasil saía de sua moldura para converter-se em país cosmopolita. E a estrutura da nacionalidade precisava demonstrar alto grau de resistência para não perder os contornos tradicionais e se despersonalizar rapidamente.

A predição de Jorge Tibiriçá com referência à capacidade de São Paulo absorver e integrar o cosmopolitismo nos quadros da nacionalidade brasileira realizou-se felizmente e está confirmada nos seguintes conceitos expendidos por Roberto Simonsen numa conferência intitulada *Os Objetivos da Engenharia Nacional*: — “No último quartel do século passado, enormes levas de imigrantes duplicaram, em 15 anos, a população paulista e levaram os seus braços, os seus músculos e os seus cérebros ao serviço da nossa agricultura, facilitando a constituição de nossos imensos cafèzais. O tipo do fazendeiro paulista, já formado, descendente de uma linhagem temperada num passado de esforços e privações a serviço do Brasil, possuía tais qualidades de comando e de sentimentos nativistas, que não perdeu a direção de toda essa onda de imigrantes, levando-os a se integrarem em nossa economia. E o sertão paulista continuou essencialmente brasileiro.

Ainda não se rendeu a necessária justiça à magnífica função nacionalizadora do rude homem do interior”.

Pode-se imaginar como Jorge compreendia a terra paulista e se achava prèso a ela por todos os vínculos do sentimento e por um apêgo genuinamente orgânico. Criança, vivera no solar de Itaiçi, entre o complexo de impressões provenientes dos canaviais e do engenho. Cres-

cera em meio dos rumores do trabalho agrícola e dos ruídos mecânicos das moendas.

Pai de família e fazendeiro, entrava na idade madura após quase trinta anos de prática na existência de cafeicultor, experimentado pelas mudanças de caráter social e de ordem técnica acarretadas pelo progresso.

Atravessara em ambientes análogos duas épocas marcadas por sensíveis diferenças, em que só não mudaram os aspectos físicos da terra e os coloridos da natureza brasileira. Os longos renques de cafèzais ondulavam como sempre pelas mesmas encostas, mas entre os talhões, em lugar dos pretos de outrora, circulavam animadamente, em trajes pitorescos e às vèzes entre cantos do velho mundo, trabalhadores contratados segundo diversas modalidades jurídicas.

No equipamento material destinado a beneficiar o café, longe estavam os pilões e a ventilação manual dos tempos idos. Na fazenda de há muito haviam parado monjolos e outros instrumentos primitivos, de ressaibo colonial. A casa de máquinas movimentava em perfeito sincronismo os vários aparelhos necessários para descascar, despolpar, distribuir o café segundo os tipos e qualidades. Café e açúcar, os dois artigos fundamentais da economia brasileira, representam agro-indústrias dispendiosas e de delicada organização. Usineiros e fazendeiros, de senhores agrários do período escravocrático, tinham que adquirir cada vez mais as aptidões e a mentalidade de homens de emprêsa, seguros dos processos de cultura e preparo do gênero comerciável e ao mesmo tempo vigilantes nas relações com os intermediários e exportadores.

Ora, os fazendeiros, aos quais indubitavelmente pertencia a maior força política do país e cujos clamores

tinham que ser atendidos pelo poder público, em razão da força eleitoral que representavam, raramente conseguiram a mesma projeção nos domínios da influência econômica. O produtor, sobre o qual recaía a função primordial de criador da riqueza brasileira, viu-se em contínuas aperturas frente aos banqueiros, comissários e exportadores. Assim que as cotações do café no sul e do açúcar do norte desciam um pouco, o lavrador curtia dolorosas provações. Tinha que agir como solicitante dos governos, por meio de insistentes reclamações políticas, quando, se conseguisse realmente unir a classe e fundar os seus próprios órgãos de crédito e financiamento, teria dispensado êsses pedidos de favor e dominado altaneiramente a economia de um país de que êle era a coluna mestra.

Em tôdas as atividades relacionadas com os métodos de cultura e beneficiamento, Jorge obedeceu aos melhores preceitos para salvaguardar e valorizar uma herança preciosa e digna de ser apontada como exemplo da magnífica organização rural de São Paulo.

O ilustre cidadão superou mais de uma vez prementes dificuldades. Por ocasião da crise de braços consequente à emancipação, lidou para contratar trabalhadores livres e não hesitou em pagar salários mais elevados que desequilibraram o orçamento da fazenda e o coagiram a recorrer a importantes adiantamentos de fundos.

Ao verificar-se o surto inflacionista que fêz proliferar tantos negócios em 1890 e 1891, o café acusou uma alta fictícia que concitou os fazendeiros a adquirir terras e promover o incremento imigratório.

Com o papel-moeda dos primeiros tempos da República, acentuou-se de início o impulso de tôdas as atividades, não faltando naturalmente a expansão agrícola, notadamente em São Paulo. A indústria procurava aos pou-

cos instalar-se ao abrigo de oportuna proteção aduaneira. Mas enquanto a derrama emissionista excitava no Rio e em outras praças do país puro jôgo de especulação, de manobras bolsistas e de extravagante crédito bancário, em São Paulo a inflação, menos nociva e sobretudo menos imoral, estimulava, ao lado da valorização dos terrenos urbanos, a grande marcha cafeeira para a Mojiana e a Sorocabana. O período de grande fomento imigratório que vai de 1890 a 1900, encheu o Estado de braços e provocou maior corrida sôbre as zonas de terra roxa, fazendo crescer a onda dos cafêzais de maneira impressionante, a ponto de São Paulo, no meio de tôdas as perturbações que assinalaram êsses períodos de depressão financeira e de transtornos na ordem pública, acusar notável progresso demográfico e econômico, como se verificou sob o govêrno Bernardino de Campos. Nos primeiros anos o inflacionismo republicano, ainda que depreciando fortemente o mil-réis, produziu a sensação de bem-estar e abundância de dinheiro característica das injeções emissionistas. Se muitas queixas se registraram com respeito aos abusos bancários e à carestia da vida, não faltaram os beneficiários dêsse estado de coisas, rapidamente enriquecidos por operações de tôda a ordem e mais ou menos lícitas. As cotações em papel do café e a vitalidade da agricultura paulista se manifestaram no incentivo do plantio, fantásticamente aumentado em virtude da contínua chegada de imigrantes e dos lucros que os colonos obtinham com salários majorados e com a possibilidade de se tornarem pequenos proprietários.

Em 1891, satisfeito com os lucros obtidos na colocação de uma safra abundante e de excelente café, Tibiriçá confiou a um amigo íntimo, o engenheiro Ramos

de Azevedo, a construção de sua nova residência à rua Tamandaré.

Mansão de aspecto majestoso e conforme aos padrões adotados pelas famílias mais ricas da Paulicéia, erguia-se ao centro de um vasto terreno caprichosamente ajardinado e chamava a atenção pela simplicidade e harmonia das linhas e a solidez da estrutura. Estávamos na época de uma série de palacetes, geralmente de fazendeiros, nos quais se notavam ainda certas particularidades das moradas do interior: salões espaçosos, altos forros, varandas sustentadas por colunelos de ferro. Predominava nesses prédios um senso de sobriedade e distinção bem diferente das casas do gênero *novo rico*.

Muito inclinado ao gosto francês do mobiliário e das decorações, Tibiriçá escolheu para os salões o estílo Luís XV^o, cuja elegância e delicadeza de torneio combinava bem com a atmosfera interna e o tipo geral da arquitetura. E, de fato, era moda adotar os modelos franceses, última expressão do luxo e do bom tom social.

Até poucos anos atrás ainda subsistia o palacete da rua Tamandaré, enquadrado por esguias palmeiras e pinheiros de alto porte que acentuavam expressivamente o ar senhorial das tradicionais mansões brasileiras.

Ao lado da satisfação causada pela edificação do novo solar de família, contrariou-se bastante Tibiriçá com outro negócio precipitadamente realizado. Tratava-se da venda da fazenda Itaici, que se tornava difícil modernizar e repor em condições de exploração eficiente e lucrativa. O velho latifúndio constituía um ônus cada vez mais pesado em vez de fornecer elementos de sustento financeiro. Não rendia nem para o custeio de umas poucas plantações entregues a alguns roceiros, porquanto a maioria dos trabalhadores das redondezas de-

mandara as terras novas, atraída pela melhor remuneração oferecida a jornaleiros e colonos.

A transação concluiu-se pela quantia de sessenta contos de réis e o antigo patrimônio, com seus mil e cem alqueires de terras e uma sede em ótimo estado de conservação, passou para as mãos de Cândido Morais Bueno.

Alguns anos depois foi vendido aos padres jesuítas, que montaram um seminário na sede e dispõem hoje de uma propriedade orçada em milhares de contos.

A venda de Itaici, que se tornara um sorvedouro, aborreceu muito Tibiriçá. Demonstrou êle logo arrependimento pelo seu ato apressado e tôda a vida lembrou o negócio pelo qual se havia separado de um bem de família, depositário de felizes reminiscências. Quando falava no caso repetia sempre aos filhos: "Nunca vendais uma propriedade".

De 1891 a 1895 o café acusou altas animadoras e, de repente, em 1896, começou uma queda oriunda do excesso de produção proveniente de milhões de novos cafêzais. Dada a diferença de produtividade entre zonas velha e nova e as respectivas desigualdades no custeio, um declínio mais pronunciado nos preços refletia penosamente na situação de inúmeros fazendeiros. Em 1901, com o agravamento ainda criado pelas restrições de crédito e a implacável política de Campos Sales e Murтинho para sanear as finanças, o reerguimento do mil-réis, coincidindo com um excesso de oferta, determinou a baixa dos preços-papel do café. Para grande parte da classe agrícola, tornou-se angustiosa essa quadra de queixas, desespero e furiosas recriminações contra o inexorável programa de Joaquim Murтинho.

A onda rolou sôbre os fazendeiros da Mojiana e atingiu a posição de Tibiriçá, então senador estadual. Fiel soldado do Partido Republicano, Jorge não traduziu em reclamações de caráter político a aflição pelos prejuízos que sofria diretamente. Conformou-se com a orientação do Governo Federal, aceitando a parte de sofrimento que lhe tocava, como a tantos outros lavradores. As lacunas da nossa organização bancária, a falta de cooperação entre os fazendeiros e a extensão desmedida dos cafèzais tinham concorrido simultaneamente para a crise. Jorge recorreu aos bancos e comissários e hipotecou a fazenda, uma vez que a venda do produto não dava nem para cobrir as despesas de Ressaca, consideravelmente aumentadas pelas majorações de salários dos colonos que agora, pagos em mil-réis-papel, formulavam constantes exigências e facilmente mudavam de zona.

Nessa emergência, Tibiriçá logrou remediar em parte a situação, graças à área considerável de terras disponíveis, das quais cedeu lotes aos colonos para suas próprias culturas.

Gratos ao dono, que estimavam sinceramente, e cuja correção, cordura e compreensão humana haviam apreciado em várias circunstâncias, aceitaram o acôrdo proposto e comprometeram-se a tratar dos cafèzais em troca do direito de estabelecer pequenas culturas por conta própria.

Resolvido o lado mais agudo do problema, restava ainda um débito muito elevado a saldar. A perspectiva tornou-se de tal forma tormentosa que alguns parentes mais próximos se abalançaram a sugerir a Tibiriçá a venda de Ressaca. Essa lembrança o chocou extremamente e êle redarguiu que preferia morrer a se desfazer

de um patrimônio ao qual o prendiam afetos, sacrifícios inavaliáveis e três decênios de labor. Não se conformava em vender a fazenda, onde a bem dizer constituíra o seu lar e labutara com amor e afinco para deixar aos filhos uma obra e uma emprêsa digna das tradições familiares.

A salvação proveio de uma decisão corajosa partida principalmente de d. Ana Tibiriçá. A resoluta senhora mostrou ao marido que poderiam lançar mão do gado existente na fazenda para vender leite e fabricar queijos, queijos e manteiga, artigos de grande consumo na região e que os próprios colonos se apressariam a adquirir.

O plano foi pôsto em prática em poucos dias e levado avante com firmeza. Enquanto Jorge cuidava da manutenção dos cafèzais e tratava de premunir-se contra os riscos da próxima safra, d. Ana improvisava uma pequena indústria de laticínios, pondo pessoalmente mãos à obra e ajudada nessa tarefa por uma antiga escrava, Guilhermina, africana já idosa e alforriada alguns anos antes pela família. Essa Guilhermina era filha de João Coati, outro escravo inteligente e ativíssimo, que se havia tornado um verdadeiro dirigente no engenho de Itaici.

D. Ana, ao repontar do dia, iniciava a sua faina secundada por Guilhermina. Providenciava para a estabulagem do melhor gado e fazia recolher o leite destinado ao preparo dos queijos, logo remetidos para as vilas e cidades vizinhas.

A ilustre dama paulista, de linhagem aristocrática, revelara-se enérgica e prestimosa administradora. Supportava diàriamente horas seguidas de trabalho intenso e só vinha tomar repouso tarde à noite. Por mais que Jorge, receoso de que a espôsa se esgotasse em tão árduo

mister, quisesse proibir êsse excesso de atividade, d. Ana resistia a tais pedidos e admoestações e permanecia firme no serviço. Êsse nobre esforço foi premiado por um êxito sem par. Com o comércio de queijos e doces a fazenda criou uma fonte de receita suficiente para atender ao pagamento de várias prestações de juros. Nesse ínterim, Jorge obteve alguns adiantamentos de comissários e amigos e logrou salvar Ressaca.

Passados meses de apreensões e cansaços, verificou-se uma alta nos preços do café, mas d. Ana mostrava na saúde os efeitos da tensão física e nervosa a que se submetera. Num lar aureolado por tôdas as virtudes cristãs a heróica senhora agira com a disposição, a coragem, a riqueza moral das matronas bandeirantes.

Esta passagem da vida de Jorge Tibiriçá e de sua família ficou testemunhada de forma impressionante numa fotografia casualmente tirada em Ressaca.

Todos os filhos e filhas acham-se sentados à volta de uma mesa onde Tibiriçá e a espôsa se haviam abançado, à sombra de um arvoredó contíguo à casa da fazenda.

Jorge tomava uma cerveja. Sentado em posição de descanso, o olhar fixo sôbre a objetiva espelha um mundo de angústias. D. Ana, a seu lado, as feições reveladoras de palidez e fadiga, também trai nos olhos e no ríctus da face a depressão seguramente provinda de um esforço demorado e exaustivo. Quanto aos filhos, desde as meninas já quase moças até os últimos rebentos, ainda na primeira infância, surpreendidos pela máquina fotográfica, não apresentam o menor laivo de sorriso que costuma aparecer na fisionomia de jovens e crianças na hora de serem retratados.

A família parece acorrentada às mesmas dúvidas, dominada por qualquer coisa de sombrio que paira no ar. Essa fotografia colheu num instantâneo notável, mais do que uma cena, um estado de espírito que então afetava centenas e talvez milhares de famílias paulistas.

Nos dias de prosperidade como nos de provação, Jorge aprendeu a sentir as esperanças e os anseios da lavoura. Conhecera a fundo as riquezas e as dádivas da terra, ao mesmo tempo que se temperara nas duras refregas do lavrador.

Quando mais tarde o homem público se vir obrigado a travar uma luta decisiva pela salvação do café, sem dúvida terá presente ao espírito a imagem desses dias dolorosos.

CAPÍTULO XI

Ao estudar a vida de Jorge Tibiriçá como lavrador tivemos que mencionar as fases de dura provação experimentadas por um fazendeiro seguramente abastado e em cuja trajetória econômica seria mais natural encontrar êxitos do que malogros. Herdeiro de valioso patrimônio, dono de milhares de alqueires de terras, senhor de recursos pecuniários provenientes de duas famílias ricas e de tradição, tudo era de molde a indicar a probabilidade de êle formar grande e sólida fortuna capaz de resistir a muitos abalos.

Ora, além de motivos de ordem pessoal que faziam dêsse homem nascido rico um fazendeiro e capitalista muito desprendido, causas de ordem geral concorreram para prejudicar a formação e o desenvolvimento dos patrimônios brasileiros. A primeira foi a abolição que, sem dúvida, provocou ruínas irreparáveis, embora se aceite a tese de que foram eliminados por aquêle ato muitos agricultores incapazes. As demais causas, de caráter financeiro e monetário, geraram as maiores perturbações na economia nacional em conjunto e na economia particular, notadamente da lavoura.

De 1889 a 1894, o Brasil no terreno das finanças e da moeda e consequentemente do câmbio, oferece uma sucessão de contradições e disparates, ligados às incoerências administrativas e às crises políticas.

A República, proclamada quando o câmbio alcançara a casa de 27 d e a libra esterlina valia menos de 9\$, nove mil-réis, descambou logo para a experiência dos bancos emissores e transtornou os planos de conversibilidade monetária. O abuso do papelismo engendrou hábitos perdulários na vida pública e fomentou em escala nunca vista a especulação até as culminâncias monstruosas e desmoralizadoras do encilhamento. Em tal atmosfera de jôgo e desonestidade a política se transviou para as graves dissensões de que provieram os golpes de Deodoro, o contragolpe de Floriano e como remate dessas lutas ingratas a sublevação no sul e a revolta da marinha. O câmbio refletiu logo os desmandos da política e da desorientação financeira. O extraordinário é que, em face de tantos dislates, a queda monetária não se haja precipitado mais depressa, resistência que se explica pelo nível relativamente satisfatório da produção agrícola, quer dizer sobretudo a cafeeira, e pela circunstância de o país haver sustentado a situação à custa das reservas de ouro deixadas pelo Império.

Nesse período, em que as experiências bancárias, de permeio com os abalos políticos, produziram efeitos tão nocivos para o crédito nacional e para a estabilidade da fortuna particular, restam ainda muitos fatos para pesquisar, pois a nossa impressão é que o país até demonstrou rara capacidade de defesa. A classe agrícola, principalmente a de São Paulo, reergueu-se rapidamente e beneficiou-se com os preços satisfatórios do café, graças aos quais se cobriram os deficits de outras produções. Por outro lado, os lastros-ouro dos bancos emissores constituíram sólidas garantias de que o govêrno se socorreu nas horas difíceis para sustar maior baixa cambial e fazer remessas urgentes, destinadas a pagar os juros da

dívida pública ou saldar despesas ocasionadas pela guerra civil.

De fato, em 1895 as emissões eram encampadas e o govêrno se apoderava dos lastros metálicos. Mas só depois de passada a quadra mais perigosa da revolta e restabelecida a paz é que sobrevieram os efeitos mais perniciosos das aventuras monetárias e dos gastos e malbaratos para sufocar a rebelião.

Essa depressão se manifesta nas taxas cambiais. Em 1893, ano crucial da revolta, a taxa média foi de 11 9/16 d., com a libra a 20\$756; em 1898, ao fim do govêrno Prudente, atinge-se a desastrosa cotação de 5 5/8 com a libra a 42\$, quando já estavam consumidas as últimas coberturas metálicas.

As finanças de Floriano ainda foram no comêço de seu govêrno amparadas pela ação salutar de um ministro paulista, o Conselheiro Rodrigues Alves, que vinha emprestar ao novo regime a experiência adquirida na monarquia. Rodrigues Alves proclamava a necessidade de fixidez e valorização do meio circulante e tentava reagir contra as flutuações decorrentes do excesso de emissões bancárias que tanto prejudicavam a fortuna particular. As diferenças de câmbio desequilibravam os orçamentos e repercutiam desfavoravelmente no exterior, a ponto dos banqueiros Rothschild fazerem notar ao govêrno brasileiro em telegrama que constituiu verdadeira reprimenda que "a baixa de câmbio denotava séria crise financeira, devida principalmente ao temor de novas emissões de papel-moeda que seriam consideradas muito prejudiciais ao crédito do Brasil".

As emissões, conforme assinalava Rodrigues Alves, longe de fecundar a produção, haviam incentivado nas grandes cidades a especulação e os negócios aleatórios

e várias firmas importantes acusavam em suas falências passivos consideráveis. Propunha, portanto, o ministro, que o Tesouro avocasse a si a emissão dos bancos, primeiro passo necessário para depois proceder a uma reforma orgânica do sistema bancário.

Dadas as divergências suscitadas pelo seu projeto, o ministro demissionou e foi substituído na pasta das Finanças por Serzedelo Correia, militar e economista ilustrado, sob cuja administração se operou a fusão dos Bancos da República dos Estados Unidos do Brasil e do Banco do Brasil em novo estabelecimento intitulado Banco da República do Brasil, por decreto de 17 de dezembro de 1892. Esse novo estabelecimento, que seria o órgão oficial das transações do govêrno e funcionaria pelo prazo de sessenta anos, recebeu um capital de 150 mil contos, garantido por apólices-ouro a $2\frac{1}{2}$ de juros.

O consórcio dos dois bancos *fusionistas*, como os chamaram na época, provocou violentas discussões na Câmara e muito se murmurava que a questão bancária andava envolta em mistérios e necessitava de um inquérito parlamentar que não se realizou.

O Banco da República do Brasil, fruto da unificação, devia assumir a responsabilidade das notas bancárias em circulação, subordinando-as a um mesmo tipo no prazo de doze meses. Os juros das apólices seriam escriturados em fundo especial denominado garantia de emissão e, para atender às necessidades das indústrias nacionais, seria autorizada a emissão de 100 mil contos de bônus a 4% de juros, a serem recebidos nas estações públicas pelo valor nominal.

A única vantagem dessa reforma é que, após os ensaios da pluralidade emissora tão mal sucedidos, tentava-se montar um instituto central, com direito exclu-

sivo de emissão de notas na razão do duplo dos depósitos em ouro, o que permitiria ulteriormente providenciar a circulação metálica.

Êsses bons propósitos estavam, entretanto, prejudicados em parte pela autorização de emitir bônus, de modo que o novo instituto nascia sob o duplo signo do papelismo disfarçado e dos escândalos para constituir o capital mediante a super-avaliação do acervo dos bancos anteriores, já desconceituados na opinião e tidos como emprêsas praticamente falidas.

Pouca influência exerceu nas finanças essa reforma bancária. O período das convulsões armadas caracterizou-se por uma crise de carestia e de exploração usurária. Aviltava-se o meio circulante e os deficits crescentes de 1893 e 1894, causados por dezenas de créditos extraordinários e emissões irregulares, deixaram, o Tesouro em apuros e a Nação onerada de dívidas para pagar material de guerra e encomendas de navios para a marinha.

No govêrno de Prudente de Moraes é que as consequências dessas prodigalidades vão coagir o poder público a entrar em acôrdo com os credores.

O Govêrno de Prudente de Moraes

Pelo espaço de doze anos, de 1894 a 1906, a República se consolidou em mãos paulistas. Os choques armados e as violências ocorridas durante a ditadura florianista deixaram o país duramente ferido e com as finanças avariadas. Sôbre os ombros de um chefe da Nação saído de São Paulo vão recair os efeitos da desorganização monetária e dos conflitos diplomáticos criados

pela revolta. Quando as forças políticas designaram Prudente de Moraes para suceder ao Marechal, a inquietação política e os rescaldos das lutas fratricidas ainda faziam prever possíveis embaraços ao advento de um governo indicado pelo sufrágio popular. Em muitos meios políticos e numa parte das classes armadas reinava intenso sentimento jacobino com propensões para prolongar a ditadura militar. Em linguagem mais atualizada diríamos que se desenvolvia um espírito *continuista*. Ao se aproximar a hora de Floriano entregar o poder ao mandatário constitucional, não faltaram avisos agoureiros para predizer um pronunciamento militar, tal qual se anunciava a intervenção do Exército ao tempo da Constituinte de 1891 para forçar a eleição de Deodoro contra um competidor civil.

O jornalista e republicano histórico Quintino Bocaiúva escreveu um artigo de sensação para anunciar nas entrelinhas a interferência da espada. Espalhavam-se propositadamente rumores de conspiração e de que os jacobinos pretendiam impedir a posse de Prudente.

Floriano, adoentado e provavelmente pouco 'confiante nos golpistas, retirou-se sem despedir-se dos amigos e sem transmitir o poder em cerimônia oficial, enquanto o novo presidente assumia o cargo em ambiente muito frio e carregado de apreensões e entrava no Palácio Itamarati sem cortejos nem aplausos.

Era muito pesada a carga de responsabilidades do chefe de Estado, tanto mais que o bloco dominante na política nacional, para não dizer partido, se compunha dos elementos aglomerados por Glicério sob o nome de Partido Republicano Federal. Tratava-se, de fato, mais de um agrupamento heterogêneo do que de uma força disciplinada e mantida por certa coesão orgâ-

nica e comunidade de ideais. Os comentadores contemporâneos se referem àquela combinação como um amálgama de correntes e pessoas, ligadas apenas por tendências passageiras de domínio no cenário público.

A princípio Prudente de Moraes se conformou aparentemente com essas forças que tentaram exercer verdadeira tutela sobre o Executivo. O Chefe da Nação dava a impressão de aceitar pacientemente a colaboração de amigos trêfegos e desejosos de inverter os pólos da influência política, de maneira a dirigir o Presidente, ao sabor dos que entretinham o culto da legalidade florianista.

Velho propagandista do regime, antigo presidente da Constituinte e mais apegado à sua autoridade presidencial e pessoal do que parecia aos observadores superficiais, Prudente aguardava o momento propício para demonstrar ou pelo menos enfraquecer a máquina jacobina. Pouco a pouco, cuidou de fazer ressaír a diferença entre o seu programa de moderação política e de restabelecimento administrativo e as manobras de políticos que teimavam em alimentar antagonismos e perseguições prejudiciais à pacificação nacional. Sem paz interna não haveria meio de restaurar as finanças nem aprumar o câmbio, cujas quedas se traduziam no exterior em contínuo descrédito para o Brasil.

Manobrou o Presidente com paciência e habilidade de modo a esperar a ocasião para desfazer-se dos amigos incômodos e anular a ação dos que se consideravam ultra republicanos e para isso viviam a cultivar as glórias do Marechal de ferro. Com êsse trabalho e essa tática Prudente de Moraes foi aos poucos conquistando certa popularidade, apesar de que não faltavam críticas à lentidão com que êle se decidia e quisessem os adver-

sários fazê-lo passar por um governante conduzido pelos outros e sem vontade própria.

O tipo físico do Presidente, o seu ar austero e a reserva e gravidade com que êle recebia amigos, solicitantes e conselheiros, ajudaram a aumentar-lhe a força moral. Assis Brasil assim o descreveu em um artigo publicado na imprensa: "Alto e delgado, sem ser muito magro. Rosto alongado e anguloso, tez morena e pálida, abundantes barbas grisalhas. O seu olhar é tranquilo e contemplativo e, combinado com movimentos harmônicos e lentos, denuncia o temperamento extremamente calmo que realmente possui o Presidente".

A êsse temperamento calmo se associava uma convicção íntima de prerrogativas e direitos que vários correigionários paulistas, por diversos motivos, tendiam a interpretar como vaidade. Seja como fôr, o Presidente, assim que se levantou a idéia de conceder anistia aos revoltosos, foi atuando no sentido de se alcançar êsse desígnio, reclamado pela maioria da opinião pública, cansada de ódios e de bravatas. Vários jornais e revistas da época atacavam violentamente o castilhismo do Rio Grande do Sul e pintavam os últimos tentames da resistência federalista, como amostras do heroísmo oposto à crueldade dos legalistas vitoriosos e descritos como carcosos. A recordação das barbaridades e dos crimes cometidos no final da revolta, notadamente em Santa Catarina, no sector dirigido pelo Coronel Moreira César, completaram uma campanha que influiu vivamente sôbre a conhecida sentimentalidade brasileira.

Em 1895 foi apresentado no Senado, pelo Barão de Ladário, o projeto de anistia, ao qual Campos Sales logo ofereceu um substitutivo. Por qualquer forma acentua-

vã-sê a aspiração pública pelo congraçamento da família brasileira e a idéia caminhou de tal forma que generais destacados no Sul em missão pacificadora chegaram a exorbitar de seu mandato e apressaram os entendimentos. O General Inocência Galvão de Queirós assinou com o chefe revoltoso Tavares as condições para os rebeldes deporem as armas, aceitando cláusulas relativas à reforma da constituição rio-grandense, além de indenizações pelos prejuízos da luta civil.

Aquêl general ousou fazer críticas a constituição gaúcha, declarando-a “indubitavelmente contrária à lei federal”. A paz assinada nessas condições a 23 de agosto de 1895 irritou profundamente os legalistas vermelhos e Glicério gritou que se tratava de um “atentado à autonomia dos Estados, ameaçada pela espada de um general legal, de mãos dadas com o chefe rebelde”.

A pacificação e a consequente anistia decretada a 23 de agosto de 1895, bem recebidas pela massa do povo, descontentaram sobremodo os espíritos irrequietos. Devido às instigações apoiadas em certas esferas políticas, os alunos da Escola Militar, por imaginarem que o governo os queria desarmar, iniciaram uma sublevação imediatamente abafada. Repressão indispensável e justa que a política jacobina condenou, encampando os dizeres dos que achavam a Escola um “depósito das afeições republicanas”.

O incidente da Escola Militar, já que tocava na fibra sensível dos jacobinos, ampliou-se até as proporções de uma crise política muito oportuna para libertar Prudente dos amigos e grupos que manietavam o Executivo Federal. Na Câmara o deputado José Joaquim Seabra requereu que a mesa nomeasse uma comissão para congratular-se com o presidente. Tal moção vinha colocar

em grande embaraço os extremistas do florianismo. Glicério, chefe do Partido Republicano Federal e, como diziam, “comandante das 21 brigadas” obrigado a definir-se, assumiu uma atitude que o incompatibilizou com o Chefe da Nação. Uma nota do *Jornal do Comércio*, diretamente inspirada de fonte oficial, informou que Glicério não representava a política do govêrno e explicou: “As ambiguidades desaparecerão e cada um tomará as posições e as responsabilidades que lhe pertencam perante a opinião”. A crise repercutiu agudamente no Partido Republicano Paulista e, se não provocou a cisão, concorreu para desferir um golpe decisivo no Partido Republicano Federal.

Ao lado dêsses óbices causados pelas agitações dos exaltados, Prudente teve que lutar contra a oposição do próprio vice-presidente Vitorino Monteiro, a quem transmitiu a curul presidencial de 10 de novembro de 1896 a março de 1897, devido a se achar enfêrmo e necessitar de prolongado tratamento. Ainda se achava êle em convalescença quando um dia, da sacada de um jornal carioca onde estava em visita viu passar o vice-presidente, em carruagem do Estado, a acenar à multidão com o chapéu. Êsse fato irritou sobremodo Prudente que, abreviando súbitamente a licença, reassumiu o pôsto de comando, seguramente no intento de evitar que o substituto interino estivesse a preparar o campo para alguma manobra. Essa incompatibilidade entre o presidente e o vice se repetiu em outros governos da República e mostra que vicejam muitas ambições à sombra do poder.

Um dos entraves mais dispendiosos da administração de Prudente proveio da sangrenta insurreição nos sertões de Canudos, na Bahia, em consequência de erros e imprudências da política local. A intervenção da

fôrça federal para acudir à polícia do Estado, em vez de concorrer para o pronto abafamento do levante e pacificar algumas centenas de matutos, fanatizados por um iluminado ou talvez simples mistificador da gente sertaneja, despertou naquelas afastadas paragens natural simpatia e solidariedade pelos jagunços perseguidos. O pior nesses acontecimentos foi a total incompetência com que se organizaram as expedições punitivas, seguidamente derrotadas de maneira humilhante pelos guerrilheiros do sertão. A coluna Moreira César foi positivamente trucidada em condições dramáticas e o seu chefe, apontado como massacrador dos federalistas em Santa Catarina, caiu sob as balas dos caboclos nortistas. A imperícia na conduta das operações militares, as dificuldades para atingir uma região árida separada do litoral por dezenas de léguas de caatingas e desertos, emprestaram à luta um feitiço fantasista e algo lendário, que deu margem a inúmeros boatos e versões exageradas pela imaginação pública. Os fanáticos foram descritos como combatentes extraordinários, cujos feitos, não obstante se engrandeceram em detrimento do Exército, acariciaram o amor próprio nacional, satisfeito com o heroísmo e a resistência física e moral do nosso caboclo. Por outro lado, o Exército, minado pela política e agitado pelas fermentações jacobinas, revelou profundas deficiências técnicas e um despreparo de instrução que se evidenciou na marcha da campanha e em vários encontros nos quais a tropa de linha foi triste e inglòriamente sacrificada.

Um simples episódio de natureza policial se converteu nessa tragédia dolorosa, cujo relato por Euclides da Cunha deu ensejo à fatura de uma das grandes obras da literatura brasileira.

Os comentários em torno da ingrata luta e as controvérsias suscitadas na imprensa do Rio acêrca de supostas conspirações de monarquistas para alimentar a fogueira de Canudos, instigaram de tal sorte os ânimos que se verificou uma tentativa de assassinio do Presidente da República, quando êste comparecia ao arsenal de Marinha em companhia do ministro da guerra e outras altas autoridades para receber fôrças que regressavam do norte. Um sargento, industriado pelos conspiradores, tentou alvejar o Chefe da Nação e tolhido nesse gesto matou a punhaladas o ministro Machado Bettencourt, além de ferir outras pessoas da comitiva presidencial. O inquérito procedido para apurar as causas dêsse crime revelou mais tarde a trama em que estiveram implicados muitos nomes da política, prova da cegueira e da estúpida exaltação criadas pelo culto de um falso patriotismo.

Coagido a defender-se contra essas deploráveis intrigas da política partidária, viu-se ainda o govêrno de Prudente a braços com uma série de dificuldades internacionais legadas pela revolta ou agravadas pela situação de fraqueza e desordem do país. Muito criteriosamente cuidou de reatar as relações diplomáticas com Portugal, rompidas um tanto precipitadamente por Floriano devido ao caso de asilo dispensado por uma corveta portuguesa aos oficiais e marinheiros revoltosos que haviam servido na esquadra de Custódio de Melo e Saldanha da Gama.

A ocupação da Ilha da Trindade por navios de guerra inglêses determinou sério abalo diplomático e comoveu fundamente a opinião nacional. A Grã-Bretanha, que pretendia apoderar-se de mais uma base naval no Atlântico Sul, acabou por devolvê-la ao Brasil, rendendo-se

às nossas razões, fundamentadas em documentos probatórios da incontestável soberania do Brasil sobre a ilha. Tais documentos foram reforçados pelos que Portugal apresentou em nossa defesa e pelos bons officios que o ministro luso no Brasil desenvolveu em favor da nossa causa.

Um conflito de fronteiras com a França, em virtude de novo litígio surgido no território contestado do Amapá, provocou igualmente intenso movimento de protesto quando se soube que contingentes franceses tinham varado os confins do Pará e morto algumas dezenas de moradores daquelas lindes longínquas como represália à resistência oposta aos invasores. Estes, porém, tiveram a entrada no solo nacional barrada pelos combatentes agremiados por Veiga Cabral, arrojado patriota cujo nome correu logo de norte a sul como expressão do brio brasileiro e impertérito defensor dos nossos direitos.

Resolvidas satisfatoriamente tôdas essas questões, por interferências amistosas como a da Trindade ou por arbitragem, como a do Amapá, em que tanto se realçaram os serviços do Barão do Rio Branco, restavam ainda as reclamações catalogadas como Protocolos e nas quais quase tôdas as nações européias, com exceção de Portugal e da Grécia, apresentavam listas de danos particulares, geralmente convertidos em supostos casos de violação internacional.

Todos os processos foram devidamente solucionados sem complicações, com exclusão dos Protocolos italianos, que só foi possível liquidar depois de demorados ajustes, porque as reclamações formavam um todo ligado aos interêsses de uma firma de procedimento muito dú-

bio e que centralizava exagerados pedidos de indenização.

Esse caso deu motivo a agitações, felizmente sopitadas antes de comprometer a harmonia ítalo-brasileira.

O Govêrno Prudente de Moraes e as finanças

Govêrno positivamente cercado de obstruções políticas, teve que arcar com a terrível herança financeira da revolta, devido à qual tendiam a se implantar em caráter permanente os velhos hábitos de especulação e agiotagem fomentados pelo emissionismo e a contínua depreciação monetária. A baixa dos fundos brasileiros no exterior suscitava críticas e sarcasmos, e no estrangeiro se anunciava que o Brasil em breve se veria compelido a solicitar a benevolência dos credores. Na verdade a baixa cambial aumentava desmedidamente os juros da dívida externa e já em 1895 a tensão atingia proporções alarmantes. Diversos jornais da época comentavam a estratégia dos baixistas, que diziam centralizada em alguns bancos estrangeiros, cujos depósitos ultrapassavam de mais de 15 e 20 vêzes o capital realizado e que se entregavam a operações arriscadas na venda do papel sôbre Londres. Era comum ouvir então que o Brasil devia proclamar a emancipação dos banqueiros que o exploravam.

Em meio de tantas aperturas financeiras e orçamentárias, Prudente assim definia o seu programa: "Os governos devem ser zelosos no emprêgo dos dinheiros públicos e um aparelho de arrecadação bem constituído é um elementô forte de apoio para o crédito nacional e uma garantia para o contribuinte". Em obediência a

êses preceitos, fôra elaborado um Código de Contabilidade e instituído o Tribunal de Contas, ao mesmo passo que se decretara o regulamento das bôlsas, atendendo a que o crédito do país não podia ser “objeto de operações de agiotagem”. Para amparar os lavradores vivamente atingidos pela queda do café, que tão forte alvoroço produzira no mercado no segundo semestre de 1896, recorreu o govêrno ao sistema dos *warrants* e procedeu também a uma revisão cautelosa das tarifas alfandegárias.

O ministro da Fazenda Rodrigues Alves, o mais ativo auxiliar dessa política governamental, denunciou no seu relatório de 1895, como fator saliente da baixa cambial, a especulação de bancos que consignavam lucros extraordinários em seus balanços e outros elementos perturbadores que auferiam lucros fáceis. Nos fins de 1894 os saques feitos pelos bancos incriminados excediam de milhões de libras o valor das letras sôbre que deviam assentar. Vendiam-se massas de cambiais sem relação com os recursos do mercado supridor de letras, de sorte que com a dificuldade de encontrar cobertura começou o expediente dos adiamentos com pesados depósitos em dinheiro. Concluía dêses fatos o ministro que o mercado de câmbio se havia constituído em “cenário em que figuram como protagonistas os especuladores e os agiotas, cuja responsabilidade é em grande parte compartilhada pelos estabelecimentos bancários”.

A queda de câmbio, cujas cotações assustavam tanta gente e correspondiam a constantes mudanças no custo da vida, fizera dizer a um observador financeiro: “Quem noutros tempos tinha cem contos era quase milionário; há poucos anos era um homem rico; se hoje os tem não passa de remediado e, positivamente, ficará pobre com os

cem contos, se continuar esta instabilidade no valor da moeda”. Queixavam-se outros do “mil-réis papel que esburaca pelo fundo todos os pés-de-meia das economias do povo”.

As taxas de câmbio de 1894 em diante registram um declínio que o govêrno não logra deter nem com um empréstimo de £ 6.000.000 (seis milhões de libras) ao tipo de 85, a fim de liberar o mercado.

Com referência ao sistema bancário e aos incalculáveis inconvenientes provindos dos abusos da faculdade emissora, o govêrno Prudente tentou pôr um paradeiro aos erros cometidos e sanear um pouco o meio circulante. O ministro Rodrigues Alves defendia a boa doutrina na matéria e aconselhava o resgate do papel-moeda como meio eficaz para disciplinar as finanças. Previa em seu relatório de 1895 a necessidade de um grande banco nacional, fortalecido com bons créditos no exterior, para regular o mercado de câmbio e embaraçar pelo menos as bruscas oscilações que o agitavam frequentemente.

Durante a interinidade de Manuel Vitorino e com a entrega da pasta da Fazenda a Bernardino de Campos, o govêrno pôs sèriamente mãos à obra para atacar a fonte de suprimento do papel-moeda. Para êsse fim promulgou a lei n.º 427 de 9 de dezembro de 1896, pela qual cassava a faculdade de emissão concedida ao Banco da República do Brasil e passava para o Tesouro a exclusiva responsabilidade dos bilhetes bancários em circulação, a substituição dos mesmos e o resgate do papel-moeda. A União assumia a responsabilidade das emissões bancárias, apoderava-se dos lastros-ouro depositados pelos bancos em garantia de seus bilhetes e decretava outras medidas para as operações de resgate das notas e dos bônus.

Semelhante decisão, muito louvável, não conseguiu infelizmente deter os efeitos de perturbações monetárias, ainda pioradas pela desvalorização dos produtos de exportação. Aterradoras diferenças de câmbio, num total de 110 mil contos, chegaram a absorver mais da quarta parte do orçamento. Não havia outro remédio senão procurar um entendimento com os credores ou proclamar a bancarrota. Apesar de tôdas as precauções do governo para realizar economias e moralizar a administração, nem o produto de dois empréstimos externos no montante de 9 milhões de libras nem as operações de crédito e a reconversão de títulos-ouro haviam logrado melhorar a situação. Sobre êsse doloroso período assim se pronuncia o jornalista Alcindo Guanabara: “Não havia mais crédito a que recorrer; no interior as praças estavam exaustas; no exterior tôdas as portas se fechavam ao govêrno”.

Em tão grave emergência um dos diretores do *London and River Plate Bank*, o sr. Tootal, ofereceu à consideração do ministro da Fazenda, dr. Bernardino de Campos, o esquema do *Funding-loan*.

Esse empréstimo especial, negociado com os banqueiros inglêses através de duras condições, tinha por objeto fornecer recursos para saldar os juros de vários empréstimos cujo pagamento seria suspenso por alguns anos. O dr. Serzedelo Correia, deputado e ex-ministro da Fazenda no govêrno Floriano, explicou na Câmara em setembro de 1898: “Em síntese o convênio é a substituição dos pagamentos em espécie pelo pagamento em novos títulos de renda — êle é pois um empréstimo celebrado, porém, ao par, exclusivamente destinado ao serviço de nossa dívida”. E acrescentava: “O acôrdo de Londres foi apenas um interregno para nos aparelhar-

môs a fim de, ou dominar as urgências da situação ou nos entregarmos perdidos, desmoralizados e sem crédito aos horrores de uma situação em que não quero pensar, mas que podia ser idêntica à do Egito ou da Turquia”.

Campos Sales, em sua obra *Da Propaganda à Presidência*, expõe com expressivos pormenores as dificuldades que lhe coube enfrentar em Londres para amenizar as estipulações do Convênio do *Funding* numa hora em que se exigiam ao Brasil garantias equivalentes à mais cruel das penhoras. À custa de muito esforço, tais garantias foram reduzidas à hipoteca das rendas da alfândega do Rio de Janeiro e subsidiariamente das demais.

Foram momentos de grande angústia no país e tantos contratempos juntos afligiram bastante os homens dessa geração, aos quais parecia que um verdadeiro ciclone estava passando sobre o Brasil. Atuavam ainda os efeitos da calamitosa política emissionista, sinistramente agravados pelo decréscimo nos preços do café. Esgotada a reserva de ouro, o govêrno lançara mão de bônus, cuja emissão não foi devidamente colocada no mercado e viu-se impotente para conter vultoso deficit orçamentário cada vez mais aumentado pelas diferenças cambiais, dada a *miserável* taxa de 5 3/4 a que desceu o mil-réis. O economista e jornalista José Carlos Rodrigues, que estudou minuciosamente êsses acontecimentos, escreveu que parecia insolúvel a crise e que o rumor de ser inevitável a bancarrota não concorreu pouco para o desalento que leva ao completo desânimo.

Os homens mais competentes do país discutiram os meios de resolver a nefanda crise. Entre muitas sugestões propostas nem faltou o alvitre de que devíamos aceitar tranquilamente a bancarrota, pois várias nações ha-

viam atravessado iguais tormentas e repudiado as dívidas sem incorrer no desforço dos credores.

Citavam-se a êsse propósito os casos de insolvência declarada por vários Estados da União Americana. O exemplo era mal escolhido, dado que nenhuma potência européia se abalancaria a formular ameaças contra a grande república do norte, ao passo que os países sul-americanos se viram mais de uma vez advertidos de uma intervenção militar.

Como quer que fôsse, em vários meios foi francamente preconizada a suspensão de pagamentos, enquanto em outros se aconselhava combinar com os credores a redução dos juros.

A 15 de junho de 1898 firmou-se o contrato do Convênio, assim resumido em mensagem de Prudente de Moraes: “Em virtude dêsse acôrdo, que compreende tôda a nossa dívida externa, o empréstimo nacional de 1879 e os juros provenientes das garantias às nossas estradas de ferro, ficarão suspensas as amortizações pelo espaço de 13 anos. Os juros da dívida e os das garantias de juros pelo período de três anos a partir de 1 de julho próximo findo não serão pagos em numerário, recebendo os credores títulos ao par, a juros de 5% ao ano pagáveis em dinheiro e trimestralmente; o equivalente, em ouro, dos juros da dívida e das garantias, será a partir de 1 de janeiro do ano próximo, depositado ao câmbio de 18 dinheiros, em papel, destinando-se ou ao resgate do papel-moeda ou, melhorando o câmbio, para a compra de cambiais, que serão remetidas para Londres a fim de constituírem um fundo metálico que apressará o restabelecimento dos nossos pagamentos, no exterior,

em espécie; os novos títulos serão resgatáveis em 63 anos a 1 1/2 ao ano, a partir de 1911 em diante”.

Mediante a assinatura do convênio do *Funding-loan*, que se tornou famoso como tipo de empréstimo destinado a cobrir outros empréstimos, concluiu-se a administração Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República. A obra do estadista paulista foi diversamente julgada conforme as opiniões de amigos ou adversários. Todos os juízos concordam, porém, em reconhecer que se tratou de um dos períodos mais difíceis da vida republicana, pois nesse quadriênio é que vieram se acumular os efeitos dos desregramentos anteriores, tanto os resultantes do encilhamento como dos esbanjamentos financeiros oriundos das confusões políticas e da revolta de 1893.

Tais conseqüências determinaram o desbarato de recursos, que foram insuficientes para evitar deficits orçamentários crescentes e deter a baixa cambial. Mas muitas vantagens compensaram essas falhas. Resistindo às críticas ferinas dos elementos mais exaltados do Partido Republicano Federal e dos situacionistas do Rio Grande do Sul, Prudente optou pela política pacificadora e pelas soluções suasórias, amainando destarte os ressentimentos da guerra civil e evitando a recrudescência de paixões capazes de provocar novos levantes armados. Política de nobreza e solidariedade humana, dominou os sentimentos de vindita e de intolerância e permitiu transmitir ao govêrno seguinte, de Campos Sales, um clima de paz e de alívio propício ao restabelecimento financeiro da Nação. A coragem de pregar o esquecimento das lutas que vinham ensanguentando o país muito justamente conferiu ao ilustre paulista o título de pacificador da República.

*O Governo de Campos Sales em São Paulo —
Os Protocolos italianos*

Em São Paulo, no período que transcorre de 1896 a 1904, quatro eminentes figuras do Partido Republicano ocupam o governo estadual e tôdas se notabilizam por uma administração honesta e criteriosa, que lhes granjeou o maior respeito dos contemporâneos e da história.

Em sucessão a Bernardino de Campos, cujo brilhante governo inaugurou com rara felicidade as práticas da Constituição de 91 na terra bandeirante, ocupou a presidência Manuel Ferraz de Campos Sales, republicano histórico, temperamento enérgico e pugnaz que, desde a propaganda até a lides do Ministério da Justiça, sob o Governo Provisório e de senador no período florianista, revelou a mesma inflexibilidade de princípios e de propósitos. De físico robusto, cheio de tenacidade e de confiança em si e na ação que pretendia desenvolver a favor do regime, Campos Sales atua conforme os postulados ortodoxos do sistema presidencial e federativo. Entende que a orientação política provém dos Estados para o centro, que é intangível a autonomia das unidades federadas e que a República admite duas soberanias concêntricas, a da União e a dos Estados. Quanto ao método de governar, sustenta que a responsabilidade máxima e as diretrizes do poder público competem ao chefe do executivo. Campos Sales, como a maioria dos republicanos históricos, detesta o parlamentarismo e defende a teoria de um governo forte amparado num partido forte, sem admitir, todavia, que o governo se deixe dominar totalmente pela ascendência partidária. Nas plataformas de candidato, bem como nas mensagens do governo,

Campos Sales sempre expende a mesma tese e através de declarações constantemente proclamadas com o mesmo vigor e a mesma coerência, revela-se uma das personalidades mais bem estruturadas da nossa história política.

Para êle, conforme várias vêzes repetiu, governar é querer, é exercer a iniciativa e tomar as decisões e as responsabilidades correlatas perante a opinião pública.

Durante a sua presidência em São Paulo agiu de acôrdo com essas normas e quer nas atitudes políticas, quer nos atos de gestão administrativa, jamais se arredou dos pontos de vista doutrinários a que subordinava a sua conduta de homem público.

O ano de 1896 marcou o início de gravíssima crise do café, cujas safras em São Paulo, de 1884 a 1894, subiram de dois a quatro milhões de sacas. Assinalando o fato em seu programa de candidato, declarou que o governo devia estar preparado para conjurar a crise agrícola, a de mais rápida e geral repercussão, tanto mais que as plantações se haviam desenvolvido consideravelmente graças ao trabalho livre e sobretudo ao poderoso e profícuo concurso da imigração européia. Outra causa da crise residia nos preços excepcionalmente remuneradores em mil-réis, em consequência da depressão cambial, o que havia estimulado de maneira inquietadora a expansão cafeeira. Os observadores precavidos já percebiam que ao progresso da produção não correspondia o alargamento do consumo.

Manifestavam-se claramente os prenúncios da superprodução, cujos malefícios tanto fariam sofrer nos anos próximos os fazendeiros e levariam a procurar um remédio salvador na intervenção direta do Estado. Campos Sales, contrário a tais processos, teve o mérito de anunciar com antecedência a crise em preparo, não obs-

tante reconhecer que a agricultura era a base da riqueza paulista e nela é que “o comércio e a nascente indústria iam haurir a vitalidade que possuíam.” Insistia por isso em afirmar que a agricultura, com a sua influência preponderante, podia ser tomada como barômetro econômico e com ela tudo prosperava ou definhava.

No campo político, Campos Sales, ao estourar a grave divergência que separou Prudente de Moraes de Glicério e combaliu o Partido Republicano Federal, tomou resolutamente a defesa do Presidente da República, numa ocasião em que os republicanos paulistas chegaram a dissentir de forma a fazer periclitarem a unidade do partido estadual. Ainda que preferindo a conciliação e tudo envidando por obtê-la, mostrou Campos Sales que, uma vez firmada a sua decisão, não mais recuava e aceitava tôdas as consequências de seus atos. Governante dotado de um verdadeiro espírito de líder, não admitia vacilações nem posições ambíguas.

A mesma energia se patenteou na questão dos Protocolos italianos, pôsto que o presidente cuidasse acima de tudo de manter a ordem e zelasse para coibir quaisquer excessos que pudessem degenerar em conflito internacional.

Essa questão, atenuada em tempo e antes que viesse a produzir resultados suscetíveis de comprometer as relações entre dois países amigos, nasceu das reclamações apresentadas pelo govêrno de Roma a propósito de danos reais e supostos que teriam sofrido alguns súditos italianos no sul em consequência da revolução federalista. Além das causas surgidas dessas reclamações outras havia, mais profundas e ligadas ao fato de uma intensíssima corrente imigratória, rapidamente encaminhada em poucos anos, nem sempre se harmonizar por com-

pleto com os costumes e o ambiente de um país longínquo. De um modo geral, conforme apregoara sempre Jorge Tibiriçá, a imigração peninsular recebia a melhor acolhida possível no Brasil e a grande maioria dos seus elementos encontrou condições de prosperidade econômica e de adaptação social. Com os preços favoráveis do café os colonos alcançavam fartos lucros e remetiam para a sua terra importâncias, que resultavam na melhor das propagandas para o Brasil. Apesar dos avisos contra a febre amarela e das queixas formuladas por descontentes e até autoridades estrangeiras contra o bom renome do nosso país, muitos fatores ajudavam a imigração, independentemente das vantagens e subvenções oferecidas pelo governo paulista. A situação econômica da Itália, considerada na Europa como país de finanças avariadas devido aos ônus que a política de Roma criava com seu programa de expansão colonial e de fortes despesas militares, contribuía para estimular a corrente de emigração entre a qual, como é natural que ocorresse, se encontravam muitas pessoas insatisfeitas e sem rumo definido. As levas de agricultores foram quase sempre bem recebidas e encontraram um campo de labor rendoso e de plena cordialidade com os nacionais. Mas de permeio com essas multidões de gente nova infiltraram-se nos centros urbanos alguns elementos mais inquietos e cujos sentimentos pendiam para a formação de aglomerações de mais difícil diluição entre os naturais do país. Acresce que certos núcleos, por motivos de nostalgia compreensível e também sob o efeito de propagandas bem conduzidas, tendiam a manter bem apertados os laços com a mãe pátria, de onde provinham subvenções e de onde se remetiam agentes incumbidos de cultivar a chama da italianidade.

Nada haveria de mal nessa política, não fôsem os atos por vêzes indiscretos de alguns agentes e a imprudência de desajustados, aos quais se deveram mal-entendidos que irritaram de parte a parte as sensibilidades nacionalistas. Em 1892, por exemplo, imigrantes chegados no vapor *Mentana* provocaram sérias agitações no pôrto de Santos e desrespeitaram o pavilhão brasileiro. Dada a repulsa contra essa conduta, os fatos ecoaram em São Paulo e deram margem a manifestações no seio da colônia, de tal forma instigadas que grupos armados promoveram graves conflitos e tiroteios em lugares centrais, como no Piques e no Largo Paisandu, interrompendo o tráfego dos bondes e tôda a vida urbana. Apesar do cuidado com que agiram as autoridades e do apêlo de associações estrangeiras para chamar à calma os seus patrícios mais exaltados, o incidente assumiu uma feição que mostrou a conveniência de disciplinar as correntes imigratórias e regular severamente a entrada de gente suspeita.

Aristides Lôbo, ao comentar êsses acontecimentos e a ressonância que êles causaram na capital do país, escreveu: “E’ preciso que fiquem sabendo, de uma vez por tôdas, que nós não podemos consentir que nos insultem e muito menos em nossa própria casa.”

“Seja qual fôr o interêsse que liguemos à imigração estrangeira para a nossa terra, nunca a aceitaríamos a título de humilhação. Se São Paulo não tem fôrça para reprimir severamente os culpados, é o caso de recorrer sem demora ao Govêrno Federal”.

“Pecamos por demasiadamente tolerantes, por excessivamente fraternais e levamos demasiadamente longe o sentimento de amor e desprevenido acolhimento. Precisamos ser justos mas altivos”.

Passados êsses momentos de surprêsa e natural indignação, tudo se apagou e voltou a reinar a boa amizade que jamais se alteraria, a não ser por culpa de alguns indivíduos evidentemente atrevidos e merecedores de expulsão sumária.

Em 1896 tais fatos estavam quase esquecidos e os brasileiros, sempre ciosos da hospitalidade dispensada aos povos amigos e colaboradores do nosso progresso, cultivavam a melhor convivência com tôdas as colônias. Um estremecimento passageiro decorreu da apresentação das reclamações estrangeiras porque a opinião, informada de que elas montavam a importâncias excessivas e desconfiada de que o Congresso Nacional ia ceder a tais pedidos em sessão secreta, protestou em manifestação pública contra a aprovação daqueles que chamavam os Protocolos italianos.

Êsses protocolos faziam parte de uma série de reclamações apresentadas por várias potências e que constituíram um dos mais desagradáveis legados do govêrno de Floriano ao de Prudente de Moraes. Os processos se amontoavam no ministério das Relações Exteriores numa pilha de mais de três metros de altura e foram quase todos devidamente revistos pelo ministro Carlos de Carvalho e resolvidos de forma satisfatória. Os únicos que exigiram confabulações mais demoradas e revestiram um caráter de litígio mais intrincado foram os italianos.

Ainda assim o govêrno brasileiro estava disposto a atendê-los com a máxima boa vontade, desde que fôsem sujeitos a uma comissão arbitral. Receosos de que o Congresso cedesse a quaisquer pressões, grupos de cidadãos aos quais se ajuntaram estudantes fizeram ouvir seu protesto em praça pública, com o costumeiro acompanhamento de discursos patrióticos usados em tais ca-

sos. Embora as demonstrações se realizassem em caráter normal e pacífico, sem palavras ofensivas nem propósitos de hostilidade a nenhuma nação, apareceram mais uma vez agentes provocadores e o cônsul da Itália, de uma forma positivamente insólita e imprópria a uma autoridade de sua categoria, foi o primeiro a concitar seus conterrâneos a tomar represálias em plena rua. A grande maioria da população, tanto nacional, como estrangeira, permaneceu em atitude inteiramente cordial, sem se molestar com semelhantes provocações. Mas uma pequena fração de grupos de agitadores iniciou um movimento de tumultos e desordens que em poucas horas conflagrou a capital paulista e transformou, durante mais de três dias, a pacata cidade num campo lamentável de rixas e conflitos sangrentos. Como salientaram os jornais da época, a cidade assistia verdadeiramente pasma a cenas de violência em absoluto fora de seus hábitos. O governo de Campos Sales, ao qual a citada autoridade consular fora levar um protesto contra as ocorrências de que ela era responsável quase exclusiva, agiu rapidamente e com imparcialidade e rigorosa energia. Os conflitos se haviam alastrado de tal maneira que se repetiam pelos bairros mais afastados ataques e encontros entre blocos italianos e nacionais. Em vários locais a polícia, obrigada a cercar quarteirões inteiros, prendeu numerosos grupos entrincheirados, que faziam fogo contra a autoridade e contra transeuntes e fêz uma colheita de centenas de armas de fogo, revólveres e até carabinas.

Êsses transtornos da Paulicéia, assim que foram conhecidos no resto do país, despertaram funda emoção e no Rio a polícia se viu obrigada a proteger as ruas habitadas pelo elemento italiano. No seio do Congresso, diretamente informado por um telegrama de Campos Sa-

les, a maioria dos deputados, que em duas sessões consecutivas tinha aprovado os Protocolos, transformou-se em unanimidade para rejeitá-los imediatamente.

E na capital paulista, conhecida a decisão do Congresso, formou-se enorme multidão entusiasmada, que foi levar todo o seu apoio ao govêrno de Campos Sales e anunciar o intento de desafrontar os brios nacionais. Nessa hora e ante um levante que se anunciava extremamente perigoso e de molde a prejudicar a situação internacional, o govêrno do Estado conseguiu acalmar os ânimos, mostrando que o país jamais se submeteria a qualquer agravo ou imposição ofensiva à dignidade brasileira. Rápidaente os espíritos serenaram e o cônsul indigitado como agente responsável dêsses deploráveis sucessos, antes que lhe cassassem o "exequatur", procurou explicar a sua ação e proclamar que dedicava a maior amizade ao povo brasileiro e não tivera a intenção de ferir o país que hospedava generosamente tantos estrangeiros.

Um fato que Campos Sales frisou bem na mensagem em que expôs êsses acontecimentos, é que no interior não se registrara incidente algum, sinal patente de que não existia a menor animosidade entre italianos e brasileiros. Em poucos dias São Paulo voltava à sua vida normal. Dois anos mais tarde, quando Campos Sales visitou a Itália e conversou com o rei Humberto, que se mostrara muito emocionado com as notícias recebidas de São Paulo, ouviu dêsse monarca esta frase expressiva a propósito da emigração italiana para o Brasil: "O govêrno italiano resolveu com isso um problema económico que a todos os povos muito tem custado: afeirmos do Brasil tôdas as vantagens da colonização sem suportar um só de seus encargos".

Campos Sales deixou o govêrno em fins de outubro de 1897, por haver sido escolhido pela fôrças políticas nacionais candidato à presidência da República. Tratava-se de justa homenagem a um republicano aureolado pelos maiores serviços ao país e ao mesmo tempo de uma prova de confiança que a Nação tributava a São Paulo, pois o apoio ao ilustre paulista provinha mais dos outros Estados que de sua terra de nascimento.

*Os govêrnos de Fernando Prestes,
Rodrigues Alves e Bernardino de
Campos e a crise cafeeira.*

Até 1904 sucedem-se na direção do Estado quatro governantes em cujas mãos a administração pública se mantém no mesmo alto nível de eficiência e moralidade que fêz os banqueiros inglêses referirem-se naqueles dias a São Paulo como “a parte mais sólida e próspera da Nação brasileira”. De fato, os títulos estaduais alcançam cotações superiores aos federais, índice de um crédito que inspira confiança nos recursos de São Paulo e na capacidade de seus dirigentes. Em novembro de 1898, tomou posse do govêrno o Coronel Fernando Prestes, eleito para concluir o quadriênio iniciado em 1896 por Campos Sales e preenchido interinamente durante um ano pelo vice-presidente dr. Peixoto Gomide, que prosseguiu no roteiro de seu antecessor.

Fernando Prestes, influente político de Itapetininga e recomendado pelos títulos de ativo propagandista da República e de combatente contra as hostes *federalistas*, adquirira os galões de coronel da Guarda Nacional na ação valiosa desempenhada em defesa do Estado

e da causa florianista contra as forças de Gumercindo Saraiva.

A principal dificuldade que se deparou ao governo decorreu do baixo preço do café, “quase única e a maior riqueza do Estado que se achava sem capitais para o custeio das lavouras, sem recursos para livrar-se de tão aflitiva situação”. Uma confissão dessa natureza partida do presidente do Estado traduzia apenas em documento oficial as queixas e decepções dos lavradores, simultaneamente oprimidos pela queda dos preços, tornada mais pronunciada em face da alta cambial e falta de braços. Enquanto de 1898 a 1900 o governo da União se esforçava por reerguer a nossa moeda caída a taxas ínfimas, êsse benefício em prol das finanças acarretava prejuízos aos agricultores, porque lhes diminuía substancialmente a receita computada em papel. Contrário a qualquer intervenção no mercado cafeeiro, o governo Federal prosseguia inexoravelmente no programa de saneamento monetário e de execução do *funding*, surdo aos apelos da lavoura. Esta, segundo se depreende de inúmeros artigos de imprensa e de várias representações enviadas às entidades de classe, se considerava em verdadeiro estado de prostração moral. Reiterava os apelos para obter colonos, pois os que mourejavam nas fazendas se retiravam assim que queriam baixar os salários. Por outro lado escasseava a assistência creditória e não se obtinham auxílios dos bancos nem com garantias hipotecárias. Os comissários precisavam sujeitar-se aos exportadores e empenhar os cafés a receber, o que elevava a perto de 2% ao mês as taxas de juros a pagar. Em 1899 registrou-se ligeira melhora, mas não cessavam as recriminações.

Em maio de 1900 ascendeu ao poder o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, estadista e administrador experimentado, duas vezes ministro da Fazenda, nos governos de Floriano e Prudente de Moraes, aos quais serviu em momentos de agudíssimas dificuldades e sempre pugnando pela defesa da nossa moeda. Vindo da monarquia e das fileiras do Partido Conservador, Rodrigues Alves governara a província de São Paulo de novembro de 1887 a abril de 1888, como delegado e representante de confiança do Barão de Cotegipe. Aderindo à República, prestou-lhe incontestavelmente o concurso de uma severidade de princípios e de um tino administrativo que o guindaram ao mesmo plano dos mais conceituados republicanos históricos.

O novo presidente apoiava sem restrições o programa de Campos Sales para combater a desvalorização da moeda e salientava a colaboração de São Paulo como grande produtor de café e, portanto, “fornecedor de cambiais e principal fator na balança de permuta de valores”. Na mensagem de 1901 consignou que a baixa do café trazia grandes dificuldades. De fato, em abril de 1901 o preço no mercado de Santos foi inferior a 5\$ por quinze quilos.

Infenso também à interferência direta do poder público no mercado, achava que as crises resultantes da superprodução tinham em si mesmas o remédio possível, pois com o baixo preço o consumo se dilataria.

Essa tese nos parece errônea quanto à maioria dos gêneros agrícolas, mas Rodrigues Alves era de parecer que o fazendeiro e o intermediário deviam colaborar, cada qual na esfera própria, sem se abandonarem à “fantasia de remédios que não têm a virtude de combater o mal e podem antes agravá-lo”.

A seu ver o remédio consistia na melhor administração das fazendas, no melhor beneficiamento do produto e na garantia de estabilidade para o trabalhador rural. Lembrava que alguns fazendeiros, entre os quais o sr. Manuel Conceição, que havia fundado em Paris a casa brasileira “Café São Paulo”, tinham ensaiado a venda de seu café diretamente ao consumidor.

A ação do poder público devia limitar-se a impulsionar a imigração, facilitar os transportes e baratear os fretes. Para providenciar a assistência financeira ao lavrador, o govêrno celebrou um contrato com o Banco de Crédito Real de São Paulo, a fim de prestigiar os títulos hipotecários por êle emitidos. A lei 682, de 1899, autorizando o govêrno a garantir juros de 7% sôbre 20 mil contos aos bancos que se destinassem a operações de crédito agrícola não tinha sido executada, ou por falta de capitais disponíveis ou porque não existisse quem se animasse a empreendimento dessa natureza. Reconhecia assim o presidente o malôgro do crédito agrícola, embora o reputasse de grandes resultados para os interesses da agricultura.

Ao terminar o seu curto mas operoso govêrno, Rodrigues Alves podia comunicar que a 31 de dezembro de 1900, no ultimo ano do século XIX, o Estado tinha em tráfego 3.373 quilômetros de estradas de ferro e a receita subira a mais de 42 mil contos, passando para o exercício seguinte um saldo de mais de 16 mil. Sem embargo da crise que afetava o café a safra do ano, de mais de 7 milhões de sacas, representava um valor de mais de 260 mil contos.

Não pôde Rodrigues Alves realizar a reforma constitucional do Estado em virtude da opposição movida pela dissidência surgida no Partido Republicano e dos vivos

debates travados a propósito da eleição do presidente, mas tal fato não obstou a que o ilustre paulista fôsse aceito como candidato à Presidência da República para suceder a Campos Sales.

A 12 de fevereiro de 1902 transferiu êle o govêrno do Estado ao seu substituto legal.

A 3 de júlho de 1902, assumiu a presidência de São Paulo pela segunda vez Bernardino de Campos. Administrador de comprovada capacidade tanto na órbita federal como na estadual, conhecedor profundo das questões financeiras e possuindo uma visão muito lúcida dos nossos problemas econômicos, coube-lhe também afrontar a crise do café que tamanhos padecimentos causava à classe agrícola e ameaçava derrocar inúmeros patrimônios edificados com grande soma de sacrifícios.

Ao indagar a gênese da crise, explica Bernardino que ela procedia de “causas várias, acumuladas, congêntas à estrutura de nossa existência econômica e do nosso meio comercial”.

No tocante aos remédios mostrava-se êle avêssô às formas de intervencionismo estatal direto. Preconizava antes a ação da iniciativa privada e do princípio associativo, pois “se a sociedade é inerte, a lei se converte em letra morta, ou a sua intervenção é ruínosa, prejudicial”.

A análise das determinantes da crise, já apontadas por vários homens de govêrno e por muitos lavradores estudiosos e observadores perspicazes dos nossos fenômenos econômicos, revelava como se fôra gradativamente desenvolvendo o processo de superprodução. Na mensagem para a convocação especial do Congresso, a fim de atender com urgência à crise, expunha Bernardino: “Em regra não se acumularam reservas. As sobras do

movimento da receita e despesa voltavam a consolidar-se em novas culturas do mesmo gênero e em aperfeiçoá-las, apurando as suas vantagens.

Este crescimento da produção, extraordinário e sem medida, despertou as atenções”. Lembrava ainda que, em janeiro de 1896, os presidentes de São Paulo e Espírito Santo haviam convidado para uma conferência sobre a matéria os de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. A 2 de março do mesmo ano, realizou-se em Petrópolis a reunião dos representantes dos cinco Estados, mas o convênio celebrado não fôra aprovado por tôdas as legislaturas dos referidos Estados e por isso fôra considerado desfeito.

A lei paulista que criara o impôsto sobre novas plantações visava a impedir a extensão das culturas e a libertar os lavradores “do círculo vicioso em que se acham de abrir, com enormes ônus, novas culturas, como meio de manter os trabalhadores para as que já conservam com dificuldade.”

Na proposta apresentada ao Congresso Legislativo do Estado para debelar a crise, o govêrno Bernardino sugeria, entre outras providências relativas ao penhor agrícola e aos auxílios financeiros, a criação de um impôsto *ad valorem* sobre as qualidades baixas ou então “in natura” sobre todos os cafés a exportar, de maneira a eliminar o gênero arrecadado pelo segundo processo. Era já a previsão da *quota de sacrifício* que será aplicada depois da revolução de 1930 e da fogueira que reduziu a cinzas mais de 80 milhões de sacas.

Foi evidentemente inspirado nas informações dessa mensagem de Bernardino de Campos que em 1908, ao explicar a valorização do café e a crise que a motivara, o geógrafo e economista francês, Pierre Denis, mostrou

ao público europeu como se haviam expandido as plantações pela inversão contínua dos lucros dos agricultores brasileiros em novos cafêzais. Outra consequência um tanto bizarra desse processo de crescimento rural foi a multiplicação das fazendas, não tanto para ampliar o capital agrícola quanto para manter colonos e sustentar um ritmo excessivo de imigração. Sob a impressão de virem a faltar braços, incentivou-se em demasia a corrente imigratória e a superabundância de braços gerou, por sua vez, a superprodução cafeeira. De certa forma São Paulo incrementou um tanto artificialmente o seu aumento demográfico.

Bernardino de Campos que, na mensagem de 1904, falou da “crise sem precedentes” na lavoura do café e das depressões ocasionadas nas finanças e nas fontes de arrecadação do Estado, assinalou com muito acêrto e previsão que no estado evolutivo em que se achava a sociedade paulista podiam dar-se, relativamente à agricultura, mutações que a afetariam profundamente pelo povoamento do solo, a distribuição das terras e a reorganização do trabalho. Tais mutações não se verificaram apenas na agricultura, mas atingiram a vida inteira do Estado, no âmago de suas funções orgânicas e de sua tradicional estrutura social, baseada na predominância da economia agrária.

A Lavoura e a superprodução cafeeira

Quando se consultam as estatísticas referentes à produção cafeeira de São Paulo de 1892 a 1903, aparecem nessas cifras, que ilustram a última mensagem de Ber-

nardino, as razões da famosa crise que feriu com tanta rudeza a lavoura e fêz de uma pletora de riqueza física um instrumento de prejuízos e sofrimentos.

De 1892 a 1895 os saldos deixados pela exportação cafeeira pagaram em parte tôdas as extravagâncias da política e serviram para retardar a queda do câmbio que, de outra forma arrastado pelas orgias emissionistas, teria resvalado em pouco tempo para as taxas miseráveis atingidas em 1898.

Em 1896 é que se acentuou a baixa do café e principiaram a manifestar-se as reações de desânimo. Alguns lavradores escreviam então na imprensa que a cultura do café já tocava as raias da obsessão e que se impunha como necessidade inadiável a policultura, de modo a imprimir nova orientação aos agricultores e vencer os efeitos de uma tenaz rotina.

Outras versões, em vez de denunciar a superprodução, lançavam as culpas sôbre as manobras especulativas em geral atribuídas ao comércio exportador, quase todo composto de estrangeiros unicamente interessados em ganhar dinheiro sem se importarem em manter os preços.

Em 1897, o sr. Joaquim Franco de Lacerda afirmava que “a crise dos agricultores no Brasil era devida à exploração de que eram vítimas” e citava como prova o fato dos exportadores pagarem em Nova York por um quilo de café torrado o mesmo que pagavam em Santos por dez quilos de café bom.

Diversos comentadores repetiam insistentemente que os negociantes estrangeiros eram quem mais lucrava com o café e mostravam que as perdas que o lavrador nacional sofria, só no transporte da propriedade agrícola e estrada de ferro e no acondicionamento do café se elevavam a mais de 25% do produto exportado.

Nos períodos em que mais apertou a crise muito se aconselhou a retenção de parte das safras, de maneira a aplicar as sobras do consumo do ano no deficit da safra seguinte. O mal, segundo explicavam, provinha de cada qual querer vender depressa para saldar seus compromissos. Essa precipitação é que fazia descer os preços. Por isso os homens de influência se deviam juntar, para formar organizações de crédito destinadas a emancipar o agricultor da pressão dos bancos e dos comissários. Constrangido num círculo de ferro pelas taxas descomunais de juros e uma insaciável agiotagem, o lavrador não aguentava os prejuízos, e a baixa do café traduzia principalmente a falta de resistência do mercado.

A essa argumentação replicavam os comerciantes que o lavrador se considerava uma classe especial sempre pronta a reclamar a proteção que se ia transmitindo por uma sorte de preconceito.

Mas os lavradores, como se deu no Congresso da Lavoura em 1896, mostraram a urgência de formar um Banco da Lavoura, de forma a governarem os preços e resistirem ao especulador que se aproveitava dos apuros dos fazendeiros.

Várias polêmicas a respeito do assunto ocupavam as colunas dos jornais. No referido Congresso da Lavoura, o que mais se reclamou foi um crédito adequado, de par com medidas protetoras de emergência, mediante recursos a serem fornecidos por uma emissão de 100 mil contos para auxílio exclusivo da lavoura.

Nessas teses em debate, vê-se que se feriram pontos que serão muitos anos depois aproveitados na defesa do café, como a regularização das remessas. Em 1896 a

lavoura paulista, castigada pela queda dos preços, pedia rápida assistência e mostrava que se via privada de numerário quando pagava mais de 100 mil contos de salários aos colonos italianos e, na opinião de Santos Werneck, servia de “canal de transmissão da riqueza nacional para o estrangeiro”.

A contínua descida dos preços suscitou veementes discussões e no curso de um decênio de amargas experiências ficou preparado o terreno para a atuação mais eficaz do poder público. O Estado intervirá decisivamente para uma obra de salvação pública no apogeu da crise em 1905-6 graças à energia e à coragem cívica de Jorge Tibiriçá.

CAPÍTULO XII

Ao iniciar-se o século XX podia julgar-se consolidada a República Brasileira. Cansada de lutas, a Nação trilhava o caminho da reconstituição econômica e financeira sob a égide de governos civis, dos quais os três primeiros saíram de São Paulo.

A Prudente de Moraes, sob cujo quadriênio ainda fermentaram os resquícios das revoltas armadas, coube a difícil missão de pacificar os ânimos e decretar a anistia para selar a reconciliação definitiva dos brasileiros. Campos Sales, que sucedeu àquele digno cidadão, deixou o governo de São Paulo para assumir o da União em 1898, de sorte que no limiar do século era êle o ocupante do Catete, empenhado num governo de ferrenhas economias e tão severo em executá-las que o Brasil foi o único país a não comparecer à Exposição Universal de Paris em 1900. Único ausente naquele certame fulgurante recebeu em compensação loas merecidas por cuidar do reerguimento financeiro que o prestigiou aos olhos dos credores e dos observadores internacionais.

A República entrou em nova era debaixo da consideração favorável de poderosos círculos estrangeiros. Assediada por muitos problemas internos e externos, revolveu amistosamente com vários países europeus as pendências originadas em questões de fronteira ou pe-

didos de indenização consecutivos às revoltas. No começo do século, outras questões, vão passar por fases agudas, antes de serem resolvidas por acôrdo ou arbitragem e quase levarão um país pacífico a aceitar o estado de guerra com dois vizinhos do Oeste, a Bolívia e o Peru. Frêmitos guerreiros agitaram o vale do Amazonas e os limites com as duas nações andinas. A poder de paciência diplomática e devido à energia natural dos povoadores brasileiros daquela região êsses conflitos serão evitados e darão lugar a uma obra de boa vizinhança e a tratados destinados a fixar de vez os limites históricos da nacionalidade.

Do govêrno Campos Sales vamos ocupar-nos um pouco mais tarde, pois em seguimento ao nosso rápido estudo acêrca das condições de São Paulo entre 1896 e 1904, temos de abordar agora o govêrno Tibiriçá, já que examinamos as quatro administrações que o precederam e que foram as de Campos Sales, Fernando Prestes, Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, tôdas elas dominadas pelas inquietações da crise cafeeira.

*Jorge Tibiriçá na presidência de São Paulo —
Plataforma do seu Govêrno — O Secretariado*

O segundo govêrno Bernardino de Campos em São Paulo, dadas as circunstâncias criadas pela crise do café no terreno económico e as divergências políticas consequentes à cisão do Partido Republicano em 1901, não decorreu na mesma atmosfera de realizações e eficiência administrativa. As receitas haviam decrescido e a lavoura cafeeira, castigada pela baixa de preços e a superprodução, reiterava as queixas e clamava incessante-

mente por um socorro que nem o governo da União nem o do Estado lhe dispensavam, receosos de se aventurarem no terreno perigoso do intervencionismo na economia particular. Anuíam em proporcionar auxílios indiretos e anunciavam sempre a criação do crédito agrícola, providência que não se concretizava de modo satisfatório e permanecia em tentativas passageiras e quase sempre mal sucedidas. A única medida de efeitos mais seguros em prol do café resultara da lei proibitiva de novas plantações. E ainda assim não faltavam lavradores para se insurgirem e acenarem com a ameaça de inconstitucionalidade para invalidar o remédio legal.

Em janeiro de 1904, ao cogitar-se da sucessão estadual, que já vinha preocupando os meios políticos, a Comissão Central do Partido Republicano lançou para a presidência e vice-presidência os nomes de Jorge Tibiriçá e J. Batista de Melo Oliveira. As figuras mais destacadas do situacionismo, a principiar pelo presidente Bernardino de Campos, amigo íntimo de Jorge, pendiam para êle e encontravam na apresentação de um nome extremamente estimado a solução momentâneamente mais aceitável, por ser a mais conciliatória e recair sôbre um republicano de boa lei e de reputação ilibada.

A oposição, formada pela Dissidência, levou em conta êsses fatores favoráveis e pronunciou-se moderadamente. Nas eleições procedidas a 15 de fevereiro, Jorge Tibiriçá recebeu a sagração das urnas, aliás sem luta, hipótese que pouco teria adiantado a qualquer competidor, numa fase em que o Partido Republicano dispunha da maioria absoluta do corpo eleitoral e o governo imperava quase sem contraste.

A 2 de maio de 1904, no banquete de despedida oferecido a Bernardino de Campos, no salão nobre da

Rotisserie, Jorge Tibiriçá leu a sua plataforma de governo. Disse que o período governamental que se ia iniciar não poderia ser, como o precedente, de simples administração: “a marcha do progresso paulista exige reformas que tendam a afastar os obstáculos que ela encontra e outras que contribuam a abrir novas veredas por onde ela possa encaminhar-se”.

Frisou a seguir a reconhecida necessidade de reformar a constituição estadual e encareceu com insistência a realidade do sufrágio popular, item de grande importância, já que o Congresso votara a nova lei de qualificação de eleitores que dava garantias a todos os cidadãos em condições de serem alistados. Cumpria reformar a lei que regulava a eleição dos membros da Câmara dos Deputados, “no sentido de facilitar a representação das minorias e dar ingerência mais direta nas eleições às diferentes regiões do Estado”.

“Estes fins serão atingidos adotando-se o sistema da eleição por distritos de diversos deputados, voto uninominal, considerados eleitos os que conseguirem número de votos correspondente ao quociente resultante da divisão do número de eleitores que votarem pelo número de candidatos a eleger-se”.

Diferenciava-se assim o modo de investidura da Câmara e do Senado, representando aquela mais diretamente os interesses das localidades do interior e este os interesses gerais do Estado.

Os demais pontos do programa incluíam as seguintes matérias: modificação da lei de organização da magistratura; outorga de maior iniciativa aos distritos de paz sem cercear a autonomia municipal; instrução pública; colonização; melhoria dos serviços agrônômicos para estudar acuradamente as questões atinentes à cultura intensiva em nosso meio.

A seguir, mencionava o impôsto lançado sôbre novas plantações de café, o que permitia tratar de imigração "sem receio que ela venha contribuir para o aumento da área cultivada, o que seria prejudicial na atualidade".

Entre as obras públicas, convinha escolher as que necessitavam ser continuadas, como o saneamento de Santos, o abastecimento de águas à capital e a construção de vias férreas. Fazia-se mister ligar todos os Estados costeiros do Brasil do Pará ao Rio Grande do Sul, e cabia secundar a União num plano de comunicações que é um instrumento de progresso em tempo de paz e um instrumento de defesa em caso de agressão ao Brasil.

Referiu-se depois Tibiriçá ao sistema tributário que taxava injustamente a classe agrícola sobretudo a cafeeira, pois os direitos de exportação correspondiam em média a mais de 68% da arrecadação total. Urgia remediar êsse estado de coisas, substituindo o impôsto de exportação por um impôsto geral sôbre as rendas, a incidir repartidamente sôbre estas e o capital fixo, porém de maneira gradual e cautelosa.

A lei que autorizara a criação de bancos de crédito agrícola não produzira o efeito esperado, mas com o renascimento da confiança tentar-se-ia novamente encaminhar os capitais para o emprêgo no crédito agrícola.

Por fim o novo presidente do Estado saudou o da República, Conselheiro Rodrigues Alves, mencionando que êle viera da monarquia e aceitara lealmente o novo regime, ao qual prestara relevantes serviços.

A posse do presidente, a 1.º de maio, decorreu entre as formalidades usuais. Em landau, alugado do Rodvalho e escoltado por um piquete de lanceiros, o novo

chefe do Executivo dirigia-se até ao vetusto edifício do Congresso, à praça João Mendes e ali prestava o compromisso constitucional. Para o ato, o local era simplesmente ornamentado com alguns escudos e folhagens, decoração que os jornais mencionavam sem omitir os pormenores, devidamente elogiados. Depois, com o mesmo cortejo, o presidente seguia para o palácio do governo, em frente do qual se realizava uma parada do corpo policial, e à noite recebia as congratulações do mundo oficial e cidadãos grados que quisessem cumprimentá-lo. Festejos bem simples, que o noticiário realçava com muitos adjetivos, aludindo sempre à iluminação “feérica” do palácio, cujas salas de janelas abertas permaneciam iluminadas, ao passo que a frontaria tóda rebrilhava das luzes acesas nas gambiarras de gás. As fieiras das chamas tremeluziam nas sacadas e nas cimalthas e o público, a perambular pela praça e os jardins do palácio, ouvia com prazer os dobrados, as marchas, e se descobria reverente aos gritos de “peu, peu”! para homenagear os acordes do hino nacional.

Ao despedir-se de Tibiriçá, Bernardino de Campos chamou-o de lado para declarar-lhe: “Jorge, você vai governar os quatro anos com um espinho atravessado na garganta — a Dissidência”!

O órgão da Dissidência, *O Estado de São Paulo*, brindou de fato a investidura de Tibiriçá com uma nota vazada em termos de ceticismo e desânimo, caracterizadores dos comentários que vinha publicando contra o situacionismo, em frequentes divergências com o *Correio Paulistano*, porta-voz oficial.

Dizia a referida nota: “No miserável estado a que chegou hoje a política brasileira, não é possível, nem à mais temerária boa vontade, nem ao mais arrojado

otimismo, acolher com algum entusiasmo uma situação que se inaugura com os mesmos insanáveis vícios constitucionais das outras que se têm sucedido quase que apenas para virem deixando pelo caminho, consciente ou inconscientemente, os grandes e indeléveis sinais da longa e dolorosa decadência das instituições com tanta esperança e tanta alegria proclamadas em 1889”.

Após êsse intróito continuava: “Politicamente, pois nada há que esperar dêste govêrno. O novo quadriênio, pela fôrça das coisas, contra a qual nada pode a vontade dos homens, há de ser tão estéril, tão funesto e tão fatal para a idéia republicana como quase todos os outros que o precederam”.

Como se evidencia pelas linhas acima, a opposição não abria positivamente os braços a Tibiriçá e se apresentava a julgar sem benevolência o novo govêrno. O brilhante publicista, autor dos trechos citados, falava ainda na “traída e profanada república” e na “envilecida política”. Tais expressões denunciam a um tempo a prevenção dos dissidentes em face do sucessor de Bernardino e o grau de azedume a que haviam chegado as discórdias partidárias.

Entretanto, ao ser revelada a constituição do secretariado do govêrno, mudou um pouco o tom da crítica jornalística e o mesmo órgão não hesitou em declarar que o govêrno Tibiriçá, pelo lado administrativo, inspirava simpatias. Era o prólogo de uma situação que iria desanuviar-se em breve.

O secretariado escolhido por Tibiriçá compunha-se de quatro figuras, recebidas com encômios por tôda a imprensa: Albuquerque Lins, na Fazenda; Carlos Botelho na Agricultura; Cardoso de Almeida, Interior e Justiça; Antônio Godói, Chefe de Polícia.

Oriundos de famílias tradicionais ou ligados e aparentados a velhos troncos paulistas, tal requisito contribuiu para aumentar a confiança do presidente nas qualidades técnicas e na autoridade moral dos seus auxiliares.

Tibiriçá desejava companheiros realmente identificados com as necessidades e os sentimentos de São Paulo.

Os nomes que constituíram êsse govêrno corresponderam plenamente à missão que dêles se esperava. E no correr da administração, um dêles, o de Cardoso de Almeida, foi substituído pelo do sr. Washington Luis, político novo, ligado pelo casamento à família do Barão de Piracicaba.

Desta feita, na marcha de sua carreira política, chegava Jorge Tibiriçá ao cargo supremo do Estado, cercado em geral de simpatias e pessoalmente respeitado, por correligionários e adversários, como cidadão de honra ímpoluta e moralidade inatacável. Pertencia êle, quanto a êsse particular de honradez, ao núcleo dos velhos paulistas, entre os quais era norma de tradição e família legar aos descendentes um nome a salvo de máculas e suspeitas. A regra era cultivarem essa probidade, que os levava como se nota em muitos antigos testamentos, a recomendar aos herdeiros o pagamento de débitos que não haviam saldado em vida. Podiam ser êsses velhos paulistas violentos e por vêzes tirânicos nas lutas políticas e na direção do patrimônio doméstico. Sem dúvida a maioria se ressentia do feitio dominador e autoritário para cujo agravamento não pouco atuaram os costumes da escravidão. Restava, porém, um fundo de dignidade

humana e de altivez que punha a consciência ao abrigo de certas tratantadas hoje consideradas, até em meios sociais elevados, como pecados veniais. Não faltaram certamente traços de fraquezas e transgressões morais em paulistas da velha estirpe. Mas, encarados em relação ao conjunto da antiga gente de Piratininga, são exemplos que mostram tratar-se de número relativamente pequeno de exceções, cuja lembrança, justamente por ferir os preceitos de ética da grei, era registrada nos anais e nas crônicas em desabono de certos nomes, e por várias gerações.

O legado de honradez da família não acusava deslizes que pudessem suscitar a menor desconfiança quanto ao cidadão que vinha dirigir São Paulo. Tudo indicava, ao contrário, que os negócios públicos seriam devidamente protegidos contra abusos que pudessem irritar o sentimento do povo.

No trânsito de um quadriênio que será um dos mais emocionantes de São Paulo, pelo vulto dos interesses em jôgo e o ardor com que serão debatidos os problemas econômicos interligados com as lutas políticas, teremos o ensejo de acompanhar a ação de Jorge Tibiriçá e de registrar fielmente os efeitos dos acontecimentos sôbre a conduta, os reflexos morais e a sensibilidade do cidadão e do homem público.

Nesta altura, porém, precisamos voltar-nos para a esfera federal e fazer um curto retrospecto do governo Campos Sales, marco da história republicana, que assinala impressionante esforço do país para se liberar do marasmo financeiro e monetário e restabelecer, à custa de ingentes sacrifícios, um senso de ordem e direção

administrativa que parecia definitivamente submerso debaixo das inconstâncias e reviravoltas da primeira década republicana.

* * *

*O quatriênio Campos Sales no govêrno da
República (1898-1902)*

*O programa de restauração financeira e a obra
do ministro Joaquim Murcinho*

À proporção que o tempo passa, ressaí de forma particular a administração de Campos Sales, primacialmente amparada na gestão do grande Ministro da Fazenda, Joaquim Murcinho.

Politicamente, o egrégio campineiro sempre erigiu em artigo de fé o respeito aos princípios fundamentais do sistema presidencial, que perfilhara desde a mocidade como diametralmente opostos aos da monarquia parlamentar.

Promulgada a Constituição de 1891, logo visada por uma campanha revisionista, combateu êle sem tréguas essas tentativas, que considerava movidas por incorrigíveis reacionários e centralistas. Temia, com efeito, a recidiva dos processos parlamentaristas e por isso identificava a sorte da República com a manutenção do seu estatuto básico.

Escritor de grandes méritos e brilhante expositor dos princípios orgânicos da república presidencial, fez questão absoluta de sustentar êsses postulados na vida pública e com inquebrantável continuidade e coerência, aliadas a uma feição pessoal às vêzes um tanto rígida e autoritária.

Adepto do presidencialismo, professado com a mesma sinceridade que o abolicionismo, como tão bem mostrara o lavrador que sempre recusara possuir escravos e alforriara os que recebera em herança, Campos Sales manteve-se fiel ao credo do propagandista e o propugnou com ardor idêntico nas lides do parlamento e no cargo de ministro do Governo Provisório.

No senado, ao desempenhar o papel de líder e advogado de Floriano, salientou a posição do executivo, cuja autoridade não podia ser combatida por moções do Congresso como no regime parlamentar. Apoiou também o Marechal, quando éste mandou prender deputados e senadores comprometidos em conspirações e que não se deviam valer de imunidades para minar de tócia as garantias da ordem pública.

Tôda a vez que Campos Sales abordou as questões constitucionais que envolviam as relações entre os três poderes harmônicos e independentes da nossa estrutura republicana, ratificou invariavelmente, na mesma linguagem digna e viril, as doutrinas exaradas nos escritos do apóstolo do regime, do mandatário do povo e do governante.

Designado por um partido, cumpria-lhe esclarecer — e o fêz com a máxima franqueza — a natureza dos compromissos e as normas que devem regular “a reciprocidade dos deveres entre o Chefe da Nação e o partido que o elege”.

Antes da investidura e da própria eleição cuidou de deixar bem estabelecido que, uma vez sufragado pela maioria dos seus concidadãos e conquanto pudesse representar o triunfo dos princípios e das idéias de um partido, passaria no govêrno a ser, acima de tudo, o chefe

legítimo do Estado incumbido de “assumir a alta gestão dos negócios gerais da comunidade”.

O partido seria uma força de govêrno apta a secundar a ação do presidente, sem que êste se subordinasse ao domínio das facções. Queria assim aludir às dificuldades encontradas por Prudente de Moraes com o Partido Republicano Federal chefiado por Glicério. Decidido a impedir na esfera do executivo intromissões idênticas, Campos Sales externou sempre o propósito de realizar um govêrno de responsabilidade pessoal e direta, já que entendia pertencer ao depositário do poder o encargo de centralizar e unificar a ação governativa.

No manifesto do candidato, em fevereiro de 1897, no programa de outubro do mesmo ano e no manifesto inaugural de 15 de novembro de 1898, deparam-se as mesmas idéias, formuladas em têrmos que bem acusam a fé e a sinceridade cívica do homem público.

Além de reafirmar a decisão de agir sem vacilações, consoante preconizava Waldeck Rousseau, para quem um bom govêrno é aquêle que governa, Campos Sales repetiu que “ser um bom govêrno é saber o que se quer e querer firmemente o que se pode querer”. A antiga fórmula “governar é prever” devia ser substituída por esta outra: “governar é querer”.

Esta inclinação para proclamar o predomínio da vontade e da inflexibilidade na linha de ação do governante e no respeito ao programa traçado, levou o candidato a enunciar também de maneira insofismável a orientação geral que se propunha a seguir no campo político.

Para um propugnador da República federativa e da teoria da dupla soberania, da União e dos Estados, a política devia vir, conforme se depreende daquelas premissas, das unidades federadas para o centro. Êste é

apenas um ponto de coordenação dos negócios comuns à Federação. A vida política desenvolve-se nos Estados, motivo por que o presidente anunciava que se mostraria “intransigente e irreconciliável adversário da política intervencionista”.

Na ordem administrativa, citando o próprio exemplo de sua vida pregressa, Campos Sales prometia espírito de continuidade no govêrno, lógica, perseverança e resolução no cumprimento de um programa ao qual atribuía com razão importância decisiva para os destinos do Brasil. No terreno financeiro, o programa se restringia às necessidades mais imperiosas da situação. As finanças, no consenso geral, se afiguravam o grande problema nacional e tratava-se urgentemente de cortar despesas, pôr em ordem os nossos negócios e regular as nossas contas.

Registrava-se um decréscimo do poder económico em virtude da crise do café, mas o govêrno não procuraria “lutar em vão por meios artificiais”.

O objetivo capital do novo quadriênio residia no cumprimento de um dever de honra para executar o *funding*, satisfazer os compromissos solenemente contraídos com os credores e levar a têrmo a reabilitação das nossas finanças e do nosso crédito, quaisquer que fôsem os sacrifícios a enfrentar.

Nessa obra dignamente empreendida e levada a cabo, Campos Sales se apoiou na ação do notável Ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Duas vontades conscientes e patrióticas se associaram em tôrno de uma restauração financeira, mercê da qual o Brasil se reergueu aos olhos do mundo e deu o exemplo de rara capacidade recuperativa.

Como tôda obra humana, não esteve isenta de erros e falhas e suscitou muitas queixas. No entanto, os resultados avultaram em benefício da reputação nacional no estrangeiro.

• Estava o país atolado na crise cambial e coagido a suspender os juros da dívida externa. A custo se conseguira o acôrdo denominado *funding-loan*, contrato destinado a evitar a declaração da bancarrota.

Para Campos Sales e Murтинho, uma obrigação sobrelevava a qualquer outra no momento: valorizar o meio circulante.

As emissões e a instabilidade cambial haviam criado condições de estímulo fictício no mercado de crédito e de capitais. Após a República, o país atravessara um “período de prurido de reformas e delírios de grandezas”. Agora importava reparar os erros cometidos.

Para o govêrno, em contrário a tantas opiniões de críticos e descontentes, o empréstimo de 10 milhões de libras com a respectiva condição de resgatar papel-moeda ao câmbio de 18, assinalava um acôrdo pelo qual os credores eram os primeiros a desejar a restauração financeira do Brasil.

Joaquim Murтинho expôs, nos sucessivos relatórios apresentados ao Chefe da Nação, a política financeira executada e os princípios em que ela se esteou. A explanação dos métodos empregados e da doutrina monetária professada pelo ministro encerra lições ainda merecedoras de atenta leitura e meditação. Acontecimentos hodiernos no campo das finanças brasileiras, pôsto que sucedidos em condições mundiais bastante diferentes, acusam certas semelhanças, pelo menos no caráter da crise e nas causas que a determinaram. Os flagelos da inflação, depois de cinquenta e cinco anos, se repe-

tem na ativação de inúmeros negócios especulativos e na ilicitude de transações que enriquecem aventureiros e aproveitadores. Em 1953 o país viu-se compelido a solicitar um empréstimo de 300 milhões de dólares para saldar atrasados, como em 1898 se achara acuado pelos credores e intimado a assinar o *funding* para pagar juros de dívidas anteriores. Os quadros técnicos das operações diferem em face dos planos do tempo e das mudanças político sociais e econômicas do mundo. Mas algo permanece de idêntico nas duas crises, sobretudo na inconsequência dos governantes e nas quedas bruscas e violentas de moralidade determinadas pela inconsciência e a leviandade em apelar para as emissões.

Eis porque ainda hoje temos de render homenagem à ação de Joaquim Murтинho e ler com respeito várias páginas desses relatórios, nos quais as teses expostas não envelheceram na proporção do tempo transcorrido. E não seria mau que algumas das idéias de Murтинho, baseadas na ortodoxia da ciência financeira aceita até às vésperas da primeira guerra mundial, em 1914, se recordassem a título de uma aplicação rejuvenescida ao caso brasileiro.

Em 1898, passados alguns anos de prodigalidades financeiras, experiências monetárias desregradas e lutas civis, o país se encontrava empobrecido e assoberbado pela crise do café.

Murтинho não considerava tal crise a expressão de uma decadência do trabalho nacional, mas de uma “degradação econômica consequente à aplicação viciosa desse trabalho na produção de um gênero excessivo no mercado”.

Vimos que, de fato, a superprodução cafeeira se verificara como efeito da inflação, através dos altos preços

- papel do café e da exagerada compra de terras a que êsses lucros induziram os lavradores, entusiasmados pela expansão das culturas.

Sob o influxo de enormes levas de imigrantes operava-se rapidamente a multiplicação dos cafêzais, em grande parte destinados a reter colonos e pagar a mão-de-obra. Esta proliferação da cafeicultura promoveu plantações de alto custo e engendrou, na opinião de Mur-tinho, fenômeno comparável ao que ocorrera na indústria, onde se haviam criado emprêsas que só podiam sobreviver à custa de um ultraprotecionismo.

Era mais um argumento contra a pseudo-abundância de capitais decorrentes de emissões que diluíam o valor real do meio circulante, e, sôbre facultarem negócios de puro imediatismo, provocavam excitação desordenada nas atividades agrícolas.

O ministro resume os pontos substanciais de sua tese por meio de um confronto entre as duas crises, a financeira e a econômica, simêtricamente apresentadas e oriundas da "produção" exagerada do meio circulante saturado de papel-moeda e da excessiva produção de café em relação ao consumo.

Explicava então que os especuladores, munidos do estoque de papel-moeda, não precisavam comprá-lo para pagamento da produção nacional e impunham o preço, da mesma forma que os importadores de café, armados de vasto estoque do gênero, ditavam as cotações no mercado. Assim diagnosticada a causa da crise, surgiam naturalmente os remédios indicados pela situação: reduzir o volume do papel de curso forçado de maneira a adaptar o meio circulante ao valor real das transações e adaptar a produção de café ao consumo.

Sendo o papel-moeda simples título de dívida, a destruição de parte desse elemento, diminuindo os encargos do devedor, aumenta o seu crédito e o valor dos títulos que ficam em circulação. “Queima-se o veículo, mas o valor a ele incorporado passa-se, depois da incineração, para o papel que fica na circulação”.

Tal foi, em síntese, a teoria do resgate levado a efeito para cumprir as cláusulas do *funding* e valorizar a nossa moeda. Quanto ao café, mostrou-se Murtinho totalmente infenso a qualquer intervenção do govêrno no mercado. Dizia êle que os governantes não dispunham de poder sobrenatural para derogar leis naturais e que à lavoura é que cabia modificar uma organização viciosa para que “êsses capitais não se transformassem em elementos de destruição da fortuna nacional”. Abstencionista radical no que se referia à valorização cafeeira, declarou textualmente no relatório de 1900: “O govêrno deixou que a produção de café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condição de vida, ficando ela na mão dos fortes e dos mais bem organizados para a luta”.

E' natural que êsse radicalismo um tanto destoante dos processos brasileiros levantasse clamores e até ondas violentas de protesto. Remédio tão drástico contra a super-produção revoltou a classe agrícola, mas Murtinho replicou: “Já fui classificado de bárbaro por sustentar sêmelhante doutrina, como se eu fôsse o criador dessa lei da natureza e como se eu pudesse impedir a sua aplicação”.

Para justificar e comprovar os efeitos do resgate na regeneração monetária e calcular aproximadamente a taxa cambial, recorreu Murtinho à famosa fórmula que

dividia o montante da exportação em ouro pelo meio circulante.

Partia do princípio que, em um país sem reservas de ouro e de capitais escassos, a garantia única da potência emissora e da circulação era a riqueza produzida e exportada.

À vista desse fato, o ministro, no relatório de 1899, ao consignar as cifras de 24,5 milhões de libras para a exportação e 735.000 contos para a circulação fiduciária, ponderava que para êste volume de papel-moeda representar o valor-ouro de 217 mil contos ao par, a taxa cambial do mil-réis tinha que corresponder mais ou menos a 8 pence.

Regulado pela lei da oferta e da procura, o preço do ouro e do papel era uma relação que se exprimia pelo quociente da exportação pela circulação, ou seja, no caso em aprêço :

$$\frac{\text{£ } 24.500.000}{735.000.000} \quad \text{d. } \frac{5.888.000.000}{735.000.000} = 8$$

Como é lógico que para elevar um quociente tanto se pode aumentar o dividendo como diminuir o divisor, o governo, ao queimar gradualmente a importância figurada no denominador fortalecia aos poucos a taxa cambial.

Dentro da complexidade dos fenômenos econômicos e dos imponderáveis que tanto influem no curso dos acontecimentos, ainda não se descobriram fórmulas automáticas para regular o crédito e a política monetária, de modo que a notação matemática de Murtinho fornecia

apenas uma aproximação para calcular ou avaliar os efeitos do papel-moeda sobre a taxa cambial.

Contudo, assim agindo, procedia êle de forma a responder à opinião dos banqueiros e economistas mais autorizados do Velho Mundo, então partidários dos princípios genéricos que regiam o padrão-ouro e fixavam normas e precauções rigorosas contra os abusos no papel sem cobertura metálica, vale dizer, sem conversibilidade.

Murtinho não confiou cegamente na atuação da lei quantitativa da moeda e no fator mecânico das retiradas de cédulas da circulação para elevar o câmbio. Ao contrário, declarou explicitamente que grande parte do êxito dessas operações provinha do fator psicológico, visto que se tratava de demonstrar a firmeza das diretrizes combinadas com os credores para restabelecer a confiança no governo do Brasil. Quando se tornou patente aos olhos dos banqueiros e financistas da Europa a nova orientação destinada a sanear as finanças, afluíram de novo os capitais e com êles principiou a estabilizar-se a taxa cambial.

Certos críticos modernos da obra de Murtinho pretendem que êle se excedeu na prática da *deflação* e empregam a palavra em sentido pejorativo. Ora, o próprio ministro já respondera a tal increpação e advertira que não se abalançaria a efetuar um resgate brusco, ciente de que a redução muito rápida do papel-moeda prejudicaria certas classes sociais e especialmente os produtores, que teriam um preço para a produção e outro para a venda dos produtos. Reconhecia êle que a brusca valorização da moeda, rompendo as relações entre os lucros do produtor e o custo da produção, sacrificaria respeitáveis interesses nacionais. Optava, por conseguinte, por um resgate a executar com "grande pru-

dência e extraordinário critério” para não criar crises comerciais e liquidações desordenadas. O que convinha, era graduar lentamente a valorização do papel, para constituir nova ordem de coisas e modificar pouco a pouco a nossa estrutura econômica.

Resguardando-se contra tôdas as possibilidades de reincidir no vício emissionista, o govêrno de Campos Sales extinguiu essa faculdade concedida por uma lei de 1875 e promulgou a lei n. 581 de 20 de julho de 1899, que constituía os fundos de resgate e garantia do papel-moeda, e destinava ao de garantia, entre outros recursos a quota de 5% ouro sôbre todos os direitos de importação para consumo.

Essa quota-ouro, segundo explicou Serzedelo Correia, tinha por fim afastar o Tesouro do mercado de câmbio e proporcionar-lhe os meios de solver as responsabilidades da dívida externa.

A cobrança em ouro de uma parte dos direitos alfandegários serviu de freio contra as excessivas oscilações do câmbio e, conquanto o govêrno não fôsse protecionista e até combatesse as indústrias julgadas parasitárias, essas tarifas, como assinalou Roberto Simonsen, representaram ulteriormente “um fator acentuadamente protecionista e de maior equilíbrio para as indústrias”.

A falência do Banco da República do Brasil, episódio de largas e penalizadoras repercussões, serviu mais uma vez para mostrar os incuráveis malefícios da faculdade emissora imprudentemente concedida. Êsse estabelecimento, como relatamos em outra passagem, surgira da fusão de dois outros bancos, o do Brasil e o dos Estados Unidos do Brasil, aos quais sucedera com certas regalias de entidade semi-oficial. Portador das mais funestas heranças e dos vícios insanáveis contraídos no

período em que vigorou sem freios o emissionismo republicano, resvalou pelo fácil declive a que levam as possibilidades de reproduzir papel-moeda em dias de completo desregramento pecuniário.

A orientação ou a desorientação administrativa resentia-se dos erros formidáveis cometidos, como assinalou muito bem Calógeras, “por uma espécie de delírio lúcido dos diretores de bancos na época”. Murтинho, igualmente categórico no juízo emitido sobre êsse e outros bancos envolvidos em especulações de bolsa, declarou que “eram antes bazares do que bancos e nêles se encontrava de tudo menos dinheiro para descontos”.

Os débitos do Banco da República ao Tesouro montavam a mais de 186 mil contos, reduzidos a 50 mil em virtude de um ajuste com o govêrno. Liquidação bastante prejudicial ao erário público e pautada por processos análogos aos de operações anteriores em que o govêrno pagara tôdas as extravagâncias de banqueiros amadores, perdulários e frequentemente desonestos. Tristíssima amostra do estado de espírito com que aceitam neste país atentados clamorosos à economia popular e aos princípios mais comezinhos de decôro, rematados por incrível e absoluta impunidade.

No caso do Banco da República, cuja faculdade emissora fôra sàbiamente estancada pela lei de 20 de julho de 1899, coligaram-se fôrças poderosas para coagir o govêrno a consentir numa nova emissão de 50 mil contos, sob pena de tremenda catástrofe comercial. Socorrido anteriormente com um empréstimo de 10 mil contos em bilhetes do Tesouro e um adiantamento de £ 600.000, o banco dilapidou êsses recursos em especulações cambiais e insistiu no pedido de emissão, que lhe foi terminantemente recusado por Joaquim Murтинho.

Apoiado por Campos Sales, intransigente na política anti-papelista, Joaquim Murтинho negou tôdas as solicitações emissionistas e as repeliu com a tenacidade e a inflexibilidade tão citadas pelos que temiam e condenavam a dureza de sentimentos do ministro.

Ante essa decisão inabalável o banco fechou as portas, mas foi reorganizado, por intervenção do Tesouro, segundo o plano autorizado na lei n. 639 de 20 de setembro de 1899 que ressalvou os direitos dos credores e restabeleceu a confiança do público.

A crise dos bancos, entrecortada de incidentes adrede provocados para espalhar o pânico e exercer pressão sobre o govêrno, foi dominada e conjurada à custa de medidas financeiras normais e desiludiu de vez os pregoeiros da inflação e os aproveitadores de nossas perturbações monetárias.

Uma das acusações mais insistentes proferidas contra Campos Sales se relaciona com a política dos governadores, criação atribuída ao presidente por adversários que ainda lhe imputaram a culpa de haver instituído com aquêle sistema o predomínio das oligarquias estaduais.

A essa arguição, que serviu de tema para muitas censuras e ataques no parlamento e na imprensa, respondeu Campos Sales em seu livro da *Propaganda à Presidência*, que êle havia realizado, e em plena concordância com a doutrina federalista que sempre professara, a "política dos Estados", pois sempre entendera que nas várias unidades componentes da União é que residia a força política e não na Capital da República, onde se agitam multidões tumultuadas. Refutava também a acusação de haver dificultado o funcionamento dos partidos, visto que êstes na época não existiam e como tais

não se podiam considerar meras aglomerações sem disciplina e sem princípios e manejadas por caudilhos unicamente ciosos de influência pessoal. Empenhado em coligar forças para sustentar o programa administrativo que se impusera a bem dos altos interesses nacionais, tomara a precaução de providenciar a reforma do regimento da Câmara, a fim de estabelecer um rígido critério para a verificação de poderes na sessão legislativa de 1900. Republicanos e Concentrados, os dois blocos em que se dividia aquela casa do Congresso, tencionavam vencer as eleições a todo o custo e lançar mão do expediente das duplicatas para forçar reconhecimentos ilegais. Ante o perigo “aterrador” de uma dualidade de Câmaras, ficara assentado que o diploma legal ou presumidamente legítimo seria o expedido pela maioria das juntas apuradoras.

Esclarece Campos Sales no caso: “A presunção, salvo prova em contrário, é a favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado”.

Necessitava o presidente, como confessa claramente, de uma agremiação de forças úteis, que constituíssem um “grande partido do governo, exclusivamente dedicado aos interesses da administração da República”.

Firmado no conceito de que “o que pensam os Estados, pensa a União”, Campos Sales opôs essa política à dos que pretendiam obter a revisão do estatuto de 1891 e entre os quais se alistaram os membros da Dissidência Paulista, ocorrida em 1901.

Nessa Dissidência, formada em torno de Prudente de Moraes, se enfileiraram alguns dos nomes mais brilhantes da política paulista e figuras de grande projeção intelectual, bastando citar entre elas Antônio Mercado, Cesário Mota, Júlio Mesquita, Alfredo Pujol, Silvestre

de Lima, Cincinato Braga, e outros vultos, cuja oposição a Campos Sales nos cenários federal e estadual tomou principalmente por alvo a política que consideravam derogadora dos verdadeiros princípios republicanos e que denunciavam como o poder onímodo e onipotente do Catete. Nascida inicialmente de divergências e de uma certa rivalidade há muito tempo latentes entre Prudente e Campos Sales, a Dissidência levou a luta pessoal para o terreno dos princípios e se erigiu em defensora da liberdade partidária e eleitoral em face da intervenção do executivo na verificação de poderes e na autonomia do Congresso. Dado o talento oratório e o brilho jornalístico de várias figuras de relêvo da nova oposição paulista, o grupo que se separou do tradicional Partido Republicano fez obra muito salutar de vigilância política e de combate doutrinário. Como oposição, ela se arrogou naturalmente o privilégio de esposar a melhor causa e o verdadeiro evangelho da família republicana, o que lhe atraiu por parte dos situacionistas a resposta de que ela pretendia monopolizar as virtudes e a pureza do regime. Bons e sinceros republicanos havia de lado a lado, mas é certo que a Dissidência, obrigada a apontar o que lhe atraiu por parte dos situacionistas a resposta de protesto e de crítica e evitou a formação de uma compacta unanimidade, processo que retarda a educação política do povo e apaga o estímulo cívico e a combatividade necessária ao progresso democrático.

Não é possível negar a tal administração, tão fiel e positivamente conduzida pelos princípios abraçados desde a primeira hora, a coragem e o patriotismo com que se entregou à obra delineada nos manifestos do candidato. Todas as promessas foram cumpridas a rigor e nenhuma delas ficou letra morta. E isso porque Cam-

pos Sales delimitou sàbiamente a órbita de ação do seu período de govêrno. Circunscreveu a missão que se reservara e não pretendeu acumular várias glórias sôbre uma só cabeça. Tomando a peito afrontar a questão financeira e executar à risca o "funding", applicou sem tergiversar as diversas partes do plano que consubstanciava o programa presidencial.

No preparo e elaboração dos orçamentos, auxiliado por parlamentares de valor, entre os quais é justo citar Serzedelo Correia, providenciou a divisão da receita e despesa em verbas-ouro e verbas-papel, de maneira a bem especificar as fontes da arrecadação e a natureza dos gastos. A cobrança de taxas em ouro, mediante o emprêgo de vales convertidos em cambiais, ajustou as conveniências do comércio às do govêrno. A reforma tributária, baseada no lançamento e na regulamentação adequada do impôsto de consumo, efetuou-se segundo modalidades a princípio mal recebidas e compreendidas, mas que depois abriram o caminho a processos de arrecadação honestos e escrupulosos, educativos da própria moral dos contribuintes e aptos a impedir evasões e sonegações fiscais.

Semelhante política orçamentária, própria a criar no Congresso o sentimento de uma nobre colaboração com o govêrno, acompanhou devidamente as resoluções concernentes ao resgate do papel-moeda, cuja queima se operou estritamente conforme as cláusulas firmadas com os nossos credores. O resgate ou a encampação das estradas de ferro que gozavam de garantias de juros permitiu, à custa de uma emissão de apólices devidamente coberta em Londres, poupar consideráveis importâncias anualmente remetidas em ouro aos acionistas estrangeiros.

Programa lidimamente reabilitador, atraiu sôbre o Brasil opiniões lisonjeiras formuladas em jornais e revistas devidamente acreditados nos círculos financeiros da Europa e aos olhos de abalizados economistas. Leroy Beaulieu, um dos expoentes da escola liberal, subscreveu sôbre a experiência Campos Sales conceitos muito honrosos para as qualidades morais do govêrno e do povo brasileiros.

Joaquim Murtinho, de cujos relatórios extraímos várias citações, justificou a ação levada a efeito em quatro anos de renhidos choques, replicando aos críticos, frequentemente exaltados que usara de “métodos duros, ásperos e irritantes”, porque lhe assistia o dever de contribuir a uma obra destinada a “republicanizar a República”.

No Congresso e na imprensa choveram sôbre a cabeça do ministro libelos furibundos e catadupas de injúrias. Acoimavam a sua doutrina monetária de simplista e ditada por meros preconceitos. Murtinho sempre se opusera à intervenção do governo na defesa direta do café e no mercado de cambio. A recusa em ceder aos apelos da lavoura, além das queixas e doestos lançados contra a sua ortodoxia econômica, valeu cerrados ataques contra a insensibilidade moral que lhe atribuíam, por ser solteiro e não conhecer os encargos e os deveres da família.

O deputado Fausto Cardoso, em discurso proferido em 1.900, referiu-se ao ministro como “caráter áspero, empedernido, anguloso, saturado de homeopatia e sociologia”. Os interêsses desatendidos e feridos, revoltados contra a implacável política seguida por Campos Sales e seu auxiliar na pasta da Fazenda, ridicularizavam as teoria “spencerianas” de Murtinho e as comparavam

com a escola que êle adotara em medicina. Zombavam da terapêutica aplicada à valorização do meio circulante e diziam que o govêrno incinerava a receita e coletava impostos para lançar nas fogueiras o dinheiro arrecadado. Entre os oponentes a êsse programa ocupou lugar de primeira plana o senador Rui Barbosa, censor impiedoso da política governamental, para quem o “funding” constituíra apenas uma dívida adicional que transformara simples credores em credores hipotecários, com execução forçada.

Rui preconizava o cancelamento do acôrdo de junho de 1889, a fim de substituí-lo por pagamento em dinheiro, porém com redução do nosso débito. Argumentou em favor dessa recisão, sem se lembrar que ela houvera nivelado o Brasil aos devedores relapsos, falidos e passíveis de represálias.

Violentas campanhas jornalísticas, promovidas sob a alegação de encamparem a defesa de altos interêsses populares e das classes produtoras, serviram infelizmente para encobrir torrentes de vitupérios e agressões pessoais. Publicistas de talento, como Edmundo Bettencourt no “Correio da Manhã” e o ex-vice-presidente da República, Manuel Vitorino, endossaram investidas de extrema veemência contra o presidente e a política realizada no setor financeiro. Campos Sales e Murinho foram inculcados de fazer o jôgo dos banqueiros inglêses e trair os interêsses nacionais.

As alterações tributárias sublevaram também a irritação e os protestos do comércio e da indústria. Tentaram a princípio forçar o presidente a recuar e um dia, por intermédio de uma comissão de homens de negócios, levaram diretamente ao Catete uma petição para sustar

a cobrança de algumas taxas, avisando que esperavam despacho urgente.

A essa intimação, que Campos Sales considerou com razão desrespeitosa, respondeu imediatamente com o indeferimento do seguinte teor: "Não posso obrigar ninguém a ser patriota, mas posso obrigar a cumprir a lei. Por todos os motivos indicados está absolutamente indeferida a reclamação apresentada. A lei será cumprida e se, infelizmente, tanto fôr preciso, o govêrno lançará mão de todos os meios ao seu alcance no sentido de serem obedecidas as leis e acatada a autoridade".

Aí fica a amostra da rígida têmpera do presidente que lograra impor, depois de vários anos de abusos e de "característica volubilidade" na administração financeira, um programa orientado por um verdadeiro espírito de perseverança e austeridade.

Em 1898, uma circulação de 785 mil contos, ao câmbio de 7 3/16 valia um pouco mais de 23 milhões e 500 mil libras, importância que não ficava longe dos 22 milhões de libras correspondentes à circulação de 196.200 contos legada pela monarquia em 1889, com o câmbio a 27. Com uma depreciação de 73,37% no papel-moeda em 1898, é fácil avaliar quanto a Nação empobrecera e acusava em perda de substância.

Campos Sales, com o resgate de 100 mil contos de papel-moeda e a execução segura de um plano de ordem política e financeira, elevou a 12 a taxa cambial, extinguiu os deficits orçamentários, criou o fundo de garantia e ergueu o nível técnico e moral da administração.

Antes de deixar o govêrno agiu êle habilmente no sentido de preparar a sucessão da República e fazer designar para o seguinte quadriênio, 1902-1906, o Conselheiro Rodrigues Alves, com quem se entendera para im-

primir continuidade ao programa realizado, de modo a não ficarem perdidos tantos esforços e inutilizado o terreno ganho.

O desprezo de Campos Sales pela falsa popularidade, a imperiosa força de vontade com que êle levou até o fim a obra restauradora acarretaram-lhe, sob a insuflação da imprensa oposicionista, a cólera de multidões que se apinharam nas vizinhanças da Estação da Central para vaiar o presidente na hora da partida para São Paulo.

Apupos, vaias, assobios, vociferações e apedrejamentos vindos de uma ralé acutilada por agentes provocadores e entregues a todos os desvarios dos baixos instintos marcaram o botafora do grande servidor da República. Jorge Tibiriçá, então senador estadual, ao ter notícia dos sucessos da Capital da República, sentiu-se tomado de indignação e reprovou, em têrmos severos, o procedimento daquela malta desenfreada que pretendia interpretar os sentimentos do Distrito Federal.

Durante muitos anos Tibiriçá deixou de ir ao Rio e só lá voltou em 1911, viagem que surpreendeu os jornalistas cariocas, sabedores de que êle guardara dos incidentes relacionados com a vaia a Campos Sales uma cisma inesquecível.

Os homens públicos que privaram com Campos Sales, os seus ministros e colaboradores e em geral os que puderam desfrutar o prazer de relações amistosas com o grande brasileiro referem o respeito e a consideração que êle inspirava e proclamam unissonamente a nobreza e a projeção afirmativa daquela personalidade. Olinto de Magalhães, ministro do Exterior no seu Governo, relata quanto se ufanava de haver cooperado com um homem de dominadoras virtudes e que a todos se impunha

pela sinceridade dos sentimentos do amigo e do patriota. Epitácio Pessoa que fôra seu ministro da Justiça e em magistral carreira chegara a Ministro do Supremo Tribunal Federal, costumava em certas horas abster-se de receber quaisquer visitas. Um dia exhibiram-lhe o cartão de Campos Sales e imediatamente Epitácio acode a receber o visitante, declarando peremptoriamente que era a única exceção à ordem que dera, pois a ninguem era lícito fazer esperar um vulto da estatura de Campos Sales.

A filha de José Marcelino, antigo governador da Bahia e amigo de Campos Sales, a quem dera todo o apoio, relata em livro recente quanto Severino Vieira, o ministro da Viação de Campos Sales, estimava o insigne paulista e dêle conservara as melhores recordações.

São juízos da história e bem recomendam o culto que uma nação agradecida deve prestar à memória de um dos seus mais dignos servidores, apóstolo dos princípios republicanos e modêlo de energia e probidade.

A PERSONALIDADE DO PRESIDENTE JORGE TIBIRIÇÁ — Normas e princípios que orientam o cidadão e o homem público.

Investido no cargo de chefe do executivo voltava Tibiriçá ao ambiente que conhecera no começo da República, como segundo governador de São Paulo nomeado por Deodoro. Alí vivera dias de grande esperança quando trabalhava para a consolidação do regime. Sobrevieram depois períodos de apreensões e de sofrimentos, primeiro diante das discórdias que tendiam a instigar as rivalidades personalistas, depois quando o Marechal Presidente exonerou, num gesto de impulsão e de

capricho, o governante que administrava o Estado com o assentimento unânime dos velhos republicanos e da opinião pública.

O palácio do govêrno, que pela segunda vez lhe ia servir de residência, tinha uma história ligada à evolução e ao crescimento da Paulicéia.

O edifício, fruto de transformações sucessivas, fôra outrora, nos tempos coloniais, o mais imponente da cidade e no curso do XIX século modificou aos poucos a fisionomia primitiva do austero convento contíguo à Igreja do Colégio.

Sujeito a diversos repares e adaptações, de acôrdo com as posses bem módicas do govêrno provincial, passara por consertos de certa monta para salvá-lo da ruína, consertos julgados muito dispendiosos aos cofres públicos, como se deu no segundo govêrno do conselheiro e padre Vicente Pires da Mota. Este presidente expôs, no relatório apresentado à Assembléia, que empreendera a reconstrução do Palácio e reconhecia haver agido com temeridade, pois fôra insuficiente, em 1863, a quantia de trinta contos de réis para a reedificação parcial, atenta a "imensidade" do edifício, cujas grades de ferro haviam sido feitas na casa de correção.

Posteriormente, por motivos de economia, o local continuou a abrigar vários departamentos oficiais, como os Correios, a Coletoria Geral e a Secretaria Militar da Província. E em épocas mais remotas até funcionara no andar térreo uma fábrica de tecidos de algodão dirigida pelo velho paulista Tomé de Jesus Varela. Como se vê, diversas haviam sido as sêrvantias de uma construção seguidamente aproveitada como testemunho da modéstia financeira de São Paulo.

Sob o governo de Florêncio de Abreu, em 1881, operou-se uma reforma substancial. O vasto e triste casarão transmudou-se em edifício de fachada elegante, ornado na parte central de um pórtico de colunas que antecedia o vestíbulo.

Em 1904, o palácio se achava razoavelmente transformado. Tornara-se mais apropriado, em virtude de algumas benfeitorias internas, à função residencial do Chefe do Estado. Sem grandiosidade nem pompa condizente com o apelido de palácio, ajudava a embelezar o local com as suas proporções bem equilibradas e um certo aspecto decorativo.

Na praça fronteira, ajardinada e cercada por ampla grade de ferro, montara-se um coreto para as bandas de música do corpo policial. E na esquina da ladeira João Alfredo, mais tarde General Carneiro, que descia para as várzeas do Brás, colocara-se uma figura alegórica, de cântaro nos braços, a verter água num tanque enquadado de rochas artificiais. Enfeite mais ou menos idílico, no gosto das estátuas mitológicas que adornavam o parque de São Cristóvão e o Jardim Botânico no Rio. Modestíssimas expressões da arte urbana, na cidade de feição ainda bastante provincial.

Interiormente, o palácio não denotava luxo nem possuía alfaias preciosas. Ficara, porém, provido de um mobiliário americano, decente, confortável e bem combinado com a disposição dos salões nobres, guarnecidos de vasos e reposteiros de gosto e qualidade.

Nos fundos estavam instalados os aposentos particulares do presidente, a sala de jantar, os quartos em volta de um pequeno pátio no centro do qual murmurava o repuxo de um chafariz. Das janelas traseiras podiam-se divisar os horizontes do Brás, extensa área den-

samente povoada, onde já se aprumavam as chaminés de várias fábricas, índice da indústria em desenvolvimento e a caminho de rápida prosperidade.

A família diariamente contemplava dessa posição correspondente ao tôpo da colina a barranca escarpada que dominava o curso do Tamanduateí e na qual se haviam aberto vielas sinuosas na direção da antiga praça do Colégio. Daí se avistavam os lençóis de várzeas que separavam o triângulo central de vários bairros periféricos sôbre os quais pairavam as garoas e cerrações dos dias invernosos.

Em maio de 1904 instalou-se, portanto, na casa do govêrno, um lar paulista, igual a muitos outros da mesma tradição, regido pelos velhos princípios luso-brasileiros. Lar de acolhedora afabilidade, conquanto tocado dêsse feitio bem paulista, de discrição e retraimento, mas com a prevalência incontestável das virtudes patriarcais.

Jorge Tibiriçá, avêso a cerimoniais, continua a vida normal da família. De dia, executa a sua tarefa metódicamente, atento ao encaminhamento dos papéis e às conferências que precisa entreter com deputados, senadores, altos funcionários e políticos. Terminado o horário reservado ao expediente, consagra-se exclusivamente à família, sumamente preocupado com a educação dos filhos menores e os estudos dos mais velhos. Quanto à administração do palácio, esta pertence inteiramente a D. Ana Tibiriçá. A primeira dama paulista, que não perdeu os sentimentos monárquicos e reverencia as velhas praxes imperiais, exige na casa do govêrno a ordem, a compostura e a boa disciplina dos serviços que mantém no lar. E impõe essas normas com o capricho e o senso de comando que demonstrara na direção da fazenda.

Em oposição a Jorge que, embora rigoroso observador do decôro oficial, não apreciava as minúcias da etiqueta, d. Ana, muito apegada às regras protocolares e ao melhor estilo mundano, estabeleceu no palácio, entre o pessoal interno, as graduações e atitudes de uma grande casa aristocrática. Nos dias de recepções e nas festas em que a casa do govêrno se franqueia a visitantes de escol e ao elemento político, a organização é perfeita e os mais exigentes observadores são obrigados a consignar a distinção e elegância de um ambiente em que a ilustre senhora, secundada pelo encanto de suas filhas solteiras, as senhoritas Leonor e Anita Tibiriçá, proporciona aos hóspedes, nacionais e estrangeiros, a impressão que só transmitem as famílias de alto nível e educação superior.

Figuras estrangeiras de prol que então visitaram o Brasil louvaram sem restrições o cunho de nobre hospitalidade e a linha de fidalguia que realçava a família do presidente, pela qual podiam ajuizar dos primores espirituais da velha sociedade paulistana.

Fora dessas expressões necessárias ao lado representativo do govêrno, Jorge Tibiriçá mantinha integralmente os hábitos de sua vida privada. Nem abstêmio nem frugal, apreciava a mesa excelente própria de sua casa, servida de bons "menus" e que não dispensava vinhos finos e sobretudo uma escolhida cerveja alemã.

Na hora em que o presidente dava por findo o despacho do dia, tratava de fazer um passeio pela cidade, em companhia do ajudante-de-ordens, capitão Coutinho. Usualmente de fraque, bengala na mão, chapéu de côco ou do Chile, perambulava lentamente, respondendo sempre ao cumprimento dos transeuntes que se descobriam espontâneamente ante o Chefe do Estado.

De volta ao palácio esperava o jantar e depois retirava-se para os aposentos a entreter-se com d. Ana. Passavam ambos a ler os jornais do dia e as revistas estrangeiras, notadamente francesas. Jorge assinava a *Illustration Française* e *La Revue des Deux Mondes*, ao passo que a senhora lia a conhecida revista parisiense editada pela Universidade *des Annales* e dirigida pela sra. Yvonne Sarcey. A matéria das leituras, bem como os tópicos do dia alimentavam a conversa, no correr da qual d. Ana, sempre interessada pelos assuntos políticos, chamava a atenção do espôso para os comentários dos jornais paulistanos e cariocas. Diante de certos trechos de crítica ou de observações que lhe pareciam injustos ou ferinos, aconselhava ao marido que mandasse dar pronta resposta pelas colunas das fôlhas governistas ou amigas. Jorge pegava então o jornal, passava rapidamente os olhos sôbre as linhas que haviam irritado a espôsa e respondia invariavelmente: "Isto não tem importância nem merece resposta".

Terminada essa sessão de leitura e palestra, Jorge se preparava para o infalível passeio noturno e a ida a uma confeitaria onde satisfazia o hábito, contraído durante a mocidade na Alemanha e na Suíça, de saborear alguns chopos.

Dirigia-se, então, ora ao bar *Progredior*, no qual tocava uma orquestra, ora à casa Shorcht, mais silenciosa e frequentada por escolhida clientela amadora de boa cerveja germânica.

Tibirijá tomava assento numa das mesas do fundo e tranquilamente chuchurreava alguns copos da deliciosa bebida. Uma vez por outra aceitava a companhia de um amigo ou conhecido, mas geralmente preferia a solidão.

Diziam que a cada chope sorvido êle chamava o garçon e pagava com um níquel de 400 réis a dose, que então custava 200 ou 300, e isso para não amontoar pires sôbre a mesa, como faziam outros fregueses. No entanto, o fato não é verdadeiro. Jorge pouco se incomodava com essas miudezas e não dava atenção às críticas que porventura lhe fizessem. Entendia que em tais questões devia gozar de plena liberdade, ainda mais tendo em vista a discrição com que se portava e o seu natural comedimento.

Contudo, êsse costume do presidente foi glosado e se prestou a muitas explorações. Por ocasião da valorização do café, quando se travavam na imprensa debates acalorados e o presidente era àsperamente censurado pelos que se julgavam preteridos em muitos negócios, surgiram alguns plunitivos, a sôlto de interesses oposicionistas, para dar ao caso um feitio de escândalo e sensacionalismo. Chegaram a dizer que o presidente, esquecido do acatamento que devia a seu cargo, se entregava sem pêjo ao vício do alcoolismo e afrontava o decôro público em tascas e tabernas. Claro que tais aleivosias foram, como tantas outras, totalmente desprezadas por Tibiriçá.

Por causa do histerismo ou da venalidade de foliculários, não haveria de sacrificar um prazer e entrar numa liga de temperança.

Às nove horas, o mais tardar, o presidente voltava ao palácio e, antes de dormir, entrava a folhear alguns livros, de preferência obras clássicas francesas, notadamente Molière, que êle lia e relia sem fadiga. Apreciava particularmente as comédias do genial artista e sobretudo *Tartufe* e *Le Misanthrope*, peças em que ficaram gravados para a eternidade tipos humanos estu-

dados com rara profundidade de observação. Deleitava-se Tibiriçá com a linguagem e versificação primorosa do autor. Conhecedor perfeito dó francês, sentia tôdas as minúcias e finuras do estilo e as nuanças mais sutis daquelas produções literárias.

Nessa hora de repouso intelectual nunca manuseava papéis referentes aos negócios públicos. Só de manhã, após o café, é que principiava a compulsar os autos e documentos concernentes aos problemas governamentais.

O visitante em primeiro contato com Jorge Tibiriçá recebe logo a impressão de uma pessoa austera e de natural gravidade. De estatura média, ombros largos, revela compleição vigorosa. É, de fato, um físico robusto, desenvolvido pelo esporte, principalmente o remo e o alpinismo, que praticara quando estudante na Suíça.

O porte em conjunto é de um burguês de alta categoria intelectual. Cabeça bem esculpida, nariz aquilino. Os olhos, de grande viveza, lembram os do pai, João Tibiriçá. Não apresentam, porém, o mesmo luzir de desafio e, apesar de se fixarem com firmeza antes exprimem bondade e um feitio extremamente leal. Às vezes sorridente, quando o visitante é amigo e merece confiança, raramente se entrega a um riso completo e quase nunca a uma gargalhada. Nas perspectivas psicológicas, sente-se uma tal ou qual tristeza que podemos agora compreender, uma vez que lhe acompanhamos a vida. Mas o rosto, de traços nobres, acusa bem a ascendência européia, de primeira geração, pelo ramo materno. Bem marcado pela barba em ponta e o basto bigode de guias retorcidas traz ao espírito a comparação com certas figuras dos quadros de Velasquez e de

Rembrandt. Veríamos bem essa fisionomia, em tom de claro escuro, ressaír de uma das telas em que se representam grupos de fidalgos e mercadores flamengos. Também observamos êsse tipo em universitários e professôres das grandes escolas do Velho Mundo e às vêzes em militares. E cabe aqui lembrar que seus tios maternos eram oficiais do exercito francês.

Falando admiravelmente o francês e o alemão, quem lhe ignorasse a identidade o tomaria, quando em conversa com europeus, por um estrangeiro de passagem no Brasil.

À entrada do gabinete do presidente via-se logo na parede, acima da mesa em que trabalhava, o interessante desenho, de um artista francês, intitulado *L'éloquence officielle*. Um personagem, naturalmente um parlamentar, entrega-se à leitura de longas tiras de papel diante da assistência bocejante e enfadada.

Não se sabe se com aquêlê quadro simbólico Tibiriçá queria condenar a verborragia ou os importunos. Talvez as duas cousas. Nunca fôra orador e não gostava de discursos demorados e de forma puramente acadêmica. Ouvia, porém, com prazer os discursos positivos em que a matéria em foco é logo apresentada e discutida em têrmos precisos. Não tendo vocação para a tribuna, preferia o trabalho das comissões e se dera muito bem com a presidência do Senado, cargo em que conduzia atentamente os trabalhos e no qual concorria para apressar a marcha dos projetos e harmonizar a opinião de seus pares.

Inimigo declarado dos adiamentos, instava para que as questões importantes fôssem prontamente estudadas e resolvidas. Bem sabia êle que as perdas de tempo consomem energias preciosas, afrouxam a capacidade de

administração pública e resultam, por fim, em elevados prejuízos pecuniários.

Todos quantos se aproximam de J. Tibiriçá timbram em louvar, entre outros predicados, dois que o distinguem sobremaneira: a cortesia, que dissipava as prevenções de qualquer interlocutor, e a simplicidade desafetada, juntamente com certa reserva que logo determinava os limites aos importunos e aos intrusos.

O senso de autoridade do presidente de S. Paulo não se modificou no exercício do cargo, e êste em nada influiu sôbre as reações do homem diante de seus concidadãos, amigos, colaboradores e subordinados. Jorge odiava a prepotência e procurou sempre combatê-la nos nossos costumes políticos e administrativos. Na medida do possível tentou reerguer a nossa democracia incipiente, expurgá-la dos graves vícios que bem se patenteavam nos partidos dominantes, incluindo o que o levara à chefia do Estado. Sabia êle de sobra o mau vêzo de muitos políticos, de índole oligárquica, que só pensavam apoiar-se na obediência de um eleitorado gregário. Era a enfermidade maior e mais difficilmente curável da República, o ponto vulnerável que a conduziria aos maus procedimentos, incitadores de revoluções. Intolerância e abusos do mandonismo eram chagas que cumpria sanar antes que fôsse tarde.

Amador Florence, em interessante estudo sob o título "Costumes de ontem, hábitos de hoje", em que se refere às falhas da nossa educação política, a propósito de penoso incidente ocorrido pouco depois da proclamação da República entre Benjamim Constant e Deodoro da Fonseca, estampou êstes conceitos: "Basta que o brasileiro galgue dois degraus na escala política, que supere de pouco o nível comum da realidade prática

em que vive, tem êle, de pronto, fumaças de muito mando e desmedido querer. A sua vontade tem de ser, queiram ou não, a máxima, a absoluta, e ante ela tôdas as mais têm que curvar a cerviz. Nessas ocasiões, então, desaparecem os direitos, as conveniências e até do decoro se perde a notícia...”

O velho provérbio: “Queres conhecer o vilão”, aplica-se, com efeito, a muitos indivíduos que, elevados pelo acaso, se tornam ridiculamente enfatuados. Outros requintam em dutilidades e dissimulações, tornam-se calculistas, escorregadios e camaleônicos. Enfim já se criou entre nós uma escola completa de duplicidade e despistamento. Modernamente poderíamos ajuntar a essa breve catalogação os tipos que cultivam os modos da mais baixa vulgaridade e recorrem às farândulas de demagogia para se converterem em taumaturgos das massas.

Eis o que realça um dirigente da envergadura de Tibiriçá, inimigo de exteriorização cabotina e que não descia a usar de técnicas de publicidade para colhêr aplausos. Aliás, há um fato muito sintomático a consignar. Tibiriçá não dava a menor importância ao dinheiro, como instrumento de cultivar vaidades e comprar adesões. Respeitava profundamente os dinheiros públicos e zelava ciumentamente pela defesa do erário estadual, para êle expressão de labor coletivo. Mas o dinheiro próprio não o subjugava e êle foi sempre generoso e de uma extrema liberalidade, até de maneira imprudente, pois os seus hábitos de largueza prejudicaram um patrimônio que em mãos menos abertas teria crescido consideravelmente. Isso explica como êle não admitia as imposições e as coações que o ouro determina em certas almas. Quem não sente o domínio sub-

jetivo do dinheiro não tolera, portanto, que êle atue em mãos próprias ou alheias como fator de corrupção e elemento depressivo do caráter.

Explica êsse escrúpulo porque, embora ciente de que era fácil obter elogios de encomenda à custa das verbas secretas, preferiu desprezar os ditirambos pagos por linha e suportar iníquas e amargas campanhas de imprensa.

Sem querer representar o papel de estadista talhado em moldes de estoicismo e falso puritanismo, soube êle resistir a muitas fraquezas do nosso meio e fugir de certas espécies de acomodações pelas quais se conservam apoios indesejáveis.

Republicano sincero, não desfraldava tal bandeira e os títulos de propagandista histórico para alcançar influência eleitorais ou supremacias temporárias no partido dominante. O republicanismo do filho de João Tibiriçá procedia da Convenção de Itu e, portanto, de credos filosóficos e raízes culturais insuscetíveis de vacilação. Acreditava piamente na eficácia das instituições adotadas em 1889 e sempre declarava aos amigos e correligionários que o sistema que tão bons resultados produzira em outros povos, como na democracia helvética, havia de exercer, pela educação gradativa das massas brasileiras, os mesmos efeitos propícios ao nosso progresso moral e social.

Na esfera de ação do governante, Jorge, adverso a manifestações descabidas de poder e teimosia, mostrou-se todavia, rigoroso cumpridor da lei e exigente no tocante aos atos administrativos, ponto em que foi perfeitamente acompanhado pela orientação dos secretários de Estado. Êsses auxiliares, cada qual segundo o temperamento individual, apresentaram, nos respecti-

vos setores, a noção de uma autoridade que tinha de ser obedecida sem delongas nem contemporações burocráticas. Tanto Carlos Botelho, como Albuquerque Lins, Cardoso de Almeida e, mais tarde, Washington Luís, concebiam o desempenho de suas funções através de um critério de disciplina e hierarquia devidamente respeitadas. Carlos Botelho, algo rude, não admitia emperramentos e atrasos nas ordens emanadas do seu gabinete. Washington Luís, ao assumir a pasta da Justiça, revelou-se logo um chefe de reconhecido dinamismo e Albuquerque Lins, aparentemente mais suave no falar e nos despachos, não se mostrava menos minucioso e severo no julgar o comportamento e eficiência dos seus subordinados.

Está visto que em tal govêrno os pedidos de proteção não encontravam facilmente guarida, nem por parte do presidente, nem entre os citados auxiliares. Foi um dos quadriênios menos propícios ao filhotismo e ao empenho dos bons padrinhos. Por ocasião da valorização do café, apareceram alguns pedidos, mas para gente de fora e atendendo a que não convinha desagradar poderosas influências de outros Estados, quando S. Paulo necessitava dessa solidariedade para amparar um plano de salvação urgente.

Revelou-se bem o feito democrático e o espírito público do presidente no trato que mandou dispensar à imprensa, a cujos representantes se destinara uma sala especial junto do gabinete de despachos. Dessa forma inaugurou-se o hábito muito salutar de atender direta e coletivamente aos funcionários dos jornais e sobretudo à reportagem dos órgãos paulistanos, gente moça, ativa e assídua no trabalho, a quem muito cativou o gesto delicado do Chefe do Govêrno.

Diariamente, Jorge Tibiriçá oferecia café ou um aperitivo aos jornalistas, aos quais informava sem preferência e ouvia sempre de bom humor. Respondia com franqueza às perguntas referentes aos assuntos administrativos e quando se tornavam indiscretos e versavam questões políticas, o presidente contornava habilmente a matéria, porém sem negativas que pudessem desgostar os autores dos quesitos.

Muito se falava no tato e na paciência de Tibiriçá, de modo que qualquer incidente que quebrasse essa fama corria logo de boca em boca no palácio e caía no conhecimento público.

Uma vez, fatigado de receber queixas a respeito de um alto funcionário que se furtava inconvenientemente às obrigações do cargo que ocupava, mandou chamar o interessado para prestar pessoalmente explicações, sobretudo porque constara que no caso se invocava o poder de altos protetores.

Na presença do Chefe do Governo, dito funcionário, surpreso pela severidade da advertência que recebia, pôs-se a fazer sinais, um tanto misteriosos, que depois se apurou serem de alto grau maçônico. Claro que Tibiriçá, alheio a êsses códigos, não os entendeu e chamou duramente à ordem o servidor público indisciplinado, intimando-o a cumprir o dever, sob pena de castigo administrativo e suspensão imediata.

Em outra ocasião, certo jornalista, bafejado por altos pistolões políticos e conhecido pelo talento incontestável com que manejava a pena e mais ainda pela audácia com que enriquecera por meio de processos escusos, foi ter com Tibiriçá e, muito oferecido e cínico, deu-se ares de amigo íntimo e pessoa de confiança do Presidente.

Tibiriçá, incontinente, afastou o indiscreto e apontou-lhe a porta, dizendo alto e bom som que êle errara o caminho e que ali não era lugar de indivíduos daquele jaez e de chantagistas.

O fato causou sensação e mostrou que o presidente, cordato e amigo para com os jornalistas que ganhavam a vida honestamente, não aturava os achacadores, nem que fôsem comensais de políticos de alto coturno.

Atingida a idade cincoentanária, em pleno vigor das faculdades intelectuais e experimentado por longos anos de vida pública, Jorge Tibiriçá alcança finalmente a enúncia de onde se descortinam impressionantes possibilidades.

No cruzamento das influências hereditárias tanto quanto se pode ajuizar pela observação do homem, parece-nos que êle atingiu o ponto de equilíbrio em que se balançaram as marcas de caráter que poderíamos chamar as linhas de força da personalidade.

Da violência paterna, do ânimo impulsivo do velho paulista e ituano que não subjuga sempre as erupções e pende para varrer à bruta obstáculos e contraditores, guardou êle apenas a tenacidade na defesa das idéias e projetos que reputava úteis à coletividade. Aceitava, porém de boa mente, as críticas e as oposições.

Do lado materno, como já salientamos, a herança que mais o envolveu foi a da bondade, de desvêlo carinhoso pela família e pelos filhos. E pelo que toca ao intellecto, é indubitável a ascendência desses dotes de claridade, de lógica e de síntese que caracterizam a inteligência gaulesa. Tibiriçá jamais apreciou as nebulosidades filosóficas e a confusão mental proveniente de conhecimentos adquiridos a êsmo, sem ordem nem método. Preferiu sempre as questões bem apresentadas e

bem concatenadas. Nesse sentido era um admirador da cultura francesa, amiga das construções harmônicas do espírito, em que os assuntos se depuram de obscuridades e de acréscimos parasitários para receberem luz por todos os lados e sobretudo a luz vivificante da crítica.

Exornado por êsses dotes espirituais e morais vai êle agora reger um grande estado, comandar e movimentar as engrenagens da política e da administração, que funcionarão de acôrdo com o grau de confiança e de prestígio que emana do chefe.

Felizmente, a terra bandeirante escolheu um guia cuja fôrça de vontade e consistencia moral se verificam em muitas contingências próximas. À testa dos negócios públicos encontra-se uma individualidade ponderada e ao mesmo tempo resoluta, um cidadão que delibera antes de agir, que agrêmia calmamente as fôrças destinadas a secundar os seus atos, mas nunca oferece o espetáculo da hesitação e dos vaivéns inerentes às condutas oscilantes.

Se voltarmos a tentar uma introspecção nessa consciência, que aliás não se disfarça em falsas representações e atitudes, tornaremos a concluir, por mais que semelhantes juízos pareçam arriscados e pretensiosos, que os atavismos concorrentes na sua formação gravitam de forma a integrarem num sistema harmônico todos os componentes da personalidade. Jorge Tibiriçá se apresenta como o dominador das fôrças interiores que em tantas pessoas, mesmo dotadas de qualidades brilhantes, transparecem às vêzes como colidentes e conflituosas, em sucessões contraditórias.

A tranquila inflexão que Jorge apresenta no falar, a firmeza sem gestos e sem espalhafatos com que se define por uma causa, comprovam o possuidor de ner-

vqs bem seguros, sem ímpetos e deflagrações intermitentes de energia. E' o homem que tipicamente revela continuidade de propósitos e de ação e em cuja esfera moral não surgem essas interferências estranhas que vêm de repente turvar a limpidez dos sentimentos e manchá-los de mesquinhez ou de rancores.

* * *

São Paulo cresce em manifestações de surpreendente vitalidade. Seiscentos milhões de cafeeiros, cifra colossal que abateu os concorrentes, pesam agora na sua economia como um fardo esmagador. Apesar do aprimoramento das plantações e da rentabilidade das fazendas, a superprodução criou o fantasma da ruína, devido ao declínio dos preços e ao desregulamento dos mercados. A crise afeta profundamente as finanças estaduais, mas tal depressão não impede que Tibiriçá proclame a inadibiidade de reformas capitais e naturalmente dispendiosas.

A decisão do presidente vai influir em breve no estado de espírito e nas reações da coletividade paulista. Grandes acontecimentos estão em vésperas de ocorrer e aparecerá então um líder à altura dos problemas aflitivos e quase desesperadores que oprimem a lavoura cafeeira.

— Não lhe faltarão oposições, mas estas nunca abalarão as fortes colunas morais do presidente, nem lograrão turvar a serenidade com que êle suporta os ataques e a êles resiste calmamente, alheio às paixões excitativas de ódios e ressentimentos.

E é sob o pulso dêsse guia que São Paulo trava a maior batalha de sua história — a valorização do

café — choque de interesses que se alastra pelo campo internacional e não pôde ser infiltrado por combinações de mercenários ou negociatas oportunistas. Barreiras intransponíveis puseram a economia estadual a salvo de transações suspeitas e o combate desenrolou-se numa atmosfera de absoluta limpeza moral e comercial.

Através de lutas ásperas, São Paulo vence a partida. E essa vitória procederá em grande parte da elevação e dos excepcionais dotes de firmeza do insigne agremiador da vontade e da coragem paulistas. Jorge Tibiriçá encarnou nesse período de terríveis manobras contra a terra bandeirante as autênticas virtudes de uma gente de nobres tradições e de incontestável fortaleza de caráter.

CAPÍTULO XIII

O QUATRIÊNIO de Jorge Tibiriçá, de maio de 1904 a maio de 1908, interfere com a metade de dois períodos presidenciais da República — os do Conselheiro Rodrigues Alves e do Conselheiro Afonso Pena.

Rodrigues Alves, último representante da trindade de presidentes paulistas e correligionário de Tibiriçá, visto pertencerem ambos ao Partido Republicano Paulista, manteve com seu colega do Estado as relações mais cordiais até os primórdios da campanha pela valorização do café.

Nessa emergência os dois estadistas se afastaram em virtude de oposições de programa e doutrinas. O roteiro pelo qual Tibiriçá enveredou decisivamente a fim de congregar os Estados cafeeiros em tórno da defesa do produto e da Caixa de Conversão, separou o Catete do governo paulista.

As divergências quanto aos rumos econômicos e às concepções monetárias provocaram naturais melindres e estremecimentos. O Chefe da Nação, fiel ao programa combinado com Campos Sales, pedia francamente para a valorização do meio circulante e repudiava o plano da Caixa de Conversão. Por outro lado, considerou abusiva e pouco amigável para a autoridade presidencial a aliança de três Estados, promovida por Tibiriçá com o fito de reclamar uma reforma que tocava no padrão monetário e contrariava abertamente a política de câmbio alto do ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões.

A muito custo assentiu Rodrigues Alves em deixar incluir na lei orçamentária destinada a vigorar em 1906, dispositivos autorizando a União a participar da defesa cafeeira e dar o endosso às operações de crédito necessárias. A intervenção direta do Estado na economia repugnava a um adepto convicto dos princípios liberais e sincero partidário da obra de Joaquim Murinho. Abespinhou-se muito Rodrigues Alves com a coligação de Taubaté e a conseqüente união parlamentar que sobrepujou as forças governistas no Congresso. Sentia o presidente a derrocada das idéias que vinha propugnando e que, no fim do seu quadriênio, ficavam de repente substituídas por uma transformação que se lhe afigurava audaciosa e cheia de perigos. Paulista, o primeiro magistrado da República via-se colocado de chôfre em terreno antagônico ao do seu Estado natal.

Considerações superiores de prudência e patriotismo impediram que essas discordâncias se complicassem até os extremos de uma ruptura. Rodrigues Alves e Tibiriçá agiram com tôda a calma e elevação e evitaram uma luta declarada que certamente teria degenerado em incidentes talvez irreparáveis para a própria ordem pública.

Se no campo político não quebraram a união do partido comum a que pertenciam, a indisfarçável desinteligência que surgiu, projetou-se nas polêmicas jornalísticas da capital da República, na virulência de libelos pelos quais se derramaram as paixões aparentemente represadas nas altas esferas governativas.

Contudo, êsses desentendimentos, originados com a crise do café, só principiaram a manifestar-se dos meados de 1905 em diante. Nos primeiros meses do governo Tibiriçá ainda reinava inteira cordialidade, como se viu no dia em que estourou a revolta contra a vacina

obrigatória. Notícias pessimistas chegavam à Paulicéia quando se festejava a 15 de novembro de 1904 a data máxima da República. Grupos de estudantes e populares dirigiram-se ao Palácio do governo para reclamar a suspensão imediata dos regozijos públicos, sob a alegação de que corria o sangue brasileiro nas ruas da capital do país. Tibiriçá, infenso a pânicos e alarmismos, não permitiu que se interrompessem as comemorações e na mesma hora determinou que seguissem para o Rio dois batalhões da Fôrça Pública, a fim de auxiliarem a defesa da legalidade.

Registremos agora o sucedido com o caso da Sorocabana, já que se trata de assunto ligado diretamente à ação do Governo Federal.

Os documentos relativos à matéria figuram no arquivo do presidente em envelope subscrito com a rubrica "papéis reservados".

Trata-se da correspondência trocada a respeito entre Tibiriçá e o presidente da República, Conselheiro Rodrigues Alves, além de algumas cartas de Glicério.

Seria demasiado longa, pôsto que interessantíssima, a transcrição na íntegra de algumas dessas missivas, por cujo teor se avalia o vulto das pretensões em jôgo assim que o governo da União requereu a liquidação judicial da estrada.

Fundada por iniciativa puramente paulista, com as garantias de uma concessão provincial de 1871, a estrada à qual se achavam ligados os nomes de Maylasky e Mayrink, fundira-se em 1892 com a Ituana e passara depois a ser gerida do Rio. Alguns anos de má administração durante os quais a empresa se onerou de pesadas dívidas para com o Estado, a União, o Banco da

República e outros credores, conduziram a Sorocabana ao estado precaríssimo que terminou em leilão judicial.

Rodrigues Alves não oculta os aborrecimentos e preocupações que lhe causaram, na marcha do processo, os recursos e obstáculos judiciários custeados por vários grupos de especuladores, manejados por poderosos pretendentes à arrematação, pois o negócio era seguramente cobiçado por agentes de companhias e trustes estrangeiros.

A vista de tal situação, Tibiriçá entendeu de fazer valer os direitos do Estado de São Paulo e interpor o necessário protesto para êsse fim, ao mesmo tempo que obtinha do Congresso a autorização para encampar a estrada.

No âmbito federal ponderáveis fôrças políticas inclinavam-se para a entrega da estrada à União, por motivos estratégicos, opinião partilhada pelo ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões e por Lauro Muller, ministro da Viação.

Glicério, emissário particular do govêrno paulista junto ao presidente da República, mantém várias e demoradas conferências com Rodrigues Alves, que êle cita familiarmente como *Roiz* nas cartas endereçadas a Jorge Tibiriçá.

Êste acentua em missiva ao Presidente que “o Estado não pode abrir mão da encampação, sem ofender os direitos do povo paulista” e ajunta que não o move “nenhum intuito mesquinho ou egoísta de mal entendido regionalismo”.

Insiste em sublinhar: “É de grande importância para os interêsses do Estado que a Sorocabana não possa cair nas mãos da Inglêsa, o que só poderemos obter com segurança tornando-a uma empresa paulista”.

Explica então que a Inglesa já estendera um braço à direita com a Bragantina, e se estendesse outro à esquerda, as ferrovias paulistas ficariam impedidas de ir a Santos.

Entre dificuldades técnicas para o acêrto de contas, dado que Rodrigues Alves queria garantir os créditos da União, e embaraços de natureza política ou fomentados por grupos de interesses nacionais e estrangeiros, a questão se arrastava sem deixar prever o desenlace desejado por Tibiriçá.

Glicério escreve a Tibiriçá: “Mais lido com o *Roiz*, mais o considero pela correção dos seus hábitos pessoais e políticos. Mantenham-se unidos, você e êle”. No entanto, ante as recusas e as relutâncias de Rodrigues Alves, comunica êle em outra carta: “Alguma razão de Estado o está movendo? Creio que sim, pois não encontro explicação razoável para essa opposição à proposta de São Paulo”.

Em missiva ulterior a Tibiriçá, Rodrigues Alves declara que tem o “espírito inclinado a idéias diferentes das que externa o amigo” e assegura não reccar o capital estrangeiro, uma vez que se assinem contratos que acautelem os interesses nacionais.

Tibiriçá replica: “Vejo que me supõe infenso ao capital e ao braço estrangeiro” e esclarece que no caso da Sorocabana “trata-se de uma emprêsa que nós criamos e de que o capital estrangeiro virá simplesmente usufruir os lucros certos, depois de termos corrido os riscos”.

Através de incidentes vários a questão chegou ao seu desfecho pela arrematação da estrada pela União que a comprou por 65 mil contos e a vendeu depois a São Paulo por 3.800.000 libras. O Estado obteve essa im-

portância por empréstimo contraído junto ao Dresdner Bank por intermédio da firma Hauptmann e Biehn, do Rio. O contrato, assinado em fevereiro de 1905, estipulava o tipo de 91 1/2 e 5% de juros pelo prazo de 40 anos e dava em garantia hipotecária a Sorocabana e a Ituana.

Os métodos de trabalho e os colaboradores do Presidente

Antes de examinar os aspectos mais salientes da obra administrativa de Jorge Tibiriçá, nos quatro departamentos governamentais correspondentes a quatro pastas, relatemos os métodos de trabalho do presidente.

Costumavam os jornais noticiar o despacho coletivo semanal. Ora, êste só existia nominalmente, porquanto se limitava a um encontro dos membros do executivo, com o fito exclusivo de trocar idéias, numa espécie de mesa redonda. Palestra cordial, em que se examinavam os vários assuntos a título meramente consultivo e sem nenhuma deliberação ou assinatura de papéis.

Tibiriçá esposava os mesmos princípios de Campos Sales quanto ao regime presidencial. O presidente, responsável pelos atos do poder público, tinha que ser pessoalmente o autor das medidas que os secretários deviam tão somente ratificar. Por isso, os despachos eram individuais e tinham lugar separadamente com os diversos secretários.

Êsse sistema condizia bem com as idéias de Tibiriçá e lhe permitia, mais à vontade, ouvir as opiniões porventura discordantes dos secretários e usar os argumentos para firmar o ponto de vista do presidente, sem de-

bates capazes de ecoar de forma prejudicial à harmonia do govêrno.

Com as suas maneiras brandas e delicadas e tratando com secretários esclarecidos e de modo algum maleáveis Jorge Tibiriçá comunicava a sua vontade, indicava os rumos a seguir e obtinha a plena aquiescência dos seus auxiliares, sem criar constrangimentos nem dar impressão desagradável do mando e da imposição. Todos reconheciam também o espírito liberal do presidente, a feição superior com que êle ouvia e acatava as idéias contrárias. Um dos méritos de Tibiriçá era saber ouvir os pareceres das pessoas competentes e dar sempre mostras de querer aprender alguma coisa de novo. Não pertencia ao grupo dos que se julgam onicientes e infalíveis. Se lhe provavam que determinada tese ou medida se ajustava melhor à matéria em causa, não hesitava em retificar uma ordem ou corrigir as instruções baixadas. O seu desejo era acertar em benefício da coletividade e não bater pé para fazer vencer as exigências da teimosia.

No estudo dos projetos de lei que o presidente tinha em mira apresentar, recorria êle prèviamente aos conselhos e à perícia jurídica de dois amigos íntimos, Herculano de Freitas e Januário Pinto Ferraz, êste último seu condiscípulo de infância no colégio Barth.

Reunia os dois avisados conselheiros em seus aposentos particulares e ali, em conversa despida de qualquer solenidade, discutiam a matéria sob todos os ângulos, tanto sob os aspectos técnicos como do ponto de vista político.

Tibiriçá expunha o projeto em linhas gerais, fixava as diretrizes que lhe parecia oportuno atender e pedia depois a opinião dos amigos sôbre o esquema delineado.

Êstes falavam com a máxima liberdade, opinando sôbre os pontos que se lhes afiguravam de difícil aceitação. De qualquer maneira, uma vez de posse da matéria-prima das idéias presidenciais, recebiam a incumbência de traçar o primeiro esboço destinado ao legislativo, missão que executavam simultâneamente com as consultas de caráter político.

Indubitavelmente os dois conselheiros estavam à altura da confiança que lhes tributava o presidente. Em primeiro lugar votavam sincera amizade e profunda estima a Jorge Tibiriçá. Depois, dada a feição intelectual de ambos, constituíam fôrças poderosas para auxiliar os planos governamentais.

Herculano de Freitas, gaúcho de nascimento, enraizado em São Paulo e genro de Glicério, outro amigo íntimo de Tibiriçá, ganhou merecidamente a fama de um dos espíritos mais vivos que passaram pelo Congresso estadual. Possuía êsse dom, de natureza quase intuitiva, de apreender ràpidamente os assuntos e traduzi-los em forma parlamentar. Assenhoreava-se das questões e as projetava na tela dos debates, banhadas de luz e de forma elegante e persuasiva. Sob o fogo da palavra, suplantava as dificuldades do tema controvertido e captava a atenção do auditório, enlevado pela habilidade e fluência de sua dialética. Aparteado e contraditado, redobrava de fulgor na réplica e sentia de súbito a multiplicação de seus recursos mentais. Mariano Costa, taquígrafo do Senado, dizia que ele fôra a primeira figura daquela casa e salientava a imensidade de sua obra parlamentar.

Porém, mesmo aceitando tratar-se de uma forma de talento que se revelava mais intensamente na oratória e naquele estado de automatismo que opera um como des-

dobramento do ser, a transmitir a elaboração do subconsciente, é certo que a pujante arquitetura verbal de Herculano não procedia apenas das vibrações passageiras do improviso. Assentava num sólido alicerce de cultura e de reflexão. Nascia de demorados estudos prévios, de longas horas de leitura na biblioteca, talvez mergulhado naquelas “orgias da meditação” a que se refere Anatole France a propósito do professor Bergeret.

Se é verdade que com a pena na mão o espírito de Herculano perdia um tanto o ímpeto criador e arrefecia, temos de consignar a persistência com que aquêle que também adquirira a notoriedade de displicente e boêmio se consagrava à pesquisa de dados, à anotação laboriosa de obras de fôlego, nomeadamente de tratados de economia, a fim de aparelhar-se para as exposições da tribuna e a redação de artigos como os que alimentaram a defesa da valorização do café nos jornais officiosos.

Mestre ilustre de direito, Herculano não chegou a escrever uma obra à altura do seu talento privilegiado, mas em 1926 a Revista do Supremo editou, sob o título *Preleções de Direito Público — O art. 6 da Constituição*, lições magistrais que representam valioso subsídio para o conhecimento do estatuto de 1891 e das nossas práticas constitucionais.

Quanto ao dr. Pinto Ferraz, professor e civilista de grande capacidade, procurado pelos seus pareceres bem fundamentados e luminosos, cooperou assiduamente na redação de várias leis do governo Tibiriçá.

Perfil britânico, que lembrava o do rei Eduardo VII, Pinto Ferraz era tido como um dos *gentlemen* mais elegantes de São Paulo. Senador estadual e membro do Partido Republicano, votava disciplinadamente com os

próceres do situacionismo, mas fazia questão de proclamar os seus sentimentos monárquicos.

Para uma observação panorâmica dos principais atos administrativos e reformas do governo Tibiriçá, já que não é possível proceder a um estudo que só por si demandaria volumes nutridos de dados e cifras, temos que voltar-nos de novo para os principais colaboradores que foram os quatro secretários: dr. Albuquerque Lins, na Fazenda; dr. Cardoso de Almeida, Interior; dr. Gustavo de Godói, substituto do anterior na mesma pasta; dr. Washington Luís, Justiça e Segurança Pública, em 1906; dr. Antônio de Godói, Chefe de Polícia e prematuramente falecido em 1905.

No espírito das reformas empreendidas e das inovações materiais realizadas, ressaltou o caráter unitário da administração, onde tudo se ideou e se levou a termo em obediência aos objetivos pre-estabelecidos do Presidente.

Nas mensagens de Tibiriçá vamos encontrar tôdas as informações desejadas, pois se elas não encerram divagações literárias, também não se restringem ao simples apontamento dos atos de rotina da administração. Oferecem em geral comentários, sóbrios e precisos, por via dos quais aparecem bem as idéias do Chefe do governo. Atrás dos assuntos explanados de maneira anódina e impessoal sente-se a intervenção do estadista sob cujos olhos passaram essas páginas, cuidadosamente assinaladas com a marca presidencial. De fato, tais documentos não preenchem bem o seu fim quando se limitam a transcrever dados burocráticos, e a traduzir em estilo de repartição pública os fatos capitais de um quadriênio.

As mensagens de Tibiriçá dão a idéia da personalidade que as subscreveu e não reproduzem apenas os

conceitos ditados pelos funcionários encarregados de fornecer algarismos e relatórios.

O que podemos logo verificar é que em 1904 a receita do Estado orçava por mais de 40 mil contos e já funcionava um aparelho administrativo de vulto, que tendia a crescer em razão do contínuo progresso demográfico e econômico, se levarmos em conta que a exportação paulista atingia 33% do total do país e nos anos seguintes subiu consideravelmente essa proporção.

O programa administrativo — A reforma eleitoral e o respeito à liberdade do voto

Como sabemos, Tibiriçá, ao assumir o poder em 1904, logo avisou na plataforma de candidato que não se poderia restringir a um programa de pura administração. Nos governos anteriores muito se fizera nos terrenos da economia, das finanças, das reformas referentes à justiça e ao ensino. Muito mais restava por fazer no sentido de aparelhar o Estado para a grande missão de educar o povo, segundo as normas de uma democracia humana e progressista.

Impunham-se, por conseguinte, transformações substanciais para melhorar a distribuição da justiça e dar plenas garantias ao cidadão. Para a República tratava-se de uma questão de honra demonstrar absoluto respeito pelo sufrágio popular, e assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos de velar pelos direitos essenciais da coletividade.

Os republicanos históricos tinham em mente, ao tratar das eleições, as lutas políticas na monarquia, extremamente violentas e apaixonadas, devido às deficiências

inerentes aos costumes e às condições gerais de atraso do país. Nos embates políticos sob o império, se nos reportarmos somente aos que tiveram por teatro a província de São Paulo, as contendas em torno das urnas acompanhavam-se de rixas frequentes, em que o punhal e o bacamarte rematavam os antagonismos partidários.

Tudo quanto a República conheceu de deplorável nesse particular já se registrou no regime anterior a 1889. Os relatórios dos presidentes da província comentam múltiplos episódios desses prélios, àsperamente disputados entre liberais e conservadores e no correr dos quais se repetem amiúde os incidentes causados por tentativas de fraude ou franco roubo e assalto às urnas por parte das facções exaltadas.

Em muitas localidades ódios antigos explodiam sob a forma de agressões criminosas, destruição de listas, impedimentos de votar, atentados de toda a sorte levados a efeito por grupos armados e capangas a soldo das parcialidades. Em zonas mal policiadas, em que as influências locais anulavam a intervenção do governo, feriam-se verdadeiras batalhas, não poucas vezes com a participação de autoridades, autores e cúmplices dos mais reprováveis tumultos.

Verificavam-se constantes coações ou irregularidades que dificultavam ou suspendiam praticamente o exercício do voto livre. Constituíam-se ilegalmente mesas e surgiam duplicatas e outras violações do processo eleitoral.

Nesses litígios de campanário que ainda mais se exacerbavam com as polémicas da imprensa, todos os meios, segundo refere em 1868 o presidente João Batista Pereira, “eram empregados como recurso legítimo para obter a vitória”. Começavam as fraudes na qualificação em cartórios, na recusa das juntas em incluir

votantes providos em recursos e acabavam nos encontros à mão armada e até, como ocorreu de uma feita numa importante cidade do vale do Paraíba, na tentativa de promover a insurreição da escravatura para firmar o poder de um cacique local.

Sinceramente decidido a respeitar os postulados republicanos da verdade eleitoral, Jorge Tibiriçá, na sua primeira mensagem mencionou “a obrigação imperiosa de todo governo democrático de proteger os cidadãos em seu concurso às urnas, assegurando-lhes o livre exercício da mais alta função política”.

A lei então vigente não assegurava convenientemente o princípio constitucional de representação das minorias, de sorte que Tibiriçá preconizava, para alcançar êsse intento, a divisão do Estado em distritos para a escolha de deputados e com o sistema uninominal. Entregue ao poder judiciário a qualificação eleitoral, acentuava o desejo de “ver supridas de vez as lacunas que impedem a sincera manifestação dos sufrágios, tão essencial ao inteiro conhecimento da vontade popular, a cujas indicações tem o poder público de se cingir em suas normas de conduta e de ação”.

Discordava o presidente do teor da lei federal n.º 1269, de 15 de novembro de 1904, por entender que êsse diploma, ao regular as condições para o alistamento e o voto nas eleições federais, estaduais e municipais, infringia o disposto no art. 34, n.º 22 da Constituição de 1891, que estatui, entre as atribuições privativas ao Congresso Nacional: “regular as condições e o processo de eleição para os cargos federais em todo o país”.

Parecia ao chefe do executivo paulista que essa lei, ao estender em matéria eleitoral a competência da União além da esfera dos cargos federais, constituia grave ofen-

sa à autonomia dos Estados. Declarava, por isso, não considerar a lei eleitoral do Estado revogada pela União.

O assunto prestou-se a debates jurídicos e até a polémicas de imprensa. O juiz da 4.^a Vara, Urbano Marcondes, sustentou a tese da unidade do alistamento e defendeu os preceitos da lei federal, achando que entre nós os Estados não tinham competência para regular a capacidade eleitoral e não se admitia o exemplo dos Estados Unidos.

O govêrno, pelas colunas do "Correio Paulistano", impugnou êsse ponto de vista, ao que retrucou aquêlê magistrado que se devia acabar o ridículo sistema dos eleitores estaduais, federais e municipais que estabelecia desdobramento de cidadãos. Assegurava que ao Estado era vedado, na forma do artigo 66 da Constituição Federal, negar obediência aos atos emanados do poder legislativo da União. Argumentava ainda o dr. Urbano Marcondes: "Legislando sôbre êsse assunto o Congresso Nacional não excede os limites de sua competência. O direito de voto é direito político oriundo da qualidade de cidadão brasileiro e não da qualidade de cidadão paulista ou mineiro. Cidadão brasileiro é aquêlê que como tal é considerado pelo pacto fundamental da Nação. As regras segundo as quais se adquirem, se perdem ou se suspendem os direitos do cidadão dizem respeito ao direito público interno das nações politicamente organizadas e a Constituição Federal as compendiou nos arts. 69 a 71".

No que respeita à dualidade de alistamento, pensamos que a razão estava com o juiz Marcondes, mas o que sobreleva no caso não são os aspectos formais da lei, é o objetivo superior de instituir a verdade eleitoral. Tibiriçá timbrava em observar os compromissos assumidos

perante os seus concidadãos, de manter a plena liberdade de votos.

A lei 936 de 26 de setembro de 1908, que reformou a legislação eleitoral, dividia o território do Estado em dez circunscrições, cabendo a cada distrito eleger cinco deputados. Considerava-se eleito quem houvesse obtido, pelo menos votação igual ao quociente resultante da divisão do número de votos apurados pelo número de deputados a eleger. Para os candidatos que não alcançassem essa votação no primeiro escrutínio, procedia-se, quanto aos lugares não preenchidos, a segundo, decidindo da eleição nesse caso a maioria relativa dos sufrágios.

O Estado constituía uma só circunscrição para as eleições de senadores, e estas eram feitas em escrutínio de listas e votos incompleto, contendo cada cédula dois terços do número dos lugares a preencher. A apuração geral das eleições era feita por uma junta composta de juizes de direito.

O alcance desses dispositivos legais foi significativamente sublinhado em janeiro de 1920, na plataforma do candidato à presidência, dr. Washington Luís. O ex-secretário da Justiça do governo Tibiriçá, referiu-se às etapas sucessivas da legislação eleitoral. Mencionou a insuficiência do decreto n.º 511 de 1890 e as fraudes a que dava lugar a chamada de lei do têtço, com as chapas incompletas para proteger as minorias e que resultava em instrumento perfeito para "conservação no poder das unanimidades maciças". A reforma de 1905, na opinião do dr. Washington, abriu o caminho para a verdadeira representação. Acompanhada da organização da polícia de carreira e da reorganização da Fôrça Pública disciplinada, contribuiu para serenar e moralizar as

práticas eleitorais “sem os tufões de violência, sem os sumidouros de fraude por parte do poder público”.

Na verdade, a reforma Tibiriçá, inspirada num sincero desejo de reerguer o nível da nossa vida pública, tinha por objeto acabar o regime odioso do partido único e o monopólio da máquina dominante, sistema que atrasava a educação cívica do povo e instilava sorratamente nas massas um senso perigoso de ceticismo e de revolta.

O caciquismo e o coronelismo eleitoral, detestável legado da monarquia, completa-se pelo hábito de arregimentar aquilo que se denominou “os votantes de cabresto”, material humano de inteira docilidade nas mãos dos manipuladores de eleições. Há um ponto de arbítrio e de conspiração dos direitos democráticos que não se pode ultrapassar sem perigo de graves perturbações. E estas vieram em consequência do desprezo a que se relegaram posteriormente os direitos eleitorais. Quando até em centros urbanos de opinião pública ativa e intensa e de brilhante civilização material as urnas foram apuradas a “bico de pena” e os quadros de cidadãos alistados foram principalmente compostos de analfabetos, de mortos e de estrangeiros, a nossa atmosfera republicana passou a aceitar com simpatia conspirações e levantes armados. Não procede a alegação de que por um sistema defeituoso se escolheram, entretanto, pessoas representativas do nosso escol social e intelectual. Esse fato não invalida a circunstância de se haverem cometido abusos e delitos que fizeram o povo e muitos setores das classes cultivadas do país arredar-se da política e perder a estima pela ordem existente.

Em 1924, ao estalar imprevistamente em São Paulo uma revolta militar chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes e acolitada por muitos elementos totalmente estra-

nhos ao meio social do Estado, a grande maioria da população em poucos dias se inclinou para os insurretos e regozijou-se francamente com a derrota das autoridades legais. Tal desaprêço ao poder instituído revelava quanto a massa popular se sentia divorciada dos representantes para cuja escolha ela não contribuíra e que lhe pareciam de certa forma usurpadores da coisa pública.

Ganham, por isso, plena significação as palavras expressivas de Eduardo Gomes, ao iniciar em 1945 em São Paulo as suas prédicas cívicas contra a ditadura:

“Revolucionários de 1922 e 1924, só nos animou na luta o propósito de regeneração dos costumes políticos. Éramos, a bem dizer, os conservadores da verdadeira legalidade, os que reclamavam e exigiam, pelas armas, o cumprimento exato e fiel da Constituição”.

Se quisermos formar uma idéia mais exata da repercussão da lei eleitoral Tibiriçá e das garantias oferecidas pelo govêrno aos votantes de todos os grupos, é percorrer alguns jornais editados nas cidades do interior.

Em numerosos artigos inserem-se rasgados elogios ao presidente por haver estabelecido enfim o ambiente de lisura e de verdadeira liberdade dentro do qual as oposições dantes perseguidas e manietadas podiam comparecer aos pleitos e escolher candidatos contrários às antigas tiranias locais. Encontram-se expressivos desabafos nessa modesta imprensa do *hinterland* paulista. Com extraordinário entusiasmo ela registra o suspiro de alívio das minorias, às quais fôra dado o direito de respirar e fugir do “garrote” dos prepostos do govêrno.

Na capital os órgãos simpáticos à Dissidência, que antes da referida lei eleitoral e da criação da polícia de carreira acusavam Tibiriçá de sujeitar-se à ditadura da Comissão Central do partido oficial, e apontavam as con-

tínuas violências da máquina dominante, não hesitaram em aplaudir o presidente, tão depressa puderam assistir em numerosas localidades à vitória dos blocos oposicionistas.

Quando, anos depois, Tibiriçá deixou o Senado para assumir a presidência do Tribunal de Contas, os seus pares promoveram-lhe sugestiva homenagem da qual foi eloquente intérprete o senador Rodolfo Miranda, que assinalou, entre os maiores serviços prestados a São Paulo, a lei que prestigiou a liberdade do voto e a instituição da polícia de carreira que pôs fim às arbitrariedades do mandonismo político.

Respondeu Tibiriçá que não podia ter agido de modo diverso, já pela educação que recebera na Suíça, onde formara seus sentimentos republicanos, já pelo respeito que votara às mesmas idéias na monarquia. A mudança do sistema eleitoral fôra feita para sempre respeitar a representação das minorias. Quanto à polícia de carreira, “indispensável para a boa garantia da liberdade eleitoral”, era modificação que igualmente se impunha, “porquanto jamais poderia dar resultado satisfatório o desempenho dos cargos policiais por autoridades locais sempre com interêsses políticos”.

Reorganização da magistratura e instituição da polícia de carreira.

No campo do direito, Tibiriçá, que não é especialmente versado em assuntos jurídicos, reclama aquilo que o cidadão médio se sente impellido a solicitar do poder público: a organização de um sistema que torne a justiça mais acessível e de execução mais rápida e menos onerosa. Como inúmeros brasileiros, deseja êle que o poder judiciário e as leis processuais por êle aplicadas possam garantir, ao povo em geral e aos que demandam

no fôro, condições que os ponham a coberto de iniquidades e desigualdades que se abrigam nas dobras do aparelho distribuidor das sentenças.

Diríamos, como explanou o ilustre mestre Francisco Campos, que êle sentia a necessidade de eximir os cidadãos que recorrem aos tribunais dos perigos inerentes à concepção *duelística* da Justiça, aquela que infelizmente ainda vigora em parte e segundo a qual a sorte das partes depende mais comumente da habilidade dos defensores e das falhas e tricas das leis processuais que da proteção uniformemente dispensada pela sociedade a todos os seus membros, ricos ou pobres, poderosos ou humildes.

Eis uma das razões por que, em primeiro lugar, êle sugere melhores condições de vida para a classe dos magistrados, além de pedir que se restabeleça uma categoria de juizes, com atribuições semelhantes às dos antigos juizes municipais, o que constituiria uma espécie de noviciado nas funções da judicatura.

Ainda com o objetivo de prestigiar a “nobilíssima carreira da magistratura”, recomenda que se instituem os termos judiciários e a classificação das comarcas por entrâncias, visto que aí residem estímulos a quem abraçar a profissão. Seria uma forma de torná-la mais atraente, de selecionar valores e vocações e de elevar o poder judiciário, “cuja missão tanto se engrandece nas democracias”.

Dessa lembrança decorre a conveniência de criar varas privativas e de ampliar a competência dos juizes singulares para dar mais rápido andamento aos processos e julgamentos de crimes afiançáveis e diminuir a impunidade resultante do defeituoso funcionamento do júri.

Consignemos, outrossim, como serviço de monta, a instituição, pela lei 1273, de 23 de setembro de 1906, do Ministério Público, com a devida classificação hierárquica dos funcionários, aos quais sempre se prevê remuneração condigna.

Outra sugestão oportuna e que só veio a tomar corpo nos nossos dias, é a que refere à elaboração dos Códigos de Processo Civil e Criminal, porque “lacunosa, deficiente, a velha legislação já não consulta o sábio princípio de justiça pronta e ao alcance de todos”.

Um tópico de suma importância para a moralização dos costumes administrativos corajosamente ventilado pelo presidente dizia respeito à falta, ainda mais sensível, de regras claras e precisas sobre a responsabilidade dos empregados e funcionários de qualquer categoria. Tibiriçá apontava essa responsabilidade, que convinha tornar efetiva, e que reputava “questão capital do nosso sistema político”, a fim de que todo cidadão fique sempre “ao abrigo de abusos ou excessos praticados por aqueles que exercem uma parcela de poder público”.

Reforma de efeitos transcendentais na garantia dos direitos políticos e para a própria moralidade dos costumes, a instituição da política de carreira pôs cõbro a tantos abusos e de tal modo secundou a instrução dos processos criminais e a ação da justiça, que uma das mais ilustradas e estudiosas autoridades policiais do Estado de São Paulo, o delegado dr. Laudelino de Abreu, a qualificou de “verdadeira revolução branca”.

Reproduzamos as palavras com que Jorge Tibiriçá justificou a criação desse órgão destinado a completar e amparar a ação do poder judiciário: “Para a ordem e a segurança pública têm sido grandes os benefícios que com a instituição da polícia de carreira, tem colhido o Estado de São Paulo.”

“Polícia sem política e, portanto, imparcial; remunerada e, por conseguinte, podendo aplicar tôda a sua atividade à prevenção e repressão dos delitos; com competência profissional, isto é, com conhecimentos especiais de direito e de processo, indispensáveis em quem tem de garantir e assegurar a liberdade, a honra, a vida e a propriedade, essa polícia constitui uma instituição útil do Estado de São Paulo, que a adotou.”

Aditava o presidente que os representantes dessa polícia, estranhos às localidades onde trabalhavam, podiam ser demitidos ou removidos sem abalo para a vida pública.

Pela lei 979, de 23 de dezembro de 1905, foi reorganizado o serviço policial do Estado, sob a inspeção suprema do presidente do Estado e a superintendência do Secretário da Justiça. Estabelecia êsse ato legislativo a graduação hierárquica das autoridades policiais, de livre nomeação e demissão do govêrno. Para a nomeação, entretanto, observava várias regras, das quais as mais importantes eram a que só permitia nomear delegados de uma classe os que já estivessem servindo na imediatamente inferior, e a que dispunha só poderem ser nomeado delegados de primeira, segunda e terceira classe os bacharéis em direito.

Albuquerque Lins, sucessor de Tibiriçá no govêrno do Estado, salientou na sua primeira mensagem os efeitos salutarés da reorganização policial, dizendo: “A polícia de carreira, que tem por base a competência, a responsabilidade, a remuneração, o acesso, tem apresentado benéficos resultados, desembaraçando a administração de preocupações subalternas”.

Nas eleições municipais tudo havia corrido em ordem, porque tôdas as facções partidárias se sentiram

garantidas, em grande parte devido à imparcialidade com que a polícia compreendera os seus deveres.

Em 1912 repetia êle que a polícia de carreira, “recebida com certas prevenções por alterar costumes políticos inveterados, tinha feito sua prova exuberante. Dantes as funções policiais eram exercidas gratuitamente por pessoas influentes nas localidades, que a isso se prestavam por patriotismo ou por dever partidário. Mas o govêrno se yia em sérios embaraços para punir as faltas dêsse auxiliares ou desfazer incompatibilidades que surgissem. Conservar uma autoridade faltosa era um ato censurável; demiti-la podia acarretar uma crise política, tendo como consequência o enfraquecimento do partido ou a mutilação de uma obra administrativa”.

Com a reforma que desprendera a polícia da vida partidária, a demissão ou remoção de uma autoridade passara a ser simples pormenor de administração.

Também o Dr. Wasington Luís, na sua plataforma de candidato, referiu-se à polícia de carreira, “que tão bons serviços tem prestado à ordem pública em São Paulo e que hoje se acha definitivamente incorporada às instituições paulistas”.

A Supremacia cafeeira — Da monocultura à policultura

A generosidade da natureza, aliada à especialização agrícola dos lavradores paulistas, permitira ao café alcançar uma supremacia de renome mundial. Entretanto, a produção se expandira de forma tão avassaladora que a opulência ameaçava mudar-se em depressão econômica e moral.

A fazenda cafeeira, imponente criação, fruto ao mesmo tempo de uma evolução e de um esforço histórico em notável harmonia com a configuração da terra e os favores de um clima privilegiado, ganhara foros de prioridade e de ascendência indiscutível nas atenções gerais. Mas era mister evitar a tirania paradoxalmente nascida de tanta riqueza. O perigo residia na escravização à monocultura. Sobre o café se erguera uma estrutura sócio-econômica fundada em nobres sacrifícios, que se salvaria pela distribuição mais racional das atividades nacionais e dos imigrantes.

Afora a grande intervenção valorizadora que estudaremos à parte, dada a multiplicidade dos incidentes levantados pelo projeto e depois pela acidentada execução a que êle deu lugar, o govêrno volveu-se carinhosamente para a nossa principal riqueza e tudo fêz para que não somente ela resistisse ao tufão da crise, como ainda se preparasse para retornar a um regime de produção, equilibrado na quantidade e aperfeiçoado nos processos agronômicos e comerciais.

Mesmo antes da operação intervencionista, o govêrno Tibriçá, protetor vigilante da lavoura cafeeira, tratou de aliviá-la de impostos iníquos e pesados, de defendê-la contra a sanha tributária dos municípios e de concitar os donos das plantações menos rendosas a deixar as culturas marginais para se entregarem à pecuária.

Lançou, por isso, a idéia da recuperação do Vale do Paraíba, no seguinte apêlo: "O estado de decadência em que se acha a lavoura cafeeira no norte do Estado impelirá certamente os lavradores a se dedicarem à pecuária e muito se poderá esperar ainda daquela zona, se êles quiserem dirigir suas vistas, de modo sé-

rio e constante para este ramo de atividade agrícola, particularmente importante como auxiliar da lavoura”.

As palavras acima atestam bem que o presidente não pretendia sustentar, com preços fictícios, as fazendas decaídas.

Os melhoramentos decorrentes do beneficiamento mecânico e a economia possível de mão-de-obra por meio do emprêgo de máquinas adequadas foram previstos numa lei promulgada em 1906, para autorizar o governo a conceder prêmios aos fabricantes de máquinas e instrumentos agrícolas. Mencionavam-se em primeiro lugar as que melhor satisfizessem as exigências da lavoura cafeeira, nomeadamente cultivadores para limpar os cafêzais de ervas daninhas, de modo a dispensar para esse serviço o braço humano. Falava-se também no melhor ventilador para funcionar junto ao local das colheitas e expurgá-las de todos os corpos estranhos. Os prêmios eram respectivamente de oito mil, seis mil, e quatro mil dólares.

Coloquemo-nos na situação que se deparava ao governo Tibiriçá em 1905. Ante uma crise cafeeira, cuja duração perturbadora exigia reação enérgica, o remédio indicado, além naturalmente da proteção a dispensar à rubiácea, havia de decorrer da introdução da policultura.

Causava espécie que o Estado se visse obrigado, intermitentemente, a comprar cereais ao estrangeiro, desde o milho até o arroz, prato indispensável em toda a casa brasileira. Zonas que outrora tinham produzido abundantemente esses gêneros estagnavam agora em plena decadência.

De certo militavam em favor do abandono de velhas culturas razões comerciais e de ordem agrônômica, como a imperícia dos plantadores e a infestação de pragas.

No Brasil, conforme assinalou bem J. F. Normano, tudo se processa em corridas, em aproveitamentos passageiros de uma vaga de opulência, logo seguida de es- quecimentos e declínios. A produção desenvolve-se aos arranques, de entusiasmo e de lucros. E via de regra, após uma fase de bem-estar e de apogeu glorioso, o país perde continuamente a supremacia adquirida nos diferentes produtos. Diz o citado autor que assim succedeu com o açúcar, o cacau, o fumo, a borracha. O café, que éle acrescenta à lista fatal, parece felizmente imune dêsse destino triste. O Brasil viveria sempre destronado de alguma superioridade, arrastado em *perpetuum mobile*, expellido dos mercados assim que se torna possível a concorrência mundial e que éle não desfruta um monopólio de simples prioridade. É certo que, em 1953, quando se observa o que acontece com a maioria dos nossos produtos, fica-se pasmado de que sejam arrolados na categoria de "gravosos" e dêem motivo a enorme grita em prol de maior desvalorização monetária, como se fosse possível reduzir ainda mais o *cruzeiro*, moeda já evanescente e que tende a servir apenas como símbolo contábil e a valer menos do que um *real*.

Porém, na fase da crise, a lembrança do que existira no passado constituia um incentivo para restabelecer a variedade de nossa produção. No magnífico relatório apresentado pela Comissão de Estatística em 1886 e publicado em 1888, consta a diversidade dos produtos cultivados na maioria dos municípios paulistas, nos quais, ao lado do café, se encontram lavouras de açúcar, algodão, cana, cereais, tôda a espécie de leguminosas, vinhedos muito bem cuidados. Surpreende verificar a abundância relativa de gado vacum, muar, cavalari, suíno, e lanígero, muitas vêzes oriundo de cruzamentos com boas raças im-

portadas. Por conseguinte, existia o que era necessário restabelecer: a mentalidade policultora e pecuarista.

A grandeza cafeeira com razão inspirava hinos de orgulho e despertava entre a gente do planalto um certo complexo de superioridade, diante do resto do Brasil. Complexo unilateral, porquanto em face dos alienígenas povoadores do Estado o paulista afrouxou' um pouco êsse sentimento.

O café, fazia, porém, pesar uma sensação de insegurança e de receio. E era preciso, sem tardança, multiplicar os recursos e criar um mercado interno para gêneros que paradoxalmente se importavam, em detrimento da economia pública e da própria alimentação do povo.

Jorge Tibiriçá e Carlos Botelho, idealistas no sentido de servir a São Paulo, não eram nem sonhadores nem metafísicos. Ambos homens práticos, viajados, portadores de diplomas de grandes escolas européias, o agrônomo e o médico se combinavam à maravilha para imprimir às reformas projetadas o cunho de criação realística que as circunstâncias requeriam.

A obra de Carlos Botelho e a reforma agropastoril

Teríamos que nos alongar até os extremos de um tratado especializado se tentássemos descrever, com os detalhes que ela merece, essa obra que perdurará como o maior exemplo de uma nova educação rural em São Paulo.

O que ela exprimiu precìpuamente foi a acertada colaboração entre o govêrno e a iniciativa particular, apoiando-se reciprocamente com o escopo de realizar uma profunda reforma, simultâneamente de mentalidade e de caráter material. Era imprescindível partir de experi-

ências concretas, firmadas em sólidas bases científicas, para arrancar São Paulo da tendência monocultora.

Jorge Tibiriçá e Carlos Botelho ajustaram notavelmente os seus esforços para levar avante a idéia, que se desenvolveu consoante os moldes de uma verdadeira planificação moderna.

O que se fez conjuntamente na agricultura, na zootécnica, na distribuição de terras, na política imigratória, nos contratos rurais, na diversificação das plantações, obedeceu a um esquema bem coordenado, concebido de forma a dotar o Estado de novas riquezas, devidamente arrimadas nos órgãos próprios a garantir-lhes a conservação e o progresso, técnico e económico.

Genéricamente o plano pertencia ao presidente. Nas modalidades de ação e em vários pontos complementares que se foram apresentando, avulta o coeficiente pessoal do auxiliar cujo critério administrativo se compadecia perfeitamente com o do Chefe do Governo. Em um dos seus relatórios, expôs Carlos Botelho: “A necessidade de facilitar à lavoura paulista a sua evolução para a cultura intensiva e a conveniência de promover a policultura, como remédio para a crise económica determinada pela monocultura extensiva do café, impunha aos poderes publicos o dever de secundar as iniciativas e os esforços dos lavradores no tentame de restaurar e conservar a fertilidade das terras e no escopo de aproveitar as regiões pastoris do Estado para a criação de mais uma grande riqueza”.

No relatório de 1908, o secretário fala “da feição por demais pessoal que tive de imprimir aos meus atos”. E motiva êsses dizeres “pelo desconhecimento que se tem entre, nós, de muita cousa, trivial, entretanto, em outros países, e que teve de ser iniciada por esta administra-

ção”. Afirmou também que se achava na América do Norte a totalidade das práticas que em matéria agrícola devíamos para aqui transportar.

Carlos Botelho, filho do Conde de Pinhal, de ilustre ascendência bandeirante, representa bem o vigoroso tipo de açorianos de que êle procede. É todo fôrça e ação e inimigo de demoras burocráticas e formalidades de papelório.

Formado em medicina, seguiu as lições de eminentes professôres de cirurgia na Faculdade de Montpellier, em França. Credenciado por êsse curso e por uma brilhante defesa de tese em Paris, efetua a seguir um estágio em diversos centros hospitalares da Alemanha e da Áustria. Viaja depois pelos principais países da Europa e pelos Estados Unidos e volta à pátria como clínico experiente e sempre ávido de aperfeiçoar a competência adquirida. O amor à terra, a vocação agrária dos antepassados o levam a dividir as atividades de médico com as da lavoura. Figura modernizada de sertanista, condensa sob forma de inovações técnicas a energia que de instinto talvez gastaria em arremetidas de pioneiro.

À testa da Secretaria da Agricultura, Carlos Botelho logo se anuncia como irredutível adversário da rotina. Não admite que se perca tempo, porquanto sabe o valor das horas perdidas em supostos estudos atrás dos quais se escondem a inércia e o desejo inconfessado de protelar soluções.

Para suportar a tarefa diária e sobrepujar as resistências que costumam estorvar a ação dos administradores, sobretudo os de indole ativa, sobra-lhe felizmente um potencial de saúde e de energia física impressionante. De talho atlético, bom cavaleiro, apto a aguentar dias a fio viagens e marchas estafantes, não conhece o cansa-

ço, assim que se trata de visitar obras públicas ou regiões distantes e abandonadas do Estado. Assiste às inaugurações de exposições regionais de gado. Percorre os trechos no litoral esquecidos há vários lustros e acompanha pessoalmente, nos campos dos aprendizados agrícolas e nas várzeas do vale do Paraíba, as culturas de cereais e de arroz. É o primeiro a presenciar o funcionamento das novas máquinas para facilitar os processos aratórios ou a drenagem das terras inundadas. Fiscaliza a instalação dos hortos botânicos e florestais e faz questão de observar diretamente os viveiros e as áreas em que se plantam sementes de árvores frutíferas européias ou se tenta, como na baixada do Cubatão, aclimatar coqueiros e cacauzeiros para revitalizar as terras litorâneas.

No terreno das relações humanas, o Secretário, perfeitamente urbano e cavalheiro fora do âmbito funcional, torna-se por vezes áspero e impaciente e até arrebatado no exercício de seus encargos administrativos. A robustez orgânica transborda em atitudes autoritárias e na rijeza com que dita ordens absolutamente irreplicáveis. Atende sem dúvida atenciosamente os colaboradores, em que respeita a eficiência e a justeza das reflexões atinentes ao serviço examinado. Quanto aos simples conversadores, mantém-nos à distância sem cerimônia e citam-se vários casos de pessoas providas de cartas de apresentação às quais, de relógio na mão, êle concedeu cinco minutos para darem por finda a entrevista.

Mas em geral todos desculpam êsses senões e admiram o secretário pelo zêlo que consagra ao estudo e despacho dos processos, julgados com escrupulo, argúcia e sobretudo espírito público.

A desenvoltura, as maneiras bruscas com que êle rebate certas objeções e ordena que se cumpram as instru-

ções baixadas no seu gabinete, compensam-se amplamente pela clareza e a ponderação das medidas indicadas, sempre demonstrativas da largueza de vistas do administrador e do culto que êle vota ao progresso de sua terra.

Outra poderosa afinidade que aproximou Tibiriçá de Carlos Botelho foi a constante propensão a recorrer a competências e não aos apaniguados da política. Nunca hesitaram em apelar para especialistas de outras terras, ainda que êsse gesto provocasse a eclosão de queixas e suscetibilidades.

Da mesma forma que para a remodelação da Fôrça Pública, Tibiriçá se dirigiu à França para obter instrutores militares de valor, aprovou êle plenamente a decisão de Carlos Botelho em recorrer a professôres europeus e americanos para orientar reformas de ordem agrícola e zootécnica.

Pela lista de nomes que vamos mencionar, pode-se avaliar o número e principalmente a qualidade intelectual dos elementos contratados pelo govêrno paulista.

No Instituto Agronômico, onde permaneceu o Dr. Dafert, diretor do Imperial Instituto Agrônomico de Viena, a direção passou para as mãos do Dr. Max Passon, que tomou por auxiliares os drs. João Jermann e Alfredo Lehmann.

O professor Heitor Raquet, do Real Instituto de Agricultura de Gembloux, assumiu a direção provisória do Pôsto Zootécnico Central. Para reger a cadeira de Zootécnica contratou-se na Belgica o Dr. Nicolau Athanassof, enquanto o Dr. Emílio Tobias foi nomeado lente de leiteria.

Dos Estados Unidos vieram dois eminentes professôres de agronomia: o Sr. J. W. Hart, da Universidade de Illinois, incumbido de dirigir a Fazenda Modêlo, anexa

à Escola Luís de Queiros, e o Sr. Welman Bradford, a quem coube organizar o Campo de Demonstração de Moreira César, no qual se estudaram minuciosamente os processos racionais da cultura do arroz. Ali se levaram a cabo experiências para o preparo e irrigação das terras, para a abertura de canais de drenagem e o emprêgo dos mecanismos mais aperfeiçoados.

É fôrça convir que com tal equipe de mestres, o Estado se apoiava nos serviços de uma verdadeira missão cultural, devidamente qualificada para preparar os quadros de profissionais brasileiros, a quem não faltam em geral inteligência e facilidade de assimilação de todos os assuntos.

A Escola Agrícola Luís de Queirós, à qual se ane-xou a Fazenda Modêlo, adota um ensino de natureza prática, de acôrdo com os princípios técnicos e os correlatos processos experimentais aplicados nos melhores institutos congêneres da Europa e dos Estados Unidos.

Ficaram a cargo do professor belga Louis Misson as aulas de agricultura prática.

Os campos de demonstração instalados em redor das escolas em várias zonas do Estado, de par com os aprendizados agrícolas, visavam a formar ao lado dos engenheiros reservados à chefia dos departamentos públicos, quadros secundários de agricultores de formação eminentemente prática, meio pelo qual se transmitiram na Europa conhecimentos novos e de extraordinária utilidade aos camponeses antigamente orientados por noções de simples empirismo.

Para despertar maior e rápido interêsse entre fazendeiros e criadores, instituíram-se feiras regionais de gado, onde concorriam os municípios circunvizinhos na apresentação de várias espécies de animais domésticos, clas-

sificados e premiados conforme as estipulações dos certames. Grandes exposições estaduais, bem como o Concurso Hípico, completaram um sistema de propaganda e de estímulo que alcançou um êxito sem precedente e imprimiu em pouco tempo notável eficácia ao plano de reerguimento agropastoril.

Para avaliar os resultados dessa obra, basta citar as palavras proferidas em 1916, na inauguração do Congresso de Pecuária de São Paulo, pelo Dr. Pereira Barreto: “Estamos assistindo ao mais extraordinário exemplo de rapidez, que jamais se viu na evolução de um ramo de indústria, quer dizer na exportação das carnes congeladas; saltamos sem transição da insignificante quantia de seis contos de réis, que tanto foi o valor da nossa exportação no primeiro ano, à inverossímil quantia de trinta mil contos de réis no segundo ano”. E acrescentava aquêle cientista: “A indústria pecuária, que outrora parecia ser incompatível com a lavoura de café, torna-se hoje a sua mais segura e ativa auxiliar”.

O fomento da imigração, como é sabido, colidia com os embaraços e a contínua má vontade dos países fornecedores de braços, a começar pela Itália, onde se registavam os ecos de constantes queixas e campanhas contra as condições encontradas pelos trabalhadores peninsulares no Brasil.

Para rebater as campanhas depreciativas, o governo respondeu com a criação do Commissariado em Antuérpia, a Diretoria de Terras e Colonização e as demais proteções jurídicas, sanitárias e económicas instituídas para proporcionar aos alienígenas as condições mais satisfatórias de trabalho e progresso.

Aos contratos de transporte marítimo previstos na imigração subsidiada, seguiam-se os destinados a asse-

gurar, mediante prestações razoáveis e a longo prazo, a entrega de lotes de terras fertilíssimas aos agricultores de várias procedências, quer nacionais quer estrangeiros.

A intenção que presidiu a essas medidas foi a de realizar uma verdadeira política de povoamento do solo e não mais de financiar viagens a milhares de adventícios, muitos dos quais, após uma rendosa coleta de salários, embarcavam para as repúblicas do Prata.

Primordialmente, o govêrno Tibiriçá, encarando a função sociológica da imigração, pensou na fixação do trabalhador à terra, motivo pelo qual se deu preferência ao recebimento de agricultores de várias nacionalidades européias, além do primeiro ensaio de colonização japonesa.

Pelas informações previamente prestadas aos elementos recrutados, eximia-se o govêrno da acusação, tantas vêzes repetida pelos nossos detratores no estrangeiro, de que se inventavam falsas miragens para atrair gente iludida e incauta. A largueza com que se custearam todos os serviços da imigração, desde a viagem até a colocação das famílias, em propriedades rurais de exploração lucrativa, o rigor jurídico e as normas de equidade garantidos nos contratos, o espírito adiantado e humano da legislação referente às dívidas preferenciais dos salários agrícolas, todo êsse conjunto de franquias indicava como São Paulo se aparelhara para justificar a propaganda que fazia em tórno dos benefícios concedidos aos imigrantes. Assistia-nos, por conseguinte, plena fôrça moral para desmentir as balelas espalhadas pelos inveterados inimigos do nosso país, interessados em desencaminhar para outras plagas os braços espontaneamente atraídos para o Brasil.

Outras correntes havia, movidas por intuíto de expansionismo suspeito, que tentavam pleitear junto ao nosso governo a aceitação de contratos coletivos de imigração, comparáveis aos estatutos outrora aplicados na China e no Egito, com a imposição de juízos arbitrais e patrocínios consulares que transplantariam para o nosso solo a interferência de jurisdições estranhas, ofensivas à nossa soberania.

Muitas discussões se esboçaram nesse sentido, felizmente rejeitadas liminarmente pelas autoridades paulistas, dispostas a oferecer equânime hospitalidade a todos os povos, mas não a tolerar invasões sub-reptícias no organismo da nacionalidade.

Em síntese, nesse terreno agrícola o Estado adotara normas de ação inspiradas no sistema norte-americano, prevendo a diversidade das culturas conforme o clima e as características das regiões. No planalto, o Horto Botânico providenciava o fornecimento de árvores frutíferas, mudas, plantas forrageiras de origem européia. Para o litoral o Horto Tropical do Cubatão experimentava a adaptação de cacauzeiros, coqueiros, especiarias, bananeiras de diversas variedades. Atualmente, a opulenta plantação de bananais que se estende pelas colinas do litoral sul do Estado figura como resultante das experiências então levadas a efeito para racionalizar essa cultura.

Das realizações que se incluem no programa desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, resta a dizer algumas palavras da Comissão de Tomada de Contas das Estradas de Ferro, das obras de saneamento em São Paulo e Santos e da abertura dos vastos sertões desconhecidos do Estado.

Em Santos, com a competente cooperação de Saturnino de Brito, completou-se a rede de canais para o dre-

namento de terrenos insalubres em que proliferavam os mosquitos veiculadores da febre amarela. A cidade, embelezada segundo um plano de urbanização moderna, assistiu à total extinção de um flagelo que a mortificara cruelmente longos anos. Também a Capital paulista, em continuação às obras da Cantareira, recebeu o abastecimento de água provindo das obras de Adução no Cabuçu, as mais importantes do Brasil.

No que respeita à exploração dos imensos sertões onde vagueavam ainda selvagens, trata-se de uma epopéia modernizada de bandeirantismo. Levaram-se a cabo, entre mil obstáculos e perigos, entradas de engenheiros, geógrafos e outros cientistas da Comissão Geográfica e Geológica por zonas que até então figuravam no mapa em manchas brancas, assinaladas com os dizeres: "Terrenos desconhecidos".

Exploraram-se os cursos dos rios Tietê, Parapanema, Feio, do Peixe e Aguapeí, até os pontos onde desaguam no Paraná. Os novos pioneiros penetraram heróicamente em zonas palustres e localizaram uma rede inextricável de rios, atravessando terrenos úmidos e alagadiços. Apareceram novas e impressionantes riquezas florestais e geológicas, bem como saltos de imenso potencial de energia. Em canoas que lembravam as das históricas monções, desvendaram-se "os segredos ocultos do extremo sertão". Após tantas proezas, no seio de paragens dotadas de exuberante vegetação, desapareceram-se selvícolas que reagiram violentamente contra o homem branco. A história colonial parecia reviver até no quadro das missas rezadas em plena mata, como nos tempos dos primeiros desbravadores do sertão misterioso.

Trabalho que honra sumamente os componentes daquelas expedições, depois das quais surgiu uma nova avançada para as terras, que se tornaram objeto de um "rush" em que competiram posseiros legítimos, aventureiros audaciosos, "grileiros" industriados na falsificação de títulos e documentos e agricultores ávidos de novas terras. Muitos episódios da fase de ocupação não corresponderam à beleza da primeira exploração científica, inclusive a perversidade criminosa com que se liquidaram muitos índios, antes merecedores de proteção e caridade do que de trucidamentos que não honram os "civilizadores" que os praticaram.

Albuquerque Lins e a gestão financeira

Financeiramente, constatamos que o governo Tibiriça, apegado às normas sadias do equilíbrio orçamentário e dos gastos consentâneos com as receitas, sempre evitou cuidadosamente quaisquer despesas suntuárias. Não se citam obras de puro efeito estético e as verbas despendidas consagram-se a realizações de imediato proveito coletivo tendo em vista a saúde pública e a higiene, como o aumento da rede de distribuição de água na capital ou os canais de drenagem em Santos.

A preocupação em controlar os gastos mediante a criação das fontes de receita correspondentes, verificase na insistência em propor a criação de fundos especiais, como o Fundo Escolar e o Fundo Imigratório.

Quanto à política tributária, no que toca ao aumento da arrecadação, ficou bem patenteada na lei 920, de 4 de agosto de 1904, que criava no Estado o impôsto sôbre o capital e sôbre a renda.

No plano federal, o segundo desses impostos não lograra ser aceito no Congresso, e cabe recordar as dificuldades encontradas por Campos Sales para instituir e sobretudo aplicar o impôsto de consumo.

A inovação introduzida por Jorge Tibiriçá no Estado prendia-se, portanto, a um propósito que seria interessante elucidar. Talvez compreendamos a razão de semelhante iniciativa fiscal, se lembrarmos que a lavoura cafeeira, onerada com o pesado impôsto de exportação, fornecia mais de 42% da receita total do Estado. Passara outrossim, como sabemos, por crises que afetaram a fortuna de inúmeros fazendeiros, enquanto de uma forma geral as emprêsas comerciais auferiam lucros abundantes, fonte de seguro enriquecimento de muitas firmãs, notadamente estrangeiras.

O impôsto sôbre o capital, pela citada lei, recaía sôbre a propriedade imóvel rural, excetuada a empregada na cultura do café, sôbre o capital realizado das casas de comércio, das emprêsas industriais, e das sociedades anônimas e sôbre o capital particular empregado em empréstimos.

As taxas, muito módicas, iam de dois décimos a meio por cento.

A intenção provável dessa tributação, que alimentou muitos comentários e provocou veementes protestos, era a distribuição mais equitativa dos encargos fiscais e a taxação de lucros em grande parte remetidos para o exterior. Uma prova da justiça dessa interpretação é que as recriminações partiram sobretudo de entidades e de jornais estrangeiros.

À testa das finanças estaduais, o dr. Joaquim Manuel de Albuquerque Lins, mostrou-se hábil e escrupuloso gestor de sua pasta. Nascido em Alagoas, estudara

direito em Recife e se transferira para São Paulo, onde desempenhara na monarquia os cargos de promotor e juiz. Militando nas fileiras do partido liberal, entrou na política e foi eleito deputado à Assembléia da província. Proclamada a República, mereceu a investidura de senador estadual. Consorciado com uma senhora da tradicional família Sousa Queirós, consagrou-se a emprêsas de caráter comercial e industrial e ocupava o lugar de presidente da Companhia Mecânica Importadora quando foi convidado para secretário do govêrno Tibiriçá.

Integrado definitivamente na sociedade paulista pela família aqui constituída e pela participação tomada na vida pública do Estado, o secretário nordestino dirigiu a pasta da Fazenda em momentos por vêzes assoberbados de dificuldades imprevistas. Ao se travar a luta pela valorização do café, teve que redobrar de esforços e vigilância para sustentar o equilíbrio orçamentário e zelar para que não minguassem as verbas indispensáveis ao programa básico do govêrno. No instante em que São Paulo se viu coagido a procurar recursos imediatos para retirar café do mercado, Albuquerque Lins coadjuvou com eficiência e tenacidade as negociações para obter os créditos e empréstimos necessários. Hábil delegado do presidente nos dias em que se processaram os primeiros entendimentos entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro para organizar o bloco cafeeiro e consolidar a frente única dos três Estados, interveio com extremo tato e cuidado nas sondagens e reuniões preliminares e depois repetiu as viagens ao Rio e a Belo Horizonte para delinear o pacto que precedeu a Convenção de Taubaté. Nesses tramites de verdadeira diplomacia entre unidades federativas, foi um dos elos mais sólidos entre os em-

baixadores officiosos dos três governos e o verdadeiro braço direito de Tibiriçá no plano valorizador.

Homem sereno, de aspecto grave e um pouco triste, esguio e de andar lento e mesurado, costumava pôr a mão no peito e deter-se nesse gesto. Sentado e discutindo, falava pausadamente e amassava as mãos devagar como se elas ajudassem a plasmar a matéria debatida. O rosto bem desenhado e anguloso, a fronte alargada por uma calvície total faziam concentrar a atenção sôbre os olhos, brandos mas firmes e a parte inferior do semblante bem rematada pelos bigodes caídos e a barbicha em ponta.

A entonação medida não impedia que se entregasse, quando preciso, a arroubos-oratórios, como o provara no ofício de promotor e até na tribuna pública, ao defender ardentemente a personalidade de Rui Barbosa perante uma demonstração política de estudantes. Fazendeiro, homem de negócios e capitalista de senso prático e visão, mede-se bem a energia de que êle era capaz pela atitude que assumiu à testa do govêrno do Estado em face da ameaça de intervenção federal. Auxiliado pela determinação do Secretário da Justiça, dr. Washington Luís, Albuquerque Lins preparou todos os elementos para defender até "manu militari" a autonomia do Estado.

Admirador incondicional de Rui Barbosa, a cujo lado figurou como candidato à vice-presidência da República na campanha civilista, jamais traiu essa fidelidade ao eminente senador baiano. Em 1919, apesar do situacionismo paulista aderir à candidatura Epitácio contra a de Rui, Albuquerque Lins votou a descoberto no candidato da opposição e recebeu no colégio eleitoral uma salva de palmas por parte do publico que presenciou o gesto. Abalado e mesmo já vencido pela doença, a última vez

que compareceu ao Congresso foi ainda para levantar a voz débil de enfermo em homenagem àquele grande cidadão.

*A reforma da Fôrça Pública e a
missão militar francesa*

Uma das realizações que mais enaltecem o empenho do govêrno Tibiriçá em apelar para as lições do estrangeiro no interêsse do aperfeiçoamento técnico e cultural de São Paulo, foi a reforma da Fôrça Pública através do contrato da missão francesa.

Das antigas milícias do tempo da monarquia, que abrangiam umas poucas unidades de escassos efetivos, sob as denominações de guarda policial, guarda municipal, municipais permanentes, etc. não se colhem senão informações muito penalizadoras, quanto à falta absoluta de recursos de que padeceram até às vésperas da República. Recebiam soldos insignificantes e mal dispunham de péssimo fardamento e armamento para os serviços ordinários de polícia e manutenção da ordem. Quando ocorriam perturbações de caráter mais sério, o govêrno procurava lançar mão da guarda nacional, porque a pequena fôrça da província não se podia distrair da guarda das barreiras e dos diminutos destacamentos espalhados pelo interior, onde não faltavam ocasiões para diligências e para coibir abusos eleitorais ou violências de facínoras.

Em 1850 a Fôrça de Polícia recebeu nova organização, sem alcançar, porém, o mínimo de recursos para se uniformizar. Em 1878, sob o govêrno de Sebastião Pereira, criou-se o corpo de urbanos e dez anos mais tarde, na presidência do Conde de Parnaíba, a capital

paulista já contava um corpo de bombeiros de vinte praças.

Durante a revolta de 1893, a força estadual auxiliou a defesa da legalidade. Em 1897, o batalhão enviado para Canudos fez boa figura mas a insuficiência de instrução e a modéstia do equipamento já não bastavam para atender às crescentes exigências de um Estado, de vertiginoso aumento populacional, no qual entravam, ao lado dos elementos úteis e sadios, muitos delinquentes extraviados e indivíduos inclinados a doutrinas e práticas subversivas. Tibiriçá de há muito acalentava o projeto de contratar oficiais estrangeiros para imprimir à Força Pública características de tropa solidamente estruturada e moldada em princípios de severa disciplina. Fatores imperiosos, uns de ordem interna do Estado e outros de alcance nacional, estavam a apontar a necessidade de organizar uma tropa em condições de imprimir respeito às instituições e completar as reformas auspiciosas empreendidas no setor da justiça e no campo eleitoral. Era ainda mister fazer sentir que o território nacional não mais se prestaria a abusos e tumultos em menospreço às nossas leis e à nossa hospitalidade, como se deram por ocasião dos protocolos italianos. Incidentes internacionais de suma gravidade e que beiraram a guerra também indicavam quanto aos Estados cabia, em determinadas circunstâncias, auxiliar a tarefa defensiva da União.

Tais ponderações atuaram no sentido de entabular, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e da legação do Brasil em Paris, as negociações preliminares com o governo francês, a fim de o Estado obter a desejada missão militar.

Essas negociações foram precedidas de correspondência a respeito do assunto entre Tibiriçá e o Barão de Rio Branco.

O nosso chanceler não escondia as preferências por uma missão alemã. O presidente paulista expôs as razões que militavam em favor de instrutores franceses, que lhe pareciam mais habilitados a compreender o temperamento brasileiro. Alemães e franceses disputavam-se a primazia para servir de mestres aos exércitos das diversas repúblicas sul-americanas. A Argentina, o Chile e a Bolívia haviam optado pelos professôres germânicos. O Peru, pelos franceses. Essa rivalidade entre as duas grandes potências militares acentuava o interêsse que o caso suscitava, pois semelhantes contratos acarretavam ulteriores encomendas de material bélico e alargavam o âmbito das influências comerciais e psicológicas.

Assinado o acôrdo entre o Estado de São Paulo e o govêrno francês, êste fêz logo saber ao Brasil que na hipótese do Govêrno Federal recorrer a instrutores alemães, os franceses rescindiriam imediatamente o contrato da missão.

Esta compôs-se do comandante Balagny, secundado pelos capitães A. de La Brousse, Frederico Statt-Muller e Raul Négrel. Conforme rezava o contrato, tinham direito êsses oficiais a certas honrarias e privilégios de patente superior, como ordenança e cavalo.

Preconceitos de estreito nacionalismo tentaram impedir a vinda da missão e depois prejudicar os seus trabalhos. Espalhavam-se anedotas chistosas e versos para lançar o ridículo sôbre a súbita militarização paulista, que relacionavam com uma crise de armamentismo de objetivos suspeitos. Um oficial editou um livro contra a missão e o remeteu aos seus membros, acompanhado de desafio para um duelo.

Tibiriçá e o Secretário da Justiça, dr. Washington Luís, coadjuvados pela maioria dos quadros da Fôrça, sobretudo o seu comandante, Coronel Argemiro da Costa Sampaio, reprimiram enèrgicamente essas manifestações de quixotismo e de indisciplina e prestigiaram os mestres gauleses.

Eis a primeira referència que o presidente fêz em mensagem à reforma da Fôrça Pública e à missão francesa :

“A Fôrça Pública do Estado tem merecido especial cuidado do atual govêrno.

Com o fim de ministrar-lhe sólida e proveitosa instrução militar e incutir-lhe o indispensável sentimento de disciplina, bases para a boa polícia, foi feito contrato com a França, que, para aquêle fim, nos enviou distintos membros do seu glorioso exêrcito.

Com um zêlo, com uma dedicação, com um amor mesmo que nos enaltece e que engrandece a França, o coronel Balagny e seus auxiliares têm realizado a sua tarefa, transformando as nossas praças em garbosos soldados e mostrando assim o que o trabalho e a cômpetência podem ensinar, quando encontram o concurso dos que querem aprender. Os oficiais e praças da Fôrça Pública têm sabido corresponder ao querer do govêrno e aos esforços dos instrutores franceses”.

Não se pode dizer melhor em tão poucas linhas. Mostram elas tudo quanto faltava e tudo quanto se obteve. Numa transição de rapidez fulminante a antiga milícia, proscrevendo vícios imemoriais, alçou-se ao plano de uma tropa digna de ombrear com as mais bem instruídas, já não dizemos da Europa, mas do continente sul-americano. Ganhou ela um sentimento de auto-estima e de orgulho que a classificou como um pequeno exêrcito,

empenhado em cultivar as virtudes adquiridas por meio de tão eficiente instrução.

O povo não estava acostumado entre nós aos brilhos das paradas e dos desfiles. Parecia existir uma espécie de incompatibilidade inata entre o soldado brasileiro e a elegância do porte e da farda. Foi, portanto, com uma surpresa logo traduzida em estrepitosas ovações que o público paulista assistiu à primeira demonstração em que viu os nossos soldados, marchando em cadência impecável, ao compasso de músicas de profunda ressonância espiritual, provarem definitivamente que os combatentes brasileiros também sabiam externar nas atitudes físicas a marcialidade dos sentimentos.

A formação intelectual e doutrinária dos novos comandos veio dar à briosa corporação, juntamente com a linha estética inerente aos verdadeiros soldados, uma consciência militar que chamou a atenção do país inteiro como se viu pelas referências entusiásticas de Rui Barbosa.

O govêrno de Tibiriçá sofreu o grande aborrecimento provocado pela morte do capitão Négrel, assassinado no pátio do Quartel da Luz, quando em pleno cumprimento de sua função de instrutor. Passado o primeiro abalo causado por êsse ato criminoso, o dr. Washington Luís, que comparecera imediatamente ao local, mandou continuar os exercícios como prova de deferência à missão e para reduzir as proporções do incidente a um simples atentado individual, incapaz de comprometer as relações do Estado com os dignos instrutores franceses. Em outra ocasião, à vista de um protesto um tanto veemente formulado pelo comandante da missão ao dr. Ti-

biriçá, êste retrucou incontinentemente: “Vous n’ êtes que l’objet d’un contrat”; “Sois apenas o objeto de um contrato”.

Os grandes serviços prestados pelos franceses foram sempre consiğnados por Jorge Tibiriçá e os subsequentes governos paulistas. Em abril de 1936, ao comemorar-se o trigésimo aniversário da Missão, tocantes homenagens assinalaram a gratidão da Fôrça Pública aos seus primeiros mestres. E Paul Balagny, já então general, devido à promoção conquistada por atos de bravura na grande guerra de 1914-1918, em carta dirigida ao comandante da Fôrça, escreveu; “Sei perfeitamente que se consegui realizar com sucesso uma obra completa e transformar a Fôrça Pública como desejava o Presidente do Estado, foi porque, depois de inúmeras dificuldades, encontrei finalmente a boa vontade de todos, correspondente à minha boa vontade pessoal unida a uma vontade de ferro e a um verdadeiro carinho,” como declarou o inolvidável dr. Jorge Tibiriçá, na sua mensagem ao Congresso em 1907”.

* * *

Incidiríamos em falta se não disséssemos algumas palavras de dois outros auxiliares do govêrno Tibiriçá, a quem o Partido Republicano deve assinalados serviços.

Cardoso de Almeida, Secretário do Interior, muito contribuiu nessa pasta, para a execução das medidas referentes ao ensino, à reorganização municipal e à reforma das colônias correcionais e das prisões do Estado. A questão penitenciária foi encarada sob o aspecto atualizado de regeneração dos delinquentes e o govêrno projetou a construção do modelar edifício que hoje existe

no Carandiru. Foi também criada para o recolhimento de vadios e vagabundos a Colônia da Ilha dos Porcos, na qual se registraram em 1952 os dramáticos acontecimentos provocados pela revolta e fuga dos presos.

Administrador ativo e competente, parlamentar de valor e especializado em questões financeiras, Cardoso de Almeida, secretário da Fazenda na presidência Altino Arantes, deu provas de lealdade e ética política ao defender aquêle seu amigo e correligionário de violentos ataques que elementos da oposição lhe fizeram depois que saiu do govêrno.

A última figura à qual nos vamos referir ainda está debaixo do julgamento dos seus concidadãos. Trata-se do dr. Washington Luís, enérgico secretário da Justiça e Segurança Pública, a respeito do qual Jorge Tibiriçá sempre aludiu com indefectível simpatia. Uma roda de políticos falou uma vez diante de Tibiriçá do famoso ministro francês Clemenceau, cognominado *O Tigre*. Diziam que no Brasil não existia homem daquela têmpera. Tibiriçá atalhou a conversa para declarar: “É um engano, existe entre nós um político, do mesmo civismo e da mesma fibra. É o dr. Washington Luís!” Alguns sociólogos estrangeiros, dados ao estudo de questões políticas e económicas do Brasil, adotaram a expressão “govêrno de fazendeiros” como designativo dêsse período em que ainda preponderava a riqueza agrária.

Talvez, ou antes, seguramente o govêrno Tibiriçá está incluído nessa rubrica. No entanto, vimos como êle estendeu o âmbito de suas providências muito além de quaisquer limites de supostas classes dominantes. Jamais o poder público demonstrou maior interêsse e pa-

triotismo na generalização de medidas tendentes a edificar uma verdadeira democracia.

Não esqueçamos que tãda essa obra grandiosa de Jorge Tibiriçá se efetuou e desenvolveu em meio de três anos de lutas causadas pela valorização do café.

De um lado, o govêrno agia incessantemente para promulgar leis de proteção social e de moralização dos costumes políticos, ao mesmo passo que procurava ampliar a base da nossa riqueza; do outro, via-se obrigado a aparar golpes violentamênte desferidos pelos encarniçados adversários da defesa cafeeira.

Foi um combate heróico em que triunfaram, como veremos, o bom senso e a clarividência de um dos maiores estadistas do Brasil.

CAPÍTULO XIV

DESDE OS primeiros dias, o quadriênio de Tibiriçá viu-se envolvido nos negócios decorrentes da crise do café. Não resta mais dúvida, não obstante alguns pareceres contrários, que se tratou de uma crise de superprodução cujas causas se prendiam aos erros monetários do começo da República, dos quais derivou a febricitante mania de plantar café em excesso e, como corolário dessa expansão de culturas, fartamente remuneradoras em papel-moeda, uma introdução exagerada de imigrantes que determinou, por seu turno, maior incremento da cafeicultura. Ciclo vicioso que devia ter servido para ensinar, uma vez por tôdas, os perigos de contar sôbre a duração de qualquer prosperidade baseada numa perniciosa política de degradação monetária. Economia, finanças e moeda têm que caminhar numa certa cadência que incumbe aos homens públicos e às classes produtoras estudar e acertar sem preocupações de imaginar que a economia se revigora e floresce às expensas da moeda. A grande ilusão monetária da primeira década republicana, além de engendrar o encilhamento e levar o país à moratória e ao "funding", provocou a falsa onda de prosperidade que acabou batendo em cheio na lavoura cafeeira e castigando a classe que mais contribuía para sustentar a economia nacional.

Na sua mensagem de 1905, Jorge Tibiriçá, cujo governo teve que atender a reformas de monta extrema-

mente dispendiosas, assinalou que continuava “infelizmente ainda em estado precário a lavoura de café, a qual em grande parte se tem mantido graças à admirável tenacidade da classe agrícola”.

Por enquanto, apontava apenas como remédio a melhor propaganda do produto e a redução dos direitos de entrada do café nos países consumidores, o que se obteria por meio de tratados de comércio de exclusiva competência do Governo Federal.

No entanto, um ato do presidente deixa transparecer a preocupação que o dominava e a intenção que já se elaborava no seu espírito de providenciar medidas mais radicais em caso de agravamento da situação. Declara êle na mesma mensagem: “Com o intuito de conhecer as condições económicas dos outros países produtores de café, encarreguei o sr. dr. Augusto Ramos de percorrer as repúblicas da América Central, e as do norte da América Meridional...”

“Do relatório que me fôr apresentado, dependerá a adoção das outras medidas a estabelecer em prol da lavoura de café, que tanto merece dos poderes públicos, e a cuja sorte está intimamente ligada a prosperidade económica do Estado”.

Até então o governo, para atenuar o mal resultante do excesso de produção, reduzira os direitos de exportação de 2%, isentara a lavoura dos impostos criados sobre as propriedades e excluía de novos ônus os capitais, empregados pelos bancos e pelos comissários, nas transações com os lavradores de café. Continuava em vigor a lei que estabelecera os impostos sobre as novas plantações e o presidente recomendava o crédito agrícola à base de *warrants*.

Na mensagem remetida ao Congresso a 14 de julho de 1906, Tibiriçá comunica, sem alarde exagerado mas com a devida franqueza, o prejuízo que a baixa do café produz na receita orçada para calcular o orçamento. “Basta considerar” — frisa êle — “que em 1904 a média do preço do café foi de 5\$910 por 10 quilos, ao passo que, em 1905, esta média baixou a 4\$740”. Em todos os títulos da receita registrou-se sensível diminuição, “sob a influência da crise geral de todos os valores que constituem a riqueza do Estado”.

Ao tratar da situação financeira e económica, que infelizmente não melhorara, devido aos efeitos de uma crise prolongada, o presidente refere a celebração, a 26 de fevereiro de 1906, do Convênio de Taubaté, aprovada pela lei n. 990 do Estado.

A respeito de um fato que determinara tamanha ce-leuma e inflamadas discussões formula êste brevíssimo comentário:

“A execução do plano adotado depende ainda da deliberação dos poderes públicos federais, na forma constitucional, e o seu funcionamento definitivo e normal prende-se à solicitada e imprescindível reforma do nosso regime monetário, de que resulte estabilidade no valor de nossa moeda”.

Mas enquanto não vem a solução esperada, Tibiriçá, que não desconhece a aspereza da contenda em andamento e a fúria com que os inimigos da valorização tentam desmoralizar o plano e votá-lo ao fracasso, ajunta: “deveremos agir pela nossa parte, providenciando e acautelando tanto quanto possam permitir os próprios elementos e atribuições, de modo que ao menos em grande parte seja beneficiada a nossa grande colheita atual, como tanto se impõe”.

Pensamos estar suficientemente esclarecidos quanto aos motivos que levaram o govêrno Tibiriçá a preparar, contra os axiomas económicos em voga e contra inúmeros opositores nacionais e estrangeiros, a valorização do café.

Politicamente, o primeiro passo a tomar dizia respeito à união dos Estados cafeeiros, a saber pelo menos Minas Gerais e Rio de Janeiro, para imprimir um cunho de fraternização nacional ao programa defensivo em vista. São Paulo isolado ficaria impotente para sustentar os preços do café, desde que encontrasse no próprio país os elementos indiferentes ou adversos à sua cruzada protetora.

Dentro da órbita política interna, no ambiente estadual, é certo que, tirante algumas vozes discordantes e dois ou três focos de oposição, a esmagadora maioria da opinião paulista acompanhou o Presidente. São Paulo oferecia incontestavelmente as características de uma região de mentalidade agrária. O cetro do mando pertencia ainda, política e socialmente, aos proprietários da riqueza máxíma do país, embora nos centros urbanos se anunciasse o crescimento do industrialismo e a formação de um proletariado que, de instinto e devido a certos trabalhos subterrâneos, começava a olhar com antipatia os representantes da velha dominação agrária.

No entanto, podemos registrar como expressivas e exatas as seguintes palavras de F. Ferreira Ramos, no seu bem documentado livro sobre o café: "Fazendeiros são os estadistas; fazendeiros os deputados e senadores; fazendeiros os engenheiros; os médicos os advogados, os magistrados e professôres, os industriais, os juizes de todos os graus, os banqueiros e literatos".

As críticas ao projeto de valorização, numerosíssimas e em geral expendidas com extrema vivacidade, reiteravam o eterno arrazoado concernente às violações da famosa lei da Oferta e da Procura. Os censores, firmados nesse tabu dos compêndios da economia clássica, pretendiam não desejar destruir a lavoura, mas salvá-la por meios menos artificiais.

O que a lavoura sentia é que, na iminência da ruína e com a corda no pescoço, não se preconizam soluções destinadas a operar efeitos a longo prazo. Aos aflitos, ansiosos por socorro imediato, não adianta fazer prédicas sobre os dogmas da economia ortodoxa e pedir que se conformem com a ruína para permitir o funcionamento das relações quantitativas da Oferta e Procura.

A situação em 1905, ante a expectativa de uma safra colossal, era pior que ao tempo em que Murinho anunciara a necessidade de permitir a eliminação dos mais fracos.

Desta feita, os lavradores não estavam dispostos a perecer estôicamente, quais os cristãos jogados às feras, simplesmente para não contrariar doutrinas e confirmar os prognósticos de alguns pontífices da economia, que opinavam pelo restabelecimento automático do mercado cafeeiro à custa da eliminação sumária de milhares de produtores nacionais.

Onde iria parar o imenso ativo cafeeiro? Quem se assenhorearia, de golpe, do acervo resultante de tamanho esforço e sacrifício dos agricultores brasileiros?

Sem embargo das razões humanas subjacentes ao plano valorizador, as alegações dos economistas liberais ainda possuíam muita força. Em 1905, não se conheciam as lições monetárias e económicas ensinadas pela primeira guerra mundial e pelas crises consequentes, de

onde nasceram várias experiências de dirigismo, entre as quais sobreleva o famoso *New Deal* de Roosevelt. O mundo não havia passado pela formidável provação do bolchevismo e a experiência correlata dos planos quinquenais e outros, de sorte que as lições dos mestres que pregavam a plena liberdade das permutas comerciais e do respectivo ajustamento de preços, assumiam um caráter de dogmatismo e rigor científico que impressionavam muitos espíritos. Os comentadores das secções económicas e os jornalistas que nunca tinham visto um pé de café e dissertavam sôbre a matéria nas colunas da imprensa carioca, apontavam o sacrilégio e as heresias do govêrno paulista, atrevidamente inclinado a defender o gênero de que mais dependia a prosperidade nacional.

Em 1905, felizmente para São Paulo, a lavoura pode contar com um chefe de govêrno que compreende e sente os seus problemas. Não representa à testa do Estado a primazia social de uma classe, nem exprime as ambições materialistas de uma casta de agricultores ávidos de lucros e sòmente voltados para uma política de preços altos, ditada por objetivos momentâneos de egoísmo e enriquecimento fácil. Encara os problemas da valorização cafeeira, e não lhes desconhece os riscos e as acusações a que darão lugar.

O estadista e o lavrador confundem-se apenas no plano de compreensão de um fenômeno económico capaz de levar a um colapso brutal tôda a economia paulista. Do café vive com relativa abastança uma coletividade de quase três milhões de almas, que desfruta rendimentos satisfatórios básicamente derivados da florescente cafeicultura paulista, que por si só correspondê a mais de dois terços da produção mundial.

Não existe realmente nenhuma razão jurídica, social, moral ou filosófica para deixar a lavoura perecer.

De mais a mais, aos que invocam o rigor das leis económicas preconizadas pelos liberais em 1905, cabe retorquir com uma frase muito oportunamente empregada por Cândido Rodrigues:

“Laisser-faire, teoria preconizada pelos ingleses, porque favorecia a Inglaterra, para a qual a política livre-cambista era eminentemente protecionista”.

Antes, porém, de recordar os principais episódios dessa gloriosa página da vida paulista, que foi a valorização do café, e atendendo a que ela se acha muito entrelaçada com vários atos importantíssimos da administração Rodrigues Alves, vamos proceder a um resumo dêsse govêrno, ao qual alguns historiadores reservam com justiça os apelidos de fecundo e benemérito.

O Govêrno Rodrigues Alves (1902-6). O programa financeiro — Reforma da Capital Federal — Os Litígios com a Bolívia e o Peru — O Tratado de Petrópolis — Revolta da vacina obrigatória — Sessões gloriosas do parlamento nacional.

O govêrno de Rodrigues Alves passou à história como autor de notáveis realizações para o prestígio nacional. A pessoa do presidente, extremamente respeitada, recebeu em geral as maiores marcas de deferência, salvo em poucas ocasiões em que os sentimentos políticos se exaltaram e envenenaram sob o efeito dos interesses em choque.

Indicado à sucessão de Campos Sales pelo próprio presidente, com quem trocou cartas equivalentes a um compromisso acêrca da continuidade do programa a exercer, Rodrigues Alves concordou com as condições combinadas porque coincidiam inteiramente com as suas in-

clinações administrativas e as idéias que esposava em matéria de finanças e defesa monetária.

Na sua plataforma de candidato reafirmou êle a decisão de valorizar o meio circulante como ponto fundamental do seu governo. Politicamente, manifestou-se anti-revisionista e partidário convicto da federação e do presidencialismo. Sublinhou a conveniência de prosseguir no saneamento financeiro e de caminhar para a circulação metálica, declarando: "Valorizar a moeda deve continuar a ser o nosso constante esforço, vigilantes sempre ao fenômeno de retração do numerário e aos justos clamores dos variadíssimos interêsses que se movem nas diferentes praças da República". Como fator de melhor atração imigratória e de propaganda do país, pôs em relêvo o problema do saneamento da capital, "do mais elevado alcance para os grandes interêsses morais e materiais de nossa pátria".

Campos Sales, à custa de quatro anos de esforços e de lutas, conseguira aliviar o Tesouro dos deficits que o esmagavam e transmitiu ao sucessor as possibilidades financeiras para realizar melhoramentos dispendiosos.

Em consequência do levantamento do crédito brasileiro no exterior e da facilidade para recorrer a empréstimos, pôde Rodrigues Alves tornar-se o executor de grandes obras, que assinalaram o seu quadriênio com imorredouras transformações materiais, que impressionaram e empolgaram a opinião nacional.

Só a extinção da febre amarela, graças à tenacidade e ao espírito organizador de Osvaldo Cruz, marca um título de benemerência eterna. A reforma do Rio, hediondo aglomerado mórbido e desmoralizante para o Brasil, significou outra vitória da civilização. Com êsse

espantoso esforço engrandeceram-se Rodrigues Alves e seu notável colaborador, o prefeito Pereira Passos.

Principiara o Rio de Janeiro a experimentar a grande metamorfose que fêz sair de uma crisálida de atraso, insalubridade e obscuro e malcheiroso colonialismo, uma capital nova, asseada, rendilhada de belas avenidas periféricas e cortada, no ponto do antigo aglomerado de edificações sem gosto e sem higiene, de ruas novas, regularmente arejadas e divididas pela avenida Central. A famosa artéria carioca, orgulho do cidadão, era considerada pelos naturais uma edição sul-americana dos bulevares de Paris e uma resposta à Avenida de Mayo, de Buenos Aires, construída no estilo urbanístico da Cidade-Luz.

O fato é que o Rio, de horrendo pôrto-escala em que os viajantes desciam para se espantar das deformidades que encontravam, começou a tornar-se fotogênico. Melhores edifícios públicos e a cinta arborizada que contornava o Flamengo e o Botafogo permitem olhar com mais indulgência os erros de uma transformação feita de afogadilho e que acumula prédios de fachadas fantasistas, revestidos de estuque barato, de emplastros que parecem os barracões provisórios de uma exposição, no gênero que os franceses chamam *carton pâte*, ou seja, massa de papelão. Ainda não se atingiu o ponto que Buenos Aires ambicionava alcançar e que tinha por objeto copiar Paris, desde o patinado das casas até a reprodução em Palermo dos Campos Elísios. O Rio de 1906, após tanto esforço por modernizar-se, não adquirira senão tinturas européias muito superficiais, porque se mantivera bem tropical e bem brasileiro, em trajes algo espantosos, porém limpos e perfumados, o que representava, sem dúvida, um progresso sensível.

Época de brilho, de esperanças, em que o Brasil figurou honrosamente na Exposição Internacional de São Luís e hospedou o primeiro Congresso Pan-Americano, certame pelo qual se anteciparam alguns dos proveitosos efeitos resultantes da melhor compreensão entre a América de origem anglo saxônica e a América ibero-latina.

Devido ao legado político do govêrno Campos Sales, que tanto pugnara pela teoria da dupla soberania, da União e dos Estados, o país alcançara a plena consciência federativa e chegara ao ponto em que as unidades componentes se sentiam com a ampla autonomia conferida pelo Estatuto de 1891. Até para o reconhecimento do Tratado de Petrópolis, alguns deputados alegaram que a União não podia dispor de parcelas territoriais pertencentes aos Estados.

No parlamento militaram alguns dos legisladores mais representativos que o Brasil possuía desde a independência. As discussões altearam-se a um nível intelectual jamais dantes atingido, e a tribuna da Câmara e do Senado foi ocupada por mandatários do povo, nem sempre eleitos com tôda a lisura, mas que doutrinaram e pontificaram sôbre todos os assuntos, de ordem jurídica, política ou económica, com espetacular eloquência e frequentes demonstrações de saber e cultura.

Ásperas e tempestuosas discussões marcaram as sessões consagradas ao Tratado de Petrópolis, que pôs fim à questão de limites com a Bolívia. O Barão de Rio Branco, hoje immortalizado por sua obra de retificação das fronteiras e de pacificação continental, não foi poupado por ardentes opositores, mormente os filiados à escola castilhista, que procuraram demolir a reputação do

grande chanceler e apontar como desastre nacional as soluções do Itamarati.

Sôbre os debates para aprovar o Convênio de Taubaté e votar a lei que criou a Caixa de Conversão, os Anais do Congresso conservam páginas que agasalham magníficas preleções de economia política e de ciência das finanças. Essas exposições assinalam o apogeu do famoso "Jardim da Infância", agrupamento de parlamentares moços e entusiastas, do quais Davi Campista e Carlos Peixoto se tornaram os expoentes que reuniram em tórno de si maior número de admiradores. Alguns desses homens, depois de uma ascensão rapidíssima na política e de notáveis triunfos no magistério e na advocacia, sem falar das vitórias tribunícias, extinguiram-se na flor da idade, consumidos pela tuberculose. Homens sôbre cujas cabeças pareciam ter-se acumulado todos os favores e bênçãos da fortuna, ornados de dotes espirituais multiformes e até favorecidos com os atributos físicos que definem e completam as personalidades, findaram-se como certas crianças-prodígios, que nascem aureoladas de tôdas as graças e centelhas da inteligência, mas perecem precocemente, como se o destino só permitisse vida muito efêmera aos portadores de tantas fulgurações e privilégios.

Com justiça proclama-se que êsse período marcou a integração da Pátria, cujas fronteiras ficaram estabelecidas de modo a evitar futuros mal-entendidos com as nações hispano-americanas que circundam o território nacional.

O nome de Rio Branco está eternamente ligado às soluções diplomáticas e jurídicas que puseram fim aos litígios, mas não é lícito esquecer o quanto devemos aos

abnegados e heróicos conterrâneos do Acre, que se impuseram para sempre à gratidão do país.

Como raros são os governos da República em que se não produziram perturbações da ordem, mais ou menos graves, de molde a justificar o estado de sítio, não escapou o de Rodrigues Alves aos desvarios do sectarismo, da ambição e mesmo da simples demagogia populaceira.

Em 15 de novembro de 1904, estourou na Capital da República a revolta conhecida sob o nome de Vacina Obrigatória. Pérfida campanha de imprensa, disfarçada em artigos de pretense cunho científico, vinha há meses preparando o público e mais especialmente as classes proletárias contra a vacina antivariólica, sob a alegação de que autorizados médicos e biólogos a consideravam como um flagelo para a humanidade. Além de condenarem a vacina compulsória aplicada no Rio, que diziam preparada com sangue de rato e constituir o veículo de perigosos contágios, propalavam ainda que por desrespeito proposital queriam vacinar as mulheres nas virilhas. Essas invencionices tinham por fim assustar e indignar o povo, ao mesmo tempo que vários agentes provocadores percorriam os centros e associações operárias para fazer a pregação da resistência a uma lei anti-liberal e inconstitucional. No próprio Congresso, os representantes positivistas, como Lauro Sodré, Barbosa Lima, Alfredo Varela, defendiam o mesmo princípio e agitavam o plenário com êsse apostolado faccioso.

Como o govêrno, preocupado com a saúde e a higiene coletivas, queria sustentar a luta enêrgicamente empreendida por Osvaldo Cruz contra a febre amarela e outras moléstias, insistiu na votação da lei da Vacina Obrigatória. Tanto bastou para que se levasse a têrmo

um trabalho conspiratório que contou logo com a adesão de várias patentes do Exército e se insinuou na Escola Militar, onde estalou a revolta, chefiada pelo general Travassos. Rebelados os alunos da Escola da Praia Vermelha, em combinação com uma onda de amotinados populares, a cidade viu-se, por espaço de dois dias, entregue aos tumultos e às arruaças de bandos de energúmenos que depredaram bondes e combustores de iluminação, abriram trincheiras nas ruas e chegaram a atacar a bombas de dinamite quartéis e delegacias.

Em dado momento, devido às notícias desencontradas e ao ambiente trágico criado em plena noite pelo ribombo da artilharia e os estrondos do tiroteio nas ruas, o pânico e o desânimo apoderaram-se de alguns círculos governistas. Na hora em que as tropas da Brigada se dirigiam contra os rebeldes e os navios de guerra vieram fundear em frente ao Catete com os holofotes a iluminar a faixa marítima da cidade, falaram ao presidente que êle devia ir para bordo de uma belonave. Diante da resposta de Rodrigues Alves; “Daqui só sairei morto”, restabeleceu-se a confiança e ordens rápidas transmitidas à guarnição permitiram com facilidade a sufocação da revolta.

Na sucessão presidencial, para não romper as praças da nossa política, formou-se uma *Coligação*, chefiada por Pinheiro Machado e outros líderes para escolher um candidato em oposição àquele que diziam ser impôsto pelo Catete.

Ora, na verdade, o nome apontado como candidato oficial, Bernardino de Campos, fôra indicado por Jorge Tibiriçá e tivera que desistir em virtude das desavenças surgidas no Partido Republicano Paulista entre partidários de Campos Sales e de Bernardino. A essa que-

bra da unidade política estadual é que se atribuiu o fim do que chamavam a "hegemonia paulista" na República.

No banquete oferecido aos srs. Afonso Pena e Nilo Peçanha no Rio, a 12 de outubro de 1905, o candidato à presidência leu a sua plataforma, na qual transpareceu que não era partidário do revisionismo e que a "Coligação" sustentava a federação larga e ampla e repele o princípio da volta das terras ao domínio da União. Sublinhava-se destarte a intenção de manter a plena autonomia dos Estados e a respectiva descentralização.

Com a eleição de Afonso Pena, continuou a República a ser gerida por um Conselheiro da monarquia, ex-ministro do Império e na vigência do novo regime sustentador da legalidade florianista, quando presidente de Minas.

Coração nobre e admirável equilíbrio moral, Afonso Pena levou para o governo aquêlê sentido superior do interesse público e a segura experiência dos homens e da política que caracterizou alguns estadistas formados na velha escola imperial.

Com a morte dêle interrompeu-se uma linhagem de servidores da pátria, cuja falta se fará dolorosamente sentir na vida e nos costumes administrativos do Brasil.

A Valorização do Café — Preparação das forças políticas em 1905 — O Convênio de Taubaté

O ano de 1905 foi ocupado com a fase preparatória, de natureza principalmente política, já que era mister efetivar uma aliança ou um pacto entre os três principais Estados produtores. Condição imprescindível para vencer a relutância do Governo Federal e impor confian-

ça aos prestamistas externos, uma vez que se falava na necessidade de contrair um empréstimo para executar o plano valorizador.

Este já se conhecia nas linhas gerais, embora nada existisse de positivo quanto à coordenação das medidas para levá-lo a efeito.

Haviam sido propostas várias combinações engenhosas para obter capitais e proceder às retiradas de café necessárias para reduzir o estoque imenso que angustiava os produtores e pesava sobre o mercado brasileiro. Mas de tôdas as idéias aventadas, uma só se impusera pela feição mais prática do sistema imaginado. Era o muito falado projeto Siciliano, exposto na Sociedade Paulista da Agricultura e largamente divulgado e no qual se explicavam os meios para restabelecer o equilíbrio entre o suprimento e a procura. O plano ainda apresentava as bases de um contrato entre o govêrno e um sindicato de capitalistas para garantir um preço mínimo em ouro para o café, por meio de operações que seriam garantidas pela criação de novo impôsto adicional aos impostos de exportação em vigor.

O plano Siciliano, muito debatido, elogiado e censurado serviu de esbôço inicial para os demais processos sugeridos com a mesma finalidade.

Qualquer que fôsse o processo adotado, não poderia êle realizar-se sem a prévia formação do bloco de Estados, solidários em tôrno das mesmas responsabilidades políticas e financeiras.

Essa obra de agremiação dos Estados foi naturalmente encetada por iniciativa de São Paulo e graças à pertinácia de Jorge Tibiriçá. O presidente paulista, entre os múltiplos encargos de uma administração já por si bastante trabalhosa em virtude da crise financeira e

económica, congregou as principais figuras da política estadual e cometeu a deputados e senadores, federais e estaduais, a incumbência de organizar a aproximação com Minas e Rio, ao mesmo passo que outros desempenhavam a difícil tarefa de persuadir os membros do Congresso.

Não era missão de somenos convencer dois governos estaduais e numerosos membros do Congresso Federal a tomarem uma atitude que todos sabiam não agradar à presidência da República. Tibiriçá era o primeiro a evitar que sua ação fôsse interpretada como hostil ao Cateete, o que aumentaria as hesitações em muitos meios e dificultaria a própria coesão da política estadual, formada de várias correntes, entre as quais a que seguia as determinações do Conselheiro Rodrigues Alves. No caso da valorização, não tardou que praticamente a unanimidade das fôrças estaduais cerrasse fileiras em redor de Tibiriçá e com inteira lealdade. É que o sentimento paulista estava empolgado pela causa e não encarava com simpatia as defecções. Aconteceu, por conseguinte, que o Chefe da Nação, em declarada divergência com o situacionismo estadual, passou a receber maior prestígio das demais unidades da Federação. Em São Paulo, devido às circunstâncias peculiares criadas pela questão cafeeira, era um conterrâneo divorciado das aspirações regionais. Na órbita federal, era o Presidente ao qual grande parte do Congresso tendia a prestar todo o apoio que êle requeresse, visto entender que a política de valorização do meio circulante consultava mais os interesses do país que a do café, contra a qual se haviam levantado muitas prevenções.

Essas prevenções vão durar até o fim do quadriênio e embaraçar por tôdas as formas o plano valorizador.

Em 1905, foram elas hábilmente utilizadas no sentido de matar no nascedouro o projeto paulista. Para dissipá-las e neutralizar os propósitos dos que queriam desmoralizar a intervenção estatal na economia, Tibiriçá pôde mobilizar uma equipe de homens decididos e de capacidade, verdadeiro estado-maior que êle dirigiu com o sangue frio, a energia, a inamolgável decisão do general que conduz uma batalha vital para a sorte de sua terra.

E o inimigo, nesta batalha, estava por tôda a parte. Nos homens e nas idéias. Dentro do país e fora do país. Contra a valorização uns adversários se manifestavam clara e exaltadamente; outros se encobriam sob a capa de simples discordâncias teóricas, alegando que discrepavam tão somente do método escolhido. O governo Federal repelia visivelmente um plano contrário aos seus princípios de abstenção na economia privada e que se anunciava ainda por cima com intentos suscetíveis de interromper a política monetária traçada por Campos Sales.

No arquivo de Jorge Tibiriçá encontram-se algumas dezenas de cartas e telegramas que ajudam a esclarecer diversos episódios dessa luta. Não são muito abundantes os documentos nem desvendam pròpriamente mistérios, de uma forma que possa ter o condão de lançar luzes absolutamente novas sôbre êsses eventos passados há quase meio século. Dos despachos telegráficos, a maioria certamente foi dada à publicidade e figurou entre o noticiário normal da imprensa naqueles dias. As cartas, de caráter mais reservado, entreabrem vários aspectos sôbre as imensas dificuldades encontradas para unir os Estados cafeeiros e salvar a lavoura do naufrágio.

Como dissemos, a união da política de São Paulo refletiu o estado de espírito da opinião, identificada com

o intérprete de suas aspirações, que era o presidente Tibiriçá. E êsse intérprete, por seu turno, agiu com a cooperação de hábeis e dedicados auxiliares, negociadores do acôrdo com Minas e Rio de Janeiro e delegados cautelosos junto ao Presidente da República, de maneira a amortecer possíveis atritos entre São Paulo e o executivo federal.

Dêsses auxiliares da fase preparatória da valorização, devemos citar sobretudo Glicério e Cândido Rodrigues, que mais estiveram em contato com os delegados mineiros e fluminenses e mais vêzes conferenciaram com o Conselheiro Rodrigues Alves. Os entendimentos se realizaram com Minas, principalmente através das conversas com Carlos Peixoto, enquanto Barros Franco Júnior e Carlos Rezende foram os representantes mais autorizados do Estado do Rio.

Em abril de 1905, Glicério comunicava as dúvidas de Nilo Peçanha, presidente fluminense, acêrca da eficácia do plano e realçava a atitude simpática de Serzedelo Correia. Ao mesmo tempo anunciava êle que se travavam no Congresso as primeiras escaramuças e que Rosa e Silva fazia o *ralliement* dos adversários do Convênio e era o chefe da campanha em preparo. Chamava também a atenção sôbre a necessidade de aceitar a aliança com Pinheiro Machado e recomendava que a imprensa oficial não atacasse Edmundo Bettencourt, diretor do *Correio da Manhã*.

A guisa de conclusão a êsses avisos, escrevia a Tibiriçá: "*A batalha vai ser terrível, quem não fôr por nós é contra nós*".

Eis porque, como se depreende dessas cartas reservadas, São Paulo, para enfrentar a "terrível batalha", tinha que se reservar amigos e alianças, a fim de aumen-

tar as probabilidades de vitória, para o “intrincado problema do café”.

Em setembro, Cândido Rodrigues mostrava ser urgente “aclarar a situação, definir posições” e, o que mais revela a atmosfera de má vontade formada contra São Paulo, avisava que lhe parecia de boa política “dar franco apoio à candidatura Afonso Pena”.

Poucos dias depois, Glicério, opinando no mesmo sentido, escreve a Tibiriçá: “Tem-me parecido de boa política aceitar a indicação de Nilo Peçanha para vice-presidente da República, mas não tenho achado o Roy (Rodrigues) Alves nas mesmas disposições” e mais adiante: “Em relação ao caso da defesa do café, acho que o momento político nos impedirá de conseguirmos a realização do plano. Sopram contra São Paulo todos os ventos. A imprensa está pronta a nos ajudar, mas quer benefício. Não seria mais acertado parar um pouco? Noto que os Estados de Minas, Rio de Janeiro e outros estão indiferentes...”

Ressalta bem dessas missivas que São Paulo não podia mesmo pleitear pela quarta vez a presidência da República, quando se via na contingência de solicitar apoios para um plano de salvação que exigia entre Estados de um mesmo país tantos esforços e sutilezas diplomáticas.

O presidente de Minas, Francisco Sales, optava por uma autorização do Congresso que habilitasse a União a agir na matéria. Ora, o interesse da presidência pelo caso era fraco ou quase nulo, como salientava Cândido Rodrigues em carta a Tibiriçá.

Em outubro, a respeito da proposta de São Paulo para efetuar a reunião de Taubaté, comunicava Francisco Sales, em telegrama: “Estou pronto a ir a São

Paulo tratar questão café, precedendo convite ou combinação Presidente daquele Estado, assim como assentando-se no que se vai acordar, devendo ponderar que será um desastre reunirem os presidentes em pessoa e não tomarem deliberação proveitosa e eficaz sobre o assunto que conviria ser examinado previamente e conhecido o plano vai ser apresentado”.

“É preciso ter em vista que qualquer plano conveniente não dispensa acôrdo Governo Federal e, portanto, reunião presidentes Estados sem intervenção daquele ou sem audiência concomitante não dará resultado e fica parecendo que é simples encenação.

Preciso conhecer plano, digo, bases plano vai se tratar”.

Nesses entendimentos para um auxílio urgente à lavoura, a perseverança e a tenacidade de Jorge Tibiriçá contrastam com o ambiente de tibiezas e hesitações, com as táticas protelatórias dos futuros “aliados”.

Poucas semanas antes do Congresso votar a emenda orçamentária autorizando o Governo Federal a participar do plano valorizador, o *Jornal do Comércio* inseriu uma entrevista do Conselheiro Antônio Prado, anunciada como devendo liquidar definitivamente a questão e torpedear o projeto em andamento.

Fazendeiro, industrial, Presidente de importante ferrovia, diretor de emprêsas diversas e de uma conhecida casa comissária e exportadora, além de vulto de notório prestígio social desde a monarquia, estaria tal nome habilitado, no parecer dos adversários da valorização, a dar a réplica última e fulminante aos obstinados partidários da proteção cafeeira.

A entrevista pregava “bom senso de acôrdo com a ciência económica” e limitava-se a preconizar a redução

nos gastos, a fim de baratear a produção encarecida pelos juros altos e os salários desproporcionais dos colonos. O remédio seria, portanto, baixar o custo de produção para elevar o consumo.

As idéias do Conselheiro, louvadas com prazer e entusiasmo nos círculos federais contrários à valorização, foram recebidas em São Paulo com muita frieza e reserva, pois a lavoura não considerava Antônio Prado identificado com os seus interesses e entendia que nêle a projeção do capitalista de vários negócios superava a do fazendeiro.

Não obstante essas sinuosidades e a oposição encontrada no parlamento, a lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905, em seu art. 2.º, n.º 10, dispunha:

“E’ o Presidente da República autorizado a entrar em acôrdo com os Estados cafeeiros para:

- a) regular o comércio do café;
- b) promover a sua valorização;
- c) organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda de café, com o fim de aumentar o seu concurso.

O Govêrno Federal poderá endossar as operações de crédito que, para êsse fim, fizerem os governos dos Estados interessados...”

Os Estados tinham que assegurar à União a garantia em ouro necessária para o pagamento dos juros e amortizações do empréstimo, que só poderia ser aplicado para manter um preço mínimo para o café de exportação, sendo que a importância do empréstimo seria depositada no Tesouro Nacional e nas Delegacias Fiscais e entregue à medida das necessidades. Liquidadas as operações, o produto líquido delas seria recolhido ao respectivo depósito.

A autorização do Congresso, alcançada a poder de tantos esforços e depois de vencer os trâmites da discussão regimental e os embaraços dos opositores, animou os partidários da Valorização, ainda receosos da atitude presidencial, a acompanhar a ação de Jorge Tibiriçá.

O presidente de São Paulo procurou acelerar os entendimentos para ultimar o acôrdo com Minas e Rio, de sorte que, finalmente, a 26 de fevereiro de 1906, os governantes dos três Estados cafeeiros se encontraram em Taubaté e numa conferência memorável, que se prolongou até a madrugada, assinaram o Convênio que tomou o nome da histórica cidade paulista.

Não vamos reproduzir todo o texto, tão bem conhecido, do famoso Convênio de Taubaté. Bastará dizer que os itens capitais estipulados entre os Estados contratantes foram: a obrigação de sustentar, nos mercados nacionais, o preço mínimo de 55 a 65 francos-ouro, ao câmbio do dia, tipo 7 americano, até o máximo de 70 francos, aumentando proporcionalmente os preços para as categorias superiores. Dificultar-se-ia a exportação dos tipos inferiores ao 7 e os governos criariam uma sobretaxa de 3 francos por saca, a ser arrecadada pela União para garantir os juros e amortizações dos capitais destinados a executar o convênio.

Com essa garantia e a responsabilidade solidária dos três Estados, o Estado de São Paulo ficaria autorizado a promover as operações de crédito necessárias até o capital de 15 milhões de esterlinos para aplicar como lastro na Caixa de Emissão Ouro e Conversão a ser criada pelo Congresso Nacional para fixação do valor da moeda. O produto das emissões sôbre tal lastro seria aplicado na regularização do comércio de café e sua va-

lorização, “sem prejuízo, para a Caixa de Conversão, de outras dotações para fins criados em lei”.

Eis, o mais sumariamente possível, o esquema do Convênio.

A 2 de julho de 1906, em aditamento foram introduzidas algumas modificações, como a referente ao preço mínimo de 32 a 36 mil-réis por saca e a arrecadação pelos Estados da taxa de 3 francos, caso não se obtivesse o endosso ou fiança da União.

Foi a fase dos foguetes, dos entusiasmos verbais, dos telegramas e dos aplausos. Costume genuinamente brasileiro de embarcar com tôdas as flâmulas ao vento. Dezenas de câmaras municipais passaram aos presidentes de São Paulo, Minas e Rio, ao Legislativo Federal telegramas e ofícios em que dirigiam aplausos aos signatários do Convênio e encareciam as medidas relativas à fixação do câmbio e valorização do café, binômio salvador, enaltecido com tôdas as fórmulas da retórica patriótica. Esperavam agora os lavradores salvaguardar sua riqueza e debelar as especulações. O fato é que a parte mais ponderável da opinião pública apoiava irremissivelmente o presidente Tibiriçá e, *ipso facto*, condenava a atitude do Governo Federal.

Para sair do campo das manifestações platônicas e apressar o advento das medidas concretas, Jorge Tibiriçá mandou a 2 de março o seguinte ofício ao Presidente da República:

“São Paulo 2-3-1906

Exmo. Sr. Presidente da República:

Tendo os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo celebrado o Convênio para o fim de valorizar o café, regular o seu comércio e promover o aumen-

to do seu consumo, como presidente da convenção em que isto foi deliberado, tenho a honra de submeter a V. Exa. o original do Convênio, para o qual solicito a competente aprovação na forma da alínea 16.^a do art. 48 da Constituição Federal.

Da referida reunião lavrou-se ata junta em original, da qual consta a idéia adotada pelos presidentes dos três Estados para a solução da questão monetária entre nós, medida que foi julgada da maior urgência e que por isso reclama de V. Exa., na forma do art. 48 da Constituição Federal, a convocação extraordinária do Congresso Federal para a votação das leis necessárias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os protestos da mais alta estima e consideração”.

A representação do Senado de São Paulo ao Congresso Nacional, solicitando que se aprovasse o Convênio de Taubaté, classificava êsse documento como “o marco de uma nova orientação das normas do governo do nosso país, como a inauguração de uma nova política económica”. Proclamava as vantagens inerentes ao câmbio baixo e insistia pela criação da Caixa de Conversão para fixar o valor da moeda, pois “o nosso trabalho agrícola, as explorações industriais e as aplicações diversas da nossa atividade não podiam continuar à mercê das oscilações do papel-moeda em confronto com o ouro”.

O Governo Federal hostiliza a Valorização

A 12 de março Rodrigues Alves respondeu ao pedido de convocação extraordinária do Congresso na forma do art. 48, n.º 10.

Declarou que providências havia que cabiam, por sua natureza, nas atribuições dos poderes públicos dos Estados, como propaganda, beneficiamento, organização dos tipos comerciais, não exportação das qualidades inferiores, desenvolvimento do consumo.

Quanto à idéia da convocação extraordinária do Congresso, objetou: “Cabe-me declarar que tenho muito pesar de não considerá-la aceitável, atentas a iminência da época legal de sua reunião ordinária e a circunstância de estar o país preocupado ainda com os últimos trabalhos de apuração da eleição para presidente e vice-presidente da República e deputados e senadores à próxima legislatura”.

Essa recusa magoou muito os valorizadores, que necessitavam de ação urgente. Situava as respectivas posições do Governo Federal e do Estado e tornava bem claro que São Paulo se veria obrigado a agir por suas próprias forças.

A recusa do Presidente em convocar extraordinariamente o Congresso e depois a mensagem de 1906 abriram luta franca entre o Chefe da Nação e o seu Estado natal. Devido à calma e ponderação de Jorge Tibiriçá não se verificou, como já dissemos em outra passagem dêste trabalho, uma ruptura que poderia ter deflagrado de forma violenta se não ocorresse a circunstância de estar um paulista no Catete.

Agora, através da correspondência dirigida a Tibiriçá pelos amigos e políticos do Partido Republicano, quase unânimemente favoráveis à valorização, vamos ter uma idéia dos ressentimentos criados pelo dissídio.

As principais missivas e telegramas que figuram no arquivo de Tibiriçá são assinados por Glicério, Cândido Rodrigues, Galeão Carvalhal, Olavo Egídio, Albuquerque

que Lins, Augusto Ramos, Arnolfo Azevedo. São os nomes de São Paulo mais diretamente envolvidos nos trabalhos de sondagens políticas e arregimentação parlamentar, os principais manobreadores da batalha, que puseram sempre o presidente a par dos lances e dos episódios que se desenrolaram em meio de enredos por vêzes muito complicados, uma vez que coube a São Paulo segurar e controlar fôrças que antes tendiam para a dispersão que para uma sincera solidariedade.

Acresce que, nos bastidores, a questão do Convênio e a da Caixa de Conversão andavam muito baralhadas e se tornava cada vez mais delicado obter adesões concordantes nos dois assuntos, pois era preciso ceder de um lado para obter o acôrdo do outro. Afonso Pena, presidente eleito, não alimentava grande entusiasmo pela valorização, mas apoiava a política de estabilização monetária, conquanto se adiasse qualquer decisão relativa à escolha da taxa. Para a defesa cafeeira, desejava lealmente servir a São Paulo, pedindo, porém, aos amigos, muita reserva a fim de não criar incompatibilidades com Rodrigues Alves.

O mal-estar criado pela desavença entre São Paulo e o Catete espelhou-se logo nos comentários dos jornais cariocas, em têrmos bastante violentos e agressivos à política de São Paulo. Tibiriçá proibiu terminantemente que os órgãos governistas atacassem o Presidente. Mas o fogo que lavrava nos círculos empenhados em apressar a valorização, crepita nas cartas endereçadas ao presidente paulista.

Algumas dessas queixas precisam vir a lume, não como indiscrições da história, senão como amostra de quanto as paixões estavam agitadas e os espíritos inquietos com os perigos da crise cafeeira.

Nesse círculo de agitações e de procedimentos hesitantes, quando não ambíguos, só se encontra um centro de ação firme e coerente. E' o comando de Jorge Tibiriçá, que sabe o que quer e, ante o tempo que corre com a grave ameaça de prejudicar uma safra, mobiliza tôdas as fôrças disponíveis e procura forjar as alianças necessárias para levar a efeito a valorização do café e o seu complemento indispensável da estabilização cambial por meio da Caixa de Conversão. O primeiro problema pode ser resolvido exclusivamente por São Paulo, à custa própria, sem auxílio da União. O segundo, de alçada federal, precisa ser entregue ao exame, debate e votação do Congresso.

A remessa do Convênio ao Congresso para receber a aprovação do Legislativo foi mais uma formalidade do que uma necessidade ou mesmo uma imposição constitucional. Rodrigues Alves, em desacôrdo com o plano de Taubaté, quis descartar-se da questão, a fim de não sancionar um ajuste que lhe parecia ferir a autoridade presidencial e impor idéias contrárias ao programa que o govêrno vinha seguindo.

À vista do texto do art. 48, n.º 16 da Constituição de 1891, preferiu o presidente submeter o Convênio à autoridade do Congresso, entendendo que, na hipótese, lhe "cumpria" agir dessa forma. Aí vai matéria para Rui Barbosa esgotar o caso em copioso volume.

A título de curiosidade, vamos reproduzir na íntegra o n.º 16 do art. 48, que reza: "Compete privativamente ao Presidente da República: — 16, entabular negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que os Estados celebrarem na conformidade do

art. 65, submetendo-os, quando cumprir, à autoridade do Congresso.

E já que estamos nesse terreno constitucional, não custa transcrever o art. 65, que dispõe: E' facultado aos Estados: 1.º, celebrar entre si ajustes e convenções sem caráter político (art. 48, n.º 16).

Com a remessa do Convênio ao Congresso, surgiu outro trabalho para combinar as forças políticas estaduais em favor da aprovação. Em face da recusa do Presidente avocar matéria a si, o ambiente parlamentar tinha que se dividir e conturbar, de forma que coube ao govêrno paulista agremiar os votos para o assunto não ser rejeitado no Legislativo, o que seria um desastre para a valorização, já tão combalida pela atitude de Rodrigues Alves.

Chegou-se ao ponto em que, ficando Minas e Rio nas encolhas à espera que se cumprissem as estipulações do Convênio quanto aos preços, seria arriscar o malôgro fatal, protelar uma ação que não se tomava por causa dos aliados de São Paulo se entrincheirarem atrás das cláusulas taubateanas. Urgia entrar na liça antes que começasse o escoamento de uma safra enorme, de propoções a causar pânico.

Foi a hora heróica de Jorge Tibiriçá, que decidiu entrar sozinho na luta. Ante a magnitude do esforço e dos empecilhos a enfrentar e com muralhas de má vontade a escalar, não se pode deixar de admirar o estadista, de quem então disseram:

“Tibiriçá está sozinho entre a hostilidade da União e a indiferença de outros Estados, a debater-se como um desesperado para sustentar nos mercados do mundo o ameaçadíssimo gênero de produção que, por enquanto, é a única riqueza de São Paulo e do Brasil”.

A mensagem de Rodrigues Alves ao Congresso foi outra desilusão e uma bomba. O Presidente apresentava-se em total discordância com as idéias do Convênio.

Achava um desacerto recorrer a um câmbio mais baixo, sugestão que atribuía a um desvio da sã doutrina em favor do papel-moeda. Asseverava que “bom câmbio é sinal de crédito, de bem-estar e de prosperidade” e que todo o esforço do govêrno tinha consistido em elevá-lo, ativando as fôrças produtoras do país.

Acentuava com mal velada rudeza que nada tinha que ver a questão do café com a questão monetária, como também afirmava a Associação Comercial do Rio. Impugnava assim decisivamente tôda a estrutura do Convênio e insistia em proclamar a necessidade de prosseguir na valorização da moeda e de evitar a quebra do padrão. Terminava por mostrar que no sistema federal, os Estados e a União, como poderes distintos, de funções bem discriminadas não se deviam embaraçar mutuamente.

Repulsa categórica. Do alto da curul presidencial Rodrigues Alves despede os raios, não do Olimpo, mas do Catete, e tonitrua contra os audaciosos que se atrevem a invadir um terreno privativo da União e a violar a linha demarcatória das jurisdições federal e estadual. Moeda é matéria da competência da União e, demais, o govêrno é contra quebra do padrão e prestigia a política de Bulhões e de Custódio Coelho, agentes do câmbio alto.

Recorramos mais uma vez às cartas do arquivo de Tibiriçá. A 6 de maio, Arnolfo Azevedo, indicado para a vice-presidência da Câmara, “pôsto difícil e melindroso”, fala da cruzada de revigoroamento das fôrças produtoras nacionais e, com referência à mensagem de Ro-

drigues Alves escreve: "Nem todos possuem bastante firmeza de caráter e de convicções para resistirem impávidos a uma clave tão possante. O hábito de ouvir, como se evangelho fôsse, a palavra do Presidente da República, perturba a serenidade de raciocínio de espíritos fracos e submissos".

Acha que as afirmações do presidente foram "vazias, perversas e envenenadas" e junta: "O Presidente não tem o direito de antepor à opinião do Congresso Nacional as suas opiniões pessoais".

No que toca ao café, comenta: "O presidente anuncia que o produto nacional de maior valor e mais larga exportação está em plethora de abundância, ao mesmo tempo que declara nada fazer "já" para levantar-lhe o preço. Nega de beber ao sedento e proclama que êle morrerá de sede, com a calma do algoz que põe o pé no pescoço do enforcado para apressar-lhe a morte e evitar socorros".

Ainda sôbre a mensagem prossegue: "A mensagem estrangula-nos positivamente. As classes produtoras indignadas deviam levantar-se, num protesto unânime, de norte a sul, contra o crime de quem escreveu o documento mais perverso que jamais saiu das mãos depositárias do poder público".

Augusto Ramos, o competente informante das condições da cultura cafeeira entre os demais países produtores, comunica a Tibiriçá que cresceram as dificuldades para obter um empréstimo, devido aos esforços conjugados de Rodrigues Alves e da Casa Rothschild. Propõe êle a cobrança quanto antes da taxa de três francos e sugere um empréstimo imediato de um a dois milhões de libras para iniciar um plano baseado em contratos de caução do café a longo prazo, o que permitiria arran-

jar dinheiro para novas compras. Sugere ainda que se pague às estradas de ferro em títulos o transporte de 30% do café destinado a um impôsto "in natura". Queixa-se dos embaraços que os commissários estão criando e anuncia que vai "ajustar contas" com Rodrigues Alves pela "Gazeta de Notícias".

Nesse ajuste de contas, em que êle replica às notas do *Jornal do Comércio* que trata de "Júpiter da imprensa", Augusto Ramos escreve: "Não há manejos, por mais humilhantes e torpes, dos quais, por intermédio de um ministro e de outros agentes, não se tenha servido o sr. Presidente da República para ferir perante o estrangeiro o crédito dos Estados cafeeiros, dêsses mesmos Estados que hão de pagar a orgia de dívidas com que S. Exa. nos cumulou".

Denunciando a queda de 5 francos nos preços do café, o que resulta numa perda de mais de 100 milhões para o país, comenta: "Homens cruéis e ignorantes fulminam a Valorização, alheios ao trabalho dos campos e aos estudos concretos da economia nacional".

Em outro artigo, estampa estas linhas: "No Cateete não se fala senão nos inglêses, na opinião inglêsa, no nosso crédito em Londres. O Brasil, para S. Exa., é uma coisa desprezível".

Nas negociações e confêrências ultteriores que se realizam, ora no Rio, ora em Belo Horizonte, e nas quais as consultas se repetem com Nilo Peçanha, Francisco Sales e os representantes autorizados dêsses dois governos, algumas figuras se salientam pela lealdade de que deram provas. Carlos Peixoto, como agente de Minas, atuou sempre com uma linha de inteira correção, de maneira a manter e estreitar os vínculos entre São Paulo

e o Estado montanhês. Dentre os chefes políticos de prestígio nacional, destaca-se incontestavelmente Pinheiro Machado, a respeito do qual se farão mais tarde muitas restrições quando mudarem os acontecimentos. No que toca à valorização e aos entendimentos para aprovar o Convênio no Congresso, a documentação deixada por Jorge Tibiriçá atesta, sem a menor sombra de dúvida, que Pinheiro Machado, velho militante castilhista e caudilho das revoluções do sul, se portou em relação a São Paulo com uma galhardia e um cavalheirismo que acentuam os traços simpáticos do líder e do republicano de inabaláveis convicções. Na hora de muitos equívocos e defecções, foi um amigo firme e verdadeiro de São Paulo e dos interesses vitais da lavoura bandeirante.

Quanto a Nilo Peçanha, sem que se possam generalizar juízos menos benevolentes acêrca de uma personalidade que se impusera inegavelmente por qualidades de político e administrador, é certo que os elementos paulistas que trataram frequentemente com êle nos conciliábulos dedicados a estudar e combinar medidas para a valorização, estranhavam um pouco a mobilidade e fluidez de suas atitudes e o modo como êle se furtava a definições precisas.

Cândido Rodrigues, em uma de suas cartas a Tibiriçá, em junho de 1906, depois de comunicar as reticências do Nilo e os resultados de uma conferência com Pinheiro Machado, diz que "Pinheiro parece tão franco e leal quanto tortuoso e capadócio o Nilo, cuja calva foi posta hoje à mostra pelo *Correio da Manhã*".

A aproximação de Tibiriçá com Pinheiro Machado, preparada por amigos comuns, principalmente o tabelião dr. Alfredo Firmo da Silva, deu ensejo a um

entendimento muito benéfico para os interesses paulistas. Reproduzimos por isso a carta que o presidente enviou ao grande líder gaúcho:

“S. Paulo, 5 de junho de 1906.

Exmo. sr. general J. G. Pinheiro Machado.

Prezado amigo,

Aproveito a oportunidade da ida do dr. Sebastião Ribas à sua fazenda, para enviar-lhe alguns documentos referentes ao nosso magno assunto e ao mesmo tempo peço-lhe desculpas por vir perturbar o merecido descanso de que está gozando depois de um trabalho fatigante. Assim procedo por tratar-se da questão do café e do câmbio, (hoje indissolúvelmente ligados), pela qual tanto interesse tem demonstrado v. excia.

A 1.º de julho dêste ano, devido a 5 anos de pequenas colheitas de café, o estoque visível mundial terá descido a cêrca de 9.500.000 sacas. Nós vamos ter uma safra abundante, cuja colheita está em andamento e que será seguida de uma pequena. E' pois o momento oportuno para nossa intervenção, retirando do mercado o excesso que a produção dêste ano dará sôbre o consumo, para vendê-lo no ano próximo conjuntamente com a safra pequena que será suficiente para as necessidades do consumo.

Se não aproveitarmos a circunstância ocasional do pequeno estoque a 1.º de julho para organizarmos a nossa resistência, teremos perdido a ocasião mais oportuna de realizá-la.

Os exportadores apoderar-se-ão da nossa grande safra por preço ínfimo, refarão os seus estoques nos países consumidores, colocando-nos assim na impossibilidade

de tentar a valorização com probabilidade do êxito no ano próximo.

Do que acabo de expor resulta claramente que é absolutamente necessário que a valorização aproveite a safra atual.

E' isso possível?

Certamente que sim, desde que temos por nós a maioria do Congresso Federal.

Falta-nos, é certo, o apoio do Executivo Federal. Mas êste, conquanto útil, não nos é indispensável. Será apenas necessário que o Congresso aprove o Convênio de Taubaté com algumas emendas que nos desliguem do Executivo Federal.

São as seguintes:

Ao artigo 7.º acrescente-se:

Parágrafo único. Se não se verificar o endosso por parte da União para as operações de crédito necessárias, a arrecadação da sobretaxa será feita pelos Estados contratantes e o produto será depositado para servir de garantia ao empréstimo que foi contraído, sendo o restante aplicado às despesas de custeio dos serviços criados para a realização dêste convênio. (S. R.).

Parágrafo (entre o primeiro e o segundo) — Enquanto não funcionar a Caixa de Conversão poderão os Estados aplicar o produto do empréstimo que contraírem diretamente na valorização do café. (S. R.).

Ao artigo 15.º suprimam-se as palavras “pelo Presidente da República”.

Feito isso poderão nos objetar que não teremos o endosso da União. Respondo sem hesitar: — Não precisamos dêle — podemos levantar o empréstimo ainda mesmo que o Governo Federal perfidamente nos procure embarçar.

Para que o parágrafo a acrescentar ao artigo 8.º produza todo o seu efeito, é indispensável que seja mantido no nosso projeto de fixação de câmbio e caixa de conversão o artigo que reza: “Terão curso legal e força liberatória no país, de acôrdo com o padrão fixado na presente lei, as libras esterlinas, os marcos, os francos, as liras e os dólares e suas divisões”.

Assim ficaremos habilitados para entrar no mercado com o dinheiro-ouro de empréstimo que correrá no país, remediando a deficiência do meio circulante.

Confesso que preferirei não distrair êsse ouro da Caixa de Conversão, mas precisamos estar armados dêsse meio para que o atual Presidente da República não nos impossibilite operar com tempo de acudirmos à safra pendente.

Demais, se assim não fôr, teremos impossibilitado a valorização, perdendo a Caixa de Emissão a oportunidade de receber os depósitos provenientes do empréstimo de 15 milhões de libras. É preciso não ter ilusões a respeito; se a valorização não fôr feita com tempo de acudir à atual safra, ela tornar-se-á impossível para o ano, quando o produto da colheita estiver em poder dos mercados consumidores e nós com uma safra pendente pequena.

O que será da Caixa de Emissão se ela não tiver para o início de sua existência os depósitos provenientes das prestações do empréstimo da valorização?

Mais uma vez se patenteia quanto as duas questões estão ligadas e devem ficar ligadas.

Até o presente ainda não me manifestei sôbre a taxa cambial a ser adotada para a fixação. Não o fiz por entender que São Paulo era o Estado que podia suportar a taxa mais elevada, desde que tivesse o café por

bom preço. Assim quis deixar que outros Estados se manifestassem de acôrdo com seus interêsses, restando-nos tão sòmente acompanhá-los.

Pelo que tenho visto creio ser fora de dúbida que a taxa será tomada entre os limites extremos de 12 a 15.

Qual é a taxa preferível?

A que mais de perto corresponder à situação económica do país. Não deixa de ser difícil verificar-se com exatidão qual é essa taxa, máxime quando o banco oficial tudo faz por perturbar a marcha regular do câmbio, procedendo como verdadeiro garoto. E' infantil pensar que se possa impor ao Congresso Federal a taxa do dia, quando está patente a todos que essa taxa foi obtida artificialmente à custa do Tesouro. Ora, a taxa da Caixa de Emissão e Conversão deve ser fixada de modo a poder ser sustentada sem perigo de fracasso pela retirada abundante do ouro como aconteceu no Chile.

Tomando-se a média dos últimos anos de vida normal, devemos obter uma taxa mui próxima da que nos põe a libra a Rs. 18\$000. Essa me parece a preferível e a que corresponde mais exatamente ao poder aquisitivo real do nosso papel-moeda.

Recapitulando o que fica exposto, temos:

As questões da valorização do café e da fixação do câmbio estão unidas de modo indissolúvel.

A valorização precisa ser feita de modo a aproveitar à grande safra dêste ano, sob pena de tornar-se impossível para o ano, quando esta grande safra estiver em poder dos mercados consumidores.

Sem o empréstimo para a valorização, a Caixa de Conversão terá perdido a ocasião de iniciar a sua vida de modo eficaz.

Tudo pois nos aconselha pronta resolução na ação. Obtido o nosso desideratum, estará fortalecido o partido que começou a sua vida com o nome de "Bloco" e apto para resolver outros assuntos de magna importância para o país, assuntos que só podem ser tratados com proveito quando existem agremiações fortes.

Queira desculpar a massada e aceitar um afetuoso abraço de quem se preza em ser de v. excia.

Adm., Am., Cr. e Obr.

Jorge Tibiriçá".

Evidenciam-se bem, nesta carta, o espírito objetivo e a determinação do homem público. Numa rápida exposição Tibiriçá apresenta os aspectos capitais do problema, técnicos, políticos e económicos e manifesta o decidido propósito de intervir no mercado cafeeiro, com ou sem o apoio do Governo Federal, para salvar a safra *atual*. Para êle café e câmbio são duas questões indissolúvelmente ligadas e êle mostra, em poucas palavras, a vantagem de fixar a taxa cambial muito próxima da que põe a libra a 18\$, de acôrdo, aliás, com o exame atento da situação monetária do país nos últimos 15 anos, pois, de 1892 a 1904, as taxas cambiais tinham permanecido entre os extremos de 6 a 12 d.

Na carta do presidente paulista só se encontram dois pequenos desabaços: a alusão à "perfídia" do Governo Federal e ao procedimento de "garoto" do Banco do Brasil.

A essa carta, epítome e profissão de fé de uma política, em que Tibiriçá se expandiu como raras vêzes o fêz, respondeu Pinheiro Machado em longa missiva "confidencial", na qual descreve a desmedida oposição

existente num Congresso “de feição política inconsistente”, as hesitações das bancadas, a implacável hostilidade de Rodrigues Alves, que êle attribui a um “despeito odiante”. Pinheiro chega a dizer que o govêrno não recuará em fomentar a desordem e a revolução. Inteiramente favorável à defesa da lavoura cafeeira, garante êle a Tibiriçá “solidariedade completa e indefectível em qualquer emergência”.

Entre dois homens de vontade e de palavra trocaram-se por certo idéias que firmaram um compromisso moral dignamente respeitado pelas duas partes.

Oposições contra a Valorização do café no Brasil e no estrangeiro

A opposição movida ao Convênio e à valorização tomou todos os aspectos de uma guerra de nervos e de uma exasperada continuidade de acusações bem dirigidas e concentradas contra São Paulo. Se aceitarmos que algumas críticas pudessem proceder de divergências de natureza económica e filosófica, não resta dúvida que a maior parte das censuras surgiu de antipatias gratuitas e de animadversões injustificadas. Que fizessem reparos acêrca de um êrro, nada haveria que objetar. As contraditas bem intencionadas costumam ser fecundas.

O que é menos desculpável, é a sistemática má vontade de tantos comentários de imprensa, de tantos juízos partidos de pessoas intelectualmente idôneas, que lançavam sôbre o govêrno de São Paulo o labéu de especulador e o levavam positivamente à barra de uma espécie de tribunal internacional, indigitando-o como o

autor de um “corner” lesivo ao bôlso dos compradores.

O mais ferrenho inimigo da Valorização e da Caixa de Conversão foi o veterano *Jornal do Comércio*. O grande órgão não se conformava com a audácia dos autores do plano e não lhes perdoava o arrôjo de querer impor uma política monetária ao país e atalhar os esforços de Leopoldo de Bulhões e de Custódio Coelho para levantar o câmbio, em direção à paridade de 27, que tanta gente autorizada julgava utópica.

O grande periódico que fazia as vêzes de alto-falante do Catete e gozava um prestígio que comparavam no Brasil ao do *Times* na Inglaterra, inseriu muitas notas sôbre a política do café, reeditando incansavelmente, durante vários anos, as mais acerbas censuras aos transviados e inconscientes que queriam infringir as leis da economia liberal. Até o fim e mesmo ante o êxito da operação valorizadora, *O Jornal*, sempre na mesma gravidade de estilo e de conceito, sustentou o juízo inicial.

Em agôsto de 1906, defendeu com paixão a atitude dos banqueiros que teimavam em recusar o empréstimo pleiteado por São Paulo e dizia que êles não podiam “cometer a ingenuidade de pedir ao público, consumidor de café, que venha emprestar seu dinheiro para um negócio que tem por fim aparente fazer com êsse mesmo dinheiro a carestia daquele gênero”. Eis uma posição doutrinária que equivalia a fazer graciosamente o jôgo dos interêsses estrangeiros contra os produtores brasileiros...

Um dia a exaltação do *Jornal* chegou ao ponto de publicar que o govêrno devia mandar um navio de guerra bloquear o pôrto de Santos!

O comércio do café e os comissários nunca aceitaram de bom grado os processos valorizadores e acharam que a intervenção governamental retardava os custeios da safra e os reduzia.

Em mais de uma ocasião queixaram-se que o governo queria comprometer a classe dos comissários aos olhos dos lavradores e lhe atribuía o hábito de prestar contas falsas.

Por isso tornaram a vir à tona, em artigos e entrevistas, os usos e costumes que regulavam de longa data as relações entre fazendeiros e comissários, respondendo êstes às acusações da lavoura que os seus comitentes se haviam habituado aos grandes adiantamentos e à facilidade de sacar sôbre os correspondentes. Donde resultava ser raríssimo encontrar um agricultor que não devesse mais do que possuía, devido a malbaratos que tinham causado o desaparecimento de grandes fortunas. Diziam ainda os defensores dos comissários que êstes eram unicamente intermediários e não banqueiros que davam dinheiro a prêmio. Repetiam-se acusações antigas que vinham desde os tempos do Império.

Um ponto que sempre separou São Paulo de Minas e Rio e atenuou ou enfraqueceu bastante o entusiasmo e o ritmo da colaboração, foi a diferença de qualidade dos cafés. As fazendas fluminenses em grande parte estavam em decadência e muitos cafêzais definhavam. Em menor escala o fato se reproduzia em Minas, onde as culturas longe estavam de possuir o equipamento das paulistas e forneciam tipos menos cotados.

Técnica e agricolamente, São Paulo ultrapassava de muito os estados vizinhos e o padrão elevado das suas fazendas, a mão-de-obra dos colonos estrangeiros e demais requisitos de progresso largamente espalhados exi-

giam um custeio bem mais elevado, em consonância com o nível geral da vida. Minas e Rio reclamaram, entretanto, diversas vezes contra a dificuldade de saída dos cafés baixos, o que levou os executores do plano a adquirir cafés inferiores ao tipo estipulado.

No estrangeiro a opinião, bem insuflada pelas colunas financeiras dos jornais e as revistas económicas, mostrou-se muito contrária à Valorização e inclinada a considerá-la como um atentado do Brasil aos seus clientes de além-mar. Procuravam incutir no espírito do consumidor a mesma desconfiança que o Relatório Gillette, depois da segunda guerra mundial, tentou criar contra a alta de preço dos cafés brasileiros. As informações relativas à formação do estoque brasileiro no exterior eram apresentadas no sentido de mostrar que o sacrifício do Brasil se efetuariá em vão e que, na hora da liquidação, tudo se desmoronaria com fragor.

O grupo dos banqueiros Rothschild, que tanto dinheiro ganhara com os negócios do Brasil e percebera boas comissões sobre a emissão, pagamento de juros e amortizações de vários grandes empréstimos nossos, por haver sido nomeado agente financeiro do Brasil em Londres, em contrato assinado sob o Império, em 1855, foi o mais intransigente inimigo da Valorização na Europa.

Em abril de 1906, enviaram êles à Casa Nortz uma carta por esta remetida aos srs. Freitas, Lima, Nogueira & Cia. de Santos, em que externavam a sua desaprovação violenta às medidas do Convênio.

Os amáveis procuradores do Brasil em Londres, além de anunciarem uma catástrofe, jactavam-se do sermão passado ao Governo Federal, e êste, pelos modos, era da mesma opinião que os banqueiros quanto à valorização.

Os debates no Congresso Federal sôbre o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão — O pronunciamento de São Paulo e a oração do deputado Altino Arantes

Os debates da Câmara sôbre o Convênio não trouxeram pròpriamente idéias novas e limitaram-se a re-produzir, pró ou contra, os argumentos abundantemente semeados em numerosas publicações avulsas ou nos jornais do país inteiro.

Quanto à forma, trata-se de peças em geral de redação brilhante, quando lidas, ou de discursos bem urdidos, quando provinham de oradores da marca de Davi Campista ou Barbosa Lima.

O parecer da Comissão de Finanças impugna a teoria de entregar o café à “ação impiedosa das leis naturais”, o que levaria à transmissão progressiva das nossas propriedades territoriais a mãos estrangeiras. Cita vários exemplos de defesas de produtos no estrangeiro, por parte da Grécia, da Holanda e dos Estados Unidos e acentua que nos três últimos anos (1903 a 1905) o café havia representado mais de 60 milhões de libras esterlinas num total de 119 milhões da exportação brasileira.

O voto de Serzedelo Correia, entre várias considerações muito bem formuladas, consignou: “Valorizar o café é enriquecer-nos, é aumentar os nossos recursos, é incrementar o bem-estar de todo o país, é o meio mais pronto de nos facilitar saldos que se traduzem em remessas de ouro para o nosso país, permitindo preparar-se sôlidamente o terreno para o advento da moeda metálica”.

Dos impugnadores do Convênio, dois principalmente merecem ser citados: Barbosa Lima e Miguel Calmon. Barbosa Lima, como sempre sarcástico e promotor de veementes debates, entende que os três Estados “que se federaram em Taubaté” nada resolverão com um plano que se lhe afigura artificial, pois o orador aceita *in totum* as idéias do Conselheiro Antônio Prado contrárias ao projeto. Calmon, em longo trabalho repleto de estatísticas, pretendeu demonstrar que o Convênio era uma miragem e que nos faria perder o melhor dos nossos apanágios económicos: a supremacia do nosso café sôbre seus variados competidores.

Venceslau Escobar, do Rio Grande do Sul, votava contra o Convênio por julgá-lo “um artifício ditado pelo patriotismo em desespero”. Receava que os “Estados convencionalistas” viessem a contrair responsabilidades que pudessem envolver para o pagamento do débito os interesses de todos os Estados da República.

O deputado Paulino de Souza também se mostrou apreensivo com relação ao endosso da União a uma operação financeira “de têrmos vagos e aleatória, como o empréstimo de 15 milhões de libras”, que a seu ver viria agravar a situação financeira dos Estados.

Serzedelo Correia, ardente defensor da valorização, frisou que não era uma questão regional, mas uma questão profundamente republicana e nacional. Mostrou que a única moeda de que dispúnhamos eram as letras de câmbio que em 3/5 provinham do acfê. Insistiu em provar que o café era uma das poucas riquezas genuinamente nacionais. Votava, portanto, pela valorização, dizendo: “E’ pela independência económica do Brasil que precisamos trabalhar”.

Davi Campista, como de norma, assomou à tribuna para expor magnificamente a matéria, defendendo o Convênio com todos os recursos de uma dialética em que se conjugavam as qualidades de advogado de primeira ordem e economista de rara agudeza. Mostrou que a operação valorizadora era viável, segura, conveniente e necessária e que o Brasil, detentor de um verdadeiro monopólio do café, podia lançar mão dos *warrants*, transação preferida pelos banqueiros e capitalistas e sobre cada três milhões de sacas, levantar dinheiro para comprar mais dois milhões. Refutou com habilidade os argumentos opostos pelos que combatiam o empréstimo de 15 milhões de libras, e declarou que não bastava falar do custo do empréstimo, mas fazer a conta do que nos custaria deixar de realizar a grande operação de crédito. No meio dos aplausos calorosos da Câmara terminou Davi Campista a sua oração, exclamando: “Aos apologistas e cultores da inércia cabe prestar contas à Nação por não haverem feito nada, por não quererem fazer nada”.

Noz apaixonados debates em tórno do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão usaram da palavra os mais reputados oradores do Congresso, bem como os parlamentares tidos como especialistas em economia política e ciências das finanças: Serzedelo Correia, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, Paula Ramos, Antunes Maciel, Venceslau Escobar, Rodolfo Paixão, Rosa e Silva, Afonso Costa, Barata Ribeiro, Moniz Freire e outros.

De São Paulo, as personalidades que mais se destacaram no grandioso prélio oratório foram: Galeão Carvalhal, Altino Arantes, Alberto Sarmiento, Adolfo Gordo, Elói Chaves e Glicério.

A idéia de realizar a estabilização monetária por meio da Caixa de Conversão, a fim de sustar uma su-

bida cambial cada vez mais prejudicial às cotações do café, inspirou-se em primeiro lugar no exemplo do aparelho criado na Argentina sob o mesmo nome.

Como todos os países sul-americanos, de vida política agitada e finanças frequentemente perturbadas pelos abusos do papel-moeda, a Argentina, até a fundação do Banco de La Nación, sofreu tôdas as vicissitudes originadas pelo pluriemissionismo. As crises que a antigiram nada ficaram a dever às que atacaram o Brasil em seguida às experiências financeiras do Governo Provisório e à gestão de Rui Barbosa na pasta da Fazenda. Mas o notável desenvolvimento agrícola da República platina, engendrou a prosperidade e consolidou o câmbio. Em novembro de 1899, criou-se um fundo destinado a operar a troca dos bilhetes por metal, na base de 44 centavos-ouro por pêsopapel, o que dava à unidade monetária um valor fixo de 2,20 francos-ouro. Constituiu-se também um *Fundo de Conversion* para negociar exclusivamente em compras e vendas de letras com o fim de manter a estabilidade cambial. As determinações para alimentar o tal fundo foram só parcialmente cumpridas, porém o incremento da produção agropecuária foi tão vultoso que as receitas nacionais cresceram rapidamente e os capitais estrangeiros passaram a demandar o país em progressão contínua.

A Caixa de Conversão regulava a circulação monetária e recebia paulatinamente os depósitos de ouro que lhe confiavam para troca. Muito vagarosa a princípio, a entrega de ouro foi-se elevando até alcançar um encaixe de 172 milhões de pesos-ouro em 1903, cotados a 5 francos-ouro.

As excepcionais responsabilidades assumidas por São Paulo no plano da estabilização cambial e da Caixa de

Conversão, levaram os representantes federais do Estado, de acôrdo com as instruções recebidas do govêrno, a combinarem uma ação comum bem sintonizada, de maneira a melhor explanarem os fundamentos técnicos da reforma pleiteada e responderem aos numerosos e irritados adversários da *Caixa*.

No correr de uma dessas entrevistas os parlamentares paulistas deliberaram convocar uma reunião na casa do deputado Altino Arantes, então residente na rua Coronel Tamarindo, junto à praia de São Domingos, em Niterói.

No referido encontro compareceram o líder da bancada, Galeão Carvalhal; Arnolfo Azevedo, vice-presidente da Câmara; Alberto Sarmento e outros. Expôs então Altino, o deputado mais moço do grupo, pois contava apenas 29 anos e só há pouco entrara na política, por influência do grupo de Glicério, o plano de um discurso em que explicaria o funcionamento da Caixa de Conversão e sobretudo os motivos imperiosos para organizar quanto antes um Instituto absolutamente indispensável às finanças e à produção nacional.

Tão clara e convincente foi a exposição de Altino Arantes que os seus colegas, entusiasmados, lhe confiaram unânimemente o honroso encargo de apresentar na Câmara, em primeira mão, o pensamento de São Paulo sôbre a matéria.

Na hora "H", o novel deputado, alguns segundos antes de iniciar a sua oração, sentiu-se um tanto comovido, preso daquele fenômeno de sensação inibitória, que se apodera comumente dos artistas que entram no palco pela primeira vez ou dos estudantes nervosos que comparecem a uma banca de exame.

O ar circunspecto do deputado, de uma juventude física em oposição à madureza da atitude, fêz volver para êle os olhares curiosos da câmara, já avisada de que se preparava um discurso de fôlego e de pêso. Altino Arantes, de pé, segurando algumas fôlhas de apontamentos, vislumbrou de soslaio aquela sala cheia de rumores que se iam apagando aos poucos em atenção à sua pessoa. Assim que se pôs, devagar, bem pausadamente, a proferir as primeiras frases, viu que um deputado que logo identificou como Davi Campista se sentara a poucos passos dêle, pernas cruzadas e de papel e lápis na mão, fitando atentamente o orador e como que lhe sondando o espírito e vigiando-lhe as menores contrações fisionômicas. O representante paulista fêz esforços para ocultar a emoção que lhe causava aquela presença. Presença de um dos mais fulgurantes parlamentares da nossa história, cuja palavra, sempre espontânea e cristalina, expressava os temas mais áridos com todo o brilho da forma e a substância de uma das mais robustas e variadas culturas que a nossa vida pública produziu.

No físico, Davi Campista pertencia ao figurino de Eça de Queirós. Linhas de magreza corpórea corrigidas pelo talho impecável do fraque, a gravata caprichosa ornando o peitilho da camisa engomada e aquêles colarinhos altos, tão em moda em 1905 e tão destoantes do clima do Rio. A face também se ressentia daquele intelectualismo intenso. Característica do pensador e talvez do sonhador, do estudioso e do imaginativo, ambos bem harmonizados no político que imprime à sua conduta as feições em correspondência com a sua finura moral.

Altino, incumbido de abordar a defesa da Caixa de Conversão ante o olhar inquiridor do mestre de finan-

ças, economia e contabilidade pública, mediu bem a extensão da responsabilidade, que não recaía apenas sobre um deputado, mas sobre toda a bancada paulista e, mais ainda, sobre o êxito da causa em jôgo.

Enunciados os primeiros períodos, em que o orador se escusava com modéstia de participar daquele torneio de competência e de aptidão mental e cultural, entrou com mais confiança no mérito da questão, ao mesmo passo que a voz se projetava com mais força e acompanhava as pulsações do espírito nas variantes sonoras do orador.

Surgia um parlamentar que, nessa primeira aparição na tribuna, mostrava pertencer à escola dos príncipes da palavra, estetas da língua ao mesmo tempo que pensadores, para quem a linguagem mais se aprimora na medida em que transporta idéias, teses, fórmulas ou princípios que alimentam um debate com objetivos de interesse humano e social.

Jorge Tibiriçá dizia considerar Altino um dos nossos mais eficientes e completos oradores, de quem se podiam apreciar os improvisos, porquanto de primeiro jacto saíam perfeitos os períodos e como modelados num apurado cadinho intelectual.

Claro que com semelhantes qualidades, o parlamentar paulista se impôs à Assembléia, que o ouviu com o máximo interesse, tanto mais que o estilo humanístico não servia só para floreios, mas para fazer uma preleção necessária em tôrno das vantagens de estabilizar o câmbio.

O orador falou, de início, sobre os inconvenientes do curso forçado, do papel inconvertível, que “gera sempre a emissão”. Referiu-se às causas que produzem as flutuações cambiais equivalentes às variações no preço

do ouro. Verberou as jogatinas cambiais, a que não eram estranhos os conchavos de banqueiros que se entregavam a essa batota colossal.

Mostrou como as oscilações do mil-réis afetavam a produção e a lavoura, pelas súbitas diferenças entre os preços de custeio e os de venda.

A seguir passou a examinar o mecanismo da Caixa de Conversão, para fixar o valor da moeda, pois o projeto obstava à alta cambial, enquanto que a baixa era contida pela lei n.º 581, de 20 de julho de 1899, criadora do fundo de resgate e garantia.

Ao tratar da Caixa de Conversão da Argentina, afirmou que ela viera atalhar a especulação cambial e apontou as semelhanças da nossa lei com a do país vizinho, onde os saldos orçamentários haviam crescido assombrosamente. Com respeito ao direito de emissão de vales-ouro pelo Banco do Brasil para pagamento dos direitos alfandegários, mostrou que não se confundiam cheques-ouro com as notas conversíveis da Caixa.

Aos que defendiam a volta à paridade de 27, respondeu que “o câmbio alto, bom para o govêrno, não é proveitoso às classes produtoras”. E neste ponto, embora a idéia pudesse suscitar vivos apartes, declarou que “não hesitaria em votar desde já pela quebra imediata e definitiva do nosso padrão monetário”.

Com franqueza expunha o seu modo de sentir, e não vacilava em fugir daquele plano de dubiedades e equívocos em que se coloca a questão. Por isso afirmou: “Não tenho o preconceito, não alimento a superstição do câmbio ao par de 27”.

E, de acôrdo com a tese já exposta pelo Congresso Paulista que procurava a correlação harmonica de todos

os preços, advogava um câmbio mais baixo, que atuaria como fator protecionista.

Rematava o deputado paulista a sua brilhante oração, elogiando a “eficiência admirável” da Caixa de Conversão, porque viria assegurar “a verdade e a estabilidade de nossa moeda a uma taxa que mais ou menos corresponde às nossas forças económicas e à qual já se têm afeiçoado quase todos os preços da nossa produção e do nosso consumo”.

Davi Campista, que ouvira o discurso de Altino Arantes com a máxima atenção, levantou-se logo para felicitar efusivamente o orador que a Câmara premiou com uma salva de palmas. Barbosa Lima, adversário temível do Convênio e da Caixa, não foi dos últimos a cumprimentar o deputado paulista e declarou que a estréia dêle havia sido uma das mais auspiciosas da legislatura.

De fato, o discurso do ilustre parlamentar constituiu uma das sínteses mais perfeitas a respeito do mecanismo da Caixa de Conversão. Não somente denotara êle vasta erudição, como a coragem de se pronunciar abertamente contra os meios bancários, em que grassava a especulação cambial e que, por isso, ganhavam com as oscilações constantes da nossa moeda.

Sobre a caixa de Conversão proferiram-se muitas dissertações eruditas, nas quais se recapitulou a história financeira e monetária do Brasil e se ostentaram conhecimentos de muitos autores e de todos os planos até então realizados em outros países para quebrar o padrão em vigor e estabilizar a moeda.

Nas nações que não dispunham de grandes lastros-ouro, como a Espanha, o México, o Chile, a Rússia, a Áustria-Hungria e outras, criaram-se bancos centrais de

molde clássico ou aparelhados para a fixação da moeda, de modo que as inovações adotadas no estrangeiro foram devidamente analisadas em face da nossa.

Falaram os melhores economistas do nosso parlamento e discutiram muito sobre se o padrão seria ou não quebrado. O tema, como vimos, já havia sido exposto, por Altino Arantes com toda a clareza e perícia técnica. Nas últimas discussões quem melhor abordou o assunto foi Davi Campista, que estava arrebatado pela causa e a expôs com a maestria e a elegância de um catedrático universitário, vencendo nessa finíssima esgrima oratória os seus contendores, mesmo os mais rebeldes à persuasão, como Barbosa Lima.

*A execução técnica da Valorização do
Café — Os primeiros empréstimos e a
intervenção oficial no mercado*

Em 1906, o pensamento do govêno, exposto numa série de artigos do "Correio Paulistano", deslindou com toda a clareza o plano ideado e as razões, de ordem econômica e moral, que aconselhavam a oferecer resistência enérgica à ação dos mercados internacionais.

Já passara a hora dos remédios indiretos e em face das exigências dos colonos e do aumento dos encargos, a lavoura não podia, com o café a 6\$ a arrôba, expor-se à ruína iminente e irreparável.

Um argumento, sempre apresentado com habilidade, é que o consumidor em nada se beneficiara com a queda dos preços que, para êle, continuavam estacionários. Perdiam o produtor e o Brasil.

Agora cumpria intervir “com prontidão, prudência, mas decisiva energia”.

Ciente do valor das armas psicológicas para neutralizar os rumores derrotistas de que o entusiasmo do governo não passava de fogo de palha, acentuava a exposição oficial: “E’ preciso que o ímpeto da nossa ação quebrante quaisquer veleidades de possível e eficaz resistência”.

Encarando a hipótese da eliminação ou destruição de excedentes, explicou o governo a conveniência de excluir do mercado os cafés maus, ato que comparou à poda de uma planta, formulando o seguinte raciocínio: Avaliando em 12 milhões de sacas a produção média do país, a eliminação de 20%, ou seja, 2.400.000 sacas, elevaria o preço a 10\$ a arrôba. Restariam 9.600.000 sacas. Ora, 12 milhões de sacas a 24\$ alcançam a importância de 288 mil contos, ao passo que 9.600.000 vendidas a 40\$ produziram um total de 384 mil contos, ou seja, cerca de 100 mil contos a mais. Realizado o essencial do plano, levar-se-iam a efeito as medidas complementares, tais como a propaganda e os tratados de comércio, da competência federal. Eram parte de um plano mais geral e complexo tendo em mira a reabilitação dos nossos cafés, desmoralizados por um comércio explorador. De imediato, porém, impunha-se valorizar o café, providência de exceção reservada ao poder público e “remédio energético para debelar uma enfermidade perigosa.” Mais tarde, cuidaria a lavoura de empreender sua própria defesa por meio da fundação de sindicatos e cooperativas.

Correlativamente com a intervenção dita valorizadora, tornava-se indispensável agir sobre a moeda, o meio circulante, pois os preços do café, função do valor do

nosso papel-moeda, influíam predominantemente sobre a taxa cambial.

No que respeita à execução técnica do plano, criariam os Estados os recursos para custear as operações de crédito necessárias. No Congresso do Estado, o líder do governo, sr. Herculano de Freitas, propôs a inclusão, na lei da Receita, da autorização para arrecadar o impôsto de três (3) francos por saca, além do impôsto de 20% *ad valorem* para os cafés inferiores ao tipo 7, classificação americana, cafés de escolha cuja eliminação, além de reduzir a oferta e o estoque consignado nas estatísticas, elevaria a qualidade do nosso produto e acreditaria as marcas brasileiras.

Realçou bem o digno deputado que as arrecadações previstas com o fim especial de valorizar só começariam com o plano e com êle cessariam. Acrescentou que o auxílio à indústria cafeeira não visava a proteger riquezas individuais e interêsses de ordem particular, mas atendia à defesa da riqueza publica do Estado e ao máximo interêsse de sua fortuna.

Vejamos agora como se executou tènicamente a valorização. Muitas haviam sido as idéias a respeito, sendo que uma delas, a ser posta em prática por intermédio de um sindicato capitalista, foi logo rejeitada pelo temor natural de que, à sombra da riqueza agrícola do Estado, se montasse um instrumento de especulação armado de favores monopolísticos.

Restava, por conseguinte, ao governo, fixar o plano e arranjar os elementos financeiros para adquirir o volume de café necessário para reduzir o estôque mundial que tão pernicioso influência exercia nos mercados internacionais.

A primeira e quase intransponível dificuldade que se deparava ao govêrno era a escassez de recursos, agravada pela campanha que provocara o retraimento dos banqueiros e capitalistas estrangeiros. Êstes, ante a má vontade do Govêrno Federal e os clamores de certos meios financeiros intransigentemente adversos à valorização, não se animaram a procurar subscritores para tal empréstimo. Reinava uma atmosfera de desconfiança contra São Paulo e o argumento de que o Estado procurava dinheiro para encarecer um artigo destinado aos próprios países credores, causara certa impressão nos círculos bancários.

A despeito dessas campanhas, vários agentes de importantes estabelecimentos europeus vieram a São Paulo e se avistaram com o govêrno, mas naturalmente as condições oferecidas eram muito pesadas.

Jorge Tibiriçá, com o seu ânimo resoluto, compreendeu que no próprio comércio exportador se encontrariam os operadores mais habilitados para efetivar o plano, dado que parte dêsse comércio não tinha interêsse em alimentar a crise. A firma Theodor Ville, por exemplo, em discrepância com muitos negociantes do ramo, declarou: "Os srs. são os reguladores dos preços; temos 1.600 casas estabelecidas na Alemanha para o comércio a retalho, que sustentam há muitos anos inúmeras famílias. Precisamos manter tôda essa gente e o faremos enquanto preços de venda a retalho compensarem o nosso trabalho".

O primeiro empréstimo contraído, de 1 milhão de libras, foi representado por letras do Tesouro a favor do Desconto Gesellschaft, de Berlim, vencíveis no prazo de um ano. Registra Tibiriçá, na sua mensagem de 14 de julho de 1907, que, na mesma ocasião, o govêrno con-

tratou com importantes banqueiros e casas conhecidas no comércio de café a consignação, a largos prazos, para portos europeus e americanos, dos cafés que fôsem adquirindo.

A quantia empregada para as primeiras compras era naturalmente muito exígua. Mas como a transação, logo nos primórdios, se anunciava exequível e até com possibilidade de êxito e de lucros garantidos, o govêrno, para continuar as mesmas operações, pôde contratar outro empréstimo no valor de três milhões de libras, por intermédio de J. Henry Schroeder & Cia. de Londres e do City Bank de New York, a prazo de cinco anos, juros de 5% ao ano e garantia da taxa de três francos arrecadada em Santos. Dêsse empréstimo ficou reservada a soma de um milhão de libras para resgate, no respectivo vencimento, das letras a favor do Desconto Gesellschaft.

Até o encerramento de exercício o Estado havia completamente liquidado as compras de 2.596.566 sacas de café, tôdas de qualidade superior, nas quais se empregara a importância de 89.017:976\$761.

Tal despesa, como explicava o presidente, fôra coberta com o produto dos empréstimos e com o dos saques feitos sôbre os banqueiros correspondentes da valorização, na proporção de mais ou menos 80% sôbre o valor dos cafés embarcados.

No exercício de 1907, continuou o Estado as compras, completando aproximadamente 8 milhões de sacas. Êste café estava todo pago, estando pagas também tôdas as margens devidas em consequência da baixa havida nos preços e achava-se armazenado nas praças do Havre, Hamburgo, New York, Bremen, Londres, Antuérpia e em outras da Europa e da América do Norte, mediante con-

tratos para consignação celebrados pelo Estado. Restavam cerca de 800.000 sacas nos mercados do Rio e Santos, que seriam embarcadas oportunamente para serem *warrantadas* na forma dos contratos anteriores.

Na mesma mensagem declarava Tibiriçá que, tendo o governo retirado mais do que o excesso proveniente da safra de 1906-7, julgava desnecessário continuar a intervenção direta do mercado, dando assim lugar ao restabelecimento da livre concorrência "para voltar o comércio do café à sua normalidade habitual".

O governo reteria os cafés adquiridos pelo tempo necessário, só dispondo deles para atender às necessidades do consumo, sem preocupações de lucros ou prejuízos, por não ter promovido estas operações em caráter especulativo.

Vista em todos os pormenores, nos inúmeros reflexos de natureza económica, social, política que ela despertou em São Paulo e que se ampliam por todo o Brasil e daí atingiram o plano internacional, a Valoração do Café abrange um conjunto enorme de fatos que só podemos consignar em referências gerais.

Tentamos apenas mostrar como, no próprio país, se tornou difícil executá-la e como a idéia do Convênio de Taubaté acabou na simples manobra para defender os preços, realizada exclusivamente às expensas de São Paulo e sob a direção enérgica e realista de Jorge Tibiriçá, a cujo espírito de autoridade e senso de comando e agremiação das forças políticas e da classe agrária do Estado, se deveu a obra notável da salvação cafeeira.

Notou um observador estrangeiro em 1907, o geógrafo e sociólogo francês Pierre Denis, que a sociedade de São Paulo se mostrava apaixonada pelas questões

económicas e que os círculos sociais dirigentes denotavam agitação em face das medidas projetadas para defender os preços do café. Eram avidamente lidos e discutidos os artigos, panfletos e planos concernentes ao propósito governamental de intervir na economia cafeeira. E tanto mais ardentes se refletiam essas paixões, quanto atrás da opinião dos cidadãos se sentia o pronunciamento da classe rural dos fazendeiros. Por êsse tempo podia ainda dizer êsse visitante que em parte alguma no Brasil era tão completa a coesão entre a cidade e o campo, estreitamente unidos pelos problemas comuns.

Essa união paulista, nascida primordialmente da confiança na ação e na probidade do govêrno Tibiriçá, emprestou aos condutores da Valorização a fôrça de ânimo, a infinita paciência para suportar a toxidez de uma atmosfera saturada de derrotismo e negativismo.

Jorge Tibiriçá não deu a mão à palmatória dos banqueiros e da finança internacional. Aceitou a batalha com destemor e orientou a estratégia da grande operação comercial com a segurança de um chefe convicto da razão e da justiça de sua causa.

CAPÍTULO XV

No primeiro decênio do século o Brasil não dependia, como ocorreu mais tarde, quase exclusivamente do café para os seus compromissos exteriores. Segundo a frase de Quintino Bocaiúva “O país caminha carregado por essas duas muletas — café e borracha”. De fato, para o melhor equilíbrio económico da Federação, uma das muletas acha-se no extremo norte, na Amazônia, e a outra no sul, principalmente em São Paulo.

Infortunadamente a produção gomífera, com todos os altos preços que obtém, se bem que constitua a segunda fonte supridora de letras para sustentar o câmbio, não se desenvolve racionalmente e restringe-se ao carácter de indústria extrativa de uma riqueza natural espalhada em meio de imensa região mal adaptada à civilização. Os seus proventos despendem-se na rápida edificação de duas capitais, providas de edifícios suntuosos e que vivem numa atmosfera enervante de “boom”, de febril especulação e de gastos supérfluos, sem tomar tento na temível concorrência britânica que se avizinha e que em breve lhes dará o golpe de misericórdia.

De 1901 a 1905 a exportação de café montou a mais de 1.924.000 contos e a da borracha a mais de 973 mil contos. Mas cabe esclarecer uma diferença importante. Ao passo que uma grande parte, cêrca de 2/3 da riqueza da Amazônia, pertence à colônia portugêsa que transferia anualmente consideráveis quantias para além-

mar, o café constitui um patrimônio quase totalmente nacional, como atestam as estatísticas, pois das 56.931 propriedades cafeeiras de São Paulo 45.508 pertencem a brasileiros.

É a mais autêntica fonte de capitais genuinamente nacionais e o grande manancial das nossas rendas, mesmo depois de descontados os salários dos colonos remetidos para a Europa e os dividendos das ferrovias estrangeiras.

Passados dez anos de luta e sofrimentos, durante os quais a lavoura curtiu as mais rudes provações e os fazendeiros se viram submetidos a “entregar” as fazendas para pagar débitos muito inferiores aos bens penhorados, viu-se ela de repente ameaçada por uma safra colossal, computada em números que, acrescidos ao estoque mundial conhecido, só podiam trazer um resultado — a ruína total de uma classe em cujas atividades presentes e em cujo labor passado se esteava a grandeza da terra bandeirante.

Catástrofe ante a qual não podiam permanecer inertes homens de patriotismo e coração.

Explicam-se, portanto, de sobejo as razões do plano consubstanciado no Convênio de Taubaté, no qual a fixação do preço mínimo em ouro e a estabilização cambial formavam um todo indissolúvel.

Tibiriçá não pensou em lançar uma nova doutrina económica nem em pulverizar os ensinamentos da escola capitalista e liberal. Não premeditou levar adiante inovações de economia política. Entendeu, porém, com bom senso e decisão de não prestar ouvidos aos desanimados e aos teóricos de gabinete, pois, como se dará muitos anos mais tarde com o presidente Roosevelt ao enfrentar a crise mundial, percebeu êle em tempo que “tôda

crise na economia implica virtualmente numa crise de ciência económica”.

Esborado o *monolito* Café-Caixa de Conversão, as duas questões desligadas foram parar no Congresso, onde em plenário deram ensejo a brilhantes debates de caráter técnico e acadêmico, de par com inúmeros artigos de imprensa e acaloradas polêmicas nas associações agrícolas e comerciais ou através de folhetos, revistas e publicações especializadas.

Abandonado por seus aliados, os presidentes de Minas e Rio, Francisco Sales e Nilo Peçanha, que se amoitaram cada um de seu lado para não incorrer nas fúrias do Catete, Tibiriçá deu, como vimos, início sozinho à valorização, embora rodeado de ciladas e maus presságios para que a empresa naufragasse. Até para obter que os dois Estados votassem a taxa de três francos por saca, foi preciso ultimar negociações inçadas de embaraços e de sofismas. Lutou como um paladino dos mais heróicos e abnegados para obter os recursos com os quais retirou de mercado mais de 8 milhões de sacas de café.

Obra admirável, dessas que demandam homens de decisão e de vontade, incapazes de recuar diante dos mais titânicos esforços. Compreende-se porque, depois dessa luta, fatigado de vencer tanta maldade e ingratidão, Tibiriçá exclamou: “Essa questão da valorização fêz-me perder dez anos de vida”.

Com Afonso Pena volta a reinar a melhor cordialidade entre São Paulo e o Governo Federal. Aquêlê estadista não hesita em prestigiar por todos os modos a lei 1575 de 6 de dezembro de 1906, que institui a Caixa de Conversão. Recomenda ao Congresso que autorize a União a dar o endosso ao empréstimo de 3 milhões de

libras requerido por São Paulo para satisfazer compromissos oriundos da valorização. Trabalham agora em boa harmonia as políticas de São Paulo e Minas, aproximação benéfica, devidamente salientada por Glicério em um banquete oferecido ao líder Carlos Peixoto.

A parte mais importante da administração de Afonso Pena foi indubitavelmente a das finanças, confiada a Davi Campista.

A Caixa de Conversão não estava, a seu ver, modelada como instituto definitivo de transformação monetária. Era, antes de tudo, “medida de política experimental”. Mas a direção imprimida ao mecanismo, a confiança suscitada pelos atos do poder público, atraíram para os seus cofres os vinte milhões de libras previstos para lastro e ajudaram a manter a fixidez do câmbio, durante mais de dois anos, à taxa aproximada de 15 1/8.

Vitória notável de orientação e de capacidade administrativa, acompanhada pelo verdadeiro renascimento que se verificou nos demais setores do governo, principalmente na pasta da Viação, dirigida por Miguel Calmon e na da Guerra, confiada ao Marechal Hermes da Fonseca.

Ao começarem as primeiras falas em torno do tema sempre irritante e às vezes explosivo da mudança de governo, Afonso Pena cogita de apresentar suavemente o nome de Davi Campista. Tibiriçá, em visita a Jaú, aproveita uma reunião de certa importância política para abordar a questão e pronuncia um discurso em que, muito habilmente, descreve os traços do estadista que deve merecer o sufrágio popular. Não cita nomes, mas pelo contôrnio geral do perfil evocado e algumas alusões mais precisas, o auditório reconhece a figura de Davi Campista.

Parece que a candidatura é das que nascem com todos os auspícios da vitória.

Surgem os primeiros obstáculos com as restrições partidas do Barão de Rio Branco e Pinheiro Machado. O grande chanceler opina por um militar, porque acha que o Brasil necessita recompor as suas forças armadas e alçar-se ao plano de primeira potência sul-americana. Vem à tona o nome do Marechal Hermes. Esta patente, ministro da Guerra de Afonso Pena, ao discutir com o Presidente no correr de um despacho, demite-se do cargo com aspereza e levanta-se depois de bater com a espada sobre a mesa.

Está declarada a luta. Afonso Pena, imensamente abalado pela morte inesperada de um filho, ressentido do golpe infligido pelo ministro. Pouco tempo depois, acabrunhado pelo sofrimento de pai e de político, falece o grande brasileiro a 14 de julho de 1909. Data fatídica para o Brasil, porque veio interromper um processo de restauração económica e moral. Data por todos os motivos lutuosa, em que se plantou um marco fatal para a República. Nilo Peçanha sobe ao Catete e um dos primeiros atos do novo governo é entregar a pasta da Fazenda a Leopoldo de Bulhões, financista hábil e honesto, mas tomado pela idéia de provocar a alta cambial e volver à paridade de 27. O resultado foi o desmoroamento da Caixa de Conversão, o lançamento da moeda no plano infernal das oscilações e a queda decorrente da fuga do ouro.

A constância e a devoção de Tibiriçá, se lhe custaram implacáveis ataques e invectivas, também despertaram o entusiasmo de inúmeros paulistas que souberam interpretar o agradecimento a que fazia jus o salvador da lavoura cafeeira e da riqueza estadual.

Em 1907, a Sociedade Paulista de Agricultura promove grandiosa manifestação ao presidente. Alfredo Pujol, orador de escol e figura de relêvo na Dissidência, transmite-lhe os sentimentos das classes sociais ali representadas e que vinham proclamar públicamente os serviços prestados pelo govêrno na organização dos pleitos livres e da concórdia partidária. Legiões de lavradores e delegados de tôdas as profissões, grupos e partidos saudavam em Tibiriçá o patriota, graças a cuja resistência e perseverança o Estado, por suas próprias fôrças, havia dominado todos os desânimos e alcançado uma grande vitória moral e económica.

Em 1908, uma Comissão do Comércio preparou ao Chefe de Estado outra demonstração aparatosa e que reuniu enorme afluência popular. Desta vez falou Luís Pereira de Campos Vergueiro, portador da mensagem das classes conservadoras e de alguns presentes adquiridos com o produto de uma subscrição pública: um cartão de ouro, um automóvel *Clément Bayard*, uma baixela de prata, ofertas em que se materializava expressiva corrente de admiração e benquerença pública.

Tibiriçá respondeu: "Se a consciência não me dissesse não ter eu poupado esforços em bem servir à causa pública, sem recusar jamais os meus serviços ao Estado, esta manifestação mostraria a certeza de que tenho cumprido meu dever".

Por uma interessante coincidência, quando São Paulo ainda se debatia nas angústias da superprodução, estabeleceu uma série de fenômenos análogos em vários países, cujos gêneros vitais apareceram em condições de abundância semelhantes às do café.

Em Portugal, os viticultores, assustados ante inesperado excesso de vinho, pediram socorro ao govêrno, o

mesmo ocorrendo na Itália. Nos Estados Unidos, atingidos por tremenda crise bancária causada pelo defeituoso aparelhamento de crédito, o público atirou-se a desenfreada corrida aos bancos nacionais, que passaram a falir por atacado, arrastando na queda a ruína de milhões de pequenos depositantes. Ao mesmo tempo que se ampliava a crise os plantadores de algodão do sul, privados de assistência financeira, não sabiam como dispor de uma safra enorme que abarrotava os armazéns e provocava brutal declínio nas cotações. Na Grécia, a superabundância de passas, aviltando o produto, obrigou o govêrno a constituir um banco especial para retirar do mercado trinta e cinco por cento da safra. No Chile, o salitre se depreciou devido a uma extração excessiva. A Rússia viu-se a braços com volumes anormais de trigo e a Holanda teve que regular a exportação do café de Java.

O caso mais desesperado deu-se com os vinhateiros do sul da França. Vítimas, alguns anos antes, da crise de penúria determinada pela devastadora epidemia de filoxera, protestaram com tal violência contra a baixa dos preços, que no correr dos conflitos um regimento composto de recrutas regionais se sublevou e quis dar combate às tropas enviadas para manter a ordem.

A fim de atenuar a crise, o govêrno comprou parte da safra e decretou o consumo obrigatório de vinho no Exército.

O Presidente Tibiriçá e os deveres do protocolo

Ao chefe de Estado, quase totalmente absorvido pelas ocupações administrativas, extremamente intensas numa quadra de reformas de vulto e ainda mais sob a

pressão de negócios tão árduos e complexos como os da Valorização, também cabiam os inúmeros deveres referentes ao protocolo e às visitas de gente célebre que então se repetiram em São Paulo.

O Presidente atendia, mais por dever que por inclinação espontânea, a essa parte das tarefas oficiais. Desempenhou-se, todavia, dessa missão, com a afabilidade e o traço de elevada distinção que encantaram positivamente os hóspedes ilustres que com êle se avistaram.

Presidentes de outras unidades da Federação, como os da Bahia e do Paraná, foram fidalgamente acolhidos e de maneira a firmar os laços de cordialidade nacional. O ministro da França, Barão d'Anthouard e o da Espanha, na curta passagem que fizeram pela Paulicéia, apreciaram as finas qualidades de diplomata de Tibiriçá. O plenipotenciário da França, bem como vários banqueiros, altos comerciantes e observadores das esferas financeiras desse país, admiram a perfeição com que Tibiriçá se exprimia no mais puro francês e conhecia tôdas as particularidades relativas à aplicação dos capitais europeus no Brasil.

Banqueiros ingleses e alemães, portadores de propostas de empréstimos e de propaganda do café, também externaram a surpresa de encontrar um chefe de Estado que não necessitava de intérprete para discutir os pormenores de questões técnicas e, como se deu na conferência com os representantes da Casa Shroeder, de Berlim, trocou idéias com seus interlocutores num alemão universitário, do melhor quilate.

Algumas dessas recepções ultrapassaram os limites do simples protocolo de cortesia para assumir o caráter de amplas demonstrações de cunho popular.

Elihu Root, chefe da delegação norte-americana à 3.^a Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, após desembarcar em Santos do cruzador "Charleston", subiu a São Paulo, onde durante vários dias recebeu as homenagens reservadas a um embaixador de sua categoria.

As eminentes personalidades nacionais e estrangeiras, que São Paulo recebia, presenciavam o mesmo programa de cerimônias. Começavam estas obrigatoriamente pelo cortejo popular que acompanhava o landau de honra da estação até a residência destinada aos hóspedes. Seguiam-se passeatas cívicas geralmente conduzidas pelos estudantes, e à noite reluzentes *marches-aux-flambeaux* alegradas pela magnífica banda da Fôrça Pública. Elihu Root, Rio Branco, Rui Barbosa, Afonso Pena, Paul Doumer e outros assistiram, com poucas diferenças, a essas expressões da simpatia paulistana.

Quanto possível, embora não se furte às imposições às vêzes um tanto tirânicas da pragmática, procura o presidente manter o ritmo de seus hábitos normais, sem esquecer a predileção pelos chopes à noite e o passeio à tarde pela cidade, momentos de lazer, de tranquila meditação para livrar-se um pouco da sobrecarga mental acarretada pela leitura dos relatórios técnicos e as discussões acêrca dos empréstimos, dos projetos-de-leis, de mil e uma questões que lhe tomam horas e horas de ininterrupto trabalho e tensão nervosa. Essas conferências pertinentes ao expediente do govêrno não impedem que se repitam visitas de cortesia, que dantes era praxe serem respondidas pessoalmente pelo presidente. Tibiriçá quebrou essa norma, passando ao seu ajudante de ordens, geralmente o capitão Coutinho, a incumbência de retribuir os cumprimentos. O gesto foi a princípio bastante comentado e olhado como derogatório de princí-

pios imemoriais da etiqueta paulistana. Nos altos círculos sociais existiam ainda velhas prevenções contra os militares, aos quais se chamavam indistintamente *soldados*, com uma certa nuança de diferenciação das demais classes. Algumas famílias surpreenderam-se com o aparecimento em suas casas de um oficial, ornado de alamares e cingindo a espada para levar os agradecimentos do chefe do Estado. A resposta do preconceito foi espalhar que o dito oficial era “o chapéu do presidente”.

Os amigos que o presidente recebe fora do horário oficial, além dos secretários, de Herculano de Freitas, Pinto Ferraz, Ramos de Azevedo, os primos das famílias Queirós Teles e Almeida Prado e mais uns íntimos, são em número limitado e raramente prolongam as visitas particulares.

Uma vez influente político de outro Estado, palestrador cintilante e de extrema sociabilidade, demorou-se em longa visita até cêrca de meia-noite, entretendo-se em diálogo animadíssimo com o casal acêrca de várias questões políticas e literárias, às quais d. Ana, exímia conversadora, respondia com tôda a verve e brilho. Recostado na sua poltrona e silencioso, Tibiriçá apenas ouvia.

Quando a visita se despediu, d. Ana interpelou o marido:

— Mas Jorge, você não disse uma palavra.

— Para que? Você falou tão bem...

A Paulicéia e as agitações sociais entre 1904 e 1908

A capital paulista no início do século, de 1904 a 1908, exprime em relação à cidade de 1896, um avanço

bastante satisfatório na população e na superfície construída. O dr. Reed, médico de bordo do cruzador *Charleston* e membro da comitiva de Elihu Root, apesar de haver assistido aos magníficos festejos do Rio em 1907, declara:

“O Rio é uma cidade que desperta agora, São Paulo é uma cidade que tem estado sempre acordada”.

Não é a grandeza arquitetônica nem a suntuosidade dos edifícios que chamam a atenção dos visitantes. É o dinamismo, a multiplicação das atividades mercantis.

Bryce nota o aspecto apressado das ruas, o andamento rápido dos transeuntes, a preocupação dos negócios estampada nas fisionomias.

O formigamento urbano corresponde ao alinhamento impecável dos cafêzais em fazendas opulentas, dotadas de equipamentos de primeira ordem e que atilados observadores estrangeiros enaltecem como o mais grandioso empreendimento agrícola do mundo.

Acresce que a sociedade paulista, conforme notaram o citado Bryce e outros viajantes de renome, guarda ciosamente os costumes herdados da tradição ibérica e revela, na sólida organização das famílias, geralmente prolíficas e unidas, o respeito aos mais significativos padrões morais.

Nesse meio futuroso e propício aos grandes lucros chegam os imigrantes aos milhares, vertidos na população que ainda não teve tempo de assimilar tantas levas de gente estranha, de falares diversos e que saía de regiões européias de baixo padrão de vida.

Nem todos se localizam no interior, de onde até se retiram por motivos de inadaptação ao meio agrícola. Muitos não pertencem às camadas rurais e vêm sobrecarregar a massa cidadina, nos pequenos ofícios ou em-

pregos avulsos, e já fornecendo a mão-de-obra para o parque fabril que se ergue ao abrigo do proteccionismo e das sucessivas depreciações monetárias.

Aumenta, por isso, a proporção de salarizados urbanos, à custa dos quais se eleva a estrutura de um capitalismo industrial, cujos proventos em breve vão superar os da velha casta agrária. Período de efervescência, dado que as ondas humanas vindas da Europa, volumosas e coesas, tendem a permanecer unidas entre si e alimentar uma atmosfera de calor afetivo e saudades da terra distante. A corrente emocional dirige-se para outras plagas, enquanto, em relação ao Brasil, só aparecerem e se invocam as queixas e reivindicações de natureza social.

Curiosamente fermentam idéias e doutrinas trazidas pelos obreiros de além-mar. São êles que, dando o trabalho e a técnica, mantêm ante o capital o estado de resistência e tensão que promove a fundação de numerosas associações de cunho beneficente ou sindical.

Agremiam-se também em centros donde partem os movimentos de protesto para elevar salários e acompanhar a marcha das organizações congêneres no estrangeiro.

Dada a origem étnica da maioria do operariado, os núcleos associativos e jornais de classe apregoam, por escrito e em conferências já bastante concorridas, as idéias reinantes entre as correntes socialistas italianas. Certos blocos pendem mais para o sindicalismo anarcolibertário, que recomenda a intervenção mais ativa e direta das massas nos conflitos trabalhistas. Êsses órgãos trasladam também para aqui ideologias favoráveis à campanha anticlerical.

Em 1910, o padre Gafré no seu livro *Visions du Brésil* registra a surpresa que lhe causou não encontrar entidades nacionais, no meio de dezenas de organizações operárias fundadas em São Paulo, praticamente tôdas de iniciativa e de composição estrangeira.

De 1905 a 1908, rebentam numerosas greves entre os operários do parque fabril e os empregados do comércio e pequenas oficinas. Emprêsas de transportes, como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, chegam a interromper o tráfego em alguns ramais devido ao abandono do serviço por parte do pessoal técnico e da quase totalidade dos obreiros e funcionários. Complicou-se a agitação em face da atitude agressiva de certos núcleos de paredistas, inclinados a promover desordens e atos de sabotagem. No terminal da linha, em Bauru, reuniram-se grupos armados contra os quais o govêrno se viu compelido a enviar tropas, para proteger as estações e o material ferroviário.

Jorge Tibiriçá, auxiliado pelo chefe de Polícia, Meireles Reis, procurou interceder no sentido de facilitar um acôrdo entre as partes e tornou bem claro o objetivo, antes harmonizador do que repressor, que ditava a conduta do govêrno no caso. Agastado com as renitências de alguns dirigentes da companhia, que se furtavam sistematicamente a quaisquer combinações e recusavam atender a justos pedidos dos empregados, declarou êle não saber onde se encontravam os maiores grevistas, se entre os operários ou entre os diretores de uma emprêsa próspera e distribuidora de fartos dividendos.

Em São Paulo, Campinas e Santos registraram-se diversos surtos grevistas aos quais aderiram praticamente tôdas as classes, perfeitamente acordadas em reclamar

majorações de salários que os patrões consideram desmedidas e de natureza a elevar os custos das mercadorias.

Entre os ramos e profissões que solicitam aumentos e pleiteiam o dia de oito horas de trabalho, encontram-se ourives, alfaiates, padeiros, metalúrgicos, caixeiros, vidraceiros, pintores, tecelões, curtidores, encanadores, funileiros, cocheiros, carroceiros e, por fim, em protesto mais animado e original, as costureiras, que desertam armazéns e casas de moda, em inteira solidariedade com o elemento masculino.

O governo sabe discriminar em tais manifestações os protestos especificamente trabalhistas dos apelos e manobras de simples finalidade subversiva. A vida cara, a instabilidade monetária, um neo-industrialismo ávido de enriquecer constituem os fatores principais dessa evolução capitalista.

Tibiriçá recusa ser reeleito — A candidatura Campos Sales e a vitória de Albuquerque Lins

Tibiriçá, já o sabemos de sobra, não sobressaiu como homem de discursos e de extravasamentos literários. Mesmo na política, onde às vezes se exige um pouco de verbosidade, senão de eloquência, a sua linguagem se pautou sempre por processos positivos e um grande espírito de síntese nas mensagens e relatórios. A tese que ele redigiu em Zurique para o doutorado de filosofia, marcou sempre a feição intelectual de um analista e expositor, sóbrio e incisivo, que encara os fatos com objetividade.

Muitas das idéias que êle também formulou em palestras, reuniões e conferências políticas não foram tão pouco grafadas e estilizadas como depoimento para os pósteros.

Não puderam, por conseguinte, ecoar como as dos homens públicos dados a orações parlamentares ou dissertações escritas. As concepções do cidadão ficaram sobretudo gravadas nos fatos aos quais se incorporaram, nas reformas importantíssimas de um govêrno que se firmou num plano incontestável de prestígio e moralidade.

Na última exposição de Tibiriçá, ao transmitir o govêrno Albuquerque Lins, fala êle um pouco mais na primeira pessoa, não por egotismo ou orgulho, mas para assumir a responsabilidade do programa executado, de acôrdo com os preceitos do sistema presidencial. Passa então a citar o que mandou fazer, no campo agrícola e zootécnico, no setor das comunicações, nos ramos da justiça pública, da política, das reformas penitenciárias, da contabilidade pública, do ensino, e por fim, na grande batalha da valorização do café. Cita o que mandou pessoalmente fazer, mas não se esquece de render justiça aos seus cooperadores, de quem elogia a competência e o patriotismo e que, por sua vez, eram os primeiros a reconhecer a primazia das iniciativas do presidente, inspirador e autor responsável da obra executada.

Ao se esboçarem os entendimentos preliminares para tratar da sucessão de Tibiriçá, numeroso grupo de amigos e políticos foi insistir para que êle anuísse em ser reeleito. A pedido de vários próceres e parlamentares, Herculano de Freitas chegou a apresentar um projeto de reforma da Constituição.

Tibiriçá mandou cessar imediatamente todo êsse trabalho preparatório, recusou terminantemente discutir o

assunto e afastou de chôfre a idéia da reeleição, repetindo o que lhe acontecia declarar frequentemente no exercício do ofício presidencial: “Não há ninguém insubstituível” Teimaram alguns amigos;

— Por que deixar a política em pleno prestígio?

— Por isso mesmo. Os políticos e os atores não esperam ser vaiados para saírem.

E mencionava o caso da grande atriz Sarah Bernhardt, idolo do público parisiense, que também um dia, velha e já decadente sofrera os apupos da platéia.

Esse gesto ainda mais elevou o prestígio de um govêrno que terminou cercado do geral respeito e sôbre o qual podemos adotar a opinião emitida pelo ilustre desembargador paulista dr. Manuel Carlos: “Houve grandes govêrnos em São Paulo, mas o maior de todos foi o de Jorge Tibiriçá”.

Bastante preocupado com os negócios de café e a importância dos compromissos contraídos para adquirir e “warrantar” mais de 8 milhões de sacas de café, cogita naturalmente Tibiriçá de preservar os resultados desse imenso sacrifício. Basta uma imprudência, um descuido, um relaxamento para fazer ruir de um golpe tôda a estrutura da valorização. A obra encetada com tanto amor e desprendimento tem que ser sustentada pelos continuadores com o mesmo idealismo e idêntica pertinácia. Faz-se mister, por isso, articular as fôrças políticas para que possam assentar uma indicação, harmônicamente homologada pelas várias correntes do Partido Republicano.

Nessa delicada conjuntura, surge contra o candidato oficial, Manuel Joaquim Albuquerque Lins, julgado por Tibiriçá o colaborador do govêrno mais enfronhado nos aspectos financeiros da valorização, o vulto eminente de

Campos Sales, adversário declarado dos planos cafeeiro e monetário.

Repetidas manifestações feitas a Campos Sales com a participação de alguns jornais e da classe acadêmica animam o grande republicano a entrar na liça, certo da vitória, embora os dois grupos se julgassem fortíssimos e cada qual afirmasse dispor da maioria.

A oposição, entusiasta, pretende que Tibiriçá quer impor o sucessor e arvora-se como legítima defensora das praxes democráticas.

Grande efervescência prolongou-se por meses, a entreter a separação entre correligionários do mesmo partido, lançados em campos opostos, sem nenhum critério de princípios. Predominam as considerações de momento e as passagens para um ou outro lado dependem mais de impulsos puramente personalistas.

À volta de Albuquerque Lins reúnem-se os elementos de Rubião Júnior, de Bernardino de Campos, Fernando Prestes, os ex-dissidentes e a corrente de Rodrigues Alves, apesar do ex-presidente haver sido contra o Convênio. Entre os adeptos mais ardorosos de Campos Sales, vamos encontrar Glicério e Herculano de Freitas, amigos dedicados de Tibiriçá e duas das figuras que mais haviam trabalhado pela valorização.

Os jornais dos dois grupos publicam quase que diariamente notas e listas de nomes para provar que os seus candidatos contam com a maioria absoluta de votos. Campos Sales, poucos dias antes da Convenção do partido, levou ao *Diário Popular*, que a publicou como informação própria e fidedigna, uma nota de sua lavra em que garantia estar Bernardino de Campos ao lado do seu velho amigo.

A 26 de setembro, no salão Steinway, a Convenção inaugurou os trabalhos sob a presidência de Manuel Pessoa de Siqueira Campos. Após algumas discussões sobre procurações de ausentes, teve lugar o escrutínio, apurando-se 54 votos para Albuquerque Lins e 40 para Campos Sales. Ao saber do resultado, o solitário de Banharão não pôde conter as lágrimas.

Na sua plataforma de governo, lida a 25 de janeiro de 1908, no banquete oferecido pelo P. R. P., Albuquerque Lins, com muita elegância, rendeu homenagem ao seu ilustre contendor, nome nacional popular e prestigioso no país e no Estado. Acentuou que o que o voto da Convenção resolvera fôra o caso económico em execução, realizado para salvar a lavoura e “com a inteira responsabilidade do povo paulista”. Em tempo oportuno, acrescentou, havia sido lembrada a alta conveniência de reeleger o governante executor do grande empreendimento, o que dependeria de reforma do expresso preceito constitucional, contra a qual Tibirirá fôra o primeiro a pronunciar-se decisivamente. Depois disto “era natural que a opinião se voltasse para outrem que representasse o mesmo pensamento, identificado com o mesmo programa”. Albuquerque Lins continuou zelosamente o mesmo programa, sendo os contratos de consignação do café regularmente reformados em seus vencimentos, com a pontual satisfação de tôdas as obrigações assumidas pelo Estado. Em 1908, para a consolidação definitiva dos estoques pertencentes a São Paulo, o govêrno contraiu o empréstimo de lbs. 15.000.000, com os banqueiros J. Henry Schroeder & Comp., de Londres, o Banco de Paris e da Holanda e a Sociedade Générale de Paris.

Realizado ao tipo de 85%, o empréstimo teve como garantia especial a sobretaxa de 5 francos por saca de café exportada e os estoques do Estado existentes na Europa e nos Estados Unidos. Celebrou-se com os banqueiros emissores um contrato especial, instituindo um comitê encarregado da venda e liquidação de todo o estoque em nome e por conta do govêrno do Estado. O comitê se compunha de sete membros, dos quais seis designados pelos banqueiros e um pelo govêrno do Estado, com direito de veto, suspensivo até deliberação final que, neste caso, teria de ser proferida pelo presidente do Banco da Inglaterra.

A êsse comitê foram entregues 6.842.374 sacas, designadas no comércio sob o titulo Estoque da Valorição.

Tibiriçá senador e membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista

Saído do govêrno, permaneceu Tibiriçá na política, titular da cadeira de senador estadual por mais de quinze anos, mandato que desempenhou concomitantemente com a função de membro da Comissão Diretora do Partido Republicano. Êste último cargo se conferia, parte por homenagem ao passado prestigioso dos chefes do partido, parte para firmar o reconhecimento de influências que correspondiam ao domínio indisputado de zonas eleitorais. Ao presidente do Estado, cabia naturalmente, por uso transformado em direito, a chefia do partido.

Ê certo que, senador e membro da Comissão Diretora, Tibiriçá não mudou de idéias e de atitudes e pela ponderação dos seus conselhos, sempre ouvidos com de-

ferência, apontou os rumos convenientes à dignificação do partido e do regime. Mais de uma vez mostrou êle os resultados negativos que o poder público colheria com o cerceamento da liberdade das urnas, pois seria rematada insânia perseguir sistematicamente as oposições.

Sem embargo, chefes houve praticamente donos de certos distritos onde ninguém lhes contestava, sem perigo, a posse de regalias tidas como intangíveis. Daí a formação, em plena república, de feudos nos quais se registraram sucessos deploráveis, dignos de ombrear com as aventuras sinistras de um Barcelos, na monarquia, tantos anos chefe político e de bandoleiros na região de Franca.

O pequeno senado estadual, muitos anos presidido por Tibiriçá, tornou-se, devido a uma apurada seleção de valores, verdadeiro cenáculo de ilustrados representantes das carreiras liberais, de chefes políticos prestigiosos e, sobretudo, de professôres de direito a quem era dado, a poucos passos da tradicional Faculdade do Largo São Francisco, doutrinarem como legisladores no casarão da praça João Mendes.

A presunção era que praticavam, como políticos, os ensinamentos que transmitiam à mocidade.

A maior parte desses mestres, além de se destacarem no magistério superior, dirigiam bancas de advocacia muito rendosas, porquanto a elas recorriam, para encaminhar feitos de importância ou para encomendar pareceres, grandes firmas e companhias nacionais e estrangeiras.

Sobre serem naquele tempo os legisladores mais bem remunerados no Brasil, os representantes do eleitorado paulista preferiam permanecer no Estado, tanto por motivos de interesse patrimonial quanto por temerem o

clima e o estado sanitário da Capital Federal, onde grassava quase anualmente a pavorosa, a espectral febre amarela.

Citemos algumas das figuras da Câmara alta do Estado: Dino Bueno, emérito civilista, prima pela clareza das suas preleções, que os estudantes acompanham absor-tos, pois bebem nas palavras do professor como um saber destilado que parece gravar-se com facilidade no espírito dos ouvintes. Almeida Nogueira, ilustre deputado geral na monarquia, divulga na Faculdade as idéias de Macleod. Duarte de Azevedo, romanista de excelsa cultura, explanador brilhante de sua disciplina, toma parte saliente nas discussões em torno da reforma da Constituição estadual em 1911. Melo Peixoto, outro vulto de notório saber, elabora, como relator parecer substancioso, revelador de amplos conhecimentos e que motiva cerradas controvérsias jurídicas entre os mestres. Orador de pujantes recursos, foi justamente considerado parlamentar de raça. Herculano de Freitas, Aureliano de Gusmão, Gabriel de Resende, Pinto Ferraz, e outros nomes integram êste conjunto de ilustres professores e advogados.

*A Sociedade Paulista oferece um mimo a
Jorge Tibiriçá*

Em 1909, o cidadão que há cêrca de um ano deixou o poder e sob cuja orientação direta se levaram a têrmo enormes operações comerciais e financeiras que envolviam o crédito do Estado e a sorte de uma das maiores lavouras do mundo, acusa num inopinado alquebramento as consequências de um gasto de fôrças

orgânicas e psíquicas que inquieta a família e os amigos. O sofrimento reprimido, a contenção de espirito, o *self-control* com que suportou ondas contínuas de malquerença, desprezando as infâmias e abstendo-se de responder às invectivas, produziram-lhe o pesar que hoje domina aquela robusta organização. E por sobre êsse desgosto, encontra-se em penosa situação económica, obrigado a atender a onerosos compromissos. Dívidas antigas e juros acumulados põem seriamente em perigo o seu patrimônio, pois talvez se veja levado a vender a própria casa e, quem sabe, a fazenda, tradição de família que ele tanto estima.

Acontece que sem relação com êsses problemas íntimos do ex-presidente, um grupo de paulistas de grande projeção social, lavradores, comerciantes, industriais, homens de empresa e representantes das carreiras liberais, havia deliberado lançar uma subscrição pública para oferecer um mimo a Tibiriçá, “como reconhecimento aos bons serviços durante o quadriênio de seu patriótico governo”.

Deixemos aqui consignados os nomes dessa comissão que, mais do que uma lista de cidadãos, significa uma verdadeira delegação moral do Estado de São Paulo: dr. João B. Conceição, dr. Augusto C. da Silva Teles, dr. Antônio de Queirós Teles, Barão de Tatuí, dr. Francisco A. de Sousa Queirós, George Georgius, José Soares Lacerda, João Ribeiro de Barros, Coronel João C. Leite Penteado, João Procópio & Irmãos, Coronel Joaquim da Cunha Bueno, Alfredo Plaas, Artur Furtado, Antônio Zerenner, Cel. Francisco Coutinho, L. Grumbach, dr. Paulo Prado, Alexandre Siciliano, Augusto Rodrigues, dr. Gabriel Dias da Silva, João Brícola, Hermes Alves Lima, Eduardo Mizard, dr. João Veloso, Ar-

tur Diederichsen, Cel. José de Sales Leme, dr. Luís dos Santos Dumont, Camilo Sampaio, dr. Francisco Marcos Inglês de Sousa, José Domingues Martins, dr. Inácio Uchoa.

De tôdas as localidades do Estado afluíram centenas de listas às mãos de sobredita Comissão.

É com emoção que se manuseiam essas fôlhas, encadernadas num álbum oferecido ao homenageado, nas quais se alinham milhares de nomes, de tôdas as classes e profissões, contribuintes cuja sinceridade e espontaneidade se aferem pela circunstância dos signatários registrarem a respectiva profissão.

Vemos então conhecidos sobrenomes de gente abastada, magnatas da finança e fazendeiros graúdos, seguidos em diversas páginas de centenas e milhares de pequenos doadores, colonos e sitiantes, modestos ofertantes de pequenos óbulos inscritos a lápis e em letras de um traço bisonho e acanhado, para subscrever 5\$, 2\$ e até quinhentos réis.

• O total arrecadado elevou-se a 238:515\$300 (duzentos e trinta e oito contos, seiscentos e quinze mil-réis e trezentos réis). Mas estamos curiosos por conhecer o "mimo".

Aí vai êle na prestação de contas da comissão angariadora:

Quantia despendida com a restauração do prédio do dr. Tibiriçá e mais objetos fornecidos: 17:798\$950.

Pago aos credores, viúva e herdeiros do dr. Fonseca, conforme escritura pública: 185:000\$000.

Pago ao Banco União, conforme escritura pública: 36:000\$000.

Em carta dirigida a 29 de março de 1909 ao dr. Inácio de Mendonça Uchoa, tesoureiro da referida comissão, escreve Jorge Tibiriçá:

“Incluso remeto a V. Exa. a quitação dos herdeiros do dr. Francisco Emídio da Fonseca e a do Banco União de São Paulo que V. Exa. deseja apresentar aos seus dignos companheiros de Comissão.

Peço a V. Exa. ser junto aos mesmos o intérprete de meus sentimentos de profunda gratidão, bem como dos de minha família, para com todos os membros da comissão e todos os subscritores.

Se é certo que não poupei esforços para bem servir ao povo de S. Paulo, não é menos certo que era isso o dever de quem aceitara o elevado cargo que me foi confiado.

Não posso, pois, deixar de ver no ato dos subscritores uma prova de generosidade que muito me penhora. Apresento a V. Exa. os meus protestos... etc.”

Os governos Paulistas de 1908 a 1929 — Administrações de Albuquerque Lins, Rodrigues Alves, Altino Arantes, Washington Luís, Carlos de Campos e Júlio Prestes

No período que transcorre de 1908 a 1929, São Paulo estende a área ocupada do Estado até as fronteiras de Mato Grosso e do Paraná e inicia as entradas de novos pioneiros e agricultores além do Parana-panema. Desloca-se mais uma vez a zona geográfica da cultura cafeeira, paralelamente ao desenvolvimento da policultura e da indústria pastoril.

O progresso mais espetacular aparece nas estatísticas da indústria, grandemente propulsãoada pela guer-

ra de 1914-18 e de um modo geral sempre favorecida pelas depreciações da moeda, as melhores auxiliares das taxas protecionistas.

O café, produzido em volumes crescentes, não mais dispensou as intervenções que se sucedem até firmarem-se em defesa permanente. Em 1917, 1922, 1925, registram-se, ora através de emissões, ora por meio de empréstimos, compras de milhões de sacas com o fim de “restabelecer o equilíbrio estatístico”, fórmula nova para justificar diversas modalidades de valorização.

De 1908 a 1929, ano da morte de Tibiriçá, São Paulo é sucessivamente governado por Albuquerque Lins, Rodrigues Alves, Altino Arantes, Washington Luís, Carlos de Campos e Júlio Prestes, nomes integrados na história do Partido Republicano Paulista.

Albuquerque Lins, eleito após os incidentes que conhecemos, realizou a operação de crédito destinada a consolidar a valorização do café e executou uma obra administrativa em concordância com o auspicioso crescimento demonstrado em todos os setores da economia estadual.

Na parte política, coube-lhe fazer frente à insensata ameaça de intervenção federal ideada por elementos hermistas, desejosos de ensaiar em plagas bandeirantes uma daquelas “salvações” pela espada realizadas com tanto êxito, tumultos, sangueiras e bombardeios, em alguns Estados do Norte.

Refletindo a indignação e a repulsa da opinião pública paulista, o presidente confiou ao seu secretário da Justiça, dr. Washington Luís, titular da mesma pasta no governo Tibiriçá, o encargo de preparar a resistência armada contra o atentado à autonomia estadual.

Os preparativos bélicos, efetuados com o pleno assentimento da opinião pública, compreenderam a verdadeira

mobilização da Fôrça Pública, recém-instruída pela missão francesa e apetrechada com metralhadoras e, segundo constou, outros armamentos poderosos introduzidos de contrabando. Formaram-se por todo o Estado centros anti-intervencionistas para receber o alistamento de moços e cidadãos inflamados pela causa.

O dr. Washington Luís ganhou uma aura de popularidade extraordinária e firmou daí por diante o prestígio que vinha confirmar a opinião manifestada por Tibiriçá a respeito de um político a quem atribuía qualidades de energia e decisão comparáveis à do famoso estadista francês Clémenceau.

Êsses tristes episódios resolveram-se finalmente por um acôrdo político, sugerido em reunião de vários próceres paulistas e de outros Estados no quartel da Luz, quando levados em visita àquele estabelecimento militar. O senador Barbosa Lima, que fugira do Rio para escapar à perseguição da Polícia hermista, recomendou a São Paulo, de preferência a um choque militar, sempre sujeito a fatôres duvidosos e imponderáveis, recorrer a um elemento de vitória infalível — o dinheiro. O caso finalizou com negociações levadas a efeito por diversos intermediários, entre os quais um irmão do presidente de apelido *Jangote*. Voltou pelo mesmo acôrdo a reinar a paz no Partido Republicano, com a participação de ruístas e hermistas na Comissão Diretora.

Concluiu-se a pacificação com a escolha do Conselheiro Rodrigues Alves para suceder a Albuquerque Lins. O venerando brasileiro, ao recapitular todos êsses acontecimentos na plataforma lida no Clube Germania a 16 de janeiro de 1912, realçou a missão que o trazia novamente ao poder e comentou com grande superioridade os fatos causadores da desavença entre São Paulo e o

governo da União. Confirmou que São Paulo “cruzara nobremente as armas” e que nenhum Estado podia arrojar-se a temeridade de insurgir-se contra a pátria comum. Entretanto, as unidades da Federação possuíam o direito de ser “os juizes de sua conveniência sem a tutela de influências estranhas”.

Com muita elegância referiu-se nestes têrmos à valorização do café: “Deve ser considerado como um dos maiores acontecimentos dos últimos tempos a solução dada, nesse Estado, ao problema da valorização do café, não só pela audácia do empreendimento como pelo volume considerável dos valores envolvidos no conjunto da operação”.

Quando na presidência da República dissentira de algumas das idéas relativas ao café e à Caixa de Conversão. Reconhecia, porém, que uma vez aceito definitivamente o plano valorizador, o patriotismo e o bom senso mandavam acatar inúmeras relações de direito, contratos e compromissos que nenhuma divergência teórica podia menosprezar ou rescindir.

Ainda com relação ao café, denunciou Rodrigues Alves, na sua primeira mensagem, a injustificável e inamistosa atitude inspirada ao governo dos Estados Unidos por alguns parlamentares daquele país, a fim de mandar o Departamento de Estado intentar uma ação judicial contra os membros do Comitê de Valorização, sob a alegação de incidirem nos dispositivos da lei Sherman, promulgada para combater os trustes.

Na ação proposta perante o Tribunal Distrital de Nova York, alegava o autor (Estados Unidos da América), que os convênios e conspirações para levantar os preços do café eram ilegais, violavam a lei americana, e pedia a nomeação imediata de um depositário para

tomar conta do café brasileiro armazenado em Nova York.

Tratava-se da “quebra dos grandes moldes que a ciência política criou para a completa segurança da justiça entre as nações”. Na Câmara francesa, pela mesma ocasião, um deputado socialista pedira medidas coercitivas contra o Brasil, ouvindo do próprio ministro do comércio que na França também se pretendia efetuar a alta do trigo por processos semelhantes.

Quando da sucessão de Rodrigues Alves ao governo de São Paulo, foi por acôrdo quase unânime escolhida a chapa Rubião Júnior e Altino Arantes. Com o falecimento daquele prócer, desenhou-se gravíssima crise política em tórno da escolha para a curul presidencial.

Por indicação de Rodrigues Alves, de acôrdo com os dirigentes partidários, foram apresentados três nomes: Cardoso de Almeida, Altino Arantes e Lacerda Franco. O líder Cincinato Braga, então em Poços de Caldas, foi chamado para opinar.

Esse político, muito ligado à dissidência, ao que parece ladeou a questão, mostrou tergiversações, impugnou os três nomes.

Como a indecisão política se prolongasse e agravasse a crise latente, Jorge Tibiriçá dirimiu a questão de maneira um tanto inesperada, como nos afirmou o próprio Altino Arantes. Interpelado por um vespertino sôbre o tema espinhoso, não usou Tibiriçá dos mesmos panos quentes e de manobras protelatórias, e categòricamente, em têrmos inequívocos, declarou que não existiam mais hesitações na deliberação tomada pelo Partido Republicano, pois êste por grande maioria já se pronunciara positiva e definitivamente pelo nome de Altino Arantes. A

questão deixava de sair do terreno das hipóteses e dos boatos para constituir uma deliberação final.

Essa vitória, com a qual não se conformaram os opositores, reaviventou a Dissidência, cujos componentes se retiraram do Congresso assim que se anunciou o resultado do pleito.

Ao dr. Altino Arantes aguardavam dias excepcionalmente difíceis em virtude da guerra européia, cujas perturbações se estendiam a todos os continentes, entravando o intercâmbio comercial e agitando paixões nacionais e sociais.

Em São Paulo, devido às deficiências da importação, várias indústrias passaram a crescer velozmente e a auferir altos lucros, em prejuízo, porém, do custo da vida, que se elevou de forma a depreciar os salários. Uns produtores enriqueciam pela falta de concorrência e outros remetiam para o estrangeiro gêneros denunciados na Europa como de qualidade inferior. O operariado, em face das privações criadas pela carestia, reclamou aumentos e, desatendido, entregou-se a uma série de greves conduzidas com violência e que tomaram um verdadeiro colorido de guerra social. Tão grave se tornou a situação que o governo se viu coagido a mobilizar tôdas as forças disponíveis para impedir uma subversão de perspectivas imprevisíveis.

Pela mesma ocasião, na Argentina, o que prova a comunicação entre os fenômenos, deram-se as violentíssimas agitações da famosa "Semana Sangrenta", que obrigaram o governo de Irigoyen a proclamar "la nacionalidad en peligro".

Além desses contratempos, o governo Altino teve que providenciar rápida assistência à lavoura, prejudicada pela escassez de transportes marítimos. Graças ao

empenho da administração paulista junto ao governo Veneslau Brás, São Paulo obteve uma emissão de 150 mil contos para a defesa do café.

Outro motivo de inquietação proveio da circunstância dos cafés brasileiros depositados em Hamburgo haverem sido sequestrados pelo governo alemão, que reteve a dívida da Casa Bleischroeder, num montante de mais de 153 milhões de marcos-ouro. Essa questão foi mais tarde resolvida nas cláusulas do Tratado de Paz, depois de laboriosas discussões em defesa dos direitos brasileiros.

Não obstante êsses embaraços e ainda os nascidos da entrada do Brasil na guerra, o governo Altino seguiu as normas da mais estrita economia e do equilíbrio orçamentário e tudo fêz para estimular o crédito dos bancos e o auxílio das caixas económicas em favor da produção. No terreno da propaganda cívica, em consequência do conflito mundial, o presidente Altino proferiu magníficos discursos, em que os sentimentos do patriota ecoaram através da palavra brilhante e convincente do humanista.

Na sucessão governamental, influiu êle decisivamente para a indicação de Washington Luís.

Em razão do seu passado político, altamente recomendado pela ação que desenvolvera na Secretaria da Justiça e na prefeitura de São Paulo, Washington Luís foi saudado com louvores pelos situacionistas e dissidentes.

O novo presidente, ativo, enérgico e voluntarioso, congregou os políticos e iniciou uma administração de grande rigor financeiro e obras públicas importantes, mormente no ramo das estradas de rodagem, o que lhe valeu por parte dos oposicionistas ser chamado de "estradeiro".

O público e mesmo os adversários o reputavam um homem de absoluta honestidade e, de fato, o presidente fêz questão de ordenar a vida financeira estadual, consoante os preceitos do maior escrúpulo orçamentário, e realizou um empréstimo *ouro* para evitar grave crise de crédito e consolidar a dívida flutuante.

As suas mensagens refletem a preocupação de comentar os mais variados assuntos administrativos e discutir as soluções com um certo tom de autoridade e segurança. Muito preocupado com a crise consequente à guerra e a baixa cambial mostra êle como os preços do café, embora mais elevados em papel, correspondem na realidade a um grande deficit em ouro para os produtores e para o país. Quando se verificou a baixa do café e os fazendeiros apelaram para o govêrno federal, o sr. Washington Luís apoiou com firmeza a pretensão da lavoura, arrostando com a irritação do presidente Epitácio, traduzida em algumas vârias do *Jornal do Comércio*. A resposta veio pelo *Correio Paulistano* e o Cateete sentiu que se defrontava com um governante disposto a não ceder à majestade e ao orgulho do poder central.

Gesto inesquecível de Washington Luís foi a repulsa ao convênio de Ouchy, proposta de contrato de imigração atentatória à segurança nacional. Disse bem por isso o presidente que devíamos “tomar cuidado ao abrir a porta à imigração em massa”. E explicou judiciosamente: “Somos um país, uma nação, uma pátria. Adquirida, aqui, a nacionalidade, há que conservá-la, defendê-la e amá-la. Sem isso, teremos a desintegração da terra, a confusão dos povos, a transformação em colônias, a desapareição por consequência da própria nacionalidade”.

Na questão da sucessão presidencial da República e por mais que se acumulassem os escândalos e tumultos da campanha contra a candidatura Bernardes, Washington Luís só proferiu uma frase: “A atitude de São Paulo é definida e definitiva”.

Ao explodir a revolta de 5 de julho no Rio, respondida com o levante da guarnição de Mato Grosso, o governo secundou imediatamente a repressão federal.

Na indicação do seu substituto ao governo do Estado, o sr. Washington Luís foi menos feliz. Jorge Tibiriçá, ao ter ciência da escolha do nome de Carlos de Campos, ponderou que o filho de Bernardino de Campos, parlamentar brilhante e jornalista de altos predicados intelectuais, prestava melhores serviços no Congresso que no Executivo. Dotado de grande afetividade e de temperamento artístico e um pouco boêmio, não sabia dizer “*não*”, o que era grande inconveniente para um chefe de governo.

Por motivos outros, a designação de Carlos de Campos e a ulterior atitude do sr. Washington Luís na formação da chapa de representantes federais, provocou uma cisão no partido, a *Coligação*, composta dos antigos dissidentes e vários nomes de primeira plana no cenário oficial, como Álvaro de Carvalho, Altino Arantes, Olavo Egídio e outros. Esse dissídio partidário contribuirá muito para facilitar em São Paulo a invasão do *virus* revolucionário.

Carlos de Campos, não obstante as ressalvas que faziam com referência a alguns elementos de sua roda política, proferiu uma plataforma em que prometia governar com o coração, bela peça de sensibilidade literária mais que programa objetivo de política.

Dois meses depois da investidura, a 5 de julho de 1924, São Paulo acordou sob o eco dos tiros de canhão.

Surpreendida a cidade com a rebelião conjunta de tropas do Exército e da Fôrça Pública, vieram a público, no dia 9, ao retirar-se o govêrno, nomes de chefes até então completamente desconhecidos em São Paulo: General Isidoro Dias Lopes, antigo revolucionário federalista, secundado por um estado-maior em que figurava o Coronel João Francisco, caudilho castilhisto nos eventos de 1893-94. Uma plêiade de brilhantes oficiais do exército, participantes do primeiro levante de 5 de julho, no Rio, entre os quais Eduardo Gomes, os irmãos Távora e muitos outros, formava os quadros do exército revoltoso.

Durante quase um mês de tiroteios e bombardeios que atingiam mais os civis que as tropas entrincheiradas nos bairros e nos arrabaldes, a Paulicéia serviu de alvo a uma chuva de granadas que causou centenas de vítimas entre a população. Em proclamação que irritou muito os ânimos, declarou o govêrno que "São Paulo preferia ver destruída a sua formosa capital a ver destruída a legalidade no Brasil".

Êsses fatos perturbaram muito os espíritos e exaltaram as paixões. A massa popular e muitos elementos das classes conservadoras encararam com simpatia a revolução, propagando-se estranhamente, em meio de rumores, anedotas e boatos, uma vaga de sebastianismo isidorista. Êsse estado de espírito prejudicou bastante a tranquilidade posterior do govêrno, embora o presidente encarasse com acerto vários problemas administrativos.

Antes de findar o quatrênio faleceu Carlos de Campos, a quem sucedeu Júlio Prestes, filho do republicano

histórico Fernando Prestes, que por duas vêzes ocupara o govêrno estadual como vice-presidente.

A melhor iniciativa do govêrno foi a construção da linha Mairinque-Santos, prolongamento da Sorocabana, para atingir o pôrto de Santos a dar escoamento às importações e à produção paulista, continuamente estorvadas pelos repetidos congestionamentos, involuntários ou propositais, da São Paulo Railway.

Confirmavam-se as previsões de Tibiriçá, relativamente à necessidade de unificar as ferrovias estaduais e de pôr fim, por encampação, ao domínio das concessionárias estrangeiras.

No campo político, encontrou Júlio Prestes a onda avolumada de oposicionismo formada pelo Partido Democrático, arregimentação composta de correntes tradicionais separadas do P. R. P. e associadas a elementos renovadores, de tendências mais radicais. Favorável ao voto secreto e agindo de acôrdo com os blocos parlamentares mais liberais e combativos do país, incorporou-se o Partido Democrático à coalisão política que, unida aos revolucionários dos dois 5 de julho de 1922 e 1924, preparou o movimento de outubro de 1930.

Os governos da República de 1909 a 1928

Quebrados os rumos da política republicana com a morte de Afonso Pena, levantou-se uma candidatura militar à qual se contrapôs a chapa Rui Barbosa — Albuquerque Lins.

A campanha *civilista* de Rui, na qual o extraordinário tribuno proferiu as suas mais belas orações políticas, eletrizou positivamente as grandes massas populares e a

mocidade. Nesse apostolado, a pujante cerebração de Rui sugere o conceito aplicado a Vitor Hugo: “Êle tocou o sino de tôdas as idéias do século”.

No correr da cruzada profetizou êle todos os males que nos adviriam do militarismo e conclamou o povo a repudiar nas urnas o flagelo que ameaçava a democracia brasileira.

A voz das ruas e das praças, os comícios-monstros, o pronunciamento dos intelectuais e das escolas superiores, os imensos sacrifícios financeiros de São Paulo, nada pôde deter a inundação de votos e atas falsas, produto de uma vitória majoritária escorada na conivência das oligarquias mais atrasadas e despóticas do país.

Bem que duvidosa e contestável, a apuração dos votos pelo Congresso levou a reconhecer o Marechal como Presidente da República.

Governante e militar bem intencionado, Hermes, muito indeciso, vacilou entre os conselhos de amigos mal orientados, de sorte que administração se ressentiu gravemente das falhas da política.

Em muitos Estados, as situações locais detinham há longos anos o poder e sujeitavam os adversários a implacável ostracismo. Com a subida de uma patente do Exército, apareceram, a título de *salvadores*, colegas de armas apoiados pelas guarnições federais, que derrubaram em série vários governos acusados de oligárquicos e despóticos. No Amazonas, no Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, coronéis, majores e generais tomaram posse dos governos a tiros de canhões e reduziram a cinzas alguns palácios.

O espírito de desordem, que nos primeiros dias do quadriênio surgira com a triste revolta de João Cândido na Marinha, revolta que depredou os nossos melhores

navios e desorganizou os efetivos navais, prosseguiu no sangrento motim do Batalhão Naval e nas desoladoras cenas da repressão, que fizeram, com os fuzilamentos do vapor "Satélite" e o morticínio dos marujos nos porões das fortalezas, o país retroceder aos episódios mais repugnantes da luta civil de 1893. Nessa ambiência de indignação e de reles politiquice, adquiriram notável relêvo as apóstrofes de Rui Barbosa no Senado, denunciando o governo então defendido pelo líder Pinheiro Machado.

Pouco faltou para a conflagração atingir o Estado de São Paulo, incrivelmente ameaçado da intervenção federal por causa da posição ardentemente tomada contra a candidatura do Marechal.

Em 1914, ônus financeiros imprevistos, decorrentes de compromissos acumulados pelos últimos empréstimos exteriores e da declaração da guerra européia, agravaram os deficits orçamentários e obrigaram o governo, depois de emitir 250 mil contos, a negociar novo *fundings*, a fim de adiar por três anos o pagamento de juros da dívida externa.

A instabilidade financeira e administrativa, o fechamento da Caixa de Conversão, o recurso ao expediente do papelismo, a contínua agitação política, soprada por campanhas de imprensa que metiam a ridículo o chefe do governo, todos êsses fatores envolveram o quadriênio numa atmosfera de pessimismo e de colérica oposição.

Venceslau Brás, o seu sucessor, representa a reação civilista, o retôrno a um governo de normas sensatas e contrárias a aventuras políticas. Bons propósitos que a guerra mundial prejudica de forma deplorável, uma vez que o decréscimo das exportações e a falta de recursos cambiais obrigaram o governo anterior a negociar um novo *fundings*.

A entrada do Brasil na guerra, para dar cumprimento aos deveres da nossa tradicional política americana, cria problemas no plano internacional que determinaram o incremento da produção, o confisco dos navios alemães e um redobrar de atividades manufatureiras e agrícolas, para suprir o mercado interno e aumentar os fornecimentos aos aliados.

Não houve desacôrdo das fôrças políticas do país para regular a questão sucessória. Unânimemente decidida a indicação de Rodrigues Alves, foi o venerando estadista eleito Presidente da República pela segunda vez.

Infelizmente, o ancião, de saúde muito precária, não resistiu ao ataque de insidiosa enfermidade e faleceu ao cabo de poucos meses. Tendo Minas, pela palavra de Raul Soares, impugnado para a presidência da República o nome de Altino Arantes, firmou-se o acôrdo em tôrno da figura de Epitácio Pessoa, chefe da delegação brasileira à Conferência da Paz.

Epitácio, sôbre cuja administração se fundavam grandes esperanças, arcou logo com a desilusão de uma baixa cambial que alarmou as classes produtoras e a lavoura. Sobrevindo de novo a queda acentuada nos preços do café, o presidente, inclinado a resistir a princípio à intervenção no mercado solicitada pela representação federal paulista, que para isso pleiteava uma emissão, provocou com essa relutância às pretensões de São Paulo, gravíssima crise política quase equivalente a uma ruptura com o Estado. Reconsiderando, porém, os efeitos dessa recusa impolítica e tendo-se convencido, depois de conferenciar com o Conde Siciliano, que seria viável e até vantajosa ao país uma nova valorização, Epitácio contraiu para êsse fim um empréstimo de 9

milhões de libras e interveio com êxito no mercado. O presidente recebeu expressiva manifestação dos lavradores paulistas e escolheu para ministro da Marinha Veiga Miranda, ao mesmo tempo que essa aproximação com São Paulo lhe permitia completar o vasto programa de obras contra as sêcas do Nordeste.

Ao abrir-se a questão sucessória, um pouco extemporâneamente agitada por Minas e São Paulo, a fim de acertarem uma escolha comum, a indicação pelos dois Estados do nome do sr. Artur Bernardes, ratificada numa Convenção de 17 Estados, acendeu as labaredas de uma das mais tremendas campanhas políticas da República. Tomou por nome a *Reação Republicana* e opôs à candidatura do presidente de Minas as de Nilo Peçanha e J.J. Seabra, amparados por quatro Estados dissidentes, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. A luta caracterizou-se por todos os excessos de imprensa e foi sobretudo conduzida pelo *Correio da Manhã* e o *Imparcial*, culminando o embate no episódio da carta falsa, publicação no jornal de Edmundo Bittencourt do *fac-simile* de uma epístola atribuída ao sr. Bernardes e vazada em termos insultuosos ao exército.

Por causa dessa falsificação, comparável pelos incríveis reflexos que despertou, a um verdadeiro caso Dreyfus brasileiro, organizou-se uma conspiração das classes armadas, que resultou no levante de 5 de julho de 1922, no Rio.

Desarticulado em tempo pelo grande ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, que mandara transferir muitos oficiais de suas unidades, o motim restringiu-se à Escola Militar de Realengo e ao forte de Copacabana, de onde saíram alguns militares ao encontro das forças

legais, num gesto de coragem e “panache” que muito comoveu o país inteiro.

Em Mato Grosso, a guarnição, sob o comando do general Clodoaldo da Fonseca, procurou secundar o movimento do Rio, mas diante do fracasso de outros compromissos militares, aceitou a rendição sem combate.

Ao tomar posse, depois de tão tumultuada campanha, e não obstante as predições de que não chegaria a assumir o cargo, Bernardes iniciou uma política de severas economias e aumento da receita com a criação do impôsto de renda. Constituia ponto básico do programa governativo a reorganização bancária com a transformação do Banco do Brasil em instituto emissor único, dotado da faculdade de desconto. Voltava-se destarte ao princípio classico do regulador monetário e cambial, processo fadado a produzir fecundos resultados quando gerido com o devido critério. A subida do câmbio, reação às baixas contínuas ocorridas no govêrno anterior, repercutiu favoravelmente na opinião e marcaria um auspicioso período de regeneração, ou melhor, de normalização monetária, não fôssem as insinuações e o entono pessimista de certos grupos produtores, que se serviram de vários órgãos jornalísticos para editar queixas e clamores contra a *deflação* de que acusavam o govêrno.

Essa oposição, de aspecto aparentemente limitado a divergências económicas com o plano do govêrno, encobriu e provávelmente estimulou a conspiração militar que se vinha urdindo em represália ao malôgro do movimento de 5 de julho. No Rio Grande do Sul, em 1923, os antigos elementos federalistas associados a diversas correntes liberais impulsionadas pela catequese de Assis Brasil e outros líderes contrários à ideologia castilhista, organizaram um levante contra Borges de Medeiros, governador perpétuo do Estado. Os elementos subleva-

dos, sentindo o apoio moral do govêrno da República, prolongaram a luta por alguns meses, criando para o sr. Bernardes a difícil situação de assistir, numa das mais importantes circunscções da República, a uma luta fratricida ante a qual a União se mantinha em atitude de neutralidade incompatível com os seus deveres constitucionais de entidade pacificadora e interventora.

Pacificado o Rio Grande e restaurados os princípios da Constituição de 1891 com a substituição futura do dr. Borges de Medeiros, estipulada no pacto de Pedras Altas, de par com outras modificações no antigo estatuto positivista do Estado, tudo indicava que o govêrno Bernardes prosseguiria sem entraves a obra de recuperação financeira e monetária.

Eis senão quando, a 5 de julho de 1924, tem início a revolução combinada para estourar conjuntamente nas principais guarnições do país, mas que só em São Paulo consegue êxito momentâneo. Os dois anos restantes de govêrno foram praticamente tomados pelas atividades militares e policiais, extremamente dispendiosas, em defesa do legalismo, entre episódios dramáticos, como os exílios e prisões na Clevelândia e a revolta do couçado *São Paulo*. Em obediência aos compromissos existentes desde o lançamento da candidatura Bernardes, a Convenção Nacional indica os nomes de Washington Luís e Melo Viana, para presidente e vice-presidente.

Depois dos contínuos sucessos revolucionários sob o govêrno Bernardes, obrigado a eternizar o estado de sítio e os métodos de compressão policial para vigiar os conspiradores e amordaçar a imprensa oposicionista, o govêrno do sr. Washington Luís foi recebido com alívio e alegria. O Rio, entristecido e sombrio, tornou a sorrir e a cultivar a galhofa expressiva do carioca.

No dia seguinte ao da posse verificou-se um levante, rapidamente abafado, em algumas guarnições do Rio Grande do Sul, mas o espírito público abria grande crédito de confiança ao governo e só a coluna Prestes, errando pelos sertões, é que mantinha uma certa chama revolucionária.

O presidente, que convidara para ministro da Fazenda o sr. Getúlio Vargas, coloca com ênfase, acima de qualquer outra preocupação, a idéia de estabilizar a moeda, política praticada em outros países depois da fase de tumulto que desregulou na Europa o funcionamento do padrão-ouro. O principal exemplo dessa estabilização vinha da França, com a recente deliberação do ministério Poincaré em relação ao franco. Para efetivar o plano, contraiu o governo dois empréstimos-ouro, um na Inglaterra, de 8.750.000 libras; outro nos Estados Unidos, de 41.500.000 dólares.

Essa massa de metal foi entregue à Caixa de Estabilização, que a deveria usar para a compra de cambiais em papel ou devolução do ouro quando pedido. Ficava assim, mais uma vez, o país lançado numa experiência de reforma monetária, fora do sistema clássico do Banco Emissor e que anulava a tentativa do governo anterior na matéria. A taxa escolhida para a estabilização, 5 59/64, acentuando uma baixa desnecessária, facilitou a tendência para maior queda assim que se desenharam os prelúdios da crise económica mundial.

O declínio dos preços dos gêneros de exportação, junto com os deficits orçamentários, obrigou o governo, para seus pagamentos externos, a lançar mão do ouro da Caixa, que se foi rapidamente escoando para o exterior, privando o Tesouro da massa de manobra para sustentar o câmbio.

A essa desagradável circunstância vieram acrescentar-se os efeitos dos erros políticos consequentes à es-

colha da candidatura Júlio Prestes, a qual, mesmo combatida como fôra poderia ter sido aceita pelos próprios adversários, não se verificassem certas arbitrariedades do govêrno Federal, como a intervenção na Paraíba e as *degolas* nos reconhecimentos do Congresso. Daí desandaram os acontecimentos, sôbre os quais nada nos cabe dizer neste trabalho, porquanto Jorge Tibiriçá já não pertencia ao número dos vivos.

Tibiriçá, presidente do Tribunal de Contas

Ao deixar o Senado, onde por tantos anos se impusera ao aprêço e admiração dos seus colegas, Tibiriçá foi saudado por Rodolfo Miranda, que mais uma vez pôs em relêvo os serviços prestados a São Paulo pelo eminente cidadão. Declarou o orador que êle saía “da luta agitada e cheia de injustiças e de agruras da vida partidária”, mas que não ia para uma aposentadoria e sim prestar os seus serviços em outra esfera. As últimas palavras de Rodolfo Miranda referiam-se aos marcos indestrutíveis da vida pública de Tibiriçá, nome que a mocidade haveria de bendizer como símbolo de grande republicano e grande patriota.

A escolha de Tibiriçá para presidir o Tribunal de Contas bastava como prova de que não se trataria de simples repartição burocrática para criar empregos ou premiar dedicações políticas.

Nem Tibiriçá se prestaria a êsse papel. O reformador da contabilidade pública do Estado, o governante que instituía a tomada de contas das emprêsas ferroviárias, mais que ninguém ganhara fôrça moral para pronunciar-se sôbre a utilidade de órgãos de fis-

calização das finanças e dos contratos do poder público.

O Tribunal fôra instalado num sobrado na Travessa do Comércio, perto do antigo Forum. O presidente Washington assistiu à inauguração e preencheu, sem interferências políticas, os cargos de funcionários, com elementos da Secretaria da Fazenda devidamente habilitados.

Tibiriçá levou a peito as suas funções com o rigor e a austeridade de um juiz. Emprestava solenidade ao cargo, fácil de se observar pelo aspecto severo que mantinha durante as sessões, em que dirigia os trabalhos com o gesto sóbrio e o falar tranquilo.

Nem todos os governos, porém, se regem pelos princípios de clareza e rigor nas finanças que Tibiriçá exigia quando responsável pela administração do Estado.

Acabam por achar enfadonhas, formalísticas e excessivas as providências criadas para moralizar e fiscalizar as contas e preferem livrar-se dessas peias por meio de revogações ilegais. De fato em 1925, o governo achou mais fácil cancelar os dispositivos estatuídos na lei para registrar papéis. De maneira capciosa e indireta, mandou simplesmente revogar os artigos de um texto legal que embaraçava a aprovação de contas irregulares. Com desassombro e patriotismo, no relatório apresentado em 1927, Tibiriçá reclama providências "no sentido de restabelecer a eficiência deste aparelho (o Tribunal), indispensável à boa marcha das finanças e economia da mais rica e adiantada unidade da Federação".

Protesta o venerando paulista contra uma reforma, derivada da lei de 1926 e de acôrdo com a qual o executivo podia, a seu talante, determinar a aceitação das despesas impugnadas, método muito cômodo para anular definitivamente o Tribunal.

Tibiriçá denuncia que o govêrno exorbitou flagrantemente da autorização dada pelo Congresso e pretende aniquilar o Tribunal de Contas, dar um golpe definitivo num instituto que perderia então tôda a razão de ser, para se converter em "inútil aparêlho de ornato".

• Refere ainda que se efetuaram pagamentos ao Tesouro sem que as respectivas requisições transitassem pelo Tribunal e adverte que também se requisitaram pagamentos por verbas inadequadas. Eis como o digno magistrado mostra o desprêzo com que os governos tratam as leis promulgadas para fiscalizar e moralizar a aplicação dos dinheiros públicos.

O fim de um grande brasileiro

• No correr dêste trabalho estendemo-nos em algumas dissertações acêrca de acontecimentos políticos na Europa do século passado. Essas páginas foram diretamente sugeridas pela história da família.

João Tibiriçá Piratininga, com uns poucos paulistas e ituanos, assistiu em França à revolução de 1848 e aos eventos subsequentes do cesarismo imperial de Napoleão III.

De regresso ao Brasil, portador de impressões diretas e oculares de tais sucessos, não os relatou em crônicas ou entrevistas, mas muitas vêzes referiu-se entre pessoas da família e amigos, aos fatos e idéias que concorreram para a formação do ideal republicano por êle ardentemente defendido como demonstrou ao presidir a convenção de Itu, em 1875.

Em 1870, o filho dêle, Jorge, adolescente mandado estudar em França, torna-se a princípio a testemunha involuntária e depois o curioso observador de vários

episódios da guerra franco-alemã, principalmente do bombardeio de Estrasburgo.

Os conhecimentos e a experiência adquiridos nessas viagens, tão ricas de impressões e reminiscências, constituíram apreciável bagagem cultural da família Tibiriçá. Formaram valioso elemento dêsse “back-ground” psicológico onde se arquivam tantas sensações passadas e por via das quais se apuram a observação e a interpretação dos fenômenos humanos e do panorama social da existência.

Cada ser e cada família conta com a sua perspectiva própria de lições e de sabedoria provenientes de parentes próximos ou de ancestrais mais longínquos, dos quais se conservam notícias e confidências que não caíram no domínio público.

Do pai recebeu Jorge Tibiriçá muitos dêsses ensinamentos, através de narrações surgidas no correr das palestras que ambos mantinham frequentemente sobre assuntos de tôda ordem, científicos, filosóficos, ou políticos.

Ambos republicanos, versados nas idéias liberais do século 19, profundamente admiradores do espírito francês e das obras científicas ou literárias que êle produziu, muitas vêzes comentaram acontecimentos aos quais nos referimos nos primeiros capítulos dêste trabalho, em rápidas páginas a respeito da revolução de 1848 e da atmosfera social da época. Trata-se de impressões retransmitidas por Jorge Tibiriçá aos filhos, em comunicações verbais que, como é óbvio, não eram fixadas por escrito ou anotadas em fichas biográficas. Êsses eventos históricos, passados ora na França, ora no Brasil, e presenciados por membros da família, compõem um lastro de reminiscências, opiniões, juízos, conceitos, críticas, censuras ou aplausos, que às vêzes passam de pai a filho unicamente pela tradição oral.

O que relatamos nada acrescentou ao que pudemos captar, restringindo-nos à divulgação dos fatos, totalmente escoimada de romanceamentos ou fantasia.

Sabemos que Jorge Tibiriçá era ateu e materialista, como fôra seu progenitor. A exemplo do pai jamais blasonou tal ausência de religião e silenciava acêrca dêsses princípios. Se insistissem, porém, em querer atacá-lo no reduto de suas convicções, encontravam logo o homem intransigente que opunha a quaisquer tentativas de debates, o escudo impenetrável de suas concepções científicas e filosóficas. Delicado e tolerante, não invadia o domínio das crenças alheias e as respeitava com suma cortesia. Mas o seu ateísmo era inexpugnável e se ajustava a uma consciência límpida e pura, que os crentes poderiam julgar formada pelos melhores preceitos da religião. Os seus sentimentos eram, a bem dizer, supercristãos, sem que êle admitisse quaisquer penhores místicos ou a mínima influência dos dogmas e da fé.

Narra o dr. Jorge Tibiriçá Filho que o pai, alheio aos ensinamentos da Igreja, praticara, como os mais irrepreensíveis servos de Deus e do cristianismo, os dez mandamentos da lei mosaica, sendo lícito interpretar quanto ao primeiro, que, ao cultuar a bondade e o respeito humano implicitamente se verificava o amor a Deus, embora não declarado em preces e atitudes rituais.

D. Alberto, bispo de Ribeirão Preto e amigo íntimo de Jorge Tibiriçá, com quem discutia os mais variados temas sociais e filosóficos, dizia-lhe: "Sei que você não tem religião, mas você é tão bom que morrendo vai para o céu."

Poucos dias antes de falecer, Jorge Tibiriçá, cujos padecimentos físicos em nada lhe alteraram a serenidade no julgamento das coisas e dos homens, lembrou em palestra com os filhos algumas passagens de sua vida

pública e a peçonha que silenciosamente tragara em emergências delicadas para o Estado. Avêso a retorquir às insinuações da maledicência, costumava dizer à esposa, a propósito de injustiças e vitupérios impressos que tanto ofendiam a sensibilidade da família: “Os maus por si mesmos se destroem”.

Abriu-se, entretanto, em confidências e comunicou que na vida política colhera um sem-número de amarguras e prejuízos patrimoniais irreparáveis, exatamente quando já lhe escasseavam as forças para recommençar novas experiências de lavrador. Recordava quanto um dos seus primos, um Queirós Teles, insistira, por volta de 1896 ou 1897, para que êle fôsse comprar glebas na Alta Mojiana e abrir uma fazenda em terras de extraordinária feracidade — que eram “um verdadeiro torrão de ouro”. Preferira, contudo, sustentar as antigas lavouras e até se ressentira um pouco das advertências da sogra e tia, Condessa de Parnaíba, ao ouvir da illustre dama que êle estava a descuidar-se em demasia dos seus interesses financeiros.

Reconhecia Tibiriçá a justeza de tais conselhos e confessava o sofrimento de um fim de vida, ensombrado pela doença, o cansaço moral, a desilusão, o sacrificio dos bens e da saúde, consequências de uma atração sem dúvida excessiva pela política. Quanto a esta, à qual se votara com sincero ideal republicano, tinha-lhe sondado as infinitas torpezas, as misérias de um meio onde proliferam, em prejuízo dos homens puros, os piores parasitas e exploradores da sociedade. E rematou com estas palavras: “Infelizmente, política, para muita gente só serve para furta”. E após esta exclamação dolorida, pediu aos filhos que não se excedessem nas lutas partidárias.

A ordem foi religiosamente obedecida pelos filhos de nobre varão paulista.

A 30 de setembro de 1928 faleceu Jorge Tibiriçá.

As homenagens oficiais e as do povo confundiram-se em imponente manifestação de pesar.

Para encerrar, algumas palavras sobre a esposa e os descendentes do ilustre extinto.

A viúva, d. Ana Tibiriçá, senhora que fôra mãe de onze filhos e de quem já conhecemos as provas da dedicação e de energia com que lutou ao lado do espôso em muitos transe difíceis, continuou a trabalhar em favor de obras pias e filantrópicas, como a Maternidade, a Cruz Vermelha, o hospital de Indianópolis e outras instituições.

A filha mais velha, Leonor, casada com o dr. Afrodísio Coelho, engenheiro agrônomo, químico do Instituto Agrônomo, onde fôra incumbido pelo dr. Carlos Botelho de estudar a extração e o preparo da borracha de maniçoba. Lavrador de café, muito cooperou nos debates das associações agrícolas para a defesa do produto.

D. Anita Tibiriçá, formada em Farmácia em 1915, temperamento ativo, realizador, em que se revê a tenacidade e o espírito dominador do avô paterno João Tibiriçá. Montou e dirigiu um grande laboratório, onde orientou pessoalmente os departamentos técnicos e a parte administrativa e comercial. Arrojada esportista na mocidade, foi a primeira mulher que tirou carta de motorista no Brasil, a 23 de dezembro de 1907.

Georgina, casada com o dr. Gustavo Pais de Barros, estudante que ganhara um prêmio de viagem e depois de militar na advocacia ocupou o cargo de promotor em várias cidades paulistas.

Jorge Tibiriçá, formado em medicina, afamado clínico de urologia e trinta anos médico da Assistência em São Paulo, pôsto onde granjeou unânime simpatia dos seus colegas e revelou notável zelo e competência profissional.

Intellectual propenso a estudos históricos, o dr. Jorge Tibiriçá formou uma das mais completas coleções de livros, nacionais e estrangeiros, acêrca da Guerra do Paraguai e da diplomacia brasileira no Império. Coligiu nas suas leituras e pesquisas dados inéditos para um livro em que dará a lume interessantíssimas informações sôbre os serviços de intendência e alimentação das tropas brasileiras naquela guerra.

Depositário dos arquivos paternos, é sua intenção doar ao Estado documentos de valia para a melhor elucidação da história paulista.

João Tibiriçá Neto, engenheiro agrônomo diplomado pela Universidade de Cornell, em Ithaca, New-York. Trabalhou na construção da E. Ferro São Paulo Rio Grande em 1908, assim como na Araraquarense e em ferrovias do norte do Brasil, no Maranhão. Dotado de notável vocação musical, era exímio violoncelista.

Paulo Tibiriçá, médico e professor de medicina, titular por concurso da cadeira de anatomia patológica da Faculdade de Pôrto Alegre e de duas livres docencias, inteligência clara e viva de cientista e caráter expansivo e sociável, em que se pronunciaram mais os dons da família materna, os Queirós Teles.

Ex-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia da capital gaucha, fez importantes comunicações naquele órgão e publicou mais de sessenta trabalhos sôbre assuntos de sua especialidade e problemas médico-sanitários.

Antônio Tibiriçá, cartorista e homem de letras.

Em 1929, a fazenda de Ressaca, o bem mais precioso arrolado no inventário de Tibiriçá é vendida, poucos meses antes da crise mundial, por 900 contos a Arlindo Pacheco, que mandou dividir a grande gleba e revendeu muitos lotes a antigos colonos da família.

Tibiriçá, numa demonstração de aprêço popular, afirmou que a consciência lhe dizia haver êle tudo feito pelo Estado de São Paulo.

Essa pureza de intenções e o culto sincero do interesse público valeram-lhe a estima dos seus conterrâneos, testemunhada de uma forma que pairou bem acima das manifestações superficiais de grupos ou de elogios simplesmente partidários.

As personalidades que dignificam o mandato popular recebem um dia ou outro, em vida ou póstumamente, a sentença infalível da opinião.

Tibiriçá citava às vêzes esta frase de um escritor francês: "Le temps qui, à ce qu'il paraît, est un galant homme, finit toujours par dire la vérité à tout le monde".

A crua e implacável verdade será dita em vida ou marcará a memória dos que alcançaram falsos e imerecidos aplausos granjeados pela fealdade da mentira ou da corrupção. Há uma lista negra da história, infalível, que proscreeve do culto cívico das massas os infratores das boas normas de decencia e probidade.

Mas aquêles que sabem honrar os deveres da causa pública, que a ela se devotaram com sacrifícios e renúncia de vaidades, de alma e de mãos limpas, serão reverenciados como numes tutelares da Pátria. E os povos sempre reconhecem, sobretudo nos dias de ceticismo e desânimo, que sem o coroamento de uma insuspeitável moralidade, não existem políticos dignos dêsse nome.

XXX

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

ANAIS DO CONGRESSO FEDERAL.

ANAIS DO CONGRESSO DE SÃO PAULO.

DOCUMENTOS PARLAMENTARES, Vols. XXXI e XXXII. — Caixa de Conversão — Valorização do Café — 1906-1910 — Paris, 1914.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

DIÁRIO OFICIAL DO E. S. PAULO.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS DA REPÚBLICA.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS DE S. PAULO.

RELATÓRIOS DOS SECRETÁRIOS DE GOVERNO DE SÃO PAULO. — *Principalmente o do dr. Jorge Tibiriçá, quando Secretário da Agricultura do govêrno Bernardino de Campos 1893, e os de Carlos Botelho (1907), Secretário da Agricultura govêrno Jorge Tibiriçá e Olavo Egydio, Secretário da Fazenda do mesmo govêrno (1907).*

ANAIS DO IMPÉRIO

DISCUSSÃO DA REFORMA DO ESTADO SERVIL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E NO SENADO (*parte II: De 1.º de agosto a 27 de setembro*) — Rio — Typografia Nacional — 1871.

INDICADORES E ALMANAQUES

INDICADOR DE SÃO PAULO — *Organizado e publicado por Abilio A. S. Marques, São Paulo Typ. Jorge Seckler — 1878.*

ALMANAQUE DE CAMPINAS PARA 1871, *Organizado e publicado por José Maria Lisboa, Tipografia da Gazeta de Campinas, 1870.*

- ALMANAQUE DE SÃO JOÃO DO RIO CLARO PARA 1873, *Organizado por Tomás Carlos de Molina e publicado por José Maria Lisboa*, Tipografia da Gazeta de Campinas — Campinas, 1872.
- ALMANAQUE LITERÁRIO DE SÃO PAULO, *Publicado por José Maria Lisboa*, São Paulo, Tipografia de Província — Anos de 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1884 e 1885.
- ALMANAQUE DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO DE 1873, *Organizado por Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca*, São, Paulo, Tipografia Largo do Palacio 2, 1873.

IMPrensa, JORNAIS E REVISTAS

- PERIÓDICOS DE SÃO PAULO: — *Correio Paulistano* — *A Província de São Paulo* — *O Estado de São Paulo* — *Diário Popular* — *A Platéia* — *Recortes de jornais da Capital, do interior de São Paulo e de várias regiões do Brasil, conservados nos albums da família Tibiriçá*.
- GAZETA DE CAMPINAS, Principalmente os números de 1873 em que se publicaram os artigos de João Tibiriçá: "Das melhores direções de nossas estradas de ferro no Oeste de São Paulo" — REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, Prefeitura do Mun. de São Paulo, Departamento de Cultura, Principalmente os números: 28-44-49-75-126-127-132 e 139.
- JORNAIS DO RIO DE JANEIRO: JORNAL DO COMÉRCIO, O País — Publicações diversas, entre as quais a revista *Dom Quixote* de 1895 e 1896.

APONTAMENTOS GERAIS DE HISTÓRIA

- José JACINTO RIBEIRO, *Cronologia Paulista* — S. Paulo, Diário Oficial, 1899.
- RELATÓRIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE S. PAULO PELA COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA — S. Paulo Typ. King — 1888.
- MANOEL EUFRASIO DE AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricas, Geográficas etc. da Província de São Paulo* — Rio — Typ. Univ. de Eduardo & Henrique Laemmert — 1879.
- ENSAIO DE UM QUADRO ESTATÍSTICO DA PROVÍNCIA DE S. PAULO — (1838) — Reedição Literal — Sec. Obras do Estado de São Paulo — 1917.

- LUIZ GONZAGA DA SILVA LEME — *Genealogia Paulistana* — São Paulo Duprat & Comp. — 1904.
- EDUARDO HOEHNE — *Cronologia dos Presidentes e Interventores de S. Paulo — separata da Rev. do Arq. do Dep. de Cultura* — S. Paulo — 1941.
- Edição Especial de *La Nación* — Homenagem al Brasil en la fecha de su primer Centenario — B. Aires — 1922.
- RELATÓRIOS DA COMISSÃO GEOGRAFICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — 1906 — S. Paulo — Typ: Brazil de Carlos Gerke & Rothschild & Cia. Succ. — 1907.

OBRAS HISTÓRICAS

- ANDRADE, ALMIR — *História Administrativa do Brasil* — Rio, Liv. José Olympio — 1949.
- ANDRADE, RODRIGO M. F. de — *Rio Branco e Gastão da Cunha* — Rio, Min. das Relações Exteriores — Instituto Rio Branco — 1953.
- ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA — *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade* — Rio, Liv. Jacintho Ribeiro dos Santos — 1918.
- ARAÚJO LIMA, CLÁUDIO DE — *Plácido de Castro* — Série Brasileira, vol. 272 — 1952.
- ASSIS CINTRA — *Bernardino de Campos e seu Tempo* — S. Paulo, Editora Cupolo Ltda — 1953.
- ATHAYDE, RAYMUNDO DE — *Pereira Passos* — Biografia e História — Rio, A Noite Editora.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, CONSELHEIRO ALBINO JOSÉ — *Memórias de um Magistrado do Império* — Serie Brasileira, vol. 231 — S. Paulo — 1943.
- BELMONTE — *No Tempo dos Bandeirantes* — Ed. Melhoramentos 3.^a Ed.
- BRASILIENSE, AMÉRICO — *Lições de História Patria* — Typ. da "Provincia" — 1877.
- CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *Formação Histórica do Brasil* — Série Brasileira, vol. 42, São Paulo.
- CAMPOS SALLES — *Da Propaganda à Presidência* — São Paulo, 1908.
- Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves*, 2 vols., São Paulo, 1951.

- DUNSHEE DE ABRANCHES — *Actas e Atos do Govêrno Provisorio* — Rio — Imprensa Nacional — 1907.
- EGAS, EUGÊNIO — *Galeria dos Presidentes de São Paulo* — Período monárquico (1822 a 1889) — Sec. Obras d'O Estado de São Paulo — 1926.
- EGAS, EUGÊNIO — *Galeria dos Presidentes de São Paulo* — Período Republicano.
- EGAS, EUGÊNIO — *Os Municipios Paulistas* — Sec. Obras d'O Estado de São Paulo — 1925.
- ELLIS JUNIOR, ALFREDO — *Um Parlamentar Paulista da República* — São Paulo — 1950.
- FARIA, ALBERTO DE — *Mauá — Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá* — Serie Brasileira, 3.^a Ed., vol. 20 — S. Paulo — 1946.
- FLEIUSS, MAX — *Historia Administrativa do Brasil* — Cia. Melhoramentos de São Paulo — 2.^a Ed., — 1925.
- FRANCO DA SILVEIRA, W. F. — *Historia de Atibaia* — São Paulo — 1950.
- FREITAS, LEOPOLDO DE — (Estudo politico sobre o dr. Jorge Tibiriçá) — *O Presidente de São Paulo* — 1907.
- GONTIJO DE CARVALHO, ANTÔNIO — *Estadistas da Republica* — Ed. Grafica da "Rev. dos Tribunais" — São Paulo — 1940 — *Ensaio Biograficos* — S. Paulo — 1951.
- GUANABARA, ALCINDO — *A Presidencia Campos Salles (1898-1902)* — Rio — Laemmert & Cia. — 1902.
- HADDOCK LOBO, R. — *Historia Economica e Administrativa do Brasil* — S. Paulo — Instituto Progresso Editorial — 1949.
- MACHADO D'OLIVEIRA, J. J. — *Quadro Histórico da Provincia de São Paulo* — Typ. Imparcial de J. R. A. Marques — S. Paulo — 1864.
- MENDONÇA, LÚCIO DE — *Caricaturas Instantaneas* — Ed. S. S. A Noite — Rio.
- MORAIS FILHO, J. G. — *Pioneiros do Noroeste* — Dep. de Cultura, Div. do Arquivo Hist. — 1951.
- NABUCO, JOAQUIM — *Um Estadista do Imperio — A Intervenção Estrangeira durante a Revolta* — Cia. Ed. Nacional — São Paulo — 1939.
- PAES DE BARROS, MARIA — *No Tempo de Dantes* — S. Paulo Ed. Brasileira Ltda. — 1946.
- PEIXOTO, SYLVIO — *No Tempo de Floriano* — Rio Editora S. S. A Noite.

- PINTO, ADOLFO A. — *Historia da Viação Publica de São Paulo* — Typ. e Pap. Vanorden & Cia. — S. Paulo — 1903.
- PINTO, ESTEVÃO — *História de uma Estrada de Ferro do Nordeste* Rio — Liv. José Olympio — 1949.
- PRADO, EDUARDO — *Fastos Da Ditadura Militar no Brasil* — S. Paulo — Ed. Liv. Magalhães — 1923.
- POMPEU, A. — *Em 1875* — S. Paulo Soc. Imprensa Paulista.
- RIBAS, ANTÔNIO JOAQUIM — CAMPOS SALLES, Perfil Biografico — Rio — Typ. Leuzinger — 1896.
- RIO BRANCO, BARÃO DO (José Maria da Silva Paranhos) — *O Visconde do Rio Branco* — Rio, A Noite Editora.
- ROCHA, GERALDO — *País Espoliado* — Rio, Alba Editora — 1940.
- RUI BARBOSA — *Relatorio do Ministro da Fazenda* — (Obras Completas — Vol. XVIII — Tomo III) — Ministerio da Educação e Saúde — Rio — 1949.
- SALLES JUNIOR, A. C. DE — *O Idealismo Republicano de Campos Salles* — Rio — Zelio Valverde — 1944.
- SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *Os Republicanos Paulistas e a Abolição* — S. Paulo — Liv. Martins — 1942.
- SILVA, CYRO — *Pinheiro Machado* — Rio, Livraria Tupã Editora — 1952.
- SILVEIRA LOBO, FRANCISCO JOSÉ DA — “Últimos Dias da Monarquia em S. Paulo” — (Conf. realizada no Inst. Historico de S. Paulo), separata do vol. 48 da *Rev. do Instituto Historico e Geográfico de S. Paulo* — 1929.
- VALLIM, PEDRO E. — *História dos Municipios Paulistas* — São Paulo — Ed. “A Orientadora” — 1943.
- WERNEČK SODRÉ, NELSON — *Panorama do Segundo Império* — Serie Brasileira, vol. 17 — São Paulo, — 1939.

ASSUNTOS ECONOMICOS E FINANCEIROS

- CALÓGERAS, PANDIÁ — *La Politique Monétaire du Brésil* — 1910.
- COSTA, AFONSO — *A Caixa de Conversão e a Taxa Cambial* — Rio — 1910.
- CASTRO CARREIRA — *Historia Financeira e Orçamentaria do Império* — Rio — 1889.
- DEBANÉ, NICOLAU JOSÉ — *Economia Nacional e Nacionalismo Economico* — São Paulo — Typ. Brazil — 1917.
- INGLEZ DE SOUZA, CARLOS — *A Anarquia Monetaria* — São Paulo — Cia. Graf. Editora Monteiro Lobato — 1924.

- PIRES DO RIO, J. — *A Moeda Brasileira e seu perene Carater Fiduciario* — Rio, Liv. José Olympio — 1946.
- SIMONSEN, ROBERTO — *A Industria em face da Economia Nacional* — S. Paulo, Empresa Gráfica da "Rev. dos Tribunais" — 1937.
- SIMONSEN, ROBERTO — *Ensaioes Sociais, Politicos e Economicos* — S. Paulo — Ed. da Fed. das Industrias de S. Paulo — 1943.
- SIMONSEN, ROBERTO — *A Evolução Industrial do Brasil* — S. Paulo, Ed. da Fed. das Ind. de São Paulo — Setembro de 1939.
- VEIGA FILHO, DR. JOÃO PEDRO DA — *Manual de Sciencia das Finanças* — 3.^a Ed. S. Paulo, Sec. Obras d"O Estado de S. Paulo" — 1917.
- VIANA, VITOR — *O Banco do Brasil* — Rio — 1926.
- IMPRESSÕES DO BRASIL NO SECULO XX — SUA HISTÓRIA, SEU POVO, COMERCIO, INDUSTRIA E RECURSOS — Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd. — 1913.

OBRAS ESTRANGEIRAS

- BERNARDES, MANUEL — *El Brasil (su vida, su trabajo, su futuro)* — Buenos Aires — 1908.
- BRYCE, JAMES — *South America* — New York — 1913.
- BURMEISTER, DR. HERMAN — *Viagem ao Brasil* — S. Paulo, Livraria Martins.
- CASABONA, LOUIS — *São Paulo du Brésil* — (Notes d'un colon français) — Paris, E. Guilmote.
- CLÉMENTEAU, GEORGES — *Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud* — Paris, P. Hachette — 1912.
- DAVATZ, THOMAS — *Memórias de um colono no Brasil* — Livraria Martins ed. — S. Paulo.
- DEFFONTAINE, PIERRE — *Geografia Humana do Brasil* — Liv.-ed. da Casa do Estudante do Brasil — 1952.
- DENIS, PIERRE — *Le Brésil au XX Siècle* — Paris — 1909.
- FLORENCE, HÉRCULES — *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas* — S. Paulo, Ed. Melhoramentos — 1948.
- GAFFRE, L. A. — *Visions du Brésil* — Rio, Francisco Alves & Cia. — 1912.

- HAMBLOCH, ERNEST — (Sec. Comercial da Embaixada Inglesa no Rio de Janeiro) — *Relatório sobre as Condições Economicas e Financeiras do Brasil* — N.º 1 — 1924 e N.º 2 — 1925.
- KIDDER, D. P. E J. C. FLETCHER — *O Brasil e os Brasileiros* — Série Brasileira, vol. 205 — S. Paulo — 1941.
- LAMBERG, MAURICIO — *O Brasil* — Rio, Ed. Lambaerts — 1896.
- LECLERC, MAX — *Cartas do Brasil* — Série Brasileira, vol. 215 — S. Paulo, 1942.
- LEVY, R. G. — *Banques d'Emission et Trésors Publics* — Paris, Hachette & Cie. — 1911.
- MONBEIG, PIERRE — *Pionniers et Planteurs de São Paulo* — Paris, Lib. Armand Colin — 1952.
- MONBEIG, PIERRE — *La Croissance de la Ville de São Paulo* — Inst. et Revue de Geog. Alpine — Grenoble — 1953.
- NASH, ROY — *A Conquista do Brasil* — Série Brasileira, vol. 150 — 2.ª ed., São Paulo.
- NORMANO, J. F. — *Evolução Economica Brasileira* — Série Brasileira — vol. 152 — S. Paulo — 1939.
- RUGENDAS, JOÃO MAURICIO — *Viagem Pitoresca através do Brasil* — S Paulo, Liv. Martins.
- RIBEYROLLES, CHARLES — *Brasil Pitoresco* — Bib. de Hist. Brasileira — São Paulo — Liv. Martins — 1941.
- SAINT HILAIRE, AUGUSTE DE — *Viagem A Provincia de São Paulo* — Liv. Martins — 2.ª ed.
- SCHLICHTHORST, C. — *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)* — Rio, — Ed. Getulio Costa — 1943.
- SMITH, T. LYNN — *Brazil: People and Institutions* — Louisiana State University Press — Baton Rouge — 1946.
- VEIGA SIMÕES — *Interesses Portugueses na Amazonia* — Lisboa — Tip. do Anuario Comercial — 1927.
- VON TSCHUDI, J. J. — *Viagem às Provincias do Rio de Janeiro e São Paulo* — S. Paulo — Liv. Martins — 1953.
- WALLE, PAUL — *Au Pays de l'Or Rouge (L'Etat de São Paulo)* — Augustin Challamel — Paris — 1921.
- WIENER, CHARLES — *333 Jours au Brésil* — Paris — Lib. Ch. Delagrave.
- ZALUAR, AUGUSTO EMILIO — *Peregrinação pela Provincia de São Paulo (1860-1861)* — S. Paulo, Liv. Martins ed. — 1952.

OBRAS SOBRE O CAFÉ

- F. FERREIRA RAMOS — *La Valorisation du Café au Brésil* — Anvers — 1907.
- RAMOS, F. FERREIRA — *O Café* —
- JORGE DUMONT VILLARES — *O Café* — Instituto de Café de São Paulo — 1927.
- THEODURETO DE CAMARGO E J. E. TEIXEIRA MENDES — *Viagem de Estudos aos Países Cafeeiros da América do Sul e Central* — Typ. Siqueira — S. Paulo — 1941.
- SÉRGIO MILLIET — *O Roteiro do Café e outros ensaios* — Col. Dep de Cultura — São Paulo — 1941.
- PAULO R. PESTANA — *O Café em São Paulo* — Typ. Levy — São Paulo — 1927.
- LE CAFÉ AU BRÉSIL — Edição de "Je Sais Tout" — Universel et Economique — Paris — 1927.
- ALFREDO ELLIS JUNIOR — *O Café e a Paulistania* — Universidade de São Paulo — Boletim n.º 161 — História da Civ. Brasileira n.º 13 — S. Paulo — 1951.
- A. B. C. do Café — Ed do Departamento Nacional do Café. *O Jornal* — Edição Especial comemorativa do Bi-Centenário do Cafeeiro no Brasil — de 15 de outubro de 1927.
- BASILIO DE MAGALHÃES — *O Café* — Serie Brasiliana, vol. n.º 174.
- Velhas Fazendas Paulistas* — Departamento Estadual de Informações — 1947.
- QUINTINO BOCAYUVA — *A crise da lavoura* — Rio — Typ. Perseverança — 1868.
- R. A. SAMPAIO VIDAL — *Valorização do Café* — Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 28-12-1910 — Tip. Manderbäch — 1911.
- Valorização do Café e Fixação do Cambio* — Artigos do "Correio Paulistano" de 1905 e 1906 — Typ. Aug Siqueira & Cia. — São Paulo — 1906.
- Valorização do Café* — Estudo sobre o projeto de A. Siciliano — Typ. do "Diário Oficial" — S. Paulo — 1905.
- HERBERT H. SMITH — *Uma Fazenda de Café no Tempo do Imperio* — Ed. do Dep. Nac. do Café — Rio — 1941.
- Boletins da Superintendencia dos Serviços do Café* — Secretaria da Fazenda — S. Paulo.
- PIERRE DENIS — "Valorização do Café" — *Revue Politique et Parlementaire* — Paris — N.º 168 — 10 Juin 1908

- OLAVO BAPTISTA FILHO — *A Fazenda de Café em São Paulo* — Documentário da Vida Rural N.º 2 — Ministério da Agricultura — 1952.
- CHRISTIAN CORNÉLISSEN — *Traité Général de Science Economique* — Ed. Marcel Giard — Paris — 1926 — Vol. II — (Cap. XXIII — Protection de l'Etat et Spéculation — La Valorisation du Café au Brésil).

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DAS FERROVIAS DE SÃO PAULO

- Nossa Estrada* — Mensário de cultura ferroviária — Número especial consagrado à história da Sorocabana — Nos. 145 e 146 — Julho e agosto de 1950.
- CARLOS A. MONTEIRO DE BARROS — *Problemas Ferroviários* — Artigo publicado na *Revista de Economia* — N.º 19 — Dez. 1940.
- ENG.º LUIZ DE CASTRO SETTE — *Diversos aspectos da encampação da São Paulo Railway* — Conferência publicada na revista *Engenharia* de Novembro de 1946.
- ENG.º JOSÉ AYROSA GALVÃO — *Apontamentos históricos e técnicos sobre a E. de F. de Santos a Jundiaí* — Artigo publicado na revista *Engenharia* — Novembro — 1946.
- A Companhia Mogiana de Estrada de Ferro no seu 75.º aniversário* — S. Paulo, 1947.
- Cia. Paulista de Estrada de Ferro* — Homenagem ao Conselheiro Antonio Prado — S. Paulo, Emp. Gr. "*Rev. dos Tribunais*" — 1940.

O Generalissimo Manuel Deodoro da Fran-
ca Chefe do Governo Provisório constituído pelo
Exército e Armada em nome da Nação resolve
nomear o Doutor Jorge Tibiriçá para o cargo de
Governador do Estado de S. Paulo

Sala das sessões do Governo Provisório dos Esta-
dos Unidos do Brazil, em quatorze de Outubro de
mil novecentos e noveenta, segunda da Republica

Manuel Deodoro da Franca

Jorge Tibiriçá

Até ao novo prazo em diário.

mts. Paulo 22 de Outubro de 1890

Até ao

Fac-simile do decreto do marechal Deodoro, de outubro de 1890, nomeando Jorge Tibiriçá governador de S. Paulo.



Caricatura publicada na "Platéia" em 1891 e alusiva aos incidentes que precederam o decreto de Deodoro, demitindo Jorge Tibiriçá do governo de S. Paulo.

SENATUS POPULIQUE TURICENSIS

RECTORE UNIVERSITATIS MAGNIFICO

LUDIMARO HERMANN

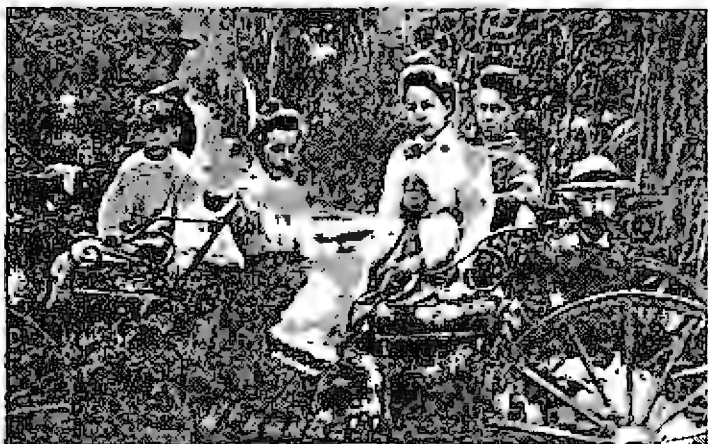
VICTOR MERZ

GEORGIO TIBIRIÇA

DOCTORIS PHILOSOPHIAE

PUBLICIS HOC DIPLOMATI

Diploma da Universidade de Zurich, redigido em latim, conferindo a Jorge Tibiriça o título de Doutor em Filosofia.



Jorge Tibiriçá em 1901, na sua fazenda de Ressaca, em companhia de seus filhos.